

Resultado de Pesquisa – Atuação Parlamentar

Solicitante	Deputado Jerônimo Goergen
Assunto	Atuação do parlamentar Júlio Redecker
Fontes consultadas	Sitaq, SilegXP, SilegDep, Portal da Câmara dos Deputados, Aleph, Arquivo da Câmara
Período de abrangência	1995-2007
Data de entrega	18/8/2017
Telefone	0-XX-61- 3216-5777

A seguir, relacionam-se informações sobre a atuação do parlamentar JÚLIO REDECKER na Câmara dos Deputados no período de 2/2/1995 a 17/7/2007.

SUMÁRIO

1. BIOGRAFIA	2
2. PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DO DEPUTADO	4
3. PROPOSIÇÕES DE RELATORIA DO DEPUTADO	19
4. FOTOS	24
5. ÁUDIOS	24
6. DISCURSOS	24
7. DOCUMENTOS DE AUTORIA DO DEPUTADO DISPONÍVEIS NO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	132

1. BIOGRAFIA

Nome do Deputado	Partido	Situação
 JÚLIO REDECKER (Júlio César Redecker)	PSDB-RS	Falecido



Câmara dos Deputados
CEP 70160-900 - Brasília - DF

Dados Básicos:

Data de Nascimento: 12/07/1956 (Falecido em 17/07/2007); Local de Nascimento: Taquari, RS;

Corrente Religiosa:

Evangélica / Protestante

Legislaturas:

1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011.

Escolaridade:

Superior

Mandatos (na Câmara dos Deputados):

Deputado Federal, 1995-1999, RS, PPR. Dt. Posse: 02/02/1995; Deputado Federal, 1999-2003, RS, PPB. Dt. Posse: 01/02/1999; Deputado Federal, 2003-2007, RS, PPB. Dt. Posse: 01/02/2003; Deputado Federal, 2007-2011, RS, PSDB. Dt. Posse: 01/02/2007.

Filiações Partidárias:

ARENA, 1974-1980; PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PSDB, 2003-.

Profissões:

Advogado, Professor Universitário e Empresário

Atividades Partidárias:

Presidente, Juventude Brasileira do PDS, 1984-1985; Membro, Diretório Nacional do PDS, 1984-1985; Membro, Diretório Regional do PDS, RS, 1985-1992; Membro, Executiva Regional do PDS, RS, 1992; Membro, Diretório Regional do PPR, RS, 1993; Vice-Presidente Nacional do PPB, 1998; Vice-Líder do PSDB, 2003; Segundo-Secretário, Executiva Nacional do PSDB, 2005-2006; Secretário-Geral, Executiva Estadual do PSDB, RS, 2003-2004; Vice-Líder do PSDB, 02/2006-; Líder da Minoria: PSDB, RS, 06/02/2007-17/07/2007.

Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas:

Representante junto à Câmara Setorial de Couros e Calçados, Secretaria Nacional de Economia, MEFP, 1982; Vice-Presidente, ABAEX, Novo Hamburgo, RS, 1992-1995.

Condecorações:

Agraciado, in memoriam, com a Medalha de Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados, 2007 .

Estudos e Cursos Diversos:

Direito, PUC, Porto Alegre, RS, 1977-1982; Extensão Cultural em Aspectos Filosóficos, Políticos e Econômicos Ligados ao Tema Democracia e Justiça, Centro de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais, Porto Alegre, RS, 1980; Direito da Esfera Penal, PUC, Porto Alegre, RS, 1980.

Missões Oficiais:

Representante da Associação Brasileira de Comércio Exterior, na qualidade de Observador junto ao GATT - Rodada Uruguai, Genebra, Suíça. Representante da Câmara dos Deputados: nas VI e VII Reuniões Plenárias da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Piriápolis, Uruguai, 1995, e São Luís, Argentina, 1996; na I Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio, Denver, Colorado, EUA, 1995; na V Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Assunção, Paraguai, 1995; em viagem de estudos e informação sobre a área nuclear, Alemanha,

1995; na XIV Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-EUA, Washington, DC, 1995; no Seminário Argentina-Brasil - MERCOSUL - Novos Problemas e Desafios, Buenos Aires, Argentina, 1995; na Câmara Presidencial do MERCOSUL, Punta del Este, Uruguai, 1995; na comitiva presidencial para assinatura do Acordo MERCOSUL-União Européia, Espanha, 1995; na comitiva presidencial para assinatura de vários acordos, Buenos Aires, Argentina, 1996; na V Session of Subgroup on Hides and Skins - FAO, Bolonha, Itália, 1996; na IX Reunião Plenária Quadripartite do MERCOSUL, Assunção, Paraguai, 1997; na Reunião Plenária do Conselho de Comércio Exterior do MERCOSUL, Buenos Aires, Argentina, 1997; na X e XIII Reunião Plenária Quadripartite da CPCM, Montevideu, Uruguai, 1997, e Assunção, Paraguai, 1999; como Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL no Seminário Sociedades Comerciales en el Mercosur, Buenos Aires, Argentina, 1999; como participante da Mesa Diretora Preparatória para a XIV Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Montevideu, Uruguai, 1999; na Conferência Ministerial da OMC, Seattle, EUA, 1999; na Reunião da Mesa Diretora Preparatória para a XV Reunião Quadripartite da Comissão Conjunta do Mercosul, Buenos Aires, Argentina, 2000; na XV Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Santa Fé, Argentina, 2000; na Reunião da Mesa Executiva da CPCM com a Delegação do Parlamento Europeu, Buenos Aires, Argentina, 2000; na Conferência dos Presidentes de Parlamantos de União Européia, Roma, Itália, 2000; e no Encontro para Discussão do Projeto de Criação da Representação Chilena que integrará a Comissão Parlamentar do MERCOSUL, a convite do Senado da República do Chile, Santiago, 2000; na Conferência Parlamentar das Américas e na Reunião de Cúpulas das Américas, Québec, Canadá, 2001. Observador Parlamentar na I Reunião Ministerial da Organização Mundial de Comércio, Cingapura, 1996; na III Conferência Ministerial da OMC, Seattle, EUA, 1999; na Reunião da Mesa Diretora preparatória para a XV Reunião Quadripartite da Comissão Conjunta do Mercosul, Argentina, 2000; em visita ao Parlamento da Federação Russa, em Moscou, e a São Petersburgo, Rússia, 2001; e XVII e XIX Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Assunção, Paraguai, 2001, e Buenos Aires, Argentina, 2002; 17/03/2003, V Reunião Interparlamentar entre o Mercosul e o Parlamento Europeu- Em Bruxelas, Bélgica- de 17 a 20 de março de 2003; 16/06/2003, Brazil U.S. Private Sector Summit, seminário sobre a ALCA- Oportunidades Bilaterais, promovido pela Câmara Americana de Comércio e o Grupo Brasil/ Estados Unidos- em Washington/DC; 08/03/2004, XII Reunião do Comitê de Negociações BiRegionais MercosulXUnião Européia, em Buenos Aires, Argentina; 27/04/2004, Seminário Aspectos Político-Institucionais dos Processos de integração: O Mercosul e a União Européia, em Buenos Aires, Argentina; 27/05/2004, III Cúpula de Chefes de Estado da América Latina e do Caribe e União Européia- Comissão Conjunta do Mercosul, em Guadalajara- México; 14/12/2004, XXIV Reunião Plenária do Mercosul, em Belo Horizonte/MG; 19/04/2005, Conferência Nacional de Inovação Regional- como Presidente da Subcomissão Permanente de Competitividade, em Washington/DC; 15/07/2005, Seminário Sobre a Situação Política do Oriente Médio à Convite do Parlamento de Israel; 20/09/2005, Auxiliar os Trabalhos de Investigação da CPMI- Compra de Votos, em Montevideu/Uruguai; 16/04/2006, Reunião de Presidentes da CPCM, na XI Reunião Birregional Parlamento Europeu e na III Reunião do Grupo Técnico para instalação do Parlamento do Mercosul, em Buenos Aires, Argentina; 09/11/2006, Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em Montevideu - Uruguai.

Seminários e Congressos:

Participante: II Simpósio Interdisciplinar de Direito, PUC, Porto Alegre, RS, 1978; Congresso Jurídico Comemorativo do 40º Aniversário de Instalação da Justiça do Trabalho, TST, Brasília, DF, 1981; Diversas feiras no exterior ligadas ao setor coureiro-calçadista, EUA e Europa; X Congresso Nacional de Municípios, ABM, Gramado, RS, 1983; Encontro Comemorativo para Debate sobre Comunidade-Escola-Constituição, Taquari, RS, 1986; Representante oficial da ABAEX, Seminários Setoriais MERCOSUL - Política Industrial e Tecnológica, Montevideu, Uruguai e Puerto Iguazu, Argentina, 1991; I Seminário de Comércio Exterior Brasileiro, Brasília, DF, 1995; Seminário Aspectos Político- Institucionais dos Processos de integração: O Mercosul e a União Européia, em Buenos Aires, Argentina, 27/04/2004; Seminário Sobre a Situação Política do Oriente Médio à Convite do Parlamento de Israel, 15/07/2005.

Atividades Parlamentares:

CÂMARA DOS DEPUTADOS - Legislaturas anteriores à 54ª:
COMISSÕES PERMANENTES: Agricultura e Política Rural: Suplente; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural: Titular, -3/2005 e Suplente, 3/2005-3/2006, 3/2006, 14/2/2007-28/2/2007; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: Suplente; Constituição e Justiça e de Cidadania: Suplente, 28/2/2007-17/7/2007; Constituição e Justiça e de Redação:

Titular; Defesa Nacional: Suplente; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio: 1º Vice-Presidente, 2006, Titular, 3/2005-3/2006, 3/2006-1/2007, e Suplente, -3/2005; Economia, Indústria e Comércio: Vice-Presidente, Titular e Suplente; Finanças e Tributação: Titular e Suplente; Minas e Energia: Titular e Suplente; Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Titular, 14/2/2007-17/7/2007, e Suplente; Trabalho, Administração e Serviço Público: Suplente. COMISSÕES ESPECIAIS: Código Aduaneiro do MERCOSUL: Suplente; Crise da Parmalat: Suplente; Implementação da ALCA: Titular; Reforma Tributária: Suplente-; PEC nº 6/95, Monopólio do Petróleo: Titular; PEC nº 20/95, Parlamentarismo: Suplente; PEC nº 41/03, Reforma Tributária: Suplente-; PEC nº 46/91, Modificação da Estrutura Policial: Suplente; PEC nº 58/03, Alienação de Terras: Titular-; PEC nº 169/95, Remuneração de Vereadores e Prefeitos Municipais: Titular; PEC nº 175/95, Altera o Capítulo do Sistema Tributário Nacional: Suplente; PEC nº 370/96, Autonomia das Universidades: Suplente; PEC nº 438/01, Trabalho Escravo: Suplente-; PEC nº 554/97, Convocação da Assembléia Nacional Constituinte: Titular; PL nº 846/95, Transporte Aquaviário - Cabotagem: Suplente; PL nº 1.210/95, Política Nacional do Petróleo: Suplente; PL nº 1.615/99, Transportes: Suplente; PL nº 1.756/03, Lei Nacional da Adoção: Titular-; PL nº 2.401/03, Biossegurança: Suplente, -3/2005; PL nº 2.671/89, Combustíveis (PL nº 2.316/03 Apensado): Titular, 3/2006-; PL nº 2.546/03, Parceria Público-Privada: Suplente-; PL nº 2.648/96, Telecomunicações: Suplente; PL nº 4.679/01, Adição de Farinha de Mandioca: Suplente, 4/2006-1/2007; Projeto em Trâmite Sistema Financeiro Nacional: Titular; Reforma Tributária: Suplente; PLP nº 123/04, Microempresa: Titular, 3/2005-1/2007. COMISSÕES EXTERNAS: CIMEIRA MERCOSUL/União Européia: Titular; Fórum Parlamentar Mundial Porto Alegre: Titular. CPI: Pirataria de Produtos Industrializados: Titular. CONSELHOS: Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica: Suplente.

CONGRESSO NACIONAL:

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Suplente; Comissão Mista Exportação Indireta: Titular; Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL: Secretário-Geral Adjunto, Presidente, Vice-Presidente, 2006, Titular e Suplente-; Comissão Representativa do Congresso Nacional: Titular; CPMI Compra de Votos (Mensalão): Titular, 2005-2006; CPMI Compra de Ambulância (Sanguessugas): Titular, 2006.

Suplências e Efetivações:

Assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 1995-1999, de 2 de fevereiro de 1995 a 10 de janeiro de 1996, em virtude do afastamento do Deputado Fetter Júnior; de 12 de março de 1996 a 13 de janeiro de 1997, de 7 a 21 de fevereiro de 1997, de 3 de março de 1997 a 30 de março de 1998, de 4 a 19 de novembro de 1998, de 23 de novembro de 1998 a 1º de janeiro de 1999, em virtude do afastamento do Deputado Telmo Kirst, sendo efetivado em 21 de janeiro de 1999, na vaga do Deputado Adylson Motta.

Registros Complementares:

Faleceu em São Paulo, vítima de um acidente aéreo, em 17/07/2007.

Outras Informações:

Representante: Setor de Comércio Exterior e Coureiro-Calçadista; Setor de Comércio Exterior, Coureiro-Calçadista, bem como de todo Setor Produtivo Nacional.

2. PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DO DEPUTADO

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
INC 73/1995	SOLICITA AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMIO DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA, QUE DETERMINE A PETROBRAS A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHOS EXPLORATORIOS NA BACIA DE PELOTAS.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 182/1995	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMIO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES, A DENOMINAÇÃO DE 'SEBASTIÃO FERRAZ DE CAMARGO PENTEADO' A PONTE SOBRE O RIO TAQUARI LICALIZADA NO	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	QUILOMETRO 348 DA BR-386, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ESTRELA E LAJEADO, NO RIO RIO GRANDE DO SUL.				
INC 274/1995	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, MODIFICAÇÕES NOS PROCEDIMENTOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL NO CONTROLE DOS REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 587/1996	SUGERE AO PODER EXECUTIVO A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MADEIRA COMPENSADA E INDUSTRIALIZADA.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 839/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, ALTERAÇÕES NA RESOLUÇÃO 1998, DE 30 DE JUNHO DE 1993, DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, QUE ESTABELECE AS NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS AOS FINANCIAMENTOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS REALIZADOS AO AMPARO DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AS EXPORTAÇÕES - PROEX.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 857/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, O ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, NA FORMA PREVISTA NA LEI 5433, DE 08 DE MAIO DE 1968, QUE REGULA A MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS OFICIAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 873/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, A ALTERAÇÃO NA PORTARIA 1121, DE 08 DE NOVEMBRO DE 1995, QUE DISPÕE SOBRE A INFORMATIZAÇÃO DO REGISTRO DE EMPREGADOS E DEMAIS DADOS RELATIVOS AO CONTRATO DE TRABALHO.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 874/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, A ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 11, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996, DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 875/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, A ALTERAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS 11, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1996, E 25, DE 29 DE ABRIL DE 1997, DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 876/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, AS ALTERAÇÕES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 7, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO NAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 925/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à	-

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	TRABALHO, ALTERAÇÕES NA RESOLUÇÃO 18, DE 3 DE JULHO DE 1991, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO 71, DE 26 DE OUTUBRO DE 1994, AMBAS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - CODEFAT. Explicação: POSSIBILIDADE DE SE FACULTAR A CONFEÇÃO DOS FORMULARIOS CONTINUOS, DESTINADOS AO REQUERIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO.			Apreciação do Plenário	
INC 1030/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, ATRAVES DO MINISTERIO EXTRAORDINARIO DE POLITICA FUNDIARIA, A ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO NA COMPRA DE IMOVEIS RURAIS PARA FINS DE REFORMA AGRARIA.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 1061/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DOS TRANSPORTES, DENOMINAR 'MELVIN JONES' O VIADUTO SOBRE A BR-386, EM LAJEADO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 1079/1997	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, A REALIZAÇÃO DE GESTÃO JUNTO AO GOVERNO DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 1189/1998	SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DA FAZENDA, A REDUÇÃO DE ALIQUOTA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) INCIDENTE SOBRE DESPERDICIOS, RESIDUOS E APARAS DE PLASTICO.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
INC 726/2000	Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, alteração da Medida Provisória nº 2.013-4, de 31 de dezembro de 1999, para restabelecer a isenção de remessas de valores ao exterior, destinados ao pagamento de despesas de participação em feiras internacionais.	Indicação	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
INC 736/2000	Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, a criação de linha especial de financiamento para empresas importadoras que tiveram prejuízos com a desvalorização do Real, ocorrida em janeiro de 1999.	Indicação	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
INC 1053/2000	Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, a elevação das alíquotas do imposto de exportação dos couros "wet blue" e salgados.	Indicação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
INC 3175/2004	Sugere ao Ministério da Fazenda a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre piscinas.	Indicação	.	.	MESA - Arquivada
PDC 289/1996	CONVOCA PLEBISCITO PARA QUE O ELEITORADO DECIDA SOBRE A POSSIBILIDADE DE REELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA, DOS GOVERNADORES DE ESTADO E DO DISTRITO FEDERAL E DOS PREFEITOS. Explicação: PLEBISCITO CONVOCADO PARA O DIA 29 DE JULHO DE 1997).	Projeto de Decreto Legislativo	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PEC 98/1995	Altera o § 3º e acrescenta novo parágrafo ao art. 176 da Constituição Federal Explicação: Determina que o Poder Publico está dispensado de autorização ou concessão da União para a pesquisa e	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	exploração de recursos minerais desde que para uso imediato na construção civil de obras publicas. Altera a Constituição Federal de 1988.				
PEC 226/1995	Dá nova redação ao inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal. Explicação: Faculta a conversão do acréscimo de 1/3 (um terço) da remuneração das férias pela ampliação do período de gozo das mesmas em mais 10 (dez) dias. Altera a Constituição Federal de 1988.	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PEC 204/2003	Altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal, para estender a aplicação do salário-educação à educação infantil. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988.	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensada à PEC 23/2003
PEC 351/2004	Dá nova redação ao § 6º do art. 14 da Constituição Federal Explicação: Dispõe que Senadores, Deputados e Vereadores deverão renunciar aos respectivos mandatos para concorrerem a outros cargos; fixa prazo para desincompatibilização; altera a Constituição Federal de 1988.	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensada à PEC 44/1999
PEC 515/2006	Altera o § 2º do art. 55, da Constituição Federal. Explicação: Estabelece o processo de votação nominal para a perda de mandato parlamentar de Deputado Federal ou Senador. Altera a Constituição Federal de 1988.	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensada à PEC 69/2003
PEC 103/2007	Dá nova redação ao art. 14, ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao § 1º do art. 46, ao § 4º do art. 57 e ao art. 82 da Constituição Federal, revoga o § 2º do art. 46, proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, e determinando o mandato de 5 anos para todos os cargos eletivos do país. Explicação: Fixa a data da posse de Governadores e Prefeitos para o dia 3 de janeiro e do Presidente da República para o dia 5 de janeiro; aumenta para dois anos e meio o mandato das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados.	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensada à PEC 190/1994
PL 573/1995	Dispõe sobre o certificado de garantia de quilometragem rodada de pneus novos para carros de passeio e dá outras providências.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PL 631/1995	Acrescenta parágrafo ao artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Explicação: EXCLUINDO DE INCIDENCIA DE IMPOSTO DE RENDA A IMPORTANCIA RECEBIDA PELO EMPREGADO DE VERBAS RESCISORIAS TRABALHISTAS).	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 680/1995	Regulamenta o exercício da atividade de empregados de condomínios residenciais e comerciais.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 3886/1993
PL 765/1995	Acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que "dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências". Explicação: Estabelece que quando o regime aduaneiro especial for aplicado à mercadoria destinada a integrar bem cuja	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	indústria sofra influência de fatores cíclicos, o prazo definido em no mínimo 02 (dois) anos, poderá ser prorrogado até por período de 05 (cinco) anos.				
PL 790/1995	DA NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ARTIGO 462 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT. Explicação: PERMITINDO AO EMPREGADOR EFETUAR QUALQUER DESCONTO NOS SALARIOS DO EMPREGADO, DESDE QUE ESTE AUTORIZA).	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PL 1063/1995	Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências". Explicação: Aumenta para meio salário mínimo a renda per capita da família que prove manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa que terá direito a assistência social.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 738/1995
PL 1174/1995	Altera os prazos de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1387/1995	Cria o Programa de Controle de Segurança Automotiva - PROCONSEG, e dá outras providências.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1388/1995	Cria o Programa de Segurança Veicular - PROSEGVE, e dá outras providências	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1406/1996	Dispõe sobre a compra de glebas rurais, para fins de reforma agrária	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1762/1996	Altera o art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que "organiza a Justiça Federal de primeira instância", dipondo sobre férias forenses. Explicação: Modifica o período das férias forenses da Justiça Federal e e dos Tribunais Superiores para 02 (dois) a 31 (trinta e um) de janeiro, unificando-as com a Justiça Comum.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1981/1996	ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 28 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE 'DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, INSTITUI PLANO DE CUSTEIO, E DA OUTRAS ROVIDENCIAS'. Explicação: DISPONDO QUE AS MENSALIDADE ESCOLARES PAGAS PELO EMPREGADOR PARA COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL DO EMPREGADO NÃO INTEGRARÃO O SALARIO DE CONTRIBUIÇÃO.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 2126/1996	Torna obrigatória a inclusão de derivados da soja nos cardápios de merenda escolar e das instituições militares.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
PL 2188/1996	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE DESPACHANTE DE TRANSITO.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	-
PL 2230/1996	ISENTA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI), CONTRIBUIÇÕES PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS) E PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) OS VEICULOS DENOMINADOS 'MOTORHOME' E 'TRAILER'.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	-
PL 2360/1996	DESTINA A POLICIA RODOVIARIA FEDERAL O PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DAS MULTAS APLICADAS NAS RODOVIAS FEDERAIS.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	-
PL 3138/1997	Altera o art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras deste diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestarem serviço no exterior.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Transformada no(a) Lei Ordinária 11962/2009
PL 3139/1997	Dispõe sobre os efeitos no contrato de trabalho da aposentadoria voluntária. Explicação: Estabelece que a concessão de aposentadoria ao empregado, quando requerida sem prévio desligamento do emprego, extingue o contrato de trabalho.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PL 3244/1997	Altera o § 2º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, estabelecendo a compensação anual da jornada de trabalho. Explicação: Estabelece que a quantidade hora extra a ser compensada não pode exceder no período máximo de um ano, a soma da carga horária semanal de trabalho prevista, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 4653/1994
PL 3245/1997	Modifica a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Explicação: Prorroga os prazos para o recolhimento do imposto de renda retido na fonte, do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários e sobre o PIS-PASEP. Poder Conclusivo das Comissões - artigo 24, inciso II.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	-
PL 3418/1997	Altera os arts. 464 e 465 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dispondo sobre o pagamento de salário mediante depósito bancário.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	PLEN - Pronta para Pauta
PL 3419/1997	Altera o art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Explicação: O empregador que dispuser de sistema informatizado de pessoal poderá preencher a Carteira de Trabalho apenas por ocasião da admissão ou da rescisão do contrato de trabalho, devendo quando solicitado fornecer extrato. Poder Conclusivo das Comissões - artigo 24, inciso II.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	-
PL 3420/1997	Dispõe sobre o controle informatizado de frequência ao trabalho.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à	-

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
				Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
PL 3421/1997	Altera o § 6º do art. 477 do Decreto-Lei nº 5.452, de primeiro de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, estabelecendo a unificação dos prazos para pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 53/1995
PL 3451/1997	Projeto de lei que inclui § 6º no art. 22 da Lei nº 8212, de 1991, para permitir a dedução da contribuição previdenciária das quantias pagas pela empresa a título de assistência médica aos seus empregados.	Projeto de Lei	.	.	MESA - Arquivada
PL 3529/1997	Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista de táxi. Explicação: Poder Conclusivo das Comissões - artigo 24, inciso II.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	-
PL 3712/1997	Reduz a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes. Explicação: Reduz a alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) incidente sobre artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes, malas e malas, vestuário, utilizando material de couro natural ou reconstruído.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 4134/1998	Torna obrigatório o uso de capacete de segurança para condutores e passageiros de bicicleta.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	-
PL 342/1999	Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, altera o art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991. Explicação: Prorroga o prazo de isenção de IPI e depreciação acelerada para máquinas e equipamentos de informática e automação fabricados no Brasil.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 732/1999	Estabelece a obrigatoriedade de reciclagem e armazenamento de baterias destinadas à telefonia celular e em estado de desativação	Projeto de Lei	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 4344/1998
PL 733/1999	Torna obrigatória a utilização de equipamentos retentores de vapores nos suspiros dos tanques de armazenamento de combustíveis em todo o território nacional e dá outras providências.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 247/1999
PL 949/1999	Dispõe sobre isenção de impostos na importação de bens de capital e insumos industriais por empresas exportadoras.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1471/1999	Acrescenta § ao art. 36 da Lei nº 9.615, de 1998, que 'institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências'. Explicação: Proíbe a atletas menores de 16 (dezesseis) anos a saída do país em	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	razão de vínculo desportivo firmado com entidade de prática desportiva estrangeira.			Comissões - Art. 24 II	
PL 1683/1999	Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. Explicação: Estabelece que o imóvel residencial da família é impenhorável, desde que seu valor não ultrapasse trezentos mil reais.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 4728/1998
PL 1684/1999	Dispõe sobre dados a serem impressos nos talonários de cheques.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1869/1999	Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que menciona.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 2588/2000	Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços contábeis, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Contabilidade, da Mútua de Assistência dos Contabilistas e dá outras providências.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 2685/2000	Revoga a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA, cobrada pelo IBAMA.	Projeto de Lei	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PL 3039/2000	Acréscita dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", para permitir a utilização de parte dos saldos das contas vinculadas do FGTS para a aquisição de ações de empresas privadas de capital aberto. Explicação: Autoriza a utilização máxima de 50% (cinquenta por cento), do saldo da conta vinculada do FGTS para aquisição de ações de empresas privadas de capital aberto que comprovem estar em dia com as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias; permite a venda dessas ações decorrido o prazo mínimo de 12 meses.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 3401/2000	Altera o art. 17-A da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Explicação: Dispõe que os preços cobrados pelo Ibama para avaliação e classificação do potencial de periculosidade ambiental - PPA, de produto técnico, formulado e atípico, de agrotóxico e de produto preservativo de madeira, incluindo seus registros, serão reduzidos em 80% (oitenta por cento) no caso de ser produto similar (aquele que possui o mesmo ingrediente ativo) de produto anteriormente registrado.	Projeto de Lei	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PL 4377/2001	Modifica o art. 37 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Explicação: Ressalva a competência do município para dispor sobre a veiculação de propaganda eleitoral nos limites de sua jurisdição.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PL 4674/2001	Institui o Dia Nacional do Curtidor, nas condições que especifica. Explicação: A ser comemorado no dia 20 de março.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
				Comissões - Art. 24 II	
PL 6408/2002	Autoriza o uso de óleo diesel como combustível nos veículos de aluguel.	Projeto de Lei	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 5892/2001
PL 6826/2002	Altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar as doações, a partido ou candidato, em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, procedentes de pessoa jurídica ou empresa que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens com órgão ou entidade do poder público ou sob seu controle.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 671/1999
PL 946/2003	Altera o § 1º e seu inciso II e acrescenta o inciso II - A e o § 4º ao art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e altera o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o Salário - Educação. Explicação: Reduzindo para um terço a quota estadual do salário-educação; destinando um terço para a criação da quota municipal e dois terços exclusivamente para a Secretaria de Educação do Distrito Federal.	Projeto de Lei	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 2379/1996
PL 994/2003	Dispõe sobre o Programa de Modernização de Máquinas (Modernmáquina) para a Indústria Calçadista, Indústria de Curtumes e Indústria de Componentes para Calçados e afins.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1216/2003	Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre produtos plásticos.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1247/2003	Altera a Lei nº 9.317, de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. Explicação: Inclui no regime do SIMPLES as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente a atividade de promoção, organização e montagem de feiras, congressos e eventos.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 1203/2003
PL 1565/2003	Revoga o parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, acrescido pelo art. 21 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003. Explicação: Revoga dispositivo que possibilita recurso de decisão final do CNAS na concessão ou renovação do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1829/2003	Altera a Lei n.º 8.989, de 1995, modificada pela Lei n.º 10.690, de 2003, no que se refere à aquisição de veículo com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados por pessoa portadora de deficiência. Explicação: Suspende a exigência do tipo de combustível.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1940/2003	Dispõe sobre a prestação de serviço rodoviário interestadual de transporte coletivo de passageiros sob regime de fretamento turístico.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
PL 1941/2003	Dispõe sobre o cadastramento obrigatório dos empreendimentos ou estabelecimentos que explorem serviços de hospedagem. Explicação: Inclui os flats, apart-hotel ou condohotel.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 2464/2003	Altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Explicação: Fixa como critério de desempate no processo licitatório a participação da empresa em programas voltados para admissão de jovens no mercado de trabalho.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 1292/1995
PL 2469/2003	Altera dispositivo da Lei do Simples. Explicação: Autoriza a opção pelo SIMPLES dos profissionais legalmente habilitados; altera a Lei nº 9.317, de 1996.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 7003/2002
PL 2587/2003	Institui o "Cavalo Crioulo" como animal-símbolo do MERCOSUL.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 2994/2004	Institui o Programa de Financiamento do Ensino Superior Comunitário - PROFESC.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 3262/2004	Dispõe sobre os jogos de bingo.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 3145/2004
PL 3355/2004	Dispõe sobre a criação de programa de financiamento de próteses e equipamentos especiais para deficientes físicos.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 3697/2004	Altera a redação do art. 5º, da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar, permitindo a incorporação do brasileiro a partir dos dezesseis anos de idade, nas condições que especifica.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 3798/2004	Altera a redação do art. 45, III da Lei nº 9.504 de 1997, para permitir a divulgação de entrevistas e notícias a respeito de candidatos e respectivas candidaturas.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PL 3839/2004	Altera o inciso "I" do art. 2º e o caput do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a percepção de seguro-desemprego pelos funcionários de empresas que vierem a ser fechadas, por ordem judicial, em razão de adulteração, imitação ou falsificação.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 4085/2004	Dispõe sobre a tributação das empresas de software. Explicação: Autoriza as empresas de software a optarem pelo SIMPLES e a manterem as alíquotas vigentes na legislação anterior para a tributação do PIS - PASEP e da COFINS (tributação cumulativa). Altera as Leis nºs 9.317, de 1996; 10.637, de 2002 (Lei nº 10.684, de 2003) e 10.833, de 2003 (Lei nº 10.825, de 2004).	Projeto de Lei	.	.	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
PL 4086/2004	Dispõe sobre a exigência de concurso público de provas e títulos para o preenchimento das vagas de conselheiro dos Conselhos Tutelares. Explicação: Altera a Lei nº 8.069, de 1990 (Lei nº 8.242, de 1991).	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 67/2003
PL 4141/2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de mensagem de advertência nos cartões telefônicos pré-pagos Explicação: Obriga as concessionárias de telefonia celular a colocarem advertência nos cartões telefônicos pré-pagos, sobre os riscos de dirigir falando ao telefone celular.	Projeto de Lei	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 2741/2003
PL 4554/2004	Regulamenta o Art. 8º da Constituição Federal, que dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências. Explicação: Altera e revoga dispositivos da CLT - Decreto-lei nº 5.452, de 1943. Regulamenta o artigo oitavo da Constituição Federal.	Projeto de Lei	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PL 1528/1989
PL 6120/2005	Institui o Dia Nacional do Curtidor, nas condições que especifica Explicação: A ser comemorado no dia 05 de maio.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Aguardando Apreciação pelo Senado Federal
PL 6121/2005	Dispõe sobre a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa nos casos que especifica Explicação: Alterando a Lei nº 11.051, de 2004.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 6122/2005	Dispõe sobre a obrigatoriedade de exame clínico toxicológico periódico para ocupantes de cargos na polícia civil e militar em todo o país	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Apensado ao PL 5999/2005
PL 6746/2006	Dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Aguardando Apreciação do Veto
PL 471/2007	Dispõe sobre a apreensão ou o seqüestro de bens, direitos ou valores dos acusados por crime de formação de quadrilha.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	MESA - Arquivada
PL 1589/2007	Acrescenta parágrafos aos artigos 160 e 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, tipificando como crime a utilização da contratação de pessoal como meio de se auferir vantagens indevidas por meio de cobrança de parcela do salário do contratado a qualquer título.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PL 1911/2007	Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, nos termos que especifica, e dá outras providências. Explicação: Altera para Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, do Parnaíba e do Jequitinhonha.	Projeto de Lei	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	CCJC - Aguardando Parecer

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
PLP 170/1997	DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE, NO EMPREGO, DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO E DE DOENÇA PROFISSIONAL OU DO TRABALHO. Explicação: GARANTINDO A ESTABILIDADE APENAS AO TRABALHADOR ACIDENTADO QUE TENHA SOFRIDO LESÃO DE MAIOR GRAVIDADE, QUE O IMPOSSIBILITE DE EXECER A MESMA ATIVIDADE, MAS NÃO OUTRA DE MENOR COMPLEXIDADE, OBJETIVANDO A READAPTAÇÃO DO TRABALHADOR A NOVOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO.	Projeto de Lei Complementar	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PLP 98/2000	Dispõe sobre o comércio exterior e dá outras providências.	Projeto de Lei Complementar	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
PLP 223/2004	Dispõe sobre a tributação das empresas de software. Explicação: Autoriza as empresas de software a optarem pelo SIMPLES e a manterem as alíquotas vigentes na legislação anterior para a tributação do PIS - PASEP e da COFINS. Altera as Leis nºs 9.317, de 1996; 10.637, de 2002 (Lei nº 10.684, de 2003) e 10.833, de 2003 (Lei nº 10.925, de 2004).	Projeto de Lei Complementar	Urgência	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Apensado ao PLP 155/2004
PRC 66/2000	Altera a redação do § 1º do artigo 15 da Resolução nº 2, de 1995-CN, Regimento Comum. Explicação: POSSIBILITANDO A REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL, A APRESENTAÇÃO DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E AO PLANO PLURIANUAL.	Projeto de Resolução	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	MESA - Arquivada
REQ 23/2002 CDEICS	Propõe a realização de reunião de audiência pública para debater a conjuntura do setor aeroviário.	Requerimento de Audiência Pública	.	Requerimento	CDEICS - Arquivada
REQ 53/2002 CDEICS => PL 7188/2002	Requer a inclusão na Ordem do Dia da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, para apreciação imediata, do Projeto de Lei n.º 7.188, de 2002	Requerimento	.	.	CCJC - Arquivada
REQ 54/2002 CDEICS	pede inclusão extra pauta do PDC 2.306/2002	Requerimento	.	.	CDEICS - Arquivada
REQ 153/2002	Requer a formação de Comissão Externa de Parlamentares para investigar, "in loco", as consequências da invasão da fazenda "Ana Paula Agropastoril", em Hulha Negra/RS.	Requerimento de Constituição de Comissão Externa	.	.	MESA - Arquivada
REQ 31/2003 REFTRIBU	Solicita que seja convidado o Sr. PRATINI DE MORAES, ex-presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior - AEB/BR e ex-ministro da Agricultura, Minas e Energia, Indústria e Comércio e Planejamento, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão	Requerimento	.	.	REFTRIBU - Arquivada
REQ 32/2003 REFTRIBU	Solicita que seja convidado o Sr. EVERARDO MACIEL, ex-secretário da Receita Federal, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão.	Requerimento	.	.	REFTRIBU - Arquivada
REQ 33/2003 REFTRIBU	Solicita que seja convidado o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, GERMANO RIGOTTO, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão	Requerimento	.	.	REFTRIBU - Arquivada
REQ 47/2003 REFTRIBU	Solicita que seja convidado o Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. LUÍS ROBERTO	Requerimento	.	.	REFTRIBU - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	ANDRADE PONTE, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão.				
REQ 212/2003	Requer o desarquivamento de proposições.	Requerimento de Desarquivamento de Proposições	.	.	MESA - Tramitação do Requerimento Finalizada
REQ 9/2005 CDEICS	Propõe a participação da Subcomissão Permanente de Competitividade na Conferência Nacional de Inovação Regional, que ocorrerá no dia 22 de abril, em Washington.	Requerimento	.	.	CDEICS - Arquivada
REQ 23/2005 CDEICS	Propõe a realização de Seminário de COMPETITIVIDADE, no dia 15 de junho de 2005.	Requerimento	.	.	CDEICS - Arquivada
REQ 24/2005 CDEICS	Propõe a realização de Seminário, em conjunto, com as Comissões do Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Defesa do Consumidor, bem como a Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonetagem Fiscal, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e as diversas entidades que têm prejuízos com a pirataria, para juntos discutirem um plano nacional de combate à pirataria para o Brasil.	Requerimento	.	.	CDEICS - Arquivada
REQ 25/2005 CDEICS	Propõe a realização de exposição de produtos fabricados por entidades que representam os segmentos mais prejudicados pela pirataria, em conjunto, com as Comissões do Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Defesa do Consumidor, bem como a Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonetagem Fiscal, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e estas diversas entidades.	Requerimento	.	.	CDEICS - Arquivada
REQ 36/2005 CDEICS	Solicita autorização para realização de Reunião da Subcomissão Permanente de Competitividade, no próximo dia 7, no Rio Grande do Sul, com o intuito de ouvir os empresários locais sobre a grave crise por que passa o setor exportador gaúcho, com a perda de competitividade da indústria nacional ante o incremento da competitividade da indústria chinesa no mercado brasileiro.	Requerimento	.	.	CDEICS - Arquivada
REQ 37/2005 CDEICS	Propõe a realização de audiência pública para discutir o PL 4.291/04, do Senado Federal - Sr. Eduardo Suplicy - que "define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais."	Requerimento	.	.	CDEICS - Arquivada
REQ 362/2005 CAPADR	Solicita seja convocado o Sr. MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre critérios de nomeação para cargos em comissão de Secretários e Diretores de Departamentos, de seu Ministério, bem como dos dirigentes das entidades vinculadas.	Requerimento	.	.	CAPADR - Arquivada
REQ 2934/2005	Requer a realização de Sessão Solene em homenagem aos 110 anos de existência do Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre-RS.	Requerimento de Sessão Solene	.	.	MESA - Arquivada
REQ 6/2006 CDEICS	Propõe a realização de audiência pública no dia 10 de maio, para discutir a questão do setor exportador, juros altos e câmbio.	Requerimento de Audiência Pública	.	.	ARQUIVO - Arquivada
REQ 28/2006 CDEICS	Solicita a convocação dos Srs. Ministros de Minas e Energia, das Relações Exteriores, e do Presidente da	Requerimento	.	.	CDEICS - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	PETROBRAS, para prestarem esclarecimentos sobre o novo acordo firmado pelo Brasil para exploração e produção de gás nos campos de San Alberto e San Antonio, na Bolívia.				
REQ 22/2007 CREDN	Requer a realização de audiência pública com o Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, diretor-executivo do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) com o objetivo de discutir as diretrizes e linhas de ação na nova função que está assumindo junto ao referido organismo internacional".	Requerimento	.	.	CREDN - Arquivada
REQ 47/2007 CREDN	Solicita realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Finanças e Tributação, destinada a discutir os acordos preferenciais de mercado e recolher subsídios para diagnóstico da situação que enfrentam as empresas brasileiras do setor têxtil, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim e demais autoridades.	Requerimento	.	.	CREDN - Arquivada
REQ 54/2007 CREDN	requer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional a aprovação de Moção de Repúdio contra os atos praticados pelo Senhor Presidente da República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez, tendo em vista o fechamento arbitrário da emissora RCTP - Radio Caracas Televisión.	Requerimento	.	.	MESA - Arquivada
REQ 269/2007	Requer o desarquivamento de proposições	Requerimento de Desarquivamento de Proposições	.	.	MESA - Tramitação do Requerimento Finalizada
REQ 458/2007	Requer o desarquivamento de proposição.	Requerimento de Desarquivamento de Proposições	.	.	MESA - Tramitação do Requerimento Finalizada
REQ 590/2007 => REC 261/1998 => PL 1412/1996	Requer inclusão em pauta do Recurso nº 261/98, interposto contra a apreciação conclusiva do PL 1412/96.	Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia	.	.	MESA - Arquivada
REQ 662/2007 => PL 1549/2003	Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1549/03 e 7703/06.	Requerimento de Apensação	.	.	MESA - Tramitação do Requerimento Finalizada
REQ 740/2007	Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados, para homenagear a Rádio Guaíba, de Porto Alegre/RS, pelo seu 50º ano de fundação.	Requerimento de Sessão Solene	.	.	MESA - Arquivada
RIC 32/1995	SOLICITA INFORMAÇÕES AO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO SOBRE AS EMPRESAS EM QUE O GOVERNO FEDERAL, ATRAVES DO TESOURO NACIONAL, TENHA QUALQUER TIPO DE PARTICIPAÇÃO ACIONARIA. Explicação: MINISTRO JOSE SERRA).	Requerimento de Informação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
RIC 784/1995	SOLICITA INFORMAÇÕES AO MINISTERIO DA INDUSTRIA, DO COMERCIO E DO TURISMO SOBRE AS SUGESTÕES ENCAMINHADAS PELA DIRETORIA DE COMERCIO EXTERIOR DA FIESP A RESPEITO DO FINANCIAMENTO DAS EXPORTAÇÕES. Explicação: MINISTRA DOROTHEA WERNECK).	Requerimento de Informação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-
RIC 987/1995	SOLICITA INFORMAÇÕES AO MINISTERIO DO TRABALHO SOBRE A INSPEÇÃO DO TRABALHO DE MENORES NA INDUSTRIA CALÇADISTA DO RIO GRANDE DO SUL. Explicação:	Requerimento de Informação	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	-

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	MINISTRO PAULO DE TARSO ALMEIDA PAIVA).				
RIC 2500/2000	Requerimento de informações ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego sobre contas vinculadas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço de empregados de prefeituras municipais no Estado do Rio Grande do Sul.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 661/2003	Solicita informações ao Ministro da Defesa sobre cumprimento da Lei de Anistia. Explicação: Ministro José Viegas Filho.	Requerimento de Informação	.	.	1SECM - Arquivada
RIC 662/2003	Solicita informações ao Ministro da Justiça sobre cumprimento da Lei de Anistia. Explicação: Ministro Márcio Thomaz Bastos.	Requerimento de Informação	.	.	1SECM - Arquivada
RIC 3796/2006	Solicita ao Senhor Ministro da Justiça o envio de informações sobre todas e quaisquer manifestações da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE) e do Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ostensivas ou não, que tenham tido por objeto negociações havidas entre as empresas TELEMAR (Tele Norte Leste) e GAMECORP, aí incluídas aquelas relativas a acordos operacionais, bem assim aquisições societárias, ainda que parciais.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 4116/2006	Solicita informações ao Sr. Ministro de Relações Exteriores sobre o contrato da Petrobrás firmado entres os governos Brasileiro e Boliviano.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 4117/2006	Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia sobre o contrato da Petrobrás firmado entres os governos Brasileiro e Boliviano.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 12/2007	Solicita ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Silas Randeau, informações referentes à produção de petróleo no Brasil, especialmente no que diz respeito à quantidade e valor do cimento asfáltico de petróleo - CAP comercializado pela Petrobrás.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 153/2007	Solicita ao Ministro das Comunicações, Sr. Hélio Costa, informações referentes ao aluguel de veículos pertencentes à empresa Renacar com sede em Londrina-PR, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.	Requerimento de Informação	.	.	-
RIC 154/2007	Solicita ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Silas Randeau, informações referentes ao aluguel de veículos pertencentes à empresa Renacar com sede em Londrina-PR, à empresa Furnas Centrais Elétricas S.A.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 169/2007	Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre contratação, pelo Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, de empresas terceirizadas para a realização do Transporte Compartilhado de Malotes (TCM).	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 229/2007	Solicita à Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, informações referentes ao cumprimento, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, do disposto no Acórdão nº 2420/2006 do Tribunal de Contas da União-TCU Explicação: Relativo as recomendações e determinações do Relatório de Levantamento de Auditoria realizado no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, envolvendo o	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Tipo	Regime	Apreciação	Situação na CD
	Ministério da Defesa, o Comando da Aeronáutica, a Infraero e a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC,				
RIC 270/2007	Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão referentes ao aumento dos gastos com terceirizados.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 310/2007	Solicita informações à Sra. Ministra de Estado do Turismo sobre convênios com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel nacional e congêneres estaduais, e gastos com diárias e passagens.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 363/2007	Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, o encaminhamento das informações que especifica acerca dos alunos beneficiados com o Pro-Uni. Explicação: Nome, endereço, bolsa recebida, instituição que estudam, renda familiar declarada de todos os alunos do Pro-Uni nos anos de 2006 e 2007, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada
RIC 414/2007	Solicita ao Ministro de Minas e Energia, Sr. Nelson Hubner, informações referentes aos recursos transferidos às Organizações Não Governamentais pela Petrobrás.	Requerimento de Informação	.	.	MESA - Arquivada

Fonte: Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados – Módulo Tramitação. Data da pesquisa: 16/8/2017.

3. PROPOSIÇÕES DE RELATORIA DO DEPUTADO

Proposição	Ementa	Autor	Partido	UF	Tipo	Situação na CD
MSC 744/1997	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.	Poder Executivo	-	-	Mensagem	Originou o(a) PDC 619/1998
MSC 1251/2001	Submete à consideração do Congresso Nacional mensagem relativa à nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da II Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, aprovada pela Decisão 56/00, do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 14 de dezembro de 2000.	Poder Executivo	-	-	Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais	Originou o(a) PDC 1026/2003
MSC 50/2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o Texto do Acordo, por Troca de Notas, de Vistos Gratuitos aos Estudantes e Docentes, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	Poder Executivo	-	-	Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais	Originou o(a) PDC 992/2003

Proposição	Ementa	Autor	Partido	UF	Tipo	Situação na CD
	República Argentina, celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.					
MSC 640/2002	Submete à consideração do Congresso Nacional o "Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul", assinado na cidade de Olivos, Província de Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002, pelos Governos da República Federativa do Brasil, da República da Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai.	Poder Executivo	-	-	Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais	Originou o(a) PDC 611/2003
MSC 80/2006	Submete à elevada deliberação do Congresso Nacional o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul aprovado pela Decisão CMC 32/04, emanada da XXVII Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.	Poder Executivo	-	-	Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais	Originou o(a) PDC 2382/2006
MSC 113/2006	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.	Poder Executivo	-	-	Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais	Originou o(a) PDC 2533/2006
PDC 366/1996	Aprova o texto do Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 22 de março de 1994.	COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	Projeto de Decreto Legislativo	MESA - Arquivada
PDC 414/2000	Aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do MERCOSUL, concluído em Buenos Aires aos 23 de julho de 1998.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	-	-	Projeto de Decreto Legislativo	Transformada no(a) Decreto Legislativo 265/2000
PDC 780/2000	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	-	-	Projeto de Decreto Legislativo	Transformada no(a) Decreto Legislativo 473/2001
PDC 781/2000	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Caxias do Sul, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	-	-	Projeto de Decreto Legislativo	Transformada no(a) Decreto Legislativo 399/2001

Proposição	Ementa	Autor	Partido	UF	Tipo	Situação na CD
	Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.					
PDC 2306/2002	Aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2002.	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos	NI	NI	Projeto de Decreto Legislativo	PLEN - Arquivada
PDC 2171/2006	Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2006.	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos	NI	NI	Projeto de Decreto Legislativo	PLEN - Arquivada
PL 999/1988	Dispõe sobre a retenção de salário e dá outras providências. Explicação: Obriga o empregador ao pagamento de juros e correção monetária no caso de atraso de pagamento de salários, aplicando o art. 7º, inciso X da Constituição Federal de 1988.	Paulo Paim	PT	RS	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 3434/1989	Dispõe sobre o fornecimento da cesta básica de alimentos para os trabalhadores e dá outras providências	Paulo Paim	PT	RS	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 3941/1989	Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências. Explicação: Regulamenta o disposto no inciso XXI do art. 7º da Constituição Federal de 1988. Dispõe sobre o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço do empregado. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	SENADO FEDERAL - CARLOS CHIARELLI	PFL	RS	Projeto de Lei	Transformada no(a) Lei Ordinária 12506/2011
PL 3492/1993	Dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno, tolueno e xileno, seus derivados e compostos e dá outras providências Explicação: Visa impedir a inalação intencionalmente abusiva da cola de sapateiro.	Senado Federal - Darcy Ribeiro	PDT	RJ	Projeto de Lei	PLEN - Pronta para Pauta
PL 1223/1995	Acrescenta parágrafo ao artigo 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para o fim de estender ao empregado doméstico o direito a férias proporcionais, na cessação do contrato de trabalho.	João Coser	PT	ES	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 2207/1996	Cria área comum de livre comércio no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	Fetter Junior	PPB	RS	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 2544/1996	Cria o Programa Nacional de Recuperação da Cotonicultura e dá outras providências.	Roberto Pessoa	PFL	CE	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 3846/1997	Dispõe sobre o endosso de cheques. Explicação: Revoga dispositivos da Lei nº 7.357, DE 1985.	CPI DOS TÍTULOS PÚBLICOS	-	-	Projeto de Lei	PLEN - Pronta para Pauta
PL 3854/1997	Dispõe sobre a participação dos agricultores no processo de classificação e recebimento do fumo e dá outras providências.	Adão Pretto	PT	RS	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 3902/1997	Autoriza a inclusão do Banco Meridional do Brasil	Senado Federal - Pedro Simon	PMDB	RS	Projeto de Lei	MESA - Arquivada

Proposição	Ementa	Autor	Partido	UF	Tipo	Situação na CD
	S.A. como participação brasileira na estrutura de organização do Banco do Mercosul.					
PL 3786/2000	Veda o fracionamento da unidade monetária em valores inferiores ao centavo nas operações de venda a varejo. Explicação: Altera a Lei nº 9.069, de 1995.	Nelo Rodolfo	PMDB	SP	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 4383/2001	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação, nos rótulos das embalagens de café, da porcentagem de cada espécie vegetal de que se compõe o produto.	Abelardo Lupion	PFL	PR	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 5672/2001	Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, e dá outras providências. Explicação: Elimina a permissão de dupla estrutura do capital, prevendo a existência de três classes de ações: ordinárias, de fruição e especiais e estabelece normas de transição, relativamente às ações preferenciais, dentre outras alterações.	Luiz Carlos Haully	PSDB	PR	Projeto de Lei	CFT - Aguardando Parecer
PL 5853/2001	Estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.	Rubens Bueno	PPS	PR	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 6055/2002	Altera a redação do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para ampliar o percentual mínimo de aprendizes. Explicação: Aumenta o percentual de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos empregadores.	Jaques Wagner	-	BA	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 6796/2002	Altera a Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, que regula o Programa Nacional de Desestatização. Explicação: Estabelecendo que os editais de privatização contenham cláusula garantindo preferência para contratação de prestadoras de serviços nacionais pelas empresas a serem alienadas.	Agnelo Queiroz	PCdoB	DF	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 7188/2002	Desvincula, parcialmente, no exercício de 2003 e subsequentes, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União. Explicação: Permitindo a continuidade da alocação	Poder Executivo	-	-	Projeto de Lei	CCJC - Aguardando Designação de Relator

Proposição	Ementa	Autor	Partido	UF	Tipo	Situação na CD
	dos recursos dos Royalties e da Participação Especial, ampliando para até 50% e até 100% os percentuais de desvinculação estabelecidos; estendendo a flexibilidade aos exercícios de 2003 e posteriores.					
PL 1351/2003	Estabelece normas para a qualificação de organizações de responsabilidade socioambiental e dá outras providências.	Ann Pontes	PMDB	PA	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 2450/2003	Institui taxas de autorização, registro e fiscalização relativas às atividades integrantes da indústria do petróleo e às atividades integrantes do abastecimento nacional de combustíveis.	Enivaldo Ribeiro	PP	PB	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 2657/2003	Institui a obrigatoriedade de identificação de aparelhos reprodutores de discos compactos, para uso em veículos automotores, e dá outras providências. Explicação: Cria o Registro Nacional de Toca-Discos de Uso Veicular, objetivando a redução de arrombamento de veículos para furto de toca-fitas ou toca-Cd (compact disc).	Ronaldo Vasconcellos	PTB	MG	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PL 4291/2004	Define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais.	Senado Federal - Eduardo Suplicy	PT	SP	Projeto de Lei	MESA - Aguardando Apreciação pelo Senado Federal
PL 6380/2005	Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, estabelecendo que o Ministério da Saúde irá avaliar refrigerantes e bebidas alcólicas como isentas de riscos à saúde, antes da sua liberação.	Edson Duarte	PV	BA	Projeto de Lei	MESA - Arquivada
PLP 330/2002	Altera a legislação tributária para isentar as centrais de compras que menciona das Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - e para o PIS/PASEP. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 70, de 1991.	João Eduardo Dado	PDT	SP	Projeto de Lei Complementar	MESA - Arquivada

Fonte: Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados – Módulo Tramitação. Data da pesquisa: 16/8/2017. Informação disponível em nossas bases de dados somente a partir do ano de 2001.

4. FOTOS

As imagens do parlamentar seguem, em arquivos anexos. Informo que os créditos das imagens devem ser concedidos ao Arquivo da Câmara dos Deputados.

5. ÁUDIO

Os áudios com falas do parlamentar podem ser acessadas por meio do link:

<http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/lista.asp?ACAO=Pesquisar&txtDt1=01%2F01%2F1995&txtDt2=17%2F07%2F2007&txtOrador=J%C3%9ALIO+REDECKER&txtCodLocal=&txtNomeOrgao=&txtCodTipoReuniao=&txtPalavraChave=&pesqcompleta=1&txtNomeLocal=&txtNomeTipoReuniao=&txtNomeTipoSessaoLegislativa=&submit=Pesquisar>

Informamos que a listagem é composta de arquivos com áudios de toda a sessão legislativa que o parlamentar participou. Para ouvir exclusivamente as falas do parlamentar, orienta-se selecionar, em cada sessão, os arquivos referentes ao parlamentar. Obs.: Deve-se sempre selecionar o orador anterior e o posterior ao trecho desejado.

6. DISCURSOS

A compilação dos discursos proferidos em sessões plenárias pelos Deputados, em versão integral, pode ser obtida por meio do Banco de Discursos da Câmara dos Deputados, a partir de 10 de outubro de 2000. Para os discursos proferidos em reuniões de Comissões¹, a disponibilidade é a partir do ano de 1995.

Os discursos de anos anteriores a essas datas estão disponíveis no portal da Câmara dos Deputados, em arquivos separados, acessíveis por meio de link.

Seguem os discursos do ex-Deputado Júlio Redecker.

- Discursos em Plenário (anteriores a outubro de 2000):

<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=J%C3%9ALIO+REDECKER&txPartido=&txUF=&dtInicio=02%2F02%2F1995&dtFim=30%2F09%2F2000&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=20&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>

- Discursos em Reuniões de Comissões:

<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/ResultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=J%C3%9ALIO+REDECKER&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txSessao=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&listaTipoInterv=&txAparteante=&txTexto=&txSumario=&txIndexacao=&BasePesq=comissao&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=20&TipoOrdenacao=ASC&btnPesqAvan=Pesquisar>

- Discursos em Plenário (a partir de outubro de 2000):
Documento 1/111

029.3.51.O
Publ.: DCD - 3/27/2001 - 7293

Sessão Ordinária - CD

26/03/2001-15:24
JÚLIO REDECKER-PPB -RS

¹ O registro taquigráfico de Comissões é realizado a pedido. Portanto, pode haver reuniões de Comissões que não tenham as notas taquigráficas.

Sumário

Transcurso do 10º aniversário de criação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

O SR. JÚLIO REDECKER (PPB-RS. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia especial para a América do Sul, especificamente para os países que compõem o MERCOSUL: faz dez anos da assinatura do Tratado de Assunção, que instituiu o Mercado Comum do Sul.

O ex-Ministro das Relações Exteriores, nosso amigo Luiz Felipe Lampreia, afirmou, sem o menor exagero, que o MERCOSUL é o maior projeto da política exterior brasileira desde a independência do País.

Até meados dos anos 80, Sr. Presidente, o Brasil vivia num verdadeiro isolamento político e diplomático em relação a nossos vizinhos geográficos. Esse isolamento devia-se às preferências econômicas, baseadas em estratégias muitas vezes ilusórias e equivocadas.

O isolamento dos países da América Latina em geral e da América do Sul em particular tinha como origem remota as rivalidades entre Portugal e Espanha durante a colonização da América, que foram mantidas por Brasil e Argentina depois da independência. Essas rivalidades, insufladas por preconceitos e por desconhecimento dos laços culturais comuns, chegaram ao extremo durante o ciclo das ditaduras militares na América Latina.

Hoje, pode parecer absurdo, mas nos anos 70, início dos anos 80, a geopolítica brasileira supunha que era a Argentina o maior inimigo potencial e iminente de nosso País. Situação inversa, porém semelhante, aconteceu na Argentina. Com a redemocratização da América do Sul, a partir dos anos de 1983, 1984 e 1985, nossos países perceberam que a situação diplomática anterior era inviável, senão impossível, para o prosseguimento dos destinos das nossas nações.

Ao contrário, a aproximação entre o Brasil, a Argentina e os demais países da América do Sul poderia trazer para eles benefícios políticos, econômicos e sociais jamais tentados com afinho anteriormente. Já havia o bom marco jurídico, a Associação Latino-Americana de Integração ALADI. Precisávamos apenas implementá-la.

A partir de 1986, já com Presidentes civis e também querendo uma nova inserção na comunidade internacional, Brasil e Argentina buscaram ampliar e diversificar o intercâmbio econômico entre os dois países. Dentro do escopo de ação da ALADI, essa ampliação do relacionamento bilateral não se restringiu a aspectos comerciais. Pelo contrário, desenvolveram-se acordos nos mais diversos campos temáticos, inclusive o nuclear à época ainda um tabu para a integração, jamais imaginada por países como Argentina e Brasil.

A crescente aproximação entre Argentina e Brasil fez com que surgisse no início da década passada a idéia e a possibilidade da criação de um mercado comum entre os dois países. A essa idéia associaram-se, quase que imediatamente e com profundo interesse, Uruguai e Paraguai, cujas economias estão muito ligadas à brasileira e à argentina.

Assim, em 26 de março de 1991, os Presidentes de Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai assinaram, na capital paraguaia, o Tratado de Assunção.

O Tratado de Assunção é instrumento de direito internacional público para implementação de um mercado comum entre seus países-membros, o que envolve as chamadas quatro liberdades de circulação fundamentais, a saber: a livre circulação de bens, a livre circulação de serviços, a livre circulação de trabalhadores e a livre circulação de capitais. Além disso, a consolidação de um mercado comum exige a unificação de políticas macroeconômicas dos países-membros, como a comercial, e a harmonização de muitas outras, como a política fiscal.

O MERCOSUL, Sr. Presidente, ainda não atingiu o nível de mercado comum, pois a meta tratada em Assunção representa um processo de longo prazo que leva décadas. Cabe avaliar que o Mercado Comum Europeu tem cinquenta anos de integração e ainda está trabalhando em aprofundar o relacionamento entre os países-membros.

É preciso integrar todos os setores da economia, unificar políticas, harmonizar legislações, demonstrar e ampliar vínculos sociais, culturais e políticos, tomar uma série de medidas práticas. Tudo isso é obviamente impossível em curto prazo. Na nossa Casa, que é política, haverá tempo em que serão decididas as questões do MERCOSUL na área congressual pelas famílias políticas que compõem as nossas nações, procurando destinos comuns por meio do interesse daqueles que, pensando igual, em diferentes partidos, querem construir o futuro da região.

Já existe entre os países do MERCOSUL, desde a entrada em vigor do Protocolo de Ouro Preto, em 1º de janeiro de 1995, a união aduaneira em formação, etapa intermediária entre as relações econômicas internacionais tradicionais e o mercado comum completo. Até 1994, os países do bloco iniciaram negociações visando à coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. Para isso, criaram-se subgrupos de trabalho sobre temas diversos, mas vinculados à integração.

Adotou-se um programa de liberalização comercial, que se constitui na progressiva eliminação dos gravames e demais restrições aplicadas ao comércio recíproco, com o intuito de se chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero sobre a totalidade do universo tarifário, constituindo-se assim uma área de livre comércio. Reconhecendo diferenças pontuais para o Paraguai e o Uruguai, acordou-se que para esses dois integrantes o prazo de eliminação de gravames seria estendido até 31 de dezembro de 1995.

Ao final de 1994, os países-membros estabeleceram uma lista de adequação para certos produtos que desejavam manter fora de Área de Livre Comércio e adotaram a Tarifa Externa Comum — hoje popularmente conhecida como TEC — para produtos provenientes de terceiros países, configurando assim uma união aduaneira.

Entretanto, os países acordaram uma lista de exceções à TEC da ordem de trezentos produtos por país, para permitir a certos setores adequarem-se à nova realidade. As tarifas de importação que incidem sobre esses produtos contam com o prazo de convergência até 2000 — ou 2001, no caso do Paraguai e do Uruguai.

Um caso emblemático é o da informática, setor altamente protegido no Brasil, ao contrário do que ocorre nos demais países do bloco. Esses resistiram a abrir mão da possibilidade de continuarem operando com tarifa zero para bens de informática a fim de adotar a tarifa brasileira, que, na época, era de 35% ou mais. Depois de difíceis negociações, ficou estabelecido que esse setor desfrutará de um prazo mais longo, até 2006, para a convergência das tarifas.

A partir de 1995, Sr. Presidente, o MERCOSUL adotou uma agenda voltada para o seu aprofundamento e sua consolidação. A agenda incorpora ao processo negociador certos temas que constituem matéria de importância para as negociações futuras com outros agrupamentos regionais, as quais se estenderão ao longo das primeiras décadas do século XXI. Entre esses temas constam a liberalização do comércio de serviços e a adoção de instrumento comum em matéria de compras governamentais.

Nas reuniões regulares dos Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais do MERCOSUL, seus representantes devem intensificar o intercâmbio de informações e pontos de vista sobre os temas da agenda da consolidação e do aprofundamento da união aduaneira, assim como elaborar uma proposta conjunta para o acompanhamento regular da evolução da conjuntura econômica das quatro nações.

A visita ao Brasil, na semana passada, do novo Ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, mostra a preocupação em preservarmos o bloco, já que é muito mais importante do que os problemas individuais de cada nação a superação conjunta dessas dificuldades pela união, pelo esforço conjunto de todas as nações.

Já existe, Sr. Presidente, desde 1991, o Protocolo de Brasília para a resolução de controvérsias. Esse mecanismo, que já foi utilizado algumas vezes, é instrumento importante para resolver pendências setoriais importantes. Mas é necessário dizer que temos de avançar ainda mais para dar a clara noção à sociedade dos países do MERCOSUL de que as controvérsias, os problemas encontrarão, no lugar devido, sua solução, dando tranquilidade para aumentarmos o intercâmbio entre nossas nações.

Há questões pendentes no MERCOSUL que deverão ser trabalhadas para que se proceda ao aprofundamento da união aduaneira, entre elas as chamadas perfurações à Tarifa Externa Comum, que limitam a plena vigência da união aduaneira. Além das listas de produtos em exceção à TEC, mantidas por cada país, existem também os regimes especiais de importação relacionados a determinados setores da estruturação produtiva que os países desejem proteger. Outra fragilidade, Sr. Presidente, é a dupla cobrança da TEC. O bem importado de um terceiro país é tributado no momento de sua entrada na área econômica integrada e depois paga novo imposto ao cruzar a fronteira para ingressar em outro país do bloco.

Dois temas carentes de definição e que também constituem perfurações à TEC são os regimes automotivo e açucareiro, ambos objeto de exaustivas negociações.

Outra questão que compõe a consolidação do MERCOSUL diz respeito à defesa do consumidor. Nesse contexto, as negociações têm enfrentado dificuldades em face da assimetria nas legislações nacionais em vigor nos países. No entanto, as normas de defesa do consumidor revestem-se de extrema importância, uma vez que essa é a forma de induzir as indústrias a aprimorarem sua produção com vistas a uma melhor inserção dos produtos do MERCOSUL no mercado internacional.

Quando aperfeiçoamos a qualidade dos produtos servidos dentro do MERCOSUL, estamos melhorando nossa capacidade produtiva para sermos competitivos na prateleira do consumidor estrangeiro. Cada produto com a marca do MERCOSUL, cada produto com a marca **Made in Brazil** que chega na prateleira do consumidor estrangeiro e por ele é escolhido por questões de preço e qualidade é um emprego a mais gerado neste País.

Cada 1 bilhão de dólares exportado em país em desenvolvimento gera em torno de 50 a 100 mil novos empregos. E não há país que não necessite de geração de empregos e renda para o seu povo.

Mas o MERCOSUL teve também o seu solavanco, Sr. Presidente. A desvalorização do real, momento crítico para a sociedade brasileira e para a história do nosso País, também parecia apontar para uma rápida desagregação do bloco. Apesar disso, os encontros presidenciais que se seguiram reiteraram a convicção dos Governos dos quatro países quanto à importância política e estratégica dessa aliança.

A atual crise da Argentina, por mais que possa gerar dificuldades e incertezas sobre a sustentabilidade econômica do vizinho país ou do nosso próprio País, não ameaça a vida do MERCOSUL, que é a nossa garantia nesta economia globalizada. Nossos países sabem que deverão estar mais preparados, num processo educativo que cada vez mais informa e conforma nossas inteligências, a fim de poder gerar valor para nossas sociedades. Cada vez que negociamos um acordo internacional, devemos buscar função econômica para esses acordos, ou seja, procurar gerar emprego e renda dentro do nosso País.

Nesses dez anos do MERCOSUL, nota-se também o espetacular crescimento no intercâmbio comercial entre os países: da ordem de 309%, no período de 1991 a 1996, saltando da cifra de 4 bilhões de dólares, quando de sua criação, para algo em torno de 20 bilhões de dólares ao final de 1998.

Imaginem, Sras. e Srs. Deputados, o potencial que estava alocado dentro da região geográfica em que estamos incluídos, mas não era utilizado, e que teve o poder de alavancar as compras e as vendas entre os quatro países: de 4 bilhões de dólares, no ano de 1990, para mais de 20 bilhões de dólares, no ano de 1998. Esse salto nas nossas economias transformou o MERCOSUL em um ator relevante no cenário internacional.

Com respeito às relações internacionais, é necessário que o bloco resgate seu sentido estratégico, com a adoção de posições claras e coordenadas frente à Comunidade Andina. Bolívia e Chile já são países associados ao MERCOSUL. Com relação às negociações com a União Européia, a América do Sul e o Caribe, o MERCOSUL precisa apresentar-se bem articulado, para fazer frente ao entrave da política agrícola comum européia, assim como nas reuniões de negociação da ALCA.

Muitos posicionam-se contra a Área de Livre Comércio das Américas, mas ela é uma oportunidade que cabe a nós construir. Contudo, enquanto não sentarmos à mesa de negociação, não saberemos como fazê-lo. Não adianta nos posicionarmos como observadores, sem participar ativamente dessas negociações. Nossa obrigação é buscar vantagens para os nossos países, a fim de estabelecer a Área de Livre Comércio. Falo não apenas do Governo Federal, do Ministério das Relações Exteriores, mas de toda a sociedade brasileira, especificamente do setor produtivo, seja por intermédio de pequenos, médios ou grandes empresários, seja de trabalhadores. É hora de sentarmos para construir a ALCA. Ela não é hegemonia americana, mas uma parceria que visa gerar emprego e renda para os nossos países.

Com relação à agenda política, Sr. Presidente, cabe lembrar a importante participação que tiveram os países-membros na solução democrática das crises paraguaias dos anos de 1996 e 2000. Na última ocasião, o MERCOSUL demonstrou ser um elemento essencial para o projeto democrático dos países-membros.

É importante lembrar a assinatura do Protocolo de Ushuaia, pelo qual os países do bloco reiteraram que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração e que toda ruptura da ordem democrática dará lugar à aplicação de uma série de medidas, as quais abarcarão desde a suspensão do direito de participar das reuniões do MERCOSUL até a suspensão dos direitos e obrigações emanados do processo de integração.

Outra questão importante nesses dez anos de MERCOSUL é o aumento da participação dos Congressos Nacionais nas questões referentes à integração regional.

A Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL dá legitimidade democrática ao nosso bloco, mas as principais decisões ainda estão nas mãos do Poder Executivo.

Cabe aqui lembrar, Sr. Presidente, que em todas as negociações internacionais o Congresso brasileiro tem de se fazer mais presente. Recentemente, em viagem aos Estados Unidos, pudemos ver a importância que o Congresso daquele país tem para as negociações internacionais dos Estados Unidos, porque ele é ator relevante na área do comércio internacional e na participação nas decisões do Governo, a ponto de o Governo americano precisar de licença prévia para negociar acordos internacionais por parte do Congresso americano.

As questões de comércio e de relações internacionais não devem ser afeitas apenas à Comissão de Relações Exteriores da Casa e à Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. É necessário que nós, Parlamentares, possamos criar vínculo, conversar e construir caminhos juntamente com os colegas dos países que querem conosco comerciar. Embora contemos com a eficiência do nosso Ministério das Relações Exteriores, lembro que não é a mesma coisa do que um diplomata conversar com um Congressista norte-americano — é diferente quando um Congressista brasileiro conversa com um Congressista norte-americano, um Deputado do Brasil conversa com um Deputado da Argentina — para saber da real situação econômica do País, das questões sociais, do dia-a-dia dos cidadãos e dos seus Estados, a partir das suas necessidades e solicitações.

É fundamental encaminhar, na área do Congresso, negociações internacionais e aproximação entre os países. Essa é uma tarefa do nosso jovem e brilhante Presidente, Deputado Aécio Neves, para que nossa Casa tenha condição de ser não coadjuvante, mas protagonista nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas com a União Européia e também com o MERCOSUL.

Apesar de todas as necessidades que ainda precisam ser superadas, Sr. Presidente, o MERCOSUL é extremamente necessário e sempre bem-vindo, porque é um instrumento de nossos países para a inserção competitiva na economia globalizada, cheia de surpresas que nem sempre são agradáveis, como o recente caso do embargo canadense à carne brasileira.

Cabe aqui analisar o que acontece no mundo. A Europa atenta, como os Estados Unidos, contra a economia de países em desenvolvimento. Nós, que temos a matriz econômica do nosso País e do MERCOSUL na área agrícola, no **agribusiness**, com 25% das nossas exportações nessa área, assistimos à Europa conceder 1 bilhão de dólares diários em subsídios ao setor agrícola; vimos os Estados Unidos darem 3 bilhões de dólares de subsídios à sua soja, sendo que o Brasil exportará este ano aproximadamente 4 bilhões de dólares de soja, ou seja, os Estados Unidos darão três quartos desse valor em subsídios à sua agricultura de soja. Vale lembrar que a produção de soja nos Estados Unidos é equivalente à produção de todos os grãos no Brasil: 90 milhões de toneladas. Isso demonstra duas coisas: temos muito a crescer, mas temos uma enorme tarefa ao enfrentar barreiras tarifárias, não-tarifárias e práticas de subsídios. Não podemos fazer com que o agricultor brasileiro, em parceria com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, concorra com o tesouro de países ricos, que oferecem subsídios sem parcimônia, por se tratar de prática habitual, mas que desola, leva a miséria ao nosso campo e tira a competitividade de nosso produto em terceiros mercados. Temos de negociar isso. Não adianta somente falar mal. Devemos ir a Quebec, em abril, sentar à mesa, olhar os pontos de vista divergentes, reunir o Grupo de Cairns, começar a conversar e procurar construir uma agenda positiva, para solucionar problemas de comércio, porque o Brasil está parado na área de exportações há vários anos — não passamos de 50 bilhões de dólares. Somos muito grandes para sermos tão pequenos na área de exportação de produtos e serviços. Temos de crescer mais. Não nos falta qualidade de povo nem tecnologia, mas talvez nos falte política de comércio exterior mais atuante, forte e enérgica. Espero que os membros do Governo Federal hoje responsáveis por essa área cuidem cada vez mais dela, para que tenhamos resultados práticos no crescimento de nossas exportações. O aumento das exportações do MERCOSUL e do Brasil significa geração de mais empregos, mais renda e mais felicidade social, com menos excluídos. Vivam os 10 anos do MERCOSUL! Que Deus o abençoe e que ele possa trazer os benefícios esperados no prazo de tempo que lhe é devido, sem pressa, mas com a legitimidade das democracias. A cláusula democrática tem feito com que ele venha trilhando esse caminho até agora. Era o que tinha a dizer.

Documento 2/111

082.3.51.O	Sessão Ordinária - CD	16/05/2001-16:40
Publ.: DCD - 5/17/2001 - 21555		JÚLIO REDECKER-PPB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação de projeto de lei sobre instituição do Dia Nacional do Curtidor - 20 de março.

O SR. JÚLIO REDECKER (PPB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminho à Mesa projeto que institui o Dia Nacional do Curtidor — 20 de março. Há uma grande gama de profissionais trabalhando na área de curtumes, preparando as peles para que possamos industrializar nossos artefatos, calçados, vestimentas, estofamentos de carros e tantas outros produtos feitos com couro. Por isso, Sr. Presidente, estou encaminhando este projeto, esperando que o mesmo seja aprovado pela Casa, para que todos os anos essa classe tão operadora e trabalhadora pelo progresso do Brasil possa ter o seu dia comemorativo reconhecido nesta Casa.

Documento 3/111

089.3.51.O	Sessão Ordinária - CD	23/05/2001-16:42
Publ.: DCD - 5/24/2001 - 23596		JÚLIO REDECKER-PPB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PPB ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar 195 de 2001 (Institui contribuições sociais, autoriza créditos em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS de complementos de atualização monetária decorrentes de decisão do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências), em regime de urgência constitucional, objeto de verificação de votação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PPB-RS. Sem revisão do orador.) O PPB, Sr. Presidente, vota "não", porque a matéria já tramitou pelas Comissões Temáticas e já há acordo no sentido da sua aprovação para atender à demanda da população brasileira, que está aguardando uma resolução nesse sentido. O PPB vota "não", Sr. Presidente.

Documento 4/111

053.4.51.O	Sessão Ordinária - CD	02/04/2002-16:38
Publ.: DCD - 4/3/2002 - 12379		JÚLIO REDECKER-PPB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PROPOSIÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Surpresa do orador com a decisão do Presidente Aécio Neves, de encerramento da Ordem do Dia por falta de quorum e , consequentemente, do registro eletrônico de presença; Expectativa de que o referido procedimento seja adotado sempre na Casa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PPB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, estávamos ouvindo o Deputado Marcos Rolim, e a nossa situação é a mesma. Na semana anterior, quando da convocação, estávamos aqui. Aguardamos que a Ordem do Dia fosse concluída, mas nada foi votado naquela oportunidade. Hoje somos surpreendidos por essa decisão. Ela é justa se tiver continuidade, não apenas às vésperas da eleição, como medida tomada em função do calor das discussões do momento. Vários Parlamentares que não faltam às votações e cumprem o seu dever se sentem injustiçados. O fato de muitos ainda não termos registrado presença não significa que não estejamos na Casa. Desejo que a Mesa da Câmara dos Deputados, de hoje em diante, comece a Ordem do Dia sempre às 16h. A partir daí, encerraremos os outros trabalhos que confrontem com a atividade no plenário. Espero que isso vire costume na Casa.

Documento 5/111

120.4.51.O	Sessão Ordinária - CD	04/06/2002-17:46
Publ.: DCD - 6/5/2002 - 28385		JÚLIO REDECKER-PPB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas à antecipação, pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, de mudanças nas regras contábeis de fundos de investimentos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PPB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, traz-me a esta tribuna uma indignação muito grande contra decisão tomada pelo Governo, que muda as regras contábeis dos fundos de investimentos, o que deixou, desde sexta-feira, quando as medidas entraram em vigor, muito investidor contrariado. Da noite para o dia, o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários, uma autarquia do Ministério da Fazenda, decidiram antecipar em quatro meses regras que eram para entrar em vigor no final de setembro. O resultado foram perdas de valores e muita indignação, até mesmo entre pequenos aplicadores, como vou citar, da minha terra, Novo Hamburgo, Maria Luiza Scherer, que viu sumir cerca

de mil reais de uma conta-poupança que mantinha há anos em um banco. Os investidores dos fundos de renda fixa e DI's pós-fixados iniciaram o mês de junho com um inesperado prejuízo. As perdas médias, na última sexta-feira, foram de 1%, sendo que a dela chegou a 4,67%.

Segundo dados do Fundo de Serviço de Investimentos da Gazeta Mercantil, 1,5 bilhão das contas de investidores viraram pó da noite para o dia. Tudo porque adiantou-se para o último dia de maio regra que deveria passar a valer em setembro. Essa era a data prevista para os administradores dos fundos ajustarem a carteira à denominada marcação a mercado.

A antecipação acumulou, em um único dia, ajustes que estavam sendo feitos pelos gestores lentamente. A marcação a mercado adotada agora exige que o gestor contabilize diariamente o valor dos títulos públicos das carteiras dos fundos pelo preço real de mercado.

Pela regra anterior, o valor do título era registrado pelo seu valor de compra mais as incorporações diárias dos juros acordados, chamado curva do papel. Nesse processo, porém, os fundos não consideravam eventuais oscilações do valor de mercado desses títulos.

Perguntaram ao gerente da Comissão de Valores Mobiliários para onde teria ido o dinheiro que sumiu das contas dos investidores, 1,5 bilhão que virou pó da noite para o dia. O gerente respondeu que, na verdade, o dinheiro físico não foi mexido, mas houve nova precificação do ativo, que valia tanto e passou a valer menos. O título se desvalorizou.

Sr. Presidente, no Brasil, seus dirigentes se queixam de que não há poupança interna nem investimentos em ações de nossas empresas. Ontem, o Governo deu nova razão às pessoas que querem desistir de investir ao implantar, com quatro meses de antecedência e sem avisar aos correntistas, novas regras para os fundos, inclusive, para a poupança. Da noite para o dia, 1,5 bilhão sumiu das contas dos brasileiros sem que possamos fazer absolutamente nada.

Citarei o caso da Vó Cibila, senhora de 82 anos, de Novo Hamburgo, que acredita que poupar é bom negócio. Ontem, ela perdeu 60 reais, o que parece não ser muito. Apesar de receber 200 reais por mês de aposentadoria, essa senhora teve seu erro máximo ao aplicar na poupança, há cinco anos, 2 mil reais, fruto de indenização de terreno para abertura da BR-116, na década de 70. Esses 60 reais representam vinte meses de aplicação na poupança, com rendimento de apenas 3 reais mensais. Assim como ela, milhares de pessoas tiveram sua fé abalada no sistema pela falta de sensibilidade da área financeira.

As novas regras, que, de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários do Banco Central, deveriam vigorar a partir de 30 de setembro, mas foram antecipadas para 31 de maio, causaram esse prejuízo a milhares de poupadores. O Governo alega que avisou dia 29. Eu pergunto: avisou a quem? Dia 30 foi feriado nacional, Corpus Christi, e **dia 31 as novas regras já estavam em vigor.**

Sr. Presidente, como é que um país pode crescer e ter credibilidade se ofendemos, literalmente, a poupança daqueles que ainda acham que poupar é uma necessidade para garantir o futuro? A mudança na regra fez com que milhares de brasileiros, não só os grandes investidores, mas principalmente os pequenos, perdessem valores significativos.

Peço ao Sr. Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e aos membros da Comissão de Valores Mobiliários do Banco Central que revejam essa decisão. Não é assim que se trata o poupador. Embora as novas regras tenham passado despercebidas para muitos e muitos, a mudança foi trágica para o pequeno poupador.

Espero que o Sr. Presidente da República tenha a sensibilidade de devolver esse 1,5 bilhão aos poupadores brasileiros, assim restabelecendo a credibilidade do sistema financeiro e a segurança da prática de poupar, fundamental para financiar o crescimento do País.

Documento 6/111

233.4.51.O

Publ.: DCD - 12/12/2002 - 54240

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

11/12/2002-17:50

JÚLIO REDECKER-PPB -RS

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação, em primeiro turno, na presente sessão, da PEC 559 de 2002 (Institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública nos municípios e no Distrito Federal).

O SR. JÚLIO REDECKER (PPB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não ter permitido que o Deputado Luiz Carlos Hauy perdesse a seqüência foi importante para nós, pela sua explicação esclarecedora sobre a matéria.

Esta votação é possível pela persistência não só desta Casa, como também do Prefeito Paulo Ziulkoski,

que aqui se encontra e que tem perseverado diariamente, ao longo dos tempos, para fazer com que os Municípios obtenham desta Casa a autorização às Câmaras de Vereadores para permitir ou não a cobrança da Taxa de Iluminação Pública, que hoje se constitui num numerário importante para as administrações municipais.

Temos, até o presente momento, às 2h10min, um *quorum* de 300 Deputados que compareceram a este plenário. Há quase uma unanimidade na orientação dos partidos no sentido de aprovar a matéria, pela relevância que ela tem para a estrutura do municipalismo brasileiro.

Nós acreditamos que merece o reconhecimento desta Casa a persistência de V.Exa. em, presidindo esta sessão, buscar, mediante convocação direta, seja por telefonemas, seja pelo convite, fazer com que os Parlamentares venham aqui votar.

Aproveito a oportunidade para dizer aos nossos companheiros que é extremamente necessário decidirmos essa matéria hoje. Neste momento conseguimos mais um voto, totalizando 301. Acredito que, se aqui permanecermos, veremos o *quorum* cumprido, e certamente essa matéria será aprovada por esta Casa.

Lamento somente, Sr. Presidente, pela importância da matéria que ora apreciamos, que a tenhamos deixado chegar sem votação quase ao final da Legislatura, colocando em risco a sua aprovação. Nesse sentido, associo-me a todos aqueles que, juntamente com este Deputado, estão aqui, esperançosos de ver essa matéria votada e aprovada.

Quero dizer da minha alegria por ver aqui hoje o Prefeito Paulo Ziulkoski, que deveria merecer dos Prefeitos brasileiros o reconhecimento como um dos maiores líderes de sua classe. Nosso Prefeito, sempre Presidente da FAMURS — Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, e também da CNM — Confederação Nacional de Municípios, é um político em que reconheço as melhores qualidades do homem público. Manifesto-lhe meu reconhecimento pessoal e meu preito de amizade e de gratidão pelo trabalho que tem desenvolvido em prol da organização do municipalismo no Brasil.

Que fiquem registradas, nas palavras deste humilde Parlamentar do Rio Grande do Sul, a grandeza do trabalho do Prefeito Paulo Ziulkoski e a persistência com que tem buscado dias melhores para os Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/111

035.1.52.O	Sessão Ordinária - CD	02/04/2003-15:28
Publ.: DCD - 4/3/2003 - 12183		JÚLIO REDECKER-PPB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Relação dos Perímetros dos Pés com a Forma e o Calçado segundo Critérios de Conforto, de autoria de Fernando Oscar Geib.

O SR. JÚLIO REDECKER (PPB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi-nos enviado interessante estudo, intitulado *Relação dos Perímetros dos Pés com a Forma e o Calçado segundo Critérios de Conforto*, que tratou de identificar as condições em que uma mesma numeração de calçados resulta em aspectos de conforto do pé e do corpo humano, fornecendo, dessa maneira, parâmetros para a fabricação de formas e calçados que atendam a essas condições. Na verdade, trata-se de dissertação apresentada pelo Sr. Fernando Oscar Geib ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano Área Biomecânica, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

As conclusões do trabalho apontaram que a variabilidade dos perímetros dos pés em um mesmo número é muito grande, chegando a 33 milímetros. Os perímetros das formas representaram 92% dos perímetros dos calçados montados sobre as mesmas, e, o que parece mais grave, os perímetros dos pés foram representados nos calçados e nas formas em níveis inferiores a 50%.

Portanto, a mesma numeração, nos diversos modelos, deve contemplar perfis diferenciados, atendendo, assim, a um número maior de usuários com maior conforto.

Pode-se depreender a importância do estudo em questão, de vez que, consideradas as conclusões observadas, demonstrou-se que é possível, mediante pesquisa sistematizada, efetuar a produção de calçados mais saudáveis e confortáveis.

Por outro lado, fica patente, especialmente para os fabricantes de calçados, que a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de fabricação são possíveis e, o mais importante do ponto de

vista comercial, acessíveis.

Em um mundo em que o discurso globalizante toma conta da mídia e do inconsciente coletivo, é mister também considerar que a indústria brasileira de calçados pode estar desperdiçando preciosa chance de estabelecer diferenciação no mercado com o seu produto, além de estar deixando passar a oportunidade de criar a sua marca ante o competitivo mercado internacional.

Por isso, Sr. Presidente, é de mais alta relevância o estudo empreendido pelo Sr. Geib, motivo pelo qual solicito a transcrição de sua íntegra nos Anais da Câmara dos Deputados.

(A "Relação dos Perímetros dos Pés com a Forma e o Calçado segundo Critérios de Conforto", de Fernando Oscar Geib, a que se refere o Deputado Júlio Redecker, encontra-se na Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, conforme Guia de Transferência nº 04, emitida pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação — art. 98, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.)

Documento 8/111

199.1.52.O

Publ.: DCD - 9/25/2003 - 49944

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Solene - CD

HOMENAGEM

24/09/2003-10:36

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do cinquentenário de falecimento do ex-Presidente da República Getúlio Vargas.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de bom alvitre ao Parlamentar que preza pela ética tentar, ao menos, ser imparcial ao fazer análises políticas de certos processos de nossa história, máxime ao ter diante dos olhos uma personalidade tão discutida como foi a de Getúlio Vargas.

Mercê do fulgor das controvérsias, certos personagens do passado são injustiçados pelo conjunto e grandeza de suas obras.

Getúlio, que nós, gaúchos, tão bem conhecemos, foi muito mais do que apenas uma figura de tais defeitos ou de tais virtudes; foi um homem histórico, um grande líder que conduziu um povo. Mesmo julgado como estadista contraditório, revelou grandeza até nos erros comuns de um homem de Estado que se expõe e não se furta ao embate.

Getúlio abriu novos caminhos, e sua obra teve notáveis proporções.

Sem dúvida, Getúlio Vargas era dotado de singular poder de apreensão do fenômeno político, em uma época de intensas mutações no cenário nacional. Atinou uma República Velha corroída e depauperada que desperdiçava oportunidades propícias ao ativamento do processo em curso para fazer com que o Brasil crescesse; malbaratava o aproveitamento de capitais estrangeiros numa época em que havia folga desses capitais; não imprimia velocidade a uma obra educacional progressista; e perdia chances no campo da iniciativa empresarial.

O Movimento de 30, a partir desses e de outros precedentes históricos, representaria, então, um estuário de tendências políticas contrárias à rotina e à falta de espírito renovador. Não havia mais espaço para o modelo de oligarquias regionais dirigidas pelos Estados detentores de maior poder político. No plano internacional, em 1929, éramos também, de certa forma, atingidos por um mundo atônito pelo drama do *crack* da Bolsa de Valores de Nova York e de outros alarmantes acontecimentos. Para Getúlio, era incompreensível um País jovem, consciente de sua missão de grandeza, permanecer atrelado a um "feudalismo agropecuário", dominado por uma ordem antiquada inteiramente corrompida por pequenos grupos de nacionais a serviço de sua própria rapinagem ou de interesses forâneos.

O grande mérito de Getúlio Vargas, Sr. Presidente, foi ter sido um político hábil que teve a coragem de enfrentar dificuldades de porte. Ao derrubar a "velha ordem", pelejou pela nossa independência econômica — em particular no carvão, aço e petróleo —, pelo trabalhador do campo e da cidade, pela industrialização e pela agricultura competitiva.

Sua herança, além de grandes cometimentos — como a Siderúrgica de Volta Redonda, a Hidrelétrica de Paulo Afonso e a revalorização econômica da Amazônia —, pode ser traduzida em democracia, eleições e uma legislação trabalhista original — com jornada de 8 horas diárias, férias remuneradas, assistência médico-jurídica e salário mínimo, talvez as maiores conquistas por esses trópicos do povo trabalhador.

Nobres Parlamentares, a complexidade de um estadista só é percebida em momentos de alta culminância histórica. A firmeza sem brechas de Getúlio se revelou, por exemplo, no vigor que imprimiu à conduta do esforço bélico do Brasil na Segunda Grande Guerra; e, no desassombro de bandeirante,

ao abrir caminhos novos com a tenacidade fria de articulador incansável, tarefa que se mostrou hercúlea em prol de um Brasil grande e próspero.

Enfim, a compreensão de todo o Período Vargas nos mostra um Brasil às voltas com seu destino e sua história e com uma vontade tremenda de fazer com que este País crescesse e ocupasse seu lugar no concerto das nações. Getúlio propiciou ao País ritmo e valores que, hoje, constituem patrimônio da cultura política nacional transmitida às novas gerações.

Portanto, Sr. Presidente, a Liderança do PSDB homenageia esse vulto histórico, no início das comemorações do cinquentenário de sua morte, celebração que se dará em 2004, reconhecendo a grandeza de uma obra política de larga envergadura, traduzida na sua projeção para o futuro. Muito obrigado.

Documento 9/111

258.1.52.O

Publ.: DCD - 11/12/2003 - 60880

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

11/11/2003-17:26

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória 131 de 2003 (Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra 2004 e dá outras providências - transgênicos). Avaliação positiva da proposição. Avanços na agricultura em decorrência da transgênia. Referência à Emenda da Deputada Yeda Crusius, que será destacada pelo PSDB, que visa a não- responsabilização do produtor pelo plantio da soja transgênia quando não havia regulamentação da matéria.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido da Social Democracia Brasileira vai votar a favor da medida provisória. Vamos apresentar destaques supressivos e destacar uma emenda, mas tenho de reconhecer o avanço no conhecimento daquilo que vimos neste plenário que o Partido dos Trabalhadores, hoje com a responsabilidade de governar o Brasil, tem experimentado nesses poucos meses de Governo. Eu me lembro quando se falava do FMI e do superávit primário. Hoje o PT entrega um superávit primário maior do que o exigido pelo FMI, à custa do crescimento econômico.

Na questão dos transgênicos, há uma dualidade no coração dos petistas, por uma única razão: eram contra a transgenia não porque quisessem, mas por desconhecerem o que a biotecnologia faz para a ciência e a humanidade, como, por exemplo, alimentos geneticamente modificados, como o caso da soja. Estudos da Organização Mundial de Saúde sobre os transgênicos esclarecem que aqueles atualmente em uso não apresentam riscos. A matéria foi publicada há poucos dias na *Gazeta Mercantil*.

O que a transgenia representou para o Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul, em termos de produção de soja? Competitividade, rentabilidade para o produtor, equalização no desenvolvimento do agronegócio, que hoje sustenta a balança comercial brasileira.

Os méritos devem ser dados a algumas mentes avançadas do PT, dentre as quais destaco o Deputado Paulo Pimenta, que soube compreender a realidade da agricultura brasileira e a necessidade de possuímos tecnologia de ponta para competir na mesa do consumidor internacional.

Temos a plena certeza de que, com algumas correções, essa medida provisória trará tranquilidade ao produtor.

No entanto, queremos mais: que o produtor não seja responsabilizado, por nenhuma razão, pelo plantio quando não havia regulamentação. Por isso, vamos destacar a Emenda nº 97, da Deputada Yeda Crusius. Vamos zerar para termos a tranquilidade de que o produtor não será responsabilizado e acionado juridicamente, sob pena de pagar um preço por algo de que é o menor culpado, porque tanto o Governo Estadual do Rio Grande do Sul, à época, quanto o próprio Governo Federal permitiram que a soja fosse cultivada. E hoje ela é uma realidade.

Na Argentina, em razão de experimentos genéticos, já há produção de soja com vagens modificadas geneticamente, a partir da utilização da ervilha, que contém até 8 grãos. Isto tem gerado tremenda produtividade nesses campos experimentais. Produtores gaúchos, também a título de experiência, já a estão plantando e têm obtido produtividade duas ou 3 vezes maior do que a atual.

O Rio Grande do Sul não pode ficar de fora. O Brasil não pode ficar de fora. Temos que ser competitivos.

Se causasse qualquer problema à saúde, os países desenvolvidos e a nossa EMBRAPA, referência em termos de biotecnologia, já teriam acendido a luz vermelha e alertado o povo brasileiro e o Governo

para não consumirem a soja geneticamente modificada.
Por isso, o PSDB quer a regularização da presente safra e a possibilidade de se determinar o futuro com o conhecimento necessário para dar tranquilidade à produção brasileira e aos consumidores.
O PSDB é favorável à matéria. Amanhã, apresentará os destaques supressivos, e pede ao nosso ilustre Relator que ainda conversemos a esse respeito, a fim de que, ao aprimorar a medida, contemplemos o interesse maior do Brasil e de todos os brasileiros.
Mais uma vez, parabeniza o ilustre Relator Paulo Pimenta pela idéia clara e pela percepção da realidade, que ultrapassa os limites daqueles que, ainda, no seu partido, não enxergaram a luz do crescimento econômico a partir da utilização da biotecnologia e do respeito à saúde humana.
Muito obrigado.

Documento 10/111

259.1.52.O	Sessão Ordinária - CD	12/11/2003-16:54
Publ.: DCD - 11/13/2003 - 61365		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Medida Provisória 131 de 2003 (Estabelece normas para o plantio e a comercialização da produção de soja da safra 2004 e dá outras providências - Transgênicos). Posicionamento favorável do PSDB à matéria. Ponderações sobre a importância da tecnologia para o desenvolvimento agrícola.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSDB vai votar pela aprovação da medida provisória, e queremos congratular-nos com o Relator, o Deputado Paulo Pimenta, que acatou o destaque à Emenda nº 97, da Deputada Yeda Crusius, a respeito da anistia aos produtores que plantaram soja transgênica em anos anteriores. Houve também um grande avanço no que se refere à multiplicação de sementes; afinal, tendo sido liberado o plantio de soja transgênica e não havendo sementes legais, não poderíamos fazer com que a produção brasileira acompanhasse o ritmo de nossos concorrentes, nem internamente, nem nas prateleiras do consumidor estrangeiro.

A transgenia é uma questão ideológica. Há muito tempo deixou de ser uma questão científica, porque a tecnologia tem permitido que a humanidade avance através dos anos. Lembro aqui a safra americana de 1940, época em que se iniciou o uso de adubos químicos e defensivos agrícolas na produção de alimentos. Hoje, em relação a 1940, a área cultivada dos Estados Unidos é metade do que era, mas a produtividade é 8 vezes maior, em razão de 60 anos de avanço na agricultura. E nem a Organização Mundial de Saúde, nem os cientistas da EMBRAPA, enfim, ninguém pode afirmar que a soja transgênica traga malefícios à saúde humana.

Pesquisas feitas no mundo inteiro por órgãos renomados atestam que o avanço tecnológico é fundamental para desenvolver a produção de alimentos e matar a fome no mundo. Com a área agricultável que tem, com a capacidade produtiva e com a alavanca que o agronegócio representa para a economia nacional, gerando superávit, o Brasil não pode ficar de fora e ser condenado ao atraso apenas por questões ideológicas.

Sr. Presidente, ressaltados os destaques, o PSDB votará favoravelmente à medida provisória, ao tempo em que se congratula com o ilustre Relator por demonstrar claramente que o Governo tem feito algumas coisas boas, e começa a enxergar a realidade, a moldar o caráter da sua bancada para que não faça oposição inconseqüente aos meios de produção do Brasil, mas acompanhe o desenvolvimento e o crescimento do País sem deixar de respeitar a saúde humana, conforme se propõe nessa matéria.

Agradecemos a todos os partidos a compreensão. Os agricultores brasileiros certamente ficarão muito contentes com esta decisão da Casa, principalmente porque precisam ser protegidos, e não criminalizados por quererem a tecnologia de desenvolvimento e a elevação do Brasil para o lugar que merece no cenário mundial, com superávit e crescimento econômico.

Documento 11/111

259.1.52.O	Sessão Ordinária - CD	12/11/2003-16:54
Publ.: DCD - 11/13/2003 - 61371		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSDB ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 131 de 2003 (Estabelece normas para o plantio e a comercialização da produção de soja da safra 2004 e dá outras providências - Transgênicos).

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, ressalto a importância econômica e a garantia da saúde pública, em função de acreditar que os cientistas da nossa EMBRAPA e os do mundo inteiro que lidam com essa matéria nos dão total garantia de que não haverá prejuízos à saúde.

Em segundo lugar, também em função de ter sido acolhida a emenda da anistia, de autoria da Deputada Yeda Crusius, traz uma tranquilidade muito grande aos produtores no sentido de que não serão penalizados e lhes serão garantido o mesmo tratamento dispensado aos produtores da atual safra.

Mais uma vez nós nos congratulamos com o Deputado Paulo Pimenta, Relator da matéria, pelo trabalho de conciliação, de entendimento e de pesquisa.

O PSDB vota favoravelmente ao relatório, ressaltados os destaques.

Documento 12/111

260.1.52.O

Sessão Extraordinária - CD

12/11/2003-20:18

Publ.: DCD - 11/13/2003 - 61405

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento contrário do PSDB ao art. 3º do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 131 de 2003 (Estabelece normas para o plantio e a comercialização da produção de soja da safra 2004 e dá outras providências - Transgênicos), que exige dos produtores a assinatura de Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta - TAC , objeto de DVS.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB solicitou o destaque para esta matéria por acreditar que o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta obriga os agricultores a assinarem a ciência de seu ilícito administrativo, produzindo provas contra eles mesmos.

Sr. Presidente, se tivermos um quadro em que haja reconhecimento do plantio da soja transgênica, o agricultor será prejudicado e não o produtor da semente ilegal. Ontem o Deputado Fernando Gabeira ainda falava do assunto na tribuna com muita ciência. Imaginem V.Exas. alguém comprar um remédio na farmácia que lhe faz mal. O apenado é o dono da farmácia e não o fabricante do medicamento. Se o Governo liberar o plantio da soja reconhecendo-a como legal, não caberá ao agricultor assinar termo de ajustamento.

Com o intuito de prevenir injustiças e cominações legais ao produtor rural, uma vez que não há como fazer esse reconhecimento, o PSDB vota "não". O partido quer defender os interesses dos produtores, que não devem fazer *mea-culpa* de algo que não devem.

O PSDB encaminha o voto "não".

Documento 13/111

019.3.52.E

Sessão Ordinária - CD

04/02/2004-17:02

Publ.: DCD - 2/5/2004 - 4020

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Presença na Casa do Deputado Jerônimo Goergen, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Necrológico do empresário gaúcho Nestor Herculano de Paula.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro primeiramente a presença do Deputado Jerônimo Goergen, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que nos honra com sua presença.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 23 o Rio Grande do Sul e o Brasil perderam um de seus maiores empreendedores: Nestor Herculano de Paula, diretor-presidente e fundador da empresa Calçados Azaléia.

Um dos precursores da indústria calçadista do País, Nestor de Paula construiu uma trajetória admirada no meio empresarial nacional, tendo passado de entregador de solados de sapatos na infância a fundador e principal dirigente de um grupo que produz 45 milhões de pares de calçados femininos esportivos por ano, com faturamento acima de 800 milhões de reais em 2003.

Natural de Novo Hamburgo, Nestor de Paula perdeu a mãe aos 7 anos e o pai aos 9. Criado por uma irmã, ajudava o cunhado, costurador de solados, com as entregas. Seu primeiro emprego formal foi de cobrador de ônibus. Em 1958, vendeu uma casa recebida de herança para associar-se a outros 4 empreendedores que estavam montando uma pequena fábrica de calçados em Parobé. Em 1965, as marcas iniciais Laika e Nectar foram substituídas por Azaléia, nome que consagrou a empresa em 70 países.

Nestor de Paula não era apenas um megaempresário, mas um homem com megavisão social. Sua preocupação com a qualidade de vida dos funcionários levou-o a criar espaços para atividades esportivas e de lazer e a construir complexo habitacional para os empregados ainda nos anos 80. Sob sua batuta, a empresa definiu e criou novos padrões, com um patamar no relacionamento patrão/empregado. Assim, as diretrizes fixadas pela direção da empresa, que buscam a lucratividade com justiça desde 1983, definiram a participação de colaboradores no resultado da empresa. Até 2002, conforme números da própria empresa, foram distribuídos mais de 65 milhões de dólares entre os colaboradores, por metas alcançadas.

Nestor de Paula sempre dizia que atrás da máquina havia gente. Mais do que ninguém, fez dessa frase filosofia de vida e de trabalho. Com pioneirismo absoluto no setor, a Calçados Azaléia instalou há mais de 25 anos o primeiro centro de treinamento de corte e costura e montagem de calçados no País. Ao todo são ministrados 300 cursos na empresa, com uma média de 252 horas/aulas anuais por funcionário.

Esse trabalho de vanguarda levou a revista *América Economia*, em sua edição especial com as 100 empresas mais competitivas da América Latina, a apontar a Azaléia como destaque no setor de calçados.

Fragilizado pela doença, Nestor de Paula sabia que seu tempo era curto. Nos últimos meses, dedicou-se a concluir o processo de profissionalização do grupo, garantindo a continuidade da empresa e o emprego de mais de 16 mil pessoas.

Em sua trajetória, Nestor de Paula dirigiu ainda diversas entidades empresariais, recebeu inúmeros prêmios no Brasil e no mundo, destacando-se como Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - ABICALÇADOS, que dirigiu de 1998 a 2001.

O empresário era casado com Diva de Paula e deixa 3 filhos, Daisi Rachel, Daniel Gustavo e Paula Camila e a neta, Manuela de Paula Silveira.

À família de Paula, meus sentimentos pelo homem que ele foi, pelo amigo e grande empreendedor. Hoje, preside a Calçados Azaléia, junto com uma diretoria de primeira qualidade, o ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Britto.

Esperamos que a empresa, que gera mais de 20 mil empregos, que dá educação do berçário até o segundo grau para os filhos dos empregados, para que eles não sejam apenas empregados, mas dirigentes da própria empresa, possa servir de exemplo. Esse homem é um paradigma dos grandes empreendedores brasileiros.

Muito obrigado.

Sumário

Apoio popular à instalação de CPI para averiguação do envolvimento do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, em negociações com contraventores para financiamento de campanhas eleitorais do PT. Implicação no caso do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Suspeita de conexão da Loteria Estadual do Rio Grande do Sul com o esquema administrado pelo agente demitido, com a anuência do ex-Governador Olívio Dutra. Favorecimento financeiro de políticos petistas do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro. Urgência na prestação de esclarecimentos à Nação pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conveniência do afastamento temporário do Ministro José Dirceu. Defesa da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da alta cúpula da Casa Civil. Tentativa de escamoteação do episódio pelo Governo Federal.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem à noite, na TV Com, de Porto Alegre, em programa de debates e conversas cruzadas, eu e os Deputados Adão Vilaverde, Paulo Pimenta, Berfran Rosado, do PPS, debatemos a questão do Waldomiro Diniz, o amigo, o colega do nosso grande Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Noventa e três por cento das pessoas entrevistadas na pesquisa interativa querem o esclarecimento do assunto por uma CPI e acham que o Governo estará perdendo se não esclarecer o caso.

Sr. Presidente, descobrimos uma conexão interregional. O irmão do Carlinhos Cachoeira, único concorrente, ganhou na loteria do Estado do Rio Grande do Sul, quando o Governador era o Sr. Olívio Dutra, a possibilidade de gerir a loteria estadual. O maior proprietário era o Carlinhos Cachoeira. Na época em que o PT governou o Rio Grande do Sul, o Sr. Olívio Dutra convidou o filho de Leonel Brizola, que mudou de partido e abandonou o pai — Leonel Brizola tem uma carreira limpa na política brasileira —, para presidir a Loteria Estadual do Rio Grande do Sul, formando uma conexão com o Rio de Janeiro. O mesmo aconteceu no Rio, onde esse Waldomiro Diniz praticou atos de corrupção, na LOTERJ.

E aqui querem fazer com que não haja uma CPI. O Governo do PT, as vestais que clamavam por dignidade, honradez, acabaram por varrer a sujeira para debaixo do tapete!

Foram 12 anos de convivência de José Dirceu com Waldomiro Diniz; dividiram a pasta de dente no apartamento em que moravam juntos; conheciam a marca da toalha um do outro; sabiam a hora de ligar a televisão para assistir ao *Jornal Nacional*. E agora não venham me dizer que não há implicação com o Chefe da Casa Civil, José Dirceu!

A Polícia Federal foi ao apartamento de Diniz para prender documentos. Deveria ir ao de José Dirceu. Será que ele não esqueceu alguma coisa no apartamento do Chefe da Casa Civil?

Promiscuidade! O homem que aparece em uma foto, no *site* do Sr. José Dirceu, com outros ilustres Deputados pertencentes ao PT, é o Sr. Waldomiro Diniz, que se relacionava com os Parlamentares.

A propósito, vimos crescer, como nunca, em quase 80%, a base de apoio ao Governo desta Casa. Será que esse Waldomiro Diniz é um homem tão forte, tão convincente, que conseguia, de graça, até casa para o Sr. José Dirceu, que o apadrinhou e o indicou para um cargo, com o nobre Senador Cristovam Buarque, no Distrito Federal?

O Sr. Waldomiro Diniz foi protegido no Governo Garotinho, no Governo de Benedita da Silva. Aliás, arrecadava para o PT. Humilde, ele. Pedia apenas 1% de propina. Mas, se pedisse 15% ou 20%, seria igualmente corrupto. E o PT está varrendo a sujeira para debaixo do tapete!

O Presidente Lula tem de falar para a Nação; tem de solicitar ao Ministro José Dirceu que peça licença do cargo; deveria mandar quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico da Casa Civil. Precisamos saber a verdadeira atividade do Sr. Waldomiro Diniz!

Inocentemente, o Sr. José Genoíno, que de genuíno não tem nada, disse que, se ele fosse do PT, haveria problema. Quer dizer: corruptos do Brasil, se não estão filiados ao PT e querem uma boquinha no Governo, o José Genoíno provê. É assim. Se roubar e não for do PT, tudo bem.

O PT que paga as suas campanhas com contribuições dos seus filiados, vendendo flâmulas, bandeirinhas, já tem na sua história ligação com a contravenção. Lá no Rio Grande do Sul foi o caso Diógenes, e houve até uma CPI. O clube da cidadania... Maracutaia da grossa! E agora vemos essa mesma maracutaia aqui. E o PT se esconde, não quer uma CPI para investigar o caso Waldomiro Diniz.

Publ.: DCD - 4/1/2004 - 14056

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Relatório de viagem a Buenos Aires ao ensejo da realização da XXII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais do MERCOSUL e União Européia.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais da Casa relatório de viagem feita a Buenos Aires, semana passada, ao ensejo da XXII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais do MERCOSUL e União Européia, oportunidade em que o Deputado Edison Andrino e eu representamos a Comissão Parlamentar do MERCOSUL e também a Casa.

RELATÓRIO A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 16/111

114.2.52.O

Sessão Extraordinária - CD

02/06/2004-17:18

Publ.: DCD - 6/3/2004 - 26128

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável da Minoria à Emenda 56, destacada, à Medida Provisória 182 de 2004 (Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências), que acresce ao salário mínimo, excepcionalmente, no mês de maio de 2004, um adicional a título de abono, correspondente à diferença entre o valor fixado e o anterior vigente, visando a minimizar o prejuízo que os trabalhadores e os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social tiveram em decorrência da mudança de reajuste do salário mínimo de 1º de abril para 1º de maio. Defesa da aprovação da emenda. Descumprimento pelo Presidente Luiz Inácio Lula Silva de compromisso assumido na campanha eleitoral de dobrar o valor do salário mínimo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, talvez hoje seja um dos dias mais tristes desta Casa. Não estamos concedendo favores aos brasileiros desvalidos. Aprovamos um salário mínimo que não corresponde às necessidades de uma família para viver com dignidade. Estamos escrevendo hoje nova etapa da história da perda da credibilidade da classe política.

O PT passou para o País, durante as eleições, a idéia de que, quando Governo, dobraria a capacidade de compra do salário mínimo. Hoje, como se estivessem em festa, arrogam-se o direito de defender um dos reajustes mais miseráveis da história, com a desculpa de que o Presidente foi o que mais sofreu com o salário mínimo que deu ao País.

Sou do PSDB e falo aqui como Vice-Líder da Minoria, como representante dos partidos que não concordam com esse salário, que não concordam com a mentira pregada na campanha. Deram um verdadeiro cheque sem fundos para ganhar a eleição. É isso, Sr. Presidente. Como o povo brasileiro vai acreditar na classe política, quando os Parlamentares do PT, vestais da verdade, honoráveis da oposição, pregam a duplicação do poder de compra do salário, e, na hora da votação, votam pelo salário mínimo que não pode ser mais miserável?

O que a Oposição, a Minoria quer com esse destaque? Apenas devolver a 17 milhões e 300 mil trabalhadores o que lhes foi roubado. A Medida Provisória nº 30, aprovada há 2 anos, antecipou a data-base do salário mínimo para 1º de abril. Mas este Governo ignorou esse direito adquirido pelos trabalhadores e deixou de lhes dar 20 reais. Esse valor, multiplicado por 17 milhões e 300 mil, o número de trabalhadores que recebe 1 salário mínimo, chega a quase meio bilhão de reais. Esse dinheiro não foi para a mesa do trabalhador, não enriqueceu a economia, não deu oportunidade para que fosse feita a recuperação do salário.

A Minoria, Sr. Presidente, vota e pede aos companheiros governistas que tenham a dignidade de votar a favor desta matéria para, pelo menos, devolver aos trabalhadores os 20 reais que o Governo lhes tomou, ao retardar em 1 mês o reajuste do salário mínimo.

É uma noite triste, Presidente João Paulo Cunha, porque mais uma vez nós, políticos, perdemos credibilidade. Aqui não há vencidos, mas também não há vencedores. No entanto, quem mais perdeu foram aqueles que nos colocaram nesta Casa para representá-los.

A Minoria vota "sim", Sr. Presidente.

Documento 17/111

147.2.52.O	Sessão Extraordinária - CD	07/07/2004-11:22
Publ.: DCD - 7/8/2004 - 31504		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Precariedade da BR-153, trecho Aceguá-Bagé, e de outras rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul. Solicitação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de realização de investimentos na área de infra-estrutura de transportes.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias, fui à cidade gaúcha de Aceguá, fronteira a uma cidade uruguaia de mesmo nome. Para chegar até lá, fomos a Bagé, cidade grande do Rio Grande do Sul, onde começamos a percorrer o portão de entrada do MERCOSUL, a BR-153, que vai Brasil afora. Sr. Presidente, confesso que o problema do desenvolvimento industrial brasileiro, do agronegócio, das exportações está retratado no trecho que liga Aceguá a Bagé. Não há como resistir a uma estrada sem as mínimas condições. Vêm-se pelo Uruguai por asfalto em condições, mas quando se entra no Brasil não há como desviar dos buracos, porque a estrada toda é um buraco só. Sou membro da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Mas, como falar em integração - hoje, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está na Argentina, juntamente com o Presidente do Uruguai, da Argentina, do Paraguai - quando não cuidamos sequer dos portões de entrada do MERCOSUL? É lamentável que as pessoas que têm de sair de Aceguá, ou que vêm de outras partes do Brasil com destino ao Uruguai, passando por Aceguá, tenham que transitar por uma estrada naquelas condições. A infra-estrutura brasileira está ali refletida. Já estamos com problemas para exportar, porque temos dificuldades com o calado de nossos portos. Faltam navios e contêineres. Em nossos navios são colocados 3.600 contêineres para exportação, enquanto a China está desenvolvendo navios que vão comportar 8 mil deles, baixando o custo, enquanto não temos calado para receber esses navios. A situação não é muito diferente do que ocorre com a logística para que o Brasil se insira no mercado internacional e de um portão de entrada. Os brasileiros que lá moram devem ter raiva de pagar imposto, de cumprir com as suas obrigações para com o País, o Estado e o Município, e serem obrigados a conviver com uma estrada naquelas condições. Mas não é só ali que a malha rodoviária federal está em péssimo estado. De Dom Pedrito a Santana do Livramento é extremamente desconfortável transitar por uma estrada que não existe mais, cujos buracos conseguiram se abraçar, levando não só prejuízo aos que por lá transitam, mas causando acidentes fatais que marcam profundamente as famílias da região. Sr. Presidente, gostaria de pedir ao Ministro dos Transportes, enfim, ao Governo Lula que, por favor - há vários Ministros gaúchos no Governo Federal, assim como vários Parlamentares da base do Governo -, dispense maior atenção à infra-estrutura do transporte, às malhas rodoviárias federais que estão completamente destruídas, oferecendo risco para aqueles que por ela transitam, além da tristeza de saberem que o Brasil, com 40% da sua economia grampeada por impostos, por tributos federais, um Estado com essa sanha arrecadatória, oferece uma qualidade escandinava em termos de sistema tributário, mas uma prestação de serviços africana. Não há mais estrada na BR-153. O trecho Aceguá-Bagé está ilhado. Aproveito que hoje o Presidente Lula está reunido com os Presidentes dos países-membros do MERCOSUL para pedir que o Governo Federal verifique as entradas do Brasil, principalmente onde há limite físico com o Uruguai e a Argentina. Sr. Presidente, solicito ao Ministro dos Transportes, aos Ministros gaúchos que compõem o Governo Lula e aos Parlamentares da base do Governo que examinem as estradas brasileiras e dêem uma atenção especial a Aceguá, entrada do Rio Grande do Sul via Bagé e Chuí, que realmente está numa

condição mais do que lamentável.

O povo não se incomoda em pagar imposto, Sr. Presidente, mas ele gostaria que o Estado lhe devolvesse o que pagou em serviços públicos.

Muito obrigado.

Documento 18/111

147.2.52.O

Sessão Extraordinária - CD

07/07/2004-12:02

Publ.: DCD - 7/8/2004 - 31559

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável da Minoria ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 183 de 2004 (Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS , incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários classificados no Capítulo 13 da NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul - , e dá outras providências), em votação nominal por força de verificação de votação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como podemos perceber, essa matéria deve ser melhor discutida. Ela traz reflexos para a economia brasileira. Não só no agronegócio como também em todos os setores envolvidos com o desenvolvimento do País há aumento da carga tributária.

Apoiamos o requerimento de retirada de pauta para possibilitar que essa matéria seja discutida amplamente, com a participação dos setores envolvidos.

Fundamentalmente, não podemos fazer com que o País mais uma vez tenha, com o aumento da tributação, retirada da competitividade. Temos que ficar atentos para o que vem fazendo o Governo Federal. Parece que ele quer o mal dos setores mais dinâmicos da economia, dos que estão crescendo, pois ao tributar dessa maneira, lhes retira a competitividade e não lhes dá oportunidade de se desenvolver.

Ao invés de enxugar a sua participação na produtividade, na competitividade e na organicidade de novos complexos competitivos, como plataformas exportadoras, o Governo coloca o seu braço sobre esses poderes constituídos de competição, fruto do trabalho e do esforço da classe empresarial e da classe trabalhadora, e faz com que percamos mercados.

Sr. Presidente, essa matéria deveria ser melhor refletida e discutida.

A minoria apóia a retirada de pauta.

Documento 19/111

257.2.52.O

Sessão Extraordinária - CD

24/11/2004-15:00

Publ.: DCD - 11/25/2004 - 50946

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Retificação de voto de votação em sessão anterior.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, retirei-me da sessão antes do término. A orientação do partido, na segunda votação, foi pela obstrução. Como o partido havia encaminhado o voto "sim", gostaria de retificar meu voto, acompanhando a

orientação do PSDB. Cheguei a voltar ao plenário, mas a sessão já havia sido encerrada. Portanto, gostaria de cancelar meu voto "sim" e informar que voto pela obstrução.

Documento 20/111

029.3.52.O	Sessão Ordinária - CD	15/03/2005-17:08
Publ.: DCD - 3/16/2005 - 6616		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido ao Governo Federal de adoção de providências diante de ação violenta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta manhã um veículo da RBS TV, afiliada à Rede Globo, foi queimado por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Via Campesina, na BR-386, perto da cidade de Sarandi, no norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Os 2.500 agricultores - vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -, mascarados, de foice na mão, avançaram sobre o carro da reportagem da RBS em protesto contra o Governo, que não libera recursos aos atingidos pela seca, e acabaram incendiando o veículo. Graças a Deus, não houve nada com os profissionais da imprensa.

Solicito a todos estado de alerta, porque é um absurdo aproximadamente 2.500 trabalhadores rurais ligados à Via Campesina e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra agredirem uma empresa de comunicação do Rio Grande do Sul, afiliada à Globo. Apesar de mascarados e com foice na mão, felizmente não causaram nenhum dano à vida dos repórteres.

Peço ao Governo Lula urgentes providências. Parece-me que eles são ligados às FARC. Afinal, Sr. Presidente, mascarados dentro do MST é coisa muito séria.

Documento 21/111

032.3.52.O	Sessão Solene - CD	16/03/2005-13:36
Publ.: DCD - 3/17/2005 - 6922		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Deputado Luís Eduardo Magalhães ao ensejo do 50º aniversário natalício.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira; Sr. Senador e ex-Presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães; Luís Eduardo Magalhães Filho: na condição de Deputado do PSDB, considero uma honra muito grande falar em nome do meu partido para homenagear não a morte, mas a vida de Luís Eduardo Magalhães.

Certamente, o coração do pai de Luís Eduardo se enche de tristeza quando pensa que S.Exa. poderia estar aqui conosco. Mas a razão se enche de alegria pela vida que ele deu pelo Brasil, pelo exemplo que deixou aos seus amigos.

Muitos envelhecem de graça, passam a vida inteira sem nada acrescentar à humanidade, ao seu país, à sua terra, ao seu povo e à sua família. Luís Eduardo engrandeceu ainda mais a história política que o Senador Antonio Carlos Magalhães legou à Bahia e ao Brasil. Vou além. Um pai sempre espera poder imprimir em seus filhos os valores em que acredita. Sem querer faltar-lhe com o respeito, Senador Antonio Carlos Magalhães, gostaria de dizer que Luís Eduardo superou V.Exa., e muito.

Conheci Luís Eduardo nesta Casa, transigindo, conversando, procurando construir um Brasil que ainda não estava preparado para aquele momento. Ele, com seu vigor e todas as suas qualidades, angariava o respeito não só dos amigos que conquistou - com alegria, considerava-me um deles -, mas principalmente da Oposição, devido à firmeza nas suas convicções.

Lamento muito ver que hoje falta a palavra na política - não apenas a palavra dita, mas também a escrita, que tantas vezes não é respeitada. Quando Luís Eduardo dizia alguma coisa, não precisávamos nos preocupar com nada, porque ele cumpria sua palavra. Foi assim que conquistou respeito como Líder do PFL e como Presidente desta Casa. S.Exa. era reverenciado por seu trabalho como Parlamentar e também como homem, a favor do nosso País.

Certamente, Senador, V.Exa., à época, devia pensar o mesmo que nós pensávamos: que Luís Eduardo ainda viria a ser Presidente do Brasil. Tínhamos a expectativa de que ele seria um Presidente moderno, que traria o progresso ao País, porque contava com a confiança dos seus aliados.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, do nosso partido, certamente tem muito a agradecer a Luís Eduardo por tudo o que fez não só pelo Governo, mas pelo Brasil. Quando um político é investido na magistratura máxima desta Casa, não mais pertence ao seu partido. Ele deve corresponder às expectativas de seu povo. E Luís Eduardo foi um aliado de todas as expectativas do Brasil, no sentido de que tivéssemos um Estado eficiente, que praticasse justiça social, não distribuindo tributos para a população, a fim de sustentar a sua ineficiência, mas possibilitando que se fizesse a economia necessária para proporcionar vida melhor a sua gente.

Eu tinha feito um discurso escrito, Senador, mas a emoção toma conta de mim neste momento.

Certamente, ainda tenho de dizer alguma coisa, Sr. Presidente.

A razão humana, prezados senhores, recusa-se a acreditar no universo sem uma finalidade. Quando morremos, deixamos para trás tudo o que possuímos e levamos tudo o que somos. Poucos homens ou mulheres poderão deixar-nos aquilo que Luís Eduardo deixou. Lamento sua morte, mas agradeço por sua vida. Este País poderia ser bem melhor se tivéssemos pessoas que, durante a vida, dessem a ele o que Luís Eduardo deu.

Olho para seu filho - tenho um filho de 23 anos - e fico imaginando a falta que faz o pai ao lado da família. Luís Eduardo nos dizia que quem não ama sua família não consegue amar seu país, porque a família é a *cellula mater* de um povo. E ele amava sua família.

Lembro-me dele falando do seu relacionamento com o pai - a mim e ao então Deputado Paulo Bornhausen, que foi quem me apresentou a ele; a partir daí construímos uma amizade muito grande.

Dizia Luís Eduardo que a melhor coisa que havia para ele era ter aprendido a acertar e a não errar com seu pai, seu grande professor.

Quero lembrar alguns acontecimentos engraçados, que dizem respeito a Luís Eduardo. Houve um momento que marcou muito a minha vida. Eu era Deputado Federal suplente de primeiro mandato, em 1995, quando houve a votação da reeleição. Havia dado uma entrevista no Rio Grande do Sul, dizendo que não era favorável a ela. Luís Eduardo perguntou-me por que eu não votaria a favor, já que poderia perder o mandato. Disse que tinha dado minha palavra, no Rio Grande do Sul, de que votaria contra.

Ele então me respondeu que eu deveria ficar com a minha palavra, porque era a única coisa que marcaria minha vida aqui dentro. Isso me marcou profundamente. Perdi o mandato, deixei de ser Deputado, mas continuei fiel às minhas convicções, como Luís Eduardo era fiel às dele.

Noutra ocasião, eu e Paulo Bornhausen fomos designados por ele para ir aos Estados Unidos.

Dissemos que lhe comprariamos uma gravata. Luís Eduardo respondeu que já tinha gravatas demais.

O que lhe estava faltando era o desodorante Hammer, sem álcool, porque estava precisando renovar seu estoque. A partir de então, eu e Paulinho Bornhausen passamos a usar esse desodorante, por sinal excelente. E sempre que o uso lembro-me de Luís Eduardo. Isso é uma coisa quase diária, na construção das lembranças do amigo e grande Parlamentar.

Todas as vezes em que Luís Eduardo ia ao Rio Grande do Sul, tinha por objetivo prestigiar seus parceiros. Convidei-o várias vezes para uma visita - o Deputado Abelardo Lupion esteve conosco numa delas. Ele foi me prestigiar em Novo Hamburgo, participar da Feira Internacional de Calçados. Foi a Porto Alegre, em outra ocasião em que o Deputado Inocêncio Oliveira nos acompanhou também.

Enfim, era parceiro de seus parceiros.

Por isso, hoje não é um dia de tristeza, Senador Antonio Carlos Magalhães. Tenha a certeza de que seu coração pode se encher de alegria, porque, para aqueles que participaram de sua vida, Luís Eduardo só deixou alegrias e exemplos. Seria bom se todos os pais pudessem dar isso a seus filhos; e todos os filhos, aos seus pais e à Nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Sumário

Transcurso do 45º aniversário de fundação do Jornal NH, do Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande honra que ocupo esta tribuna no período das Comunicações Parlamentares em nome do meu partido, o PSDB, para homenagear o *Jornal NH*, de Novo Hamburgo, minha terra - cidade onde moro, onde nasceram meus filhos -, pela passagem dos 45 anos deste jornal que tem prestado ao Rio Grande do Sul e ao Brasil grandes serviços no que se refere ao desenvolvimento econômico e à justiça social.

O nosso *Jornal NH* foi fundado em 1960 e amanhã completa 45 anos. O Presidente em exercício, Inocêncio Oliveira, teve a oportunidade de visitá-lo. O jornal é veículo líder do Grupo Editorial Sinos. São 45 anos voltados a nossa comunidade regional. O jornalismo comunitário é o foco do *Jornal NH*, mas sem se descuidar das coberturas estadual, nacional e internacional.

Somente em Novo Hamburgo são quase 30 mil exemplares para assinantes fiéis que fazem a baliza dos fatos nacionais a partir da credibilidade do jornal. Hoje, o *Jornal NH* tem também expressiva participação na radiocomunicação e em outros veículos, como a *Revista Lançamentos*, o *Jornal Exclusivo* e a *Rádio ABC 900*, que estão no Rio Grande do Sul demonstrando como se faz um jornalismo sério, competente e correto.

Atualmente, o jornal tem quase 45 mil exemplares diários. Abrange mais de 45 Municípios nos Vales dos Sinos, Caí e Paranhana, na Serra Gaúcha e no litoral norte do Estado. Ocupa a 11ª posição em número de assinaturas no *ranking* brasileiro de jornais diários, segundo o instituto verificador de circulação, atrás apenas de jornais de algumas das grandes Capitais do País.

O *Jornal NH* mantém a liderança absoluta em circulação paga na sua área de abrangência. E o Grupo Editorial Sinos, comandado pelo experiente homem, empresário e jornalista Mário Gusmão, é hoje a terceira maior empresa jornalística do Rio Grande do Sul e disponibiliza informação, cultura, entretenimento e interatividade por meio de seus jornais diários, como o *Jornal NH*. É a 21ª empresa jornalística em receita líquida no País; possui o maior parque gráfico do interior do Brasil e o 29º da América Latina, de acordo com balanço da *Gazeta Mercantil*.

Falar do *Jornal NH* é falar de um jornal companheiro da comunidade. Uma de suas lutas é erradicar o analfabetismo, e o faz por meio de programas que constituem a união dos setores público e privado para que possamos levar a luz a todo o mundo.

Outra luta que realiza é para que haja uma nova ligação rodoviária entre o Vale do Sinos e a Capital do Estado, a nossa Rodovia do Progresso. Esse anel rodoviário é fundamental para que tenhamos uma interligação que hoje está estreita, vive em gargalos; qualquer acidente não permite que tenhamos uma ligação entre Novo Hamburgo, Porto Alegre e todo o Vale do Sinos.

É importante todo o trabalho que esse jornal tem feito para apoiar o desenvolvimento do setor coureiro-calçadista, a nossa FENAC, a promoção das exportações. Acompanha as feiras nacionais e internacionais de calçados, sem falar na sua vinculação com a comunidade, para que ela tenha não só informação local, mas, fundamentalmente, uma visão globalizada dos fatos do mundo.

Sr. Presidente, neste momento, queremos desejar a toda a família do *Jornal NH* - assinantes, anunciantes, colaboradores, acionistas e diretores - votos de saúde e paz pelos seus 45 anos, com a certeza de que esta é uma caminhada com muito chão pela frente. Essa certeza é fruto da convicção de que uma empresa sólida se faz com trabalho e talento mas, sobretudo, com pessoas, porque atrás da máquina tem gente, como ensinou o nosso querido Nestor de Paula, presidente da Azaléia já falecido, e é com gente com talento que se fazem os grandes empreendimentos.

Sr. Presidente, registro, portanto, o aniversário deste *Jornal NH*, que para nós, moradores do Rio Grande do Sul, especialmente dos Vales do Sinos e do Paranhama, é um realidade que traz progresso, desenvolvimento e faz com que tenhamos sempre a fé em uma cidade melhor, um Estado melhor e um País melhor.

Desejamos uma grande comemoração a toda a família do *Jornal NH* pelo seu aniversário. Muito obrigado.

Documento 23/111

037.3.52.O

Publ.: DCD - 3/19/2005 - 7435

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

PEQUENO EXPEDIENTE

18/03/2005-10:42

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Ministro da Saúde Carlos Albuquerque.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ex-Ministro da Saúde Carlos Albuquerque, de 64 anos, morreu nesta sexta-feira, dia 18, no Rio Grande do Sul. Cardiologista renomado, ele estava internado desde domingo em estado grave no Hospital de Clínicas, em Porto Alegre, onde foi hospitalizado no Centro de Terapia Intensiva - CTI, em virtude de infecção generalizada.

À frente do Ministério da Saúde, de 1996 a 1998, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, sua principal realização foi o lançamento do Piso Assistencial Básico - PAB, projeto que combatia as fraudes e reduzia as desigualdades entre os Estados na qualidade dos serviços prestados. Depois de ocupar a Pasta, Carlos Albuquerque foi Prefeito de Barra do Ribeiro, pelo PSDB, mandato que se encerrou no dia 31 de dezembro passado. Desde o início do ano, o ex-Ministro era assessor de captação de recursos da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Nascido em Barra do Ribeiro, Carlos Albuquerque graduou-se em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, em 1966. Depois de se especializar em planejamento, organização e administração hospitalar, o médico foi presidente do Hospital de Clínicas por 12 anos, de 1984 a 1996. O corpo será velado hoje, a partir das 13h30min, no anfiteatro do Hospital de Clínicas, em Porto Alegre, e será cremado, às 17h30min, no Crematório Metropolitano de Porto Alegre.

Portanto, Sr. Presidente, em nome do Rio Grande do Sul e do Brasil, noticio com pesar o falecimento do nosso companheiro de partido, membro do Diretório Regional, que foi Prefeito e Ministro, um grande homem público.

Em nome da Câmara dos Deputados e do PSDB, levo à família Carlos Albuquerque, com a qual me associo neste momento de dor, o consolo pela perda desse grande brasileiro, amigo e entusiasta do agronegócio do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Mota) - Deputado Júlio Redecker, a Mesa solidariza-se com o povo gaúcho, os amigos e principalmente os familiares do eminente ex-Ministro Carlos Albuquerque.

Documento 24/111

137.3.52.O	Sessão Solene - CD	21/06/2005-10:48
Publ.: DCD - 6/22/2005 - 27419		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do primeiro ano de falecimento do ex-Governador Leonel de Moura Brizola.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, familiares do homenageado, ilustres presentes, Senador Pedro Simon, que muito orgulha o Rio Grande do Sul pela postura ética e pelo trabalho que desempenha e que tem paralelo na figura de Leonel de Moura Brizola.

A Nação brasileira talvez prestasse maior homenagem a Brizola, no primeiro ano de falecimento desse gaúcho de Carazinho, se o tomasse como exemplo de como devem se comportar os homens na condução da sua vida pública e na defesa de suas paixões. Como ninguém, Leonel Brizola defendeu o socialismo e o trabalhismo, mas jamais colocou o seu partido - primeiro o PTB e depois o PDT - acima da ética e da moral na prática do bem comum.

O Brasil está vivendo momentos importantes. Nossos homens públicos deveriam se espelhar em Leonel Brizola. Sabemos como todos entraram na vida pública, mas não sabemos como alguns sairão, porque desrespeitaram fundamentos éticos de um mandato parlamentar - a cidadania, o dinheiro público e as regras democráticas.

É preciso que o Brasil - que é potencialmente rico, é verdade - não conviva com atos de corrupção, pois quando esses existem, principalmente financiados pelo dinheiro público, são as crianças, como as que aqui estavam, que ficam sem escola, são os mais velhos que não têm assistência à saúde, é o País que não cresce porque falta infra-estrutura. Tudo isso acontece porque falta aos homens públicos a observação de princípios que não poderiam faltar. Por isso, todos deveriam mirar o exemplo de Leonel

Brizola.

Muitos desses homens públicos divergiram de Brizola, muitos deles estiveram completamente à margem da sua caminhada histórica e não lhe permitiram caminhar no seu partido de coração, o PTB, mas Brizola recomeçou a jornada, reconstruiu sua vida pública, contestou as coisas em que não acreditava e fez um postulado daquilo que queria para o seu País.

Quantos homens públicos poderiam ter tido outra atitude em relação ao nosso maior patrimônio, os brasileiros, se tivessem, meu querido amigo Presidente Enio Bacci, observado o exemplo de Leonel Brizola? O que mais fica não são as palavras, que podem ser ditas por todos, mas o exemplo.

Lembro-me daquele pai que diz: "*Meu filho, não fume*", mas fuma na frente do filho; "*Meu filho, não beba*", mas bebe na frente do filho; "*Meu filho, respeite os outros*", mas ele próprio não respeita. O exemplo é a maior lição que um pai pode dar para uma nação composta de homens e mulheres que, amanhã, assumirão o dever de dirigi-la.

Hoje os exemplos de homens como Brizola são raros neste País. Vemos a classe política enxovalhada, não só por acusações, mas por comprovações diárias na imprensa nacional. A propósito, Senador Pedro Simon, temos todos de reconhecer que, sem imprensa livre, não estaríamos tomando conhecimento dos fatos que hoje nos envergonham, é verdade, mas também nos encaminham para a punição dos culpados e o estabelecimento da justiça aos homens e mulheres de bem. O povo quer governantes que lhe sirva e não apenas que se sirvam do seu esforço, da sua contribuição tributária, de tudo que lhe é extraído diariamente - e muitos não conseguem enxergar o exemplo de tantos que já foram e de outros que integram este Parlamento, como o nobre Senador Pedro Simon.

Encerro minhas palavras, querido conterrâneo Presidente Enio Bacci, dizendo que tenho grande admiração pela história de homens públicos que lutaram por aquilo que idealizaram como uma pátria mais justa e mais humana.

Lamento que hoje, neste primeiro ano de falecimento de Leonel Brizola, também Miguel Arraes - outro homem respeitável do ponto de vista de suas atitudes e idéias - esteja passando por momentos difíceis devido a problemas de saúde

O Brasil tem de olhar para esses homens e para aqueles que ainda estão entre nós que praticaram e praticam o bom trabalho na vida pública, a fim de gerar expectativa de futuro nos jovens. Do contrário, eles não vão querer fazer política, porque política tem de ser feita por pessoas decentes. E pessoas decentes, como Brizola, dão bons, não maus exemplos.

Emocionei-me tanto que esqueci de dizer que é um orgulho para o Partido Social Democracia Brasileira, que ora represento, homenagear Leonel Brizola. Embora tenha havido divergências quanto a algumas questões, temos grande admiração por tudo que o ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro realizou. (*Palmas.*)

Documento 25/111

014.4.52.O	Sessão Extraordinária - CD	09/03/2006-09:36
Publ.: DCD - 3/10/2006 - 11134		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 515, de 2006, sobre a extinção do voto secreto nas votações de cassação de mandato parlamentar. Invasão, por mulheres integrantes do grupo Via Campesina, do Centro Tecnológico de Pesquisa da Aracruz Celulose, no Município de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, informo à Casa que consegui colher as assinaturas necessárias para a apresentação de uma PEC que visa acabar com o voto secreto nos processos de cassação de mandato parlamentar. Hoje, com o voto secreto, a responsabilidade fica difusa, é como se fosse de toda a Casa. O fim do voto secreto vai permitir que o voto de cada Deputado seja conhecido por seu eleitor. Se no Conselho de Ética a votação não é secreta e lá os Deputados têm de fundamentar o seu voto, por que nós aqui, no Plenário da Câmara dos Deputados, não podemos votar abertamente, com transparência, para que o eleitor possa cobrar do seu representante as razões do seu voto?

Em sua edição de hoje, os jornais publicam a notícia de que houve um grande acordo, como se toda a Casa, todos os partidos, dele tivessem participado. Se o voto fosse transparente, e não secreto, cada Deputado se responsabilizaria pelo voto dado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara tem de começar a desmanchar as mazelas

construídas ao longo dos anos. Não é possível que tenhamos cassado um Presidente da República com voto aberto, enquanto para apreciar a cassação de Parlamentares não seja esse o procedimento adotado, diferentemente do que acontece no Conselho de Ética.

Agradeço aos Parlamentares que subscreveram a PEC nº 515 e registro o meu respeito também àqueles que não quiseram subscrevê-la.

Aproveito ainda a oportunidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para denunciar que, ontem, na cidade de Eldorado, Rio Grande do Sul, 2 mil mulheres da Via Campesina invadiram o Centro Tecnológico de Pesquisa da Aracruz Celulose e destruíram mudas clonadas que representam anos de pesquisa. Foram destruídas 5 milhões de mudas de eucalipto de um grande projeto de reflorestamento para a produção de celulose destinada à exportação, num momento em que o Brasil se afirma na atividade florestal e em que essa atividade é altamente recomendável para a economia do País.

Dessa forma, registro meu protesto contra a falta de segurança a que estão submetidos aqueles que querem produzir. Invadem uma propriedade privada, e nada ocorre, como se este Brasil e este Governo permitissem tudo a todos, desde que os invasores tenham a bandeira do MST ou dos movimentos que defendem a reforma agrária.

Era o que tinha a dizer.

Documento 26/111

094.4.52.O	Sessão Ordinária - CD	06/06/2006-15:04
Publ.: DCD - 6/7/2006 - 28653		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de adoção de medidas contra a manifestação de militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra - MLST nas dependências da Casa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. afirma que consegue garantir a integridade física não só dos Parlamentares, mas também dos servidores desta Casa. Mas se V.Exa. se levantar dessa cadeira e for ao Salão Verde verá que corremos risco.

É uma desmoralização para esta Casa a permissividade com o que está acontecendo aqui. Parece até que estamos numa ilha fiscal! Não está acontecendo nada!

A responsabilidade é de V.Exa., que preside os trabalhos no momento, em não tomar providências para proteger a integridade física, se não dos Parlamentares, dos servidores da Casa. O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Já tomamos providências. A melhor maneira de o Plenário mostrar tranquilidade nesta hora é trabalhando. Vamos continuar os trabalhos.

O que vai resolver suspender a sessão agora, correremos e nos escondermos?

O SR. JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, ninguém está pedindo que se suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Pedimos à Polícia do Exército para vir imediatamente garantir a segurança desta instituição, dos seus membros, dos servidores, daqueles que nos visitam.

O SR. JÚLIO REDECKER - A instituição já está violada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Fique tranquilo.

O SR. JÚLIO REDECKER - A licenciosidade e a corrupção no País é que permitem isso.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - A democracia tem dessas coisas. Temos de seguir os princípios da democracia. Fora dela não há caminho.

Documento 27/111

095.4.52.O	Sessão Extraordinária - CD	07/06/2006-11:08
Publ.: DCD - 6/8/2006 - 28902		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Acerto da conduta adotada pelo Presidente Inocêncio Oliveira durante a invasão da Casa. Objetivos político-partidários do episódio.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, cumprimento V.Exa. por ter mantido a sessão ontem durante a invasão a esta Casa. Apesar do risco à segurança dos funcionários e dos Parlamentares, o Parlamento não pode fechar à primeira turba.

Mas, democraticamente, discordo em um aspecto. No *site* da Câmara, foi divulgada foto de faixa com os seguintes dizeres: *"MLST condena Parlamentares do PSDB e do PFL pelo boicote da votação do Orçamento, prejudicando o desenvolvimento do País"*.

O Bruno Maranhão, que liderou o movimento e é da Executiva Nacional do PT, aparece hoje na *Folha de S. Paulo* sentado à mesa do Presidente da República, ao lado do Ministro da Justiça. Vemos que houve claramente uma invasão com objetivo partidário, patrocinada por um membro da Executiva do PT, e essa faixa comprova isso.

Não podemos tapar o sol com a peneira. Essa é a realidade. Espero que a Câmara não retire essa foto do *site*, no qual vemos claramente baderneiros liderados por um membro da Executiva Nacional do PT carregando faixas com acusações à Oposição. Isso é uma vergonha, e a Casa ainda diz que não havia fins políticos e que todos estamos ofendidos.

Se alguém foi aqui ofendido, foi por um líder do PT, membro da Executiva que senta ao lado do Presidente da República e do Ministro da Justiça e que traz faixas como essa, agredindo a Oposição.

Ademais, ele é membro da coordenação de campanha do Presidente Lula.

Desculpe-me, ilustre Líder Inocêncio Oliveira, é uma vergonha querermos passar uma borracha em ato que, mais uma vez, prejudica o relacionamento entre Oposição e Governo.

É o clima de licenciosidade existente no País neste momento, devido a não termos punido corruptos e tantos outros, que permite entrarem aqui quebrando portas, ferindo funcionários e levando aos hospitais os nossos seguranças. E ainda parece que está tudo muito bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Deputado Júlio Redecker, a Presidência informa a V.Exa. que a Câmara tomou todas as providências cabíveis. Hoje, foram autuados 580 integrantes daquele movimento. Todos os que invadiram a Câmara foram presos e autuados, sendo que já foram enviados 12 processos à Justiça. Como estão presos, compete à Justiça tomar ou não as providências.

O Presidente Aldo Rebelo foi muito forte, não abriu mão do direito de prender todos os que invadiram a Casa. Por decisão nossa, se invadissem o plenário decretaríamos a prisão deles e, nem que houvesse maiores conseqüências, chamaríamos a PE. Aí sim, a polícia iria entrar para garantir a integridade da Casa. Este é um lugar sagrado da instituição e foi preservado.

O Presidente Aldo agiu com muita firmeza e com a prudência necessária nos momentos de grande tensão. Portanto, creio que se salvaram todos, ficando apenas o exemplo para que fatos como esse não mais aconteçam nesta Casa.

Esperamos que todos os feridos se recuperem logo e que fatos dessa natureza não mais aconteçam.

Que esta instituição, a verdadeira Casa do povo, onde o povo brasileiro é representado em sua inteireza, não mais sofra agressões dessa natureza.

Documento 28/111

130.4.52.O

Sessão Ordinária - CD

01/08/2006-17:40

Publ.: DCD - 8/2/2006 - 39434

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável do PSDB ao Requerimento de preferência para votação da Emenda Aglutinativa de Plenário 02 sobre a Medida Provisória 291 de 2006 (Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social, a partir de 1º de abril de 2006 - autorizando o reajuste de 5% nos benefícios previdenciários de segurados que recebem valores acima do salário mínimo), que reajusta os benefícios mantidos pela previdência social em 5% e acresce a esse percentual 11,67% correspondentes à diferença do total do índice de reajuste aplicado ao salário mínimo. Incoerência entre o discurso e a prática do PT e do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com relação ao reajuste dos aposentados.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo tem uma possibilidade histórica de resgatar a pregação de toda a vida do PT, desde sua fundação e o início da liderança do Presidente Lula, que em todos os fóruns ao longo de sua vida dizia que deveria se remunerar melhor os trabalhadores da ativa através da recomposição do salário mínimo, como também os aposentados. Quando chega a oportunidade fática, própria, de fazer a ligação do discurso à prática política, o Governo Lula coloca seus aliados e sua bancada para votarem contra os aposentados, que diariamente perdem o poder aquisitivo e não enxergam uma luz no fundo do túnel para recompor sua capacidade de compra, para enfrentar os gastos na velhice com remédios, assistência e todas as necessidades que se somam isso.

É impossível, Sr. Presidente, que, frente ao Orçamento que conhecemos, o Governo não tenha condições de atender aos aposentados com o reajuste de 16,67%.

Gostaria de ver cada Parlamentar do Governo dizer claramente nas suas bases eleitorais por que é contra esse aumento para os aposentados. Estou cobrando do Governo coerência. Estou cobrando da base do Governo que vote a favor dos aposentados, que sempre foram bandeira de luta em todas as eleições do partido que hoje governa o Brasil.

O PSDB vota "sim".

Documento 29/111

139.4.52.O	Sessão Ordinária - CD	22/08/2006-16:39
Publ.: DCD - 8/23/2006 - 40958		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa do voto aberto nas votações sobre cassação de mandato parlamentar. Defesa de investigação do Executivo na administração dos recursos públicos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento encontram-se todos, com exceção de nós 2, na Presidência da Casa, numa demonstração do apreço que este Parlamento tem pela vida democrática, ao pedir ao Brasil, por meio dos seus representantes, do Presidente do Poder Legislativo, que possamos, de uma vez por todas, tornar este Poder ainda mais transparente do que já é. O voto aberto, Sr. Presidente, permitirá que possamos mostrar ao Brasil, sem medo, sem subterfúgio, como pensam os seus representantes neste momento grave da vida nacional.

Vários membros desta Casa estão envolvidos nas investigações da CPML dos Sanguessugas e irão ao Conselho de Ética. Estamos passando a limpo este Poder, que é frágil, é verdade, mas tem a capacidade de se renovar, de se investigar, de punir e agora também quer que esse julgamento seja acompanhado pela maioria dos brasileiros interessados no processo político.

No julgamento dos Parlamentares, para saber se são culpados ou inocentes, o voto deverá ser aberto. Esta Casa não pode punir inocentes, mas também não pode inocentar culpados.

Encerrada a fase de julgamento dos Parlamentares por esta Casa, temos de abrir caminho para falar sobre o Executivo, porque o Orçamento, as emendas individuais, as emendas coletivas e a verba extra-orçamentária para beneficiar Municípios e Estados saem desta Casa e vão para o Executivo. Queremos conhecer a gênese desse processo: como é feito, por quem, quando, onde e como?

A pergunta é simples, mas queremos estabelecer responsabilidade para aqueles que são coniventes com o assalto diário aos cofres públicos do País. O maior patrimônio do Brasil é sua gente. Ao se comprometer verba pública com corrupção, está-se matando pessoas, porque retira-se verba da área da saúde; está-se tornando o Brasil menos competitivo, porque falta educação; está-se condenando milhares de famílias à perda de entes queridos, porque nas estradas não há condição de trafegabilidade; está-se condenando as pessoas à morte, porque, quando falta escola e educação, a criminalidade aumenta e morre mais gente.

Temos a responsabilidade de investigar passo a passo o Poder Executivo, que é muito mais forte que o Poder Legislativo, que não tem defesa, porque pulsa de acordo com a vontade das ruas. Não temos o poder de executar as leis, não temos a Polícia Federal, a Receita Federal nem os mecanismos financeiros por meio dos quais o Estado interage com a sociedade, que muitas vezes a ele é submetida. Não temos a propaganda, a mídia e o poder de entrelaçamento econômico que possibilita que uma decisão do Banco Central na cotação do dólar possa abrir ou fechar empresas que geram milhares de empregos.

O Poder Executivo, Sr. Presidente, tem de ser alvo de investigação, sim. Temos de trabalhar nesta Casa com desprendimento, com coragem, para não permitir que nem a CPI nem este Parlamento se tornem palco político-partidário de debate eleitoral. Temos de ser maiores do que o partido político ao qual pertencemos e ser do tamanho do Brasil, para, com coragem, investigar todas as falcaturas, punir o grande, o pequeno, onde ele estiver, para que possamos dar o exemplo ao País. A população está descrente da classe política, do Governo, pensa que não adianta votar, que não adianta fazer nada porque política é assim, o Governo é assim: as pessoas roubam, as pessoas se beneficiam, tratam o Governo como se fosse propriedade particular.

Temos aqui uma missão. E o Presidente Aldo Rebelo tem a oportunidade de atender ao clamor das ruas e deste Parlamento, das mulheres e dos homens sérios comprometidos com o País, para que tornemos transparente o processo de votação nas cassações de mandato, utilizando o painel eletrônico para responsabilizar os representantes do povo perante seus eleitores. Não é possível que nesta Casa se escondam o bom e o ruim, que aqui não se faça o julgamento de forma clara.

Nosso Parlamento, infelizmente, Sr. Presidente, para atingir a maioria, terá de, mais uma vez, mostrar as vísceras, mostrar como pensam as Sras. e os Srs. Senadores e Deputados, terá de dizer ao Brasil que não tememos o julgamento, nesta Casa, dos nossos pares. Mas também é preciso, repito, proceder a uma profunda investigação no Executivo. Há Parlamentares neste Congresso, homens e mulheres, que não temem o julgamento nas urnas, porque, quando as instituições falham, esperamos que nas urnas o povo, que sempre decide de modo certo, se manifeste. Agora o povo precisa de informações corretas para que possa definitivamente julgar essa parte negra da história do Brasil, em que quase 20% desta Casa está comprometida.

Queremos deixar transparecer ao País este momento sublime. Não importa para os brasileiros se são mulheres ou homens, ricos ou pobres, se são pretos, amarelos ou brancos. Todos, irmanados, temos a responsabilidade de conduzir o processo democrático. E democracia, Sr. Presidente, sem transparência não se faz.

Democracia é muito mais do que democratizar o econômico e fazer inclusão social, é governar, mostrando a todos os instrumentos de Governo e, fundamentalmente, prestando contas do dinheiro que não é nosso, mas da coletividade.

Somos todos sócios do Brasil. Queremos um Presidente que governe para todos os brasileiros. Não queremos homens sem responsabilidade para com o futuro da nossa gente.

Por isso, é nossa tarefa, nos poucos meses que nos restam nesta Legislatura, dar o exemplo ao País e aos futuros brasileiros que virão para esta Casa.

Muito obrigado.

Documento 30/111

164.4.52.O	Sessão Ordinária - CD	23/10/2006-17:16
Publ.: DCD - 10/24/2006 - 48118		JÚLIO REDECKER-PSDB-RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inconsistência do discurso petista na campanha eleitoral do segundo turno das eleições do Estado do Rio Grande do Sul. Necessidade de esclarecimento sobre a origem dos recursos financeiros destinados à compra de dossiê para incriminação do candidato ao Governo do Estado de São Paulo, José Serra.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos próximos da decisão para Governador, em vários Estados, neste segundo turno, bem como para a Presidência da República.

Lá no Rio Grande do Sul, com a candidatura da nossa colega Yeda Crusius, temos assistido ao PT ir às ruas e mentir, mentir e mentir. Ainda há Deputados desta Casa que andam pelas ruas dizendo que a Deputada Yeda Crusius votou pelo fim do 13º salário, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, projeto esse que jamais foi apreciado por esta Casa.

O terrorismo eleitoral é uma manobra para esconder fatos, e o PT usa tal expediente para esconder suas mazelas nacionalmente, e como ele as têm! No Rio Grande do Sul, por exemplo, há uma pergunta sem resposta: onde está aquele 1 milhão e 200 mil reais que Marcos Valério mandou para o partido no Estado? O que foi feito com aquele dinheiro? Quando, nos debates, nos programas, perguntamos aos petistas, eles dizem: "*Desculpem. Erramos.*" Isso é o mesmo que entrar na casa do senhor, da senhora, roubar seu dinheiro ou seu patrimônio, sair pela porta, virar para trás e dizer: "*Desculpe.*"

O PT do Rio Grande do Sul tem que dizer onde foi parar aquela quantia de 1 milhão e 200 mil reais que

o Marcos Valério mandou ao Rio Grande do Sul; o portador, o tesoureiro do diretório à época foi preso no aeroporto com 150 mil reais nas mãos e o fato foi abafado.

O Brasil tem que discutir ética. O Presidente da República não gosta de discutir ética, mas tem que discuti-la, sim, tem que falar do dossiê, da compra de provas falsas, o que prejudicaria a candidatura de José Serra em São Paulo, beneficiando Aloizio Mercadante e o Presidente Lula. O Sr. Aloizio Mercadante não é vítima, ele é co-autor de tudo isso que ocorreu. Ele se beneficiava diretamente. E o Presidente posou de coitadinho, alegando que nada tinha a ver com o que aconteceu. Tinha tanta certeza de sua vitória que usou o que havia de melhor ao seu redor - e não é muita coisa - para construir com o Sr. Gedimar, com o cozinheiro, com o segurança pessoal, o Freud, uma estrutura de mentira alicerçada em 1 milhão e 700 mil reais levados ao Hotel Ibis, a fim de comprar um dossiê fajuto. Não foi diferente o que ocorreu com da lista de Furnas, que tinha por objetivo enxovalhar a honra de vários Parlamentares da Casa e do Congresso Nacional. O PT tem de dizer por que o Presidente da República anda tão mal acompanhado. Cada assessor que o PT escolhe, por meio do Presidente da República, traz novidades para a política brasileira. Vão malversar o dinheiro público assim em outro lugar!

Temos o exemplo dos cartões de crédito da Presidência da República. O dinheiro vivo sacado na boca do caixa foi parar onde? Trataram o assunto com segredo. Desde quando homem público tem segredo? O Presidente deveria ser o primeiro interessado em demonstrar onde aplicou o dinheiro sacado na boca do caixa aí pelo mundo afora, com cartão de crédito da Presidência da República. Ele deve explicar o que fez com esse dinheiro e prestar contas ao povo brasileiro. Esse dinheiro não é do Presidente Lula, de D. Marisa ou da comitiva que o acompanha. É dinheiro do povo brasileiro, que paga impostos. Pagamos impostos como em nenhum outro país. A nossa carga tributária é o dobro da carga tributária da Argentina, do México e da Coréia. No Brasil cobra-se por serviços que não são entregues. São impostos de Primeiro Mundo e serviços de Terceiro Mundo. E ainda vêm dizer que o Bolsa Família resolve tudo. O Governo tinha de ter vergonha e, além do Bolsa Família, fazer programas para a promoção humana. Tinha de dar profissão, oportunidade e expectativa de um futuro melhor para a população carente.

Fala-se agora que no País há uma luta de classes. O Presidente da República parece que não é o Presidente de todos os brasileiros, mas um Presidente de pobres contra ricos. Se a moda pega, ele não vai se dar mais com seu filho, que agora é milionário, como afirma a capa da revista *Veja*. Ele é o "Ronaldinho" dos negócios! De monitor de zoológico, ele partiu para o sucesso empresarial alicerçado em uma empresa concessionária de serviço público, de onde captou 15 milhões de reais para criar, com seu gênio midiático, novas formas de ganhar dinheiro na área da televisão, na promoção de programas para a Internet e outras coisas.

Vai chegar o dia em que o Presidente Lula terá que se explicar. Não adianta prorrogar prazo de CPI, não querer fazer investigação, segurar a Polícia Federal. Não adianta o Ministro da Justiça pressionar porque a hora vai chegar, e o povo brasileiro vai tomar consciência.

Hoje no Brasil mente-se tanto em programas eleitorais que até políticos experimentados no meio dessa malandragem acabam achando que há um fundo de verdade. Imaginem aqueles despreparados para receber as informações dessa verdadeira telenovela que chega em suas casas dizendo que o Brasil foi descoberto pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e tudo o que existiu antes não aconteceu.

E essa informação pode também conter um fundo de verdade: nunca aconteceu tanta corrupção neste País como hoje! E tudo patrocinado pelos amigos do Presidente da República. São companheiros de 10, 12, 15 ou 20 anos ao lado do Presidente Lula, que todos os dias estão nas manchetes dos jornais. Não é o PSDB, não é a Oposição que produz esses fatos. Quem produz esses fatos são, isto sim, aqueles acobertados pelo Presidente da República.

Vejam o caso de José Dirceu, Freud Godoy e Gedimar Passos. Até me esqueço os nomes, tantos são os que estão envolvidos em falcatruas, malversação de dinheiro público, roubo, malandragem, sacanagem e em festas nababescas.

Mas um dia isso vai acabar. Podemos iludir o povo por algum tempo, mas sabemos que ninguém ilude o povo por todo o tempo. Essa farsa do PT no País e essa corrupção, com certeza, vão chegar ao fim. Esta Casa tem que debater e fiscalizar. As instituições públicas de fiscalização e de defesa do interesse público têm que se manifestar. A sociedade organizada não pode mais se calar.

É por isso, Sr. Presidente, que não vamos mais, Parlamentares de Oposição que somos, permitir que a mentira prevaleça sobre a verdade. A verdade é infinita, e a mentira é um beco sem saída. Logo, logo o PT vai encontrar esse beco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Críticas à política econômica do Governo petista. Necessidade de investigação dos gastos da Presidência da República com o cartão corporativo. Contestação ao pronunciamento do Deputado Henrique Fontana sobre as ligações de membros do PT com o publicitário Marcos Valério de Souza. Saudações aos alunos do curso de Direito da Universidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, presentes nas galerias do plenário.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, registro manchete da *Folha de S.Paulo* de sábado: "*Brasil, de novo, só cresce mais do que o Haiti*".

Como um país que vai bem, onde tudo está certo, cresce mais apenas do que o único país das Américas sob intervenção de tropas da ONU lideradas pelo Brasil?

Como pode um jovem de 18 anos que chega ao mercado de trabalho conseguir emprego em uma economia que só cresce 3% ao ano? Onde encontram emprego os desempregados com mais de 40 anos? Certamente, na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão, porque o Brasil só cresce mais do que o Haiti. Estamos segurando a lanterna do crescimento econômico das Américas!

O Ministro Guido Mantega admite expansão abaixo de 4%. Que crescimento econômico é esse?

O País está amassando a indústria exportadora do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Perguntem ao setor de implemento de máquinas, ao setor moveleiro, ao de confecções, ao coureiro-calçadista; conversem com alguém que representa o agronegócio do Rio Grande do Sul ou do Brasil para saber a situação financeira que essas pessoas enfrentam no momento em que os juros beneficiam o capital especulativo que ganhou de presente deste Governo a isenção de tributos para o capital estrangeiro vir investir no Brasil. É o capital de motel: vem para cá, dorme, vai embora, pega o lucro, não gera emprego! É por isso que estamos lá atrás no que diz respeito ao crescimento de todas as Américas. E não é só isso. O valor baixo do dólar tira a competitividade do produto brasileiro na prateleira do consumidor estrangeiro e, por outro lado, chupa os empregos gerados no Brasil. A matéria-prima e a mão-de-obra mais baratas dão competitividade a terceiros mercados para que venham ocupar o mercado interno, só que os empregos ficam lá fora.

É uma vergonha dizer que a economia vai bem. Só vai bem para quem está no Governo, usufruindo das benesses e malandragens que este Governo, espalhado por Ministérios e outros lugares, patrocina e acolhe lá do Palácio do Planalto.

Essa questão do cartão corporativo, referida há pouco, realmente foi criada em 2002. Naquela ocasião, foram utilizados 1 milhão e 271 mil reais. No primeiro ano do Presidente Lula, a fatura foi para 8 milhões e 935 mil reais, sendo que de saque em dinheiro foram quase 3 milhões de reais. E o Tribunal de Contas da União está fazendo nova auditoria porque, como a imprensa tem divulgado, existe nota fria nas prestações de contas relativas ao cartão da Presidência da República.

Como se pode dar um cartão de crédito sem controle e não se fazer a prestação de contas? Tudo corre em segredo. O povo brasileiro paga a conta, mas não pode saber onde o Presidente da República coloca o dinheiro que saca com sua comitiva na boca do caixa! O povo brasileiro deveria ser mais respeitado, e o Presidente deveria determinar, independentemente da investigação do Tribunal de Contas da União, a abertura do livro relativo aos gastos públicos com os cartões corporativos, aos saques em dinheiro.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer algo ao ilustre Líder do PT nesta Casa, meu coestaduaño. Realmente fiquei sensibilizado quando o Deputado Henrique Fontana veio à tribuna dizer que não concorda com as falcatuas de Marcos Valério, que veio de Minas Gerais. Quem apresentou Marcos Valério para a turma do PT foi o Deputado Virgílio Guimarães - o próprio Marcos Valério afirmou isso, o próprio Virgílio Guimarães, com muita autenticidade, veio à tribuna dizer isso. Ademais, não adianta o Deputado Henrique Fontana dizer que é contra o 1,2 milhão de reais que Marcos Valério mandou de presente para o PT do Rio Grande do Sul. Quero saber por que eles não devolvem o dinheiro, por que não mostram o que fizeram com o dinheiro.

Chega de malandragem neste País! Pegou dinheiro de corrupção, não adianta pedir desculpas.

Apresentem a fatura, mostrem onde o PT colocou o dinheiro. Por que o PT não doa o dinheiro a uma entidade assistencial? Por que não devolve o dinheiro aos cofres públicos? Se esse dinheiro ficou com o PT do Rio Grande do Sul, o mínimo que esperamos é que ele preste contas ou o devolva.

É uma barbaridade acreditar que não é preciso prestar contas à Nação de todo esse dinheiro colocado pelo cidadão Marcos Valério - o Brasil já o conhece - na conta de um partido político. Isso é o mesmo que acontece com dinheiro de ONGs e OSCIPs passados por via indireta ao MST, sem nenhuma comprovação. Dois bilhões de reais foram privatizados, e não há prestação de contas. Chegará o momento em que o povo brasileiro, as instituições sérias deste País - há muita gente boa, acredito na

índole do brasileiro, sua grande maioria é correta - farão com que isso aconteça.
Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saúdo meus coestaduanos do curso de Direito da Universidade de Passo Fundo. Fui Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da PUC e me orgulho muito de ter estudado sob os auspícios de vários e grandes juristas gaúchos, que certamente abrilhantam também a Universidade de Passo Fundo. Sejam bem-vindos. Esta é a Casa do debate, do contraditório. Democracia é isso. Vamos mantê-la sempre firme. (Palmas.)

Documento 32/111

167.4.52.O	Sessão Ordinária - CD	24/10/2006-17:24
Publ.: DCD - 10/25/2006 - 48395		JÚLIO REDECKER-PSDB-RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante declaração do Governador eleito do Estado da Bahia, Jaques Wagner, sobre o direito que têm petistas envolvidos no escândalo do dossiê Vedoin de mentir. Necessidade de declaração do Senador Aloizio Mercadante sobre possível envolvimento de seu assessor de imprensa com o escândalo. Existência de privatizações no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada dia fico mais assustado com o que leio. Hoje, em *O Estado de S. Paulo*, o Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner, disse que os petistas envolvidos com o dossiê Vedoin têm direito de mentir. Fico impressionado - embora a lei garanta ao réu o direito de mentir - com a possibilidade de pessoas vinculadas ao Presidente da República, que trabalham no Palácio do Planalto, poderem mentir a respeito de um fato que atenta contra a moral política brasileira.

Arrumaram 1,7 milhão de reais para comprar um dossiê para prejudicar um candidato de outro partido, no caso, José Serra, em São Paulo. E o pior de tudo: estão a serviço da mentira. E continuam mentindo. Dizem que não sabem a origem desse dinheiro. Certamente, ele deve ter caminhado para dentro da mala do chefe de imprensa do Senador Aloizio Mercadante e o empurrado elevador acima, para o quarto do Hotel Ibis, local em que foram pegos pela Polícia Federal.

O Senador Aloizio Mercadante deveria fazer um pronunciamento neste Parlamento explicando como um homem da sua confiança, seu assessor de imprensa, foi pego com 1,7 milhão de reais. Está na gravação feita pelas câmeras do hotel e divulgada pelas televisão o assessor subindo com malas nas mãos e, depois, descendo sem elas. Certamente dentro delas havia vento para airar a idéia desses petistas que achavam que criando dossiês falsos iriam beneficiar não apenas Aloizio Mercadante, mas também o Presidente Lula.

O Presidente Lula, antes do primeiro turno, já achava que seria o grande vitorioso, e que, em São Paulo, segunda economia do País, poderia derrubar o candidato favorito à época, José Serra - o que veio a ser confirmado nas eleições -, com um dossiê fajuto, fabricado, comprado com dinheiro de corrupção, de falcatrúia, de jogo do bicho!

O Presidente Lula não sabe de nada. Não sabe, não vê e não ouve nada. Hoje, a *Folha de S. Paulo*, no caderno *Painel*, afirma que S.Exa., no debate da *TV Record*, pode ter utilizado um ponto no ouvido. Não estranho isso. Não posso afirmar o contrário, porque um Presidente da República que nada sabe e nada vê, certamente alguma informação deve receber de alguém. S.Exa. tem de ser informado, afinal, é o Presidente do Brasil!

O País quer progresso e desenvolvimento, mas, acima de tudo, ética. E ética na política significa governantes responsáveis, que assumam responsabilidade não só por seus atos e fatos, mas também pelos atos de seus assessores. O Presidente Lula dá azar na escolha de seus assessores! Parece que todos pecam por querer ajudar, de forma fraudulenta, S.Exa. e seus candidatos aos Governos Estaduais. Além disso, todo mundo sabe, passa por José Dirceu, Antonio Palocci etc.

Alguém se referiu aqui às privatizações. Ora, o Presidente Lula privatizou o Banco do Estado do Ceará e o Banco do Estado do Maranhão! Antonio Palocci, quando Prefeito de Ribeirão Preto, fez privatizações. Mente-se com uma categoria! Até parece que eles não têm nada a ver com corrupção, que não há um homem ou mulher fazendo falcatrúia, que não há dinheiro vindo disso, que não há mensalão, não há sanguessugas.

Não sei até quando o País vai suportar tudo isso. Mas vai chegar uma hora em que, esperamos, vai ter fim.

Documento 33/111

169.4.52.O	Sessão Ordinária - CD	31/10/2006-18:36
Publ.: DCD - 11/1/2006 - 48773		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a eleição de Yeda Crusius ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Votação expressiva alcançada por Geraldo Alckmin no Estado sulista. Importância da retomada dos trabalhos da CPMI dos Sanguessugas. Repúdio à corrupção e à impunidade no País.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna manifestar alegria e tristeza. Estou alegre por conta da vitória da candidata do meu partido, nossa colega Yeda Crusius, que se elegeu Governadora do Rio Grande do Sul. Entrará para a história do Estado a eleição da primeira mulher a governá-lo, não pelo fato de ser mulher, porque não se trata de uma eleição de gênero, mas pelo fato de ser uma mulher competente que soube dialogar com a sociedade gaúcha, discutir abertamente os problemas do Estado, seu endividamento, sua dificuldade em fazer investimentos em infra-estrutura, falar da necessidade de melhorar a educação, a saúde, a segurança. Por tudo isso, o Estado do Rio Grande do Sul acreditou que Yeda Crusius é a pessoa mais competente para governar os gaúchos nos próximos 4 anos. O PSDB do Rio Grande do Sul, partido pequeno, com 3 Deputados na Assembléia Legislativa e 2 Deputados Federais - com muito orgulho, fui reeleito pelo PSDB; na Legislatura passada tinha sido eleito pelo PP -, deu início a um novo tempo para o Estado, a um novo jeito de governar, melhorando a qualidade do serviço público, da despesa pública.

Nesta Casa, ouvimos falar em reforma tributária como se fosse sinônimo de diminuição de tributos que pesam sobre a sociedade. Se não melhorarmos a qualidade da despesa pública, se não evitarmos o desperdício e acabarmos com a corrupção, não haverá como fazer reforma tributária para diminuir custos.

Por isso, é uma alegria também dizer que, no Rio Grande do Sul, o Presidente que os gaúchos elegeram foi Geraldo Alckmin. Mas temos consciência e respeitamos a decisão das urnas com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que obteve grande votação. Mas quero também dizer que a grande votação que o Presidente conquistou no Brasil não absolve seu Governo das investigações que terão que ter prosseguimento para apurar a corrupção que se instalou no País. É fundamental que todos tenhamos consciência de que, para o bem deste País, interessa à sociedade, a todos os partidos e a homens e mulheres sérias com assento nesta Câmara dos Deputados, que tenhamos a apuração dos fatos que estão ainda sob análise na CPMI dos Sanguessugas.

Hoje, eu reclamei na sessão plenária da CPMI, na condição de sub-relator, que todos os requerimentos que apresentei como sub-relator para quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de 40 entidades, instituições e pessoas, bem como as 29 convocações apresentadas desde o dia 5 de setembro, não foram objetos de votação.

O *dossigate* desviou as atenções da CPMI. É verdade. Mas não podemos enterrar as investigações sob o pretexto da vitória eleitoral do Presidente, porque essa vitória eleitoral não absolve nenhum dos envolvidos.

Repito: enterrar a CPMI como se ela tivesse terminado em função do resultado eleitoral ou sido procrastinada em função do episódio eleitoral, não nos permitirá construir um relatório adequado para que as investigações tenham prosseguimento e possamos apresentar os verdadeiros culpados à Justiça.

O Brasil não pode ser mais país da impunidade. O Brasil precisa buscar progresso, desenvolvimento. O primeiro passo para termos uma reforma política e tributária é acabar com o desperdício do dinheiro público, seja pela malversação das verbas públicas com o superfaturamento, seja também por atos de corrupção.

O Brasil não suporta mais corrupção!

175.4.52.O
Publ.: DCD - 11/9/2006 - 49591

Sessão Ordinária - CD

08/11/2006-15:36

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Balanço negativo do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Participação do Presidente da PETROBRAS em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para esclarecimento de acordo firmado entre os Governos do Brasil e da Bolívia para exploração e produção de gás natural naquele país.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 1º de janeiro de 2007, o Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva inicia seu segundo mandato no mais importante cargo da República Federativa do Brasil, a Presidência da República, e continua devendo à população brasileira o cumprimento das promessas de campanha feitas antes do primeiro mandato.

Onde estão os 10 milhões de empregos novos prometidos para os 4 anos do primeiro mandato? Certamente sucumbiram, por conta do voraz contingenciamento imposto aos investimentos governamentais para obter-se superávit primário anual médio em torno de 4,5% do Produto Interno Bruto - PIB, que impuseram crescimento pífio de nossa economia, em torno de 2,3% ao ano, enquanto o PIB dos países em desenvolvimento crescia mais de 4,5% ao ano, próximo ao crescimento das economias mundiais.

Alguns defensores do modelo econômico adotado pelo Governo Lula, Sr. Presidente, afirmam que seu grande desempenho foi não ter feito absolutamente nada em direção ao desenvolvimento do País, ou seja, houve adoção irrestrita ao liberalismo e ficou por conta do mercado a solução da estagnação econômica em que se encontra o Brasil hoje, com o baixo crescimento registrado.

A idéia de nada fazer, Sr. Presidente, resultou no sucateamento de nossas rodovias, na crise em nosso tráfego aéreo devido à não-contratação, em tempo hábil e por concurso público, de controladores de voo, além da maior crise ética vivida pela República brasileira, ou seja, a corrupção desenfreada ocorrida em diversos níveis e setores do Governo, sem que dela o Presidente da República tomasse conhecimento.

O Governo Lula, é verdade - reconheça-se -, fez investimentos pesados em aeroportos, obras públicas de construção civil, a exemplo de cinemas e *shoppings*. No entanto, nada foi feito pela segurança dos voo, pela remuneração adequada, pelo treinamento e pelo aumento do número de pessoas que fazem o controle do espaço aéreo brasileiro, das aerovias nacionais. Portanto, pôs em risco a vida de milhares de brasileiros e de pessoas de outros países.

Não fosse o descaso do Governo em não executar o Orçamento e determinar essas providências aos órgãos competentes, não teria havido o acidente aéreo que vitimou mais de 100 pessoas entre o avião da Gol e o jatinho Legacy, que estava indo para os Estados Unidos para ser entregue à empresa que o comprara.

Infelizmente, as consequências estão aí: o desgoverno, visto que os maiores opositores, diria até mesmo os maiores inimigos do atual Governo, encontram-se no próprio Governo, ou seja, são Ministros envolvidos em escândalos; assessores diretos do Presidente da República comprometidos em negociatas, em compra de dossiê com dinheiro ilícito. Enfim, o desmando é total. E o Presidente Lula diz que não sabia de nada, que, de sua sala, no terceiro andar do Palácio do Planalto, não poderia saber o que ocorria ao lado ou nos Ministérios.

É lastimável, Sras. e Srs. Deputados, que, ao final de seu primeiro mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nada, absolutamente nada, tenha feito pela saúde, pela educação e pela assistência social, a não ser aglutinar em um só programa, o Bolsa-Família, diversos outros originários da rede de proteção social do Governo anterior, entre eles o Bolsa-Escola, que tinha como contrapartida do responsável pelo beneficiário a obrigação da apresentação do comprovante de matrícula na rede de ensino e da assiduidade do aluno na escola para manter-se no programa.

Dar apoio às famílias brasileiras que vivem em dificuldade e exigir que elas façam com que seus filhos frequentem os bancos escolares com assiduidade é talvez idéia simples. Mas até a essa idéia o Governo Lula renunciou. A obrigação da apresentação do comprovante de matrícula na rede de ensino e da assiduidade do aluno na escola para manter-se no programa foi esquecida.

Infelizmente, Sr. Presidente, com o advento do Bolsa-Família, que não exige contrapartida do beneficiário, o abandono dos estudos e a ausência dos alunos nas escolas da rede pública voltaram a ocorrer em grande escala. É importante registrar que um dos pressupostos para obter-se o benefício do Bolsa-Família é não ter carteira de trabalho assinada, distorção absurda que está provocando, principalmente na Região Nordeste, a retração da oferta de trabalhadores.

Entre os mais graves equívocos realizados pelo atual Governo, que certamente só se mantém no poder por ter anestesiado a população com a mais inverossímil e massiva propaganda governamental jamais realizada no País, é a política externa, medíocre e contra os interesses nacionais.

O recente episódio sobre a nacionalização das instalações da PETROBRAS pelo Governo boliviano, e o resultado das discussões sobre tributos e valores do importante insumo explorado pela empresa brasileira na Bolívia exigem explicações por parte do Governo Lula e da Direção da PETROBRAS, sobre as perdas da estatal brasileira e o repasse no preço do gás vindo da Bolívia para o consumidor brasileiro, que certamente pagará o ônus dos inúmeros equívocos praticados pelo Governo nos últimos 3 anos, no que se refere à política externa.

Sr. Presidente, a apresentei hoje à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, requerimento de convite ao Presidente da PETROBRAS e aos Ministros das Relações Exteriores e de Minas e Energia, para prestarem esclarecimentos. Fizemos um acordo: no dia 27, às 14h, haverá audiência pública com a presença, já confirmada, do Presidente da PETROBRAS e dos Ministros das Relações Exteriores e de Minas e Energia, a fim de conhecermos o teor das negociações realizadas pela estatal e pelo Governo brasileiro no que respeita ao gás oriundo da Bolívia. Ouviremos a própria versão do Governo.

Preto desta tribuna tecer algumas considerações sobre o gás boliviano, questão eivada de intervenções equivocadas. A solução está sendo adiada e somente poderá ser obtida por ambos os países a partir de sentença proferida por corte internacional ou por câmara de arbitragem.

No sábado, dia 28 de outubro, véspera do segundo turno das eleições, a PETROBRAS e o Governo da Bolívia tentaram estabelecer um acordo, pelo qual a estatal brasileira seria prestadora de serviços na produção de gás naquele país. O acordo, no meu entender lesivo aos interesses da empresa, aceitaria a divisão das receitas, conforme o decreto de nacionalização do setor de hidrocarbonetos assinado pelo Presidente Evo Morales em maio.

Segundo o Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, com o acordo, o Governo boliviano ficaria - pasmem, Sras. e Srs. Deputados! - com 82% do faturamento, e a empresa brasileira com 18%. Rondeau afirmou, no entanto, que há mecanismos no contrato que poderiam flexibilizar esses percentuais, levando em conta itens como a produtividade.

Segundo as declarações do Ministro Rondeau aos jornalistas da Agência Reuters, a PETROBRAS *"será uma prestadora de serviços. O importante é trabalhar lá em condições de rentabilidade"*. E acrescentou: *"Chegamos a um bom acordo. Isso permite os investimentos da PETROBRAS na Bolívia"*.

Gostaria de conhecer esse bom acordo, motivo pelo qual apresentei requerimento de informações a ser encaminhado ao Sr. Ministro por intermédio da Mesa Diretora da Casa.

O acordo, segundo o Ministro de Minas e Energia, garante a continuidade da exploração de gás pela PETROBRAS nos 2 maiores poços do produto na Bolívia: San Antonio e San Alberto. Entretanto, o prazo final para se chegar a um acordo seria a meia-noite de sábado, dia 28 de outubro, em La Paz - 1h de domingo em Brasília -, ocasião em que não se conseguiram estabelecer valores para o gás boliviano.

Segundo o Ministro Rondeau, as negociações sobre o preço do gás boliviano vendido ao Brasil prosseguirão até o dia 10 de novembro.

Para Rondeau, Sras. e Srs. Deputados, o acordo de sábado, dia 28 de outubro, foi importante para garantir outros 2: o do preço do gás e o que envolve as operações de refino, cujas discussões não têm prazo delimitado para acabar. Nesse último caso, o que está sendo negociado é o valor da indenização a ser paga pela Bolívia à PETROBRAS, pela transferência do controle dessas operações para a estatal boliviana YPFB.

Ouçó, com prazer, o Deputado Moroni Torgan.

O Sr. Moroni Torgan - Deputado Júlio Redecker, quero cumprimentá-lo pelo grande número de votos que obteve nas últimas eleições. O povo gaúcho soube escolher seu representante: um Deputado que honrou todas as tradições gaúchas neste Parlamento. Tenho muito orgulho de ser amigo de V.Exa.

Quero cumprimentá-lo também por este brilhante pronunciamento, no qual aborda vital questão: o gás da Bolívia, problema que vai repercutir na casa de cada um dos brasileiros, inclusive das pessoas pobres. V.Exa. está abordando esse tema de forma muito competente e didática. As pessoas perceberão que o Governo do Brasil não tem sido feliz nas negociações e que deveria tomar outras atitudes em relação a essa questão. Acredito que V.Exa. é o porta-voz de milhares de brasileiros que vão sofrer as consequências desse. Como já passou a festa das eleições, agora virá a realidade.

V.Exa. aborda esse problema num momento muito oportuno.

O SR. JÚLIO REDECKER - Muito obrigado, Deputado Moroni Torgan, grande Parlamentar do Ceará que abrilhanta a vida pública brasileira com o exercício de suas funções. Foi com muita honra que lhe concedi esse aparte.

Sr. Presidente, encerrada a negociação dos novos contratos de exploração e produção com a PETROBRAS/Bolívia, o Ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia e a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB iniciaram a ofensiva para assumir o controle das 2 refinarias da PETROBRAS, localizadas nos Departamentos de Santa Cruz e Cochabamba. Além disso, o governo local se prepara para endurecer a negociação, a fim de obter aumentos no valor do gás vendido ao

Brasil, cujas estimativas são de acréscimo de 35%.

Isso terá reflexo na economia residencial e industrial, ou seja, no aumento do preço do gás e de tudo o que for produzido com ele.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, o Presidente da YPFB, Juan Carlos Ortiz, disse:

"Queremos ter 50% mais 1 das ações das refinarias e vamos agora trabalhar para obter isso. Em relação ao preço do gás, estamos negociando. O novo prazo é 10 de novembro. Até lá teremos uma solução. São temas que completam o Decreto de Nacionalização".

Os negociadores brasileiros encontram-se acudados. Apenas concordam com as imposições bolivianas, conforme pode ser observado na entrevista do Presidente da YPFB, Juan Carlos Ortiz, ao jornal *O Estado de S.Paulo*, ocasião em que não quis falar sobre valores, tanto para a indenização da PETROBRAS pelo controle das refinarias quanto para o reajuste do preço do gás pretendido pelo Governo boliviano.

Há indicações de que as autoridades do setor petrolífero da Bolívia têm a intenção de mudar unilateralmente as cláusulas do contrato com o Brasil para obter pelo menos 5 dólares por milhão de BTU, a unidade térmica britânica que mede o poder calorífico do gás. A informação sobre esse novo valor do preço do gás na Bolívia seria devida ao valor negociado no novo contrato entre a Bolívia e a Argentina.

O novo preço do gás - de US\$5,00 - vendido para a Argentina passaria a valer a partir do dia 1º de janeiro de 2007. Antes, a Argentina pagava US\$3,20 por milhão de BTU. O Brasil paga hoje entre US\$3,70 e US\$4,00, dependendo do volume do consumo. A Bolívia já cogitou em cobrar do Brasil algo entre US\$7,00 e US\$8,00 por milhão de BTU, ou seja, US\$3,00 a mais do que o preço ajustado com a Argentina.

O impacto do aumento do gás vindo da Bolívia em nossa economia pode ser desastroso, pois milhares de empresas no eixo Rio/São Paulo utilizam esse insumo, além de termelétricas e de domicílios.

O impasse nas negociações sobre o valor do gás boliviano parece levar a desfecho litigioso, pois a PETROBRAS mantém a negociação com os bolivianos, mas já declarou que não aceita alteração da fórmula que define hoje o valor pago pelo Brasil. A estatal brasileira também declarou que não aceitará se converter numa prestadora de serviço na Bolívia. Entretanto, acabou cedendo na sua posição e assinou um contrato que impõe a situação.

A estatal brasileira afirma que o contrato atual *"tem equilíbrio econômico-financeiro e prevê reajustes"*.

Essas condições são suficientes para manter o contrato, que expira em 2019, sem alteração. Sem acordo, a controvérsia poderá ser submetida a câmara arbitral em Nova Iorque.

Na questão das refinarias, o Presidente da YPFB, Juan Carlos Ortiz, reconhece que as conversas podem ser demoradas. Segundo a Agência Boliviana de Informações, o executivo disse que as conversas foram suspensas devido à agenda de reuniões sobre os contratos com as petrolíferas. O decreto de nacionalização estabelece que a YPFB deve ter o controle das refinarias. Mas, para isso, o Governo Evo Morales terá de negociar indenização à PETROBRAS, que comprou as unidades por cerca de US\$100 milhões.

Juan Carlos Ortiz se omite em falar sobre valores estimados pelo Governo boliviano para a aquisição do controle das refinarias. Disse apenas que a YPFB terá à mão em breve estudo detalhado sobre a situação das refinarias e o valor dos ativos. *"Não quero falar em valor agora. Nas próximas semanas, vamos retomar a negociação sobre as refinarias, quando já teremos o valor definido"* - disse o presidente da empresa boliviana.

Em entrevista a jornalistas, o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli, não quis dar detalhes sobre o andamento das negociações sobre preço do gás e refinarias. Limitou-se a dizer que as conversas prosseguem. Na falta de acordo, os conflitos podem ser levados aos tribunais internacionais. No caso do gás, a Bolívia é que tem a prerrogativa de recorrer, uma vez que foi La Paz que pediu a revisão de preços. Sobre as refinarias, a PETROBRAS é que pode lançar mão do recurso para recuperar os investimentos.

Já o Presidente da PETROBRAS/Bolívia, José Fernando Freitas, disse que companhia brasileira, ao contrário dos campos de gás, não considera a presença no mercado de refino estratégico. Poderá sair, conforme desejo dos bolivianos, mas não o fará sem *"uma justa indenização"*.

O imbróglio nas negociações sobre a nacionalização dos ativos da PETROBRAS na Bolívia, a quebra do contrato sobre o preço do gás boliviano e as gravíssimas consequências para os consumidores brasileiros levam-nos a exigir explicações do Governo brasileiro sobre o que efetivamente está ocorrendo entre os 2 países nesta questão.

Por isso apresentei requerimento à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de convite aos Ministros das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, e de Minas e Energia, Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, bem como ao Presidente da PETROBRAS, Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o novo acordo firmado pelo Brasil para exploração e produção de gás nos campos de San Alberto e San Antonio, na Bolívia.

Sr. Presidente, o documento assinado pelo Governo brasileiro com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB, há poucas horas das eleições no Brasil, precisa ser mais bem detalhado e explicado. Em comunicado divulgado no final de semana, a PETROBRAS afirmou que o contrato, assinado às 23h de sábado, em La Paz - meia-noite no Brasil -, determina as novas condições para a

exploração e a produção de gás, mas não informou os detalhes do acordo.

No Rio Grande, costumamos dizer que na calada da noite se fazem acordos, mas que a gente não tem condições de saber. Isso é preocupante para todos nós. Onde já se viu assinar um acordo às 23h de um sábado - meia-noite no Brasil -, entre representantes dos Governos brasileiro e boliviano, sem que saibamos dos detalhes? Certamente, a transparência para os brasileiros e para esta Casa é fundamental, principalmente quando se trata de interesses brasileiros, como este representado pelo acordo Brasil/Bolívia no fornecimento de gás.

O Congresso Nacional, Sras. e Srs. Deputados, precisa se posicionar claramente sobre essa questão. A PETROBRAS é patrimônio dos brasileiros, e tudo indica que houve crime de lesa-pátria, pois não sabemos ao certo do que o Brasil abriu mão ao atender aos interesses do Presidente da Bolívia, Evo Morales. Pelo documento assinado, com validade até 2036, ficam indefinidos o preço do gás importado e o valor da indenização das refinarias. O prazo para a definição do preço do gás se encerra em 10 de novembro.

Outra decisão do novo acordo é de que a PETROBRAS deixará com o Governo boliviano metade do faturamento bruto, por intermédio do pagamento de impostos e *royalties*. A outra parte ficará para o pagamento dos custos de operação e a amortização do investimento. O lucro será repartido entre a PETROBRAS e a estatal boliviana. Isso torna a YPFB sócia da PETROBRAS apenas nos lucros.

Sr. Presidente, não consigo entender como, por um acordo como esse, o Brasil abre mão de reclamar em fóruns internacionais qualquer decisão, devendo o problema ser discutido na Justiça boliviana, o que é muito conveniente para a Bolívia e nocivo para o Brasil. É de se estranhar que a PETROBRAS, que tem o Governo brasileiro como seu principal acionista, que tem acionistas privados, consiga manter negociações com o Governo boliviano e não tenhamos nenhuma informação do que está acontecendo. Esta é a pergunta que o povo brasileiro faz: o que está acontecendo para o Brasil concordar com tudo que o Governo boliviano exige em relação aos investimentos brasileiros naquele país?

Ainda no Governo Collor, quando foi feita a nova matriz energética brasileira para substituir as caldeiras que queimavam o *fuel oil* para a indústria brasileira, para usar o gás na geração de energia limpa que pudesse substituí-lo, fornecido pela PETROBRAS, o acordo sobre o gasoduto e os investimentos previa consórcio privado. A própria PETROBRAS, temendo os prejuízos causados pela renúncia ao uso do *fuel oil*, insistiu - e com razão, na minha opinião - em ser majoritária não só em relação ao gasoduto, como também na exploração do gás da Bolívia, o que veio a acontecer.

É dinheiro público, é dinheiro do Governo, é dinheiro nosso. E o mínimo que os responsáveis pelas negociações, seja o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do Ministro Celso Amorim, seja o Ministério de Minas e Energia, seja a PETROBRAS, deveriam fazer era prestar contas ao povo brasileiro. O interesse da PETROBRAS na Bolívia não é do Presidente Lula nem do seu Governo; é de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, esperamos a manifestação das autoridades no dia 27, às 14h, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico. Já confirmou presença o Presidente da PETROBRAS, cuja assessoria pediu prazo maior para a conclusão das negociações em curso.

Eles precisam dizer ao Brasil o que está acontecendo; o que o País perde com a intransigência dos bolivianos nas negociações em que o Brasil tem cedido tanto.

Sr. Presidente, não queremos defender o imperialismo brasileiro na América do Sul, a exemplo do que ocorre em outros continentes. Mas precisamos garantir os nossos direitos nessas negociações.

Aguardaremos, portanto, os esclarecimentos do Governo, porque esse é um tema que interessa à população brasileira.

Muito obrigado.

Documento 35/111

176.4.52.O
Publ.: DCD - 11/9/2006 - 49678

Sessão Extraordinária - CD

08/11/2006-20:14

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Justificativa da ausência do Deputado Carlos Sampaio no plenário. Posicionamento do Parlamentar favorável à concessão do reajuste de 16,67% nos proventos de aposentados e pensionistas.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Sampaio não está presente porque está com problemas de saúde, em licença médica,

em São Paulo. S.Exa. me pediu que dissesse que, se aqui estivesse, votaria a favor do reajuste de 16,67% para os aposentados.
Faço isso pelo dever de coleguismo ao Deputado Carlos Sampaio.

Documento 36/111

215.4.52.O	Sessão Extraordinária - CD	20/12/2006-11:46
Publ.: DCD - 12/21/2006 - 56519		JÚLIO REDECKER (PRESIDENTE)-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Compromisso regimental e posse do Deputado CLÁUDIO DIAZ (PSDB, RS).

O SR. PRESIDENTE (Júlio Redecker) - Encontra-se presente o Sr. Cláudio Castanheira Diaz, representante do Estado do Rio Grande do Sul, eleito pelo PMDB, que tomará posse em virtude de vaga decorrente de renúncia do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

(Comparece à Mesa o Sr Cláudio Castanheira Diaz e presta o seguinte compromisso):

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL".

O SR. PRESIDENTE (Júlio Redecker) - Declaro empossado o Sr. Cláudio Castanheira Diaz, Deputado Federal representante da Região Sul, do Estado portuário do Rio Grande do Sul, onde desempenhava pelo PSDB as funções de Vereador e Presidente daquela Casa e que continuará conosco na próxima Legislatura, porque conquistou esse espaço na recente eleição. *(Palmas.)*

Documento 37/111

003.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	07/02/2007-16:00
Publ.: DCD - 2/8/2007 - 3603		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ponderações sobre a importância da votação do Projeto de Resolução 321 de 2006 (Dispõe sobre os Cargos em Comissão de Natureza Especial do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados e dá outras providências).
Congratulações ao Presidente Arlindo Chinaglia pela agilização da votação da matéria.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo por esta matéria ser tratada no início da Legislatura. A aprovação deste projeto é importante para a Casa como também a constituição da Comissão que corrigirá as distorções existentes, e a partir delas, sem aumento de despesa, no resíduo dos cargos que permanecem. Por isso, Sr. Presidente, entendemos que a rejeição em bloco e também a aprovação do projeto dão nova oportunidade a esta Casa de afirmar seus passos. Como Poder independente, dá exemplo à Nação de que discutiremos temas sérios com transparência. Apresentaremos ao conhecimento da opinião pública todos os fatos políticos produzidos pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Muito obrigado.

Documento 38/111

004.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	08/02/2007-18:36
Publ.: DCD - 2/9/2007 - 3779		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Concordância da Minoria com a proposta de leitura do parecer às Emendas do Senado ao Projeto de Lei 6.272 de 2005 (Dispõe sobre a Administração Tributária Federal, e dá outras providências - Super-Receita), e do adiamento da discussão da matéria para a próxima sessão.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em relação à proposta encaminhada à Mesa, cabe, além de apoiá-la, dizer que quase metade desta Casa não teve nenhum contato com essa matéria. O parecer acaba de chegar. Deputados experientes e assessorias técnicas estão trabalhando para conhecer as emendas e formar opinião com suas bancadas.

Há pouco, um Deputado que chegou a esta Casa nesta Legislatura me dizia que, ao contrário do argumento do Líder do Governo, não tem nenhum conhecimento da matéria. Se nós queremos valorizar a atuação parlamentar da Câmara dos Deputados, teremos de mudar algumas atitudes.

A primeira delas é compartilhar com todos os Deputados o conhecimento das matérias aqui tratadas, e não unicamente cingi-las à opinião das Lideranças, fazendo com que a maioria se oriente apenas pelo painel, sem justificar sua participação nas decisões da Câmara.

Sr. Presidente, no seu mandato na Presidência da Casa temos de implantar a democratização para que todos os Deputados, independentemente das funções que ocupem na Casa, possam participar e opinar na discussão das matérias, porque aqueles que os elegeram querem que a eles também seja dada a oportunidade de colaborar, sob pena de que não teríamos a extensão territorial toda representada. Era o que tinha a dizer.

Documento 39/111

004.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	08/02/2007-15:40
Publ.: DCD - 2/9/2007 - 3749		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Anúncio de pedido de inversão da pauta para votação, em primeiro lugar, da proposta de indicação do nome do Sr. Raimundo Carreiro Silva para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aduzindo as palavras de V.Exa., apresentamos requerimento de urgência para votar a indicação do Dr. Carreiro, conforme assinatura de todas as Lideranças da Casa.

Quando for suscitada a matéria, queremos, por acordo, a inversão de pauta, conforme concordância dos Líderes, para podermos votá-la antes da discussão da Super-Receita.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Queria dizer a V.Exa. que, para votar a matéria, é melhor retirar a urgência. Peça só a inversão de pauta, porque, logo após a votação da Super-Receita, que tem urgência constitucional, votaremos os projetos de decreto legislativo de acordos internacionais. Portanto, votamos, em segundo lugar, o projeto que leva o Dr. Carreiro para o Tribunal de Contas da União.

Documento 40/111

006.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	12/02/2007-16:00
Publ.: DCD - 2/13/2007 - 4144		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Avaliação crítica do Projeto de Lei 7.569 de 2006 (Modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação CAPES, de que trata a Lei 8.405 de 1992 e altera a Lei 11.273 de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica). Inoportunidade da criação de cargos, no âmbito do Executivo, para fins de estruturação da CAPES.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o principal é sabermos como o Governo está tratando a questão da capacitação de professores, da melhoria da qualidade do ensino público brasileiro e dos recursos públicos retirados do setor privado por meio de intervenção econômica feita por tributos, contribuições, impostos. É preciso fazer com que esses valores sejam usados na melhoria da qualidade do ensino. Tenho o maior respeito pela CAPES. É fundamental termos uma instituição que atenda à dinâmica de melhor preparar os brasileiros, para que tenhamos um referencial na formação de melhores quadros para o País, tanto no setor privado quanto no setor público. O que não posso aceitar é a maneira perdulária com que o Governo trata os recursos públicos. Vejamos o custo da capacitação de professores coordenados pela Secretaria de Educação Básica. Há 400 mil professores da 1ª a 4ª série do ensino fundamental capacitados pelas instituições de ensino superior. Em 4 anos, gastando-se 10 milhões de reais por ano, o custo é de 40 milhões de reais. O que está sendo proposto hoje - ou seja, a criação de 410 cargos efetivos e de 52 cargos de DAS - vai custar, a partir de 2008, quase 11 milhões de reais. O Brasil monta estrutura para suportar mais funcionários, mais gasto público, que poderia estar sendo utilizado na capacitação de professores. Sem contar que precisará de um prédio novo para abrigar toda essa gente. A Câmara dos Deputados, que deve ter uma estrutura muito maior, para suportar o ingresso de 462 servidores, certamente teria de empilhá-los ou de colocá-los nos corredores, porque não há espaço. Imagino que o prédio onde a CAPES funciona não tem como abrigar esses servidores. Esse projeto tem de respeitar o interesse público. O Brasil deve treinar mais os seus professores, capacitá-los, porque os alunos só compreendem aquilo que lhes é ensinado. Sr. Presidente, devemos investir na qualidade da educação e na redução das despesas públicas, para que o Estado brasileiro não arrecade com uma das mãos e jogue fora com a outra, como ocorreu com a Operação Tapa-Buracos, em que foram gastos 500 milhões de reais, embora todos os buracos já estejam descobertos, exigindo novos investimentos, por falta de planejamento estratégico e de ações competentes do Governo com o dinheiro público. Dessa forma o Governo Lula não precisará das reformas tributária e política, como há pouco disse o Ministro Tarso Genro. É preciso que haja responsabilidade em relação aos gastos públicos, para que possamos combater não apenas o desperdício, mas também a corrupção e a sonegação. Esse projeto representa desvio dos interesses maiores da população brasileira. Por isso, somos contra ele.

Documento 41/111

007.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	12/02/2007-20:12
Publ.: DCD - 2/13/2007 - 4211		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Imperiosidade da redução da carga tributária vigente no País. Defesa da agilização da apreciação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei 6.272 de 2005 (Dispõe sobre a Administração Tributária Federal, e dá outras providências - Super-Receita).

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que me seja conceda 1 minuto a mais, para a orientação da bancada, a exemplo da solicitação do Líder Onyx Lorenzoni.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedido.

O SR. JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, ouvi os Líderes e fiquei imaginando como se sente, nesta noite em que se vota o projeto da Super-Receita, o contribuinte brasileiro. O Estado brasileiro mais uma vez apresenta à população a unificação das receitas para economizar dinheiro, juntar estruturas e fazer com que as visitas aos contribuintes tenham critério de racionalidade.

Queria saber como se sente esse contribuinte que está abandonado, com dificuldades financeiras, que sabe que a carga tributária brasileira é empecilho para o crescimento deste País e que esta Casa não trata de diminuí-la; que sabe que o Custo Brasil tira a competitividade do produto brasileiro, na prateleira do estabelecimento estrangeiro; que sabe que a política econômica não usa os instrumentos do câmbio e os juros e faz com que percamos competitividade em relação a outras economias, que colocam seus produtos aqui dentro e desempregam brasileiros.

Estamos afirmando ao Brasil, como disse o Ministro Tarso Genro, que o Governo Lula não precisa de reforma tributária. O Governo Lula pode não precisar de reforma tributária, mas o Brasil precisa, sim, de racionalização administrativa e de impostos equalizados com os dos nossos competidores. Afinal, 40% da carga tributária incidem sobre o PIB, quando na Argentina, na Coréia do Sul e no México é a metade. Este País cobra por serviços que não executa: baixa qualidade da educação; saúde pública em crise; infra-estrutura abandonada; dinheiro jogado fora. E nós aqui querendo tirar mais sangue da população por meio dos tributos.

Esta Casa deve, Sr. Presidente, nesta nova Legislatura, dar ao País a oportunidade de crescer mediante reforma tributária que devolva-lhe a competitividade, que busque a melhoria da qualidade da despesa pública, para contrabalançar a sanha arrecadadora que faz com que a Receita Federal, na dúvida, dê um pau no contribuinte, e este que se defenda.

Temos de rever a posição desta Casa. Não estamos aqui para colocar o contribuinte no córner; não estamos aqui para dizer que vivemos na ira do egoísmo. Se estivermos bem, não precisamos nos preocupar com os outros.

O combate ao desperdício, à corrupção e à sonegação no serviço público é obrigação desta Casa, mas há que se mexer na carga tributária. Para onde vão os recursos arrecadados por meio da CPMF, excelente na forma, porque é seletiva e não pode ser sonegada? Vai para o caixa único. E os recursos de que necessita a saúde pública?

Para onde vão os recursos arrecadados por meio da CIDE? A Operação Tapa-Buraco tapa hoje, mas destapa amanhã. E o contribuinte de novo deve tapar o que nunca vai ficar tapado.

Sr. Presidente, esta Casa não pode continuar assistindo somente à situação. As estruturas do Poder querem arrancar mais do contribuinte. Temos de exigir que o Governo também faça a sua parte para que haja crescimento econômico, bem como geração de emprego e renda neste País.

Documento 42/111

007.1.53.O

Publ.: DCD - 2/13/2007 - 4215

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

ORDEM DO DIA

12/02/2007-20:12

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

PELA ORDEM
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Congratulação aos parlamentares pela presença em sessão deliberativa na segunda-feira.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar esta sessão, quero congratular-me com a Mesa e os colegas Parlamentares, porque raras vezes uma Legislatura começou com o pé direito, com *quorum* alto numa noite de segunda-feira, deliberando, o que mostra que a Casa tem condições de corresponder aos anseios e às demandas do País.

Todos estamos de parabéns. Espero que este esforço continue em toda a Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aproveito as palavras de V.Exa., Deputado Júlio Redecker, para cumprimentar as Deputadas e os Deputados. Na segunda-feira de uma semana de pré-carnaval alcançamos o *quorum*, às 22h, de 424 Deputados.

Evidentemente, dignifica a Casa o trabalho de todos. É claro que estamos cumprindo as nossas obrigações. (Palmas.)

Parabéns a todos!

Dado o esforço coletivo e mantido o acordo, de começarmos a sessão extraordinária de amanhã às 12h, sugiro seja aberto o painel às 8h para darmos oportunidade aos Parlamentares de fazerem Breves Comunicações.

Documento 43/111

009.1.53.O

Sessão Comissão Geral

13/02/2007-17:50

Publ.: DCD - 2/14/2007 - 4460

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO GERAL

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Discussão do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, em reunião de Comissão Geral. Críticas à possibilidade de o Governo Federal cumprir aquilo que está proposto no Programa de Aceleração do Crescimento, considerando que não houve acordo prévio, sobre a matéria, com os governos Estaduais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, tenho certeza de que o País muito esperava por este momento em que discutimos as questões relativas ao crescimento nacional.

Nós, da Oposição, desejamos que, no segundo mandato do Presidente Lula, o Brasil possa crescer e gerar empregos de acordo com o seu potencial. Também esperamos seja cumprido o que foi prometido no início do seu primeiro Governo - e, já há 4 anos, aguardamos o início do espetáculo do crescimento. A Oposição não criará dificuldade na votação das matérias, porque espera que os objetivos do programa se cumpram, ou seja, que o Brasil cresça 5% ou mais ao ano.

Diante das atuais condições, podemos até dizer: "Se Deus não é brasileiro, age como assim fosse", porque há 4 anos a economia mundial tem um céu de brigadeiro, o que não acontece com o setor aéreo brasileiro.

Estamos assistindo à vontade de o Governo tornar o investimento público em infra-estrutura, uma possibilidade para atingir o desejado crescimento.

Temos, porém, muitas preocupações. A primeira delas é com o investimento do Governo, que é pequeno perto dos anseios da sociedade. Os outros investimentos dependem do setor privado, que está esperando pela confirmação dos marcos regulatórios, pela segurança jurídica, pela oportunidade de saber que, a longo prazo, além de os contratos não serem alterados, terão possibilidade de alcançar a remuneração para os investimentos.

Outra questão que muito nos preocupa diz respeito à capacidade de nossa economia atrair investimentos privados. Não conseguimos entender como a economia brasileira consegue exportar mais investimentos - no ano passado isso correspondeu a 27 bilhões de dólares - do que importá-los para o solo pátrio, gerando emprego, renda, infra-estrutura e oportunidade.

Poderíamos aqui fazer algumas análises sobre a capacidade e a oportunidade de o atual Governo realizar as necessárias correções na economia. Enquanto um Estado quebrado, como era o Espírito Santo há poucos anos, hoje consegue investir quase 20% da sua receita corrente líquida, o Brasil não consegue ultrapassar os 5%. Se o Espírito Santo pôde fazer sua lição de casa, por que o Governo não fez a dele?

Sr. Presidente, vemos timidez no Programa de Aceleração do Crescimento. Estão aqui representantes do interior do Brasil que serão compensados com obras de infra-estrutura, muitas delas já previstas no Orçamento, mas, no programa, não há sequer uma linha que se refira ao responsável por 40% do PIB brasileiro, o agronegócio. Assim como toda a nossa economia, esse setor carece da reforma tributária, de política de juros e de câmbio que não lhe seja desfavorável, para evitar o desemprego e permitir a exportação para países produtores que competem com o Brasil e que para cá exportam seus produtos, gerando empregos lá fora.

Estamos preocupados com a capacidade de investimento de Estados e municípios, que não foram chamados para discutir esse plano, que veio com receita pronta para todos os entes federados, que

têm capacidade de investimento muito maior do que a União e foram desconsiderados. Também ficamos preocupados quando o Ministro faz menção ao PL nº 337, de 2004, pois a União retira das Agências Reguladoras a possibilidade de, como poder concedente, fazer contratos e licitações. Neste momento, está claro que temos, sim, de fortalecer as Agências Reguladoras com pessoal especializado, com infra-estrutura orçamentária, e não considerá-las como locais em que há cargos importantes que podem ser preenchidos por quadros políticos de partidos aliados. O Brasil espera muito mais do seu Governo, e a Oposição também. Nenhum dos Ministros falou em melhorar a qualidade da despesa pública, em combater o desperdício e a corrupção neste País, em reforma tributária que não onere o contribuinte, mas permita que a nossa economia tenha competitividade e possa competir em condições de igualdade com países como México, Argentina e Coréia, que têm a metade da nossa carga tributária e não cobram por serviços de má qualidade e não entregues.

Vejam a infra-estrutura do Brasil, o desleixo com o dinheiro público! Temos aqui um exemplo muito caro e próximo: os 500 milhões de reais alocados para a Operação Tapa-Buracos. Os buracos nas rodovias já estão abertos para serem tapados novamente com o dinheiro do contribuinte.

A Oposição, Sr. Presidente, está esperançosa. Muitos dizem: "A Oposição torce contra." Não torce contra, não! A Oposição torce para que o Presidente Lula consiga fazer com que o País cresça e tenha infra-estrutura, porque hoje qualquer operário ou empreendedor sabe que o custo mais caro da logística para tirar um produto de dentro da fábrica e colocar na prateleira do consumidor estrangeiro ou do nacional está no Brasil. Essa é a grande realidade.

E não adianta virmos aqui bater palmas e dizer o que foi feito pelo Governo nos últimos 4 anos. Onde está o planejamento estratégico de um Governo que tem 8 anos para fazer aquilo que os brasileiros querem?

Há pouco, por exemplo, foi editada medida provisória que destinava quase 100 milhões, se não me falha a memória, para o setor elétrico. Isso tem de estar no Orçamento, tem de haver planejamento prévio. Qual o planejamento prévio de um Governo que nos traz um programa acabado, sem ter dialogado com a sociedade, sem a parceria dos Estados, os quais estão em dificuldades e precisam investir?

O mesmo ocorre ao olharmos para os municípios que cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, muitas vezes, a União não precisa cumprir. Muitos Estados têm capacidade para tomar recursos e investir, mas não têm possibilidade de fazê-lo.

O Brasil precisa de planejamento de longo prazo, Srs. Ministros! O Brasil não precisa de operação tapa-buraco para jogar o sagrado dinheiro público do contribuinte na lata do lixo. Quinhentos milhões de reais poderiam ter sido destinados à segurança pública, à saúde, à melhoria da qualidade da educação neste País. Aliás, a educação só perde qualidade e tira a perspectiva de gerações de competir num mundo globalizado e não apenas na sua aldeia.

Sr. Presidente, na realidade, tudo isso se consubstancia na elevada carga tributária, na falta de marcos regulatórios, nas altíssimas taxas de juros, no câmbio desfavorável ao setor exportador e na incapacidade de o Governo Lula reduzir despesas que desestimulam o investimento de capital no País, levando a uma equação irresolúvel. Como entender que o capital nacional investe mais lá fora do que o País recebe em investimentos estrangeiros?

Pedimos aos Ministros que olhem para o Brasil na amplitude de suas necessidades econômicas e sociais, que criem um modelo que dê condições de crescimento real, que gere emprego e renda.

Se o Programa de Aceleração do Crescimento fosse um campeonato de Fórmula 1, o Brasil, com 2,3% na média, não estaria nem no *grid* de largada. Hoje a média de crescimento dos países emergentes é de 5%. Hoje, a nossa vizinha Argentina, como a fênix que ressurgiu das cinzas, registra crescimento espantoso - fruto de economia destruída, mas que apresenta índices de 9%.

Certamente, nesse campeonato, a aceleração praticada pelo Governo brasileiro não corresponde ao crescimento das nações emergentes nem dos países da América do Sul. Só crescemos mais do que o Haiti. Por quê? Talvez porque aquele país esteja sob intervenção e não tenha capacidade de gerir a sua economia.

Desejamos sucesso ao Governo. Queremos que a economia cresça 10%, 15% ou mesmo apenas 5%. Precisamos de crescimento. Para tanto, o Governo tem de fazer a lição de casa: gastar menos, melhorar a qualidade da despesa pública, desonerar o contribuinte e dar oportunidade para que o País cresça. E esse talvez seja, Sr. Presidente, o principal estímulo que falta à sociedade brasileira.

Não reclamarei do abandono em que se encontram os setores da manufatura. Todos sabem que os setores coureiro, calçadista, metal-mecânico, moveleiro e de confecções estão em dificuldades, mas o Governo fecha os ouvidos e toca a economia como se os milhares de desempregados não fizessem parte deste País.

Sr. Presidente, aguardamos que o Governo faça a sua parte. A sociedade torce para que este País cresça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado, Deputado Júlio Redecker.

Documento 44/111

008.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	13/02/2007-12:32
Publ.: DCD - 2/14/2007 - 4377		JÚLIO REDECKER-PSDB-RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável da Minoria à Emenda 03, destacada, do Senado, ao Projeto de Lei 6.272 de 2005 (Dispõe sobre a Administração Tributária Federal, e dá outras providências - Super-Receita), que vincula a prévia decisão judicial o ato da autoridade fiscal para desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em relação a essa emenda, cabe ressaltar que algumas afirmativas não são corretas. Dizer que a relação de trabalho estabelecida pelas novas formas que o mercado exige para proteger o trabalhador e a empresa, a fim de tornar os custos mais aceitáveis, desprotege o trabalhador é dizer que os trabalhadores organizados que estabelecem essas relações não são trabalhadores. Permitir que um fiscal desconstitua um ato jurídico perfeito é desrespeitar a lei. Fazer com que o Poder Judiciário regule essas relações é proteger a relação de ambas as partes.

A emenda é meritória, Sr. Presidente, porque restabelece a confiança na relação de trabalho.

O tempo da Minoria é de 1 minuto apenas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Na orientação de bancada, é 1 minuto para todos.

O SR. JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, resalto que a medida protege o interesse de ambos. E, em relação ao acordo firmado, não cabe à Presidência suscitar a votação pelo painel. Cabe aos Líderes que fizeram o acordo pedir que seja feita a votação nominal.

A matéria, repito, é meritória. Por isso, houve unanimidade no Senado Federal. E protege, sim, o contribuinte, o trabalhador e aquele que estabelece a relação de trabalho.

Temos de confiar na justiça praticada pelo Poder Judiciário.

Documento 45/111

011.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	14/02/2007-20:02
Publ.: DCD - 2/15/2007 - 4704		JÚLIO REDECKER-PSDB-RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LÍDER DISCURSO

Sumário

Contingenciamento de recursos orçamentários destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados, movida pelo clamor popular, exerce neste momento a responsabilidade de produzir legislação que melhore a qualidade da segurança pública no País. Trabalhamos aqui para disciplinar a progressão do regime de cumprimento de pena e garantir a segurança da sociedade com a manutenção dos mais perigosos criminosos por tempo maior nos presídios.

Sr. Presidente, temos de perguntar ao Presidente Lula - que está do outro lado da rua - o que está sendo feito com o Fundo Nacional de Segurança Pública. Por que ele é contingenciado? O Presidente da República prometeu a construção de 5 presídios federais, mas até o momento somente 1 foi erguido.

Vamos aumentar a população carcerária para proteger a sociedade brasileira. Queremos saber se o

Governo fará a sua parte ou continuará apenas prometendo garantir a infra-estrutura carcerária. Os condenados devem ser recebidos com dignidade na penitenciária. O Governo Federal tem de fazer a sua parte, ou seja, destinar recursos aos Estados, para que, em regime integrado, tenham condições de punir e encarcerar os criminosos, mas também de prevenir crimes e de proteger o cidadão brasileiro. Temos de nos preocupar com a legislação que vamos produzir. Devemos cobrar do Governo. Se esta Casa faz a sua parte, atendendo ao clamor público, o Governo Federal deve fazer a sua. O Presidente Lula não pode ficar omissos neste debate. S.Exa. tem de dizer à opinião pública onde estão os recursos do Governo Federal. A Força Nacional de Segurança Pública, enviada ao Rio de Janeiro, está cuidando das fronteiras internas do Estado. Qual a importância de um governo que acha que isso é dever de casa? Dever de casa é oferecer ações integradas e recursos econômicos para aparelhar e integrar as Polícias; é criar órgãos de inteligência e construir presídios. O Estado de São Paulo inaugura, a cada 30 dias, 1 presídio com capacidade para 800 pessoas. E o Governo do Presidente Lula? Onde estão os recursos para construir os presídios prometidos? É incapacidade gerencial, falta de vontade política ou incompetência mesmo? O Brasil deve cobrar do seu Governo participação nesse esforço concentrado em relação ao qual a Câmara dos Deputados dá exemplo nesta noite, Sr. Presidente.

Documento 46/111

012.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	15/02/2007-10:04
Publ.: DCD - 2/16/2007 - 4922		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Anúncio da apresentação de ação direta de inconstitucionalidade de tratado comercial firmado entre o Brasil e a Bolívia.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o tema que me traz à tribuna não é o que está sendo apreciado. Registro a preocupação de todo o País com o tratado assinado hoje, às 9h, pelo Governo brasileiro e pelo Governo boliviano.

O tratado, que permitiu investimentos na área do gás, da transmissão ou do transporte de gás da Bolívia para o Brasil, está tendo reajustes, como no caso de Cuiabá, o que vai repercutir no agronegócio, no preço do dólar, na proporção de 1 para 4,3 dólares, com repercussão de quase 50 milhões de dólares.

Se o Governo brasileiro der à Bolívia o mesmo preço praticado com a Argentina, de 4,3 para 5 dólares, trará uma repercussão financeira de mais de 300 milhões de dólares.

O Governo brasileiro não está autorizado - por ser um tratado - a fazer esse dispêndio sem autorização do Congresso Nacional. O Governo brasileiro, de acordo com a Constituição Federal, tem de trazer o assunto a esta Casa por se tratar de tratado e pelo fato de ser gravoso ao patrimônio nacional, com repercussão de mais de 350 milhões de dólares.

O Governo está usurpando as suas prerrogativas no momento em que desconsidera a participação da Casa, já que o art. 48 da Constituição diz:

"Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado (...)."

E cita alguns artigos.

Os incisos I e V do art. 49 dizem o seguinte:

"Art. 49

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; (...)."

Quer dizer, grava o patrimônio nacional, diz respeito a contratos, prejudica a competitividade dos setores empresariais brasileiros e não respeita a legislação expressa na Carta Magna nesse sentido, Sr. Presidente.

Se o Governo acha que vai fazer alterações nesse tratado com repercussão financeira para a nacionalidade, nós, como partido político, entraremos com uma ADIN, porque não é possível que o Presidente Lula continue a desrespeitar a lei e esta Casa. A Câmara dos Deputados é soberana e tem

de se manifestar sobre o assunto. Não iremos silenciar sobre tratados assinados na véspera do Carnaval.
Está aqui o alerta, Sr. Presidente, para que seja cumprida a Constituição e o Governo brasileiro respeite esta Casa.

Documento 47/111

018.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	27/02/2007-16:00
Publ.: DCD - 2/28/2007 - 6921		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo atraso na realização da reforma ministerial. Inércia do Governo Federal diante da perda de competitividade de setores da economia brasileira.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vemos aqui algumas coisas que são reflexo do que ocorre no Poder Executivo. Está na pauta a Medida Provisória nº 338, de 2006, que engloba 4 projetos de lei que abrem crédito especial em favor de diversas empresas, cujo Relator é da base do Governo. Eles não foram apreciados e, por isso, foram transformados em medida provisória. Isso deve ser reflexo da estagnação que o Presidente Lula provoca no seu Governo.

Na área de segurança, em que esta Casa se esmera em trabalhar e em sistematizar, melhorando a qualidade legislativa, o Ministro da Justiça está há 5 meses demissionário, esperando o dia em que o Ministério será transformado em propriedade do Ministro que atualmente cuida da articulação política. No que se refere à qualidade da educação, há muito tempo não vejo o Presidente Lula discutir sobre ela. Apenas debate com seu partido se Marta Suplicy deve ou não ser Ministra. Nesse vaivém, o atual Ministro está desautorizado, desmotivado, e o Governo não anda.

O que dizer, então, do Ministério da Saúde? O atual Ministro deve estar perguntando-se o que faz à frente daquela Pasta. A especulação é de que um nome da base aliada deva assumir o Ministério. Enquanto isso, no Maranhão morrem pessoas de beribéri, doença que achávamos não existir mais, e, em Dourados, em Mato Grosso do Sul, índios morrem de desnutrição e de inanição, por falta de assistência dos órgãos governamentais que da área deveriam cuidar.

Primeiro, o Presidente não mexe no Ministério por causa da eleição na Casa, depois por causa da eleição em um partido da base. E assim vai indo. Talvez na Páscoa, o coelhinho possa trazer os nomes para o Brasil, que espera ação voltada para o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Nem o Presidente nem a base do Governo dizem o que está sendo feito na área econômica para atender a setores que hoje estão perdendo competitividade, em face de enganosa política econômica, em que não se usam os juros e o câmbio para fazer com que o crescimento se dê por meio da melhoria das exportações, da competitividade do produto brasileiro. Empresas de setores como os do couro e do calçado estão fechando as portas no Rio Grande do Sul, no Ceará, em alguns municípios, como em Franca, e na Bahia. Enfim, os setores metal-mecânico, moveleiro e de confecções estão todos sem receber a mínima atenção do Governo para manter os empregos e a competitividade das empresas.

O Presidente Lula, no segundo mandato, perdeu o gosto por governar. Já não governou no primeiro pelos fatos conhecidos e pelas CPIs produzidas aqui por seu Governo. Essa é a grande realidade. Esperamos que o S.Exa. acorde desse sono em berço esplêndido e volte a governar este País, para que haja esperança de dias melhores.

Documento 48/111

019.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	28/02/2007-16:00
Publ.: DCD - 3/1/2007 - 7231		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário da Minoria ao parecer pela admissibilidade da Medida Provisória 338 de 2006 (Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006 em favor de diversas empresas estatais para os fins que especifica), em votação nominal por força de verificação de votação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Minoria, encaminho o voto "não", porque essa medida provisória condensa 4 projetos enviados para cá pelo Governo tendo em vista a suplementação de verbas. Esses projetos tiveram os Relatores nomeados, mas não foram apreciados.

A Casa não pode reclamar, uma vez que não fez a sua parte. Se tivesse apreciado esses projetos em tempo hábil, teria evitado que o Governo os reunisse e os mandasse novamente para cá - desta feita como medida provisória.

O PSDB, portanto, vota "não", acompanhando os outros partidos que compõem a Minoria: o PFL e o PPS.

Documento 49/111

019.1.53.O
Publ.: DCD - 3/1/2007 - 7401
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD
JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
LÍDER
DISCURSO
ORDEM DO DIA

28/02/2007-16:00
JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
LÍDER
DISCURSO

Sumário

Avaliação crítica da Medida Provisória 354 de 2007 (Abre crédito extraordinário em favor do Ministério das Relações Exteriores para os fins que especifica - para atender famílias brasileiras que se dedicam a atividades extrativistas e à pequena agricultura no território da Bolívia, na faixa de fronteira com o Estado do Acre). Posicionamento contrário da Minoria à matéria. Críticas ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que o Governo incorre em erro no que diz respeito a esta matéria. Em primeiro lugar, não é o Brasil que tem de assistir a brasileiros ou bolivianos com recursos do Tesouro Nacional. Há organismos internacionais que têm essa responsabilidade. Cabe ao Governo brasileiro fazer com que esses organismos, no conjunto de outros países, atuem na área.

Dizem que, se um brasileiro houvesse na Bolívia, aquele país mereceria recursos do Tesouro brasileiro. Esses brasileiros optaram pela Bolívia, pelos Estados Unidos, pela Europa; tomaram decisão pessoal. O Governo não pode assistir aos brasileiros que vivem em território estrangeiro e esquecer os que estão aqui. É a exportação daquilo em que o Governo Lula é competente; é a Bolsa-Família boliviana. Não há promoção humana e, sim, distribuição de dinheiro público, retirado, por meio de tributos, de serviços públicos internos de má qualidade nas áreas de segurança, infra-estrutura, saúde e educação. O Presidente Lula deveria convocar o Presidente Evo Morales a ensinar-lhe como se chega ao crescimento econômico. O padrão de crescimento econômico do Brasil é hoje comparável ao do Haiti e incomparável ao de qualquer outro país das Américas: crescemos menos do que todos. A Bolívia, à qual estamos dando 20 milhões de reais, cresceu 4,5%, quase o dobro do Brasil; a Argentina, 8,5%; o Uruguai, 7,3%; o Paraguai, 4%; a Venezuela, 10%.

Na próxima *cumbre* do MERCOSUL, com humildade, o Presidente Lula deveria solicitar uma reunião com os Presidentes dos países da região para lhes perguntar como promover o crescimento econômico no Brasil.

Com PAC ou sem PAC, se emplaca ou se não emplaca, esta é a realidade: o Presidente Lula é mau gestor público, porque, em céu de brigadeiro, a economia brasileira está estagnada. Não há crescimento. Há reservas cambiais, Risco País baixo, mas não se consegue interagir com o setor privado para promover geração de emprego, renda e crescimento econômico.

Poderia S.Exa., o Presidente Lula, ver com Evo Morales como é a Bolívia, que está recebendo dinheiro; ver como é o Bolsa-Família boliviano, para mostrar a setores extrativistas daquele país uma atitude humanitária. Mas S.Exa. é desumano com os brasileiros que habitam na pobreza, que morrem de beribéri no Maranhão; é desumano com as famílias dos índios, que estão desnutridas.

E a base aliada do Governo vem aqui dizer que S.Exa. pode, sim, com o nosso dinheiro, fazer assistencialismo em outros países. Se essa tese vingar, Sr. Presidente, vamos ter de mandar dinheiro para os Estados Unidos, para o Japão, para a Europa, para as pessoas que livre e espontaneamente migraram para esses países.

Isso é fazer caridade com o chapéu alheio. O povo brasileiro paga tributos elevadíssimos. A nossa carga tributária, em comparação à da Argentina, que cresceu 4 vezes mais do que o Brasil, é simplesmente o dobro. Lá é de 20%; aqui é de 40%. O Governo brasileiro cobra do trabalhador, cobra do empreendedor, por serviços que não presta.

A Argentina não tem sistema de saúde de qualidade, não tem sistema educacional de qualidade, não tem infra-estrutura, mas não cobra por isso. O Brasil cobra, gasta mal, e o Presidente da República é incapaz de falar na melhoria da qualidade da despesa pública, no combate ao desperdício, à corrupção e à sonegação. Porque o Estado brasileiro é perdulário, na mão do Presidente Lula, gasta mal o dinheiro brasileiro.

O País não pode continuar assistindo a isso. A Minoria vota "não" a este projeto, um absurdo do ponto de vista da estrutura financeira e das responsabilidades de um governante.

O Presidente da República deveria olhar para os brasileiros; deveria ouvir o clamor deste Congresso; deveria dar atenção também a setores econômicos desprezados. O Banco do Brasil obteve lucro esplendoroso porque não é mais a agência de desenvolvimento do País; hoje é um banco que disputa com o BRADESCO, com o Itaú, entre outros, e esquece a sua missão de ajudar a agricultura, a indústria e o comércio brasileiros.

Quero que esta Casa aumente democraticamente o volume do debate, para que ali do outro lado da rua o Presidente Lula aprenda um pouco de gestão, mesmo que seja com Evo Morales, e pare de usar o chapéu alheio para fazer benemerência internacional.

Documento 50/111

021.1.53.O

Sessão Ordinária - CD

01/03/2007-16:02

Publ.: DCD - 3/2/2007 - 7874

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Baixo crescimento econômico do Brasil. Realização da reforma tributária. Críticas à política econômica do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil hoje está refletindo sobre o baixo crescimento da economia brasileira. Na realidade, há expectativa de que o País se desenvolva, mas com crescente carga tributária. Segundo estudos divulgados, a carga tributária brasileira chegou a 38,8% do PIB em 2006, e ficamos observando sua repercussão na vida do brasileiro, no dia-a-dia daquele que paga imposto. No Brasil, Sr. Presidente, a carga tributária *per capita* - não vou citar os grandes números - passou de 3.987 reais, em 2005, para 4.434 reais, em 2006. Isso quer dizer que cada brasileiro está pagando 447 reais a mais de imposto neste ano em relação ao ano passado.

A classe média brasileira gasta seus recursos e consome seu patrimônio para colocar o filho na escola particular, mas, quando consegue o diploma de médico, advogado, engenheiro, administrador, ele enfrenta o desemprego, porque as oportunidades de trabalho hoje não estão no Brasil. Senão não estaríamos votando medida provisória para brasileiros que estão na Bolívia. Essa é a realidade, Sr. Presidente.

Não vemos o Governo do Presidente Lula criar empregos porque não gera crescimento econômico, não melhora a qualidade da despesa pública, não combate o desperdício, não combate a sonegação e não combateu e não está combatendo a corrupção. O dinheiro escorre pelo ralo, Sr. Presidente. No Brasil, não há serviços públicos de qualidade, e não é por falta de dinheiro, e sim por falta de capacidade gerencial do Governo Lula. O mau administrador faz uma campanha de tapa-buracos em que gasta 500 milhões e esses buracos estão todos abertos no ano seguinte para voltar a ser consertados.

Se tomarmos a arrecadação sobre as perspectivas dos Estados, dos municípios e da União, veremos que o Governo Federal arrecadou, nos 3 níveis, R\$815 bilhões. Em relação ao PIB, os tributos federais representaram 27%; os estaduais, 10%; e os municipais, 1,5%. Do total da arrecadação tributária, a União ficou com 69,91%; os Estados, com 25,97%; e os municípios, com 4,12%.

Defendemos que, para haver crescimento econômico, tem de haver melhoria da qualidade da despesa pública, com reforma tributária, e uma distribuição que permita aos municípios e aos Estados brasileiros, que são os maiores investidores em desenvolvimento, ter participação decisiva para promover o crescimento econômico.

Por isso, nossas críticas ao PAC. Não vamos criar dificuldade, mas queremos que o Governo faça um trabalho conjunto com os Estados e os municípios, dê a eles condições de investimento e olhe para o

agronegócio. O agronegócio brasileiro está esquecido, em função do câmbio, dos problemas de abastecimento e da questão dos juros.

O setor exportador, conforme o relatório do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, contribui com 5% das exportações. No mundo inteiro, exportação não paga tributo. Perde o setor exportador competitividade por uma política cambial desastrosa, por uma política de juros irreal, porque não está equalizada com nossos competidores. E o consumidor brasileiro acaba comprando produtos fabricados em outros países, desempregando aqui e empregando lá fora.

Por isso, Sr. Presidente, registramos nosso desapeço por essa política econômica, que vem fazendo o Brasil ter parâmetros comparativos com o Haiti, e não com outros países que estão em fase de crescimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 51/111

023.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	05/03/2007-16:02
Publ.: DCD - 3/6/2007 - 8202		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário da Minoria ao Requerimento de preferência na seguinte ordem: Medida Provisória 345 de 2007, como item 1, Projeto de Lei 1.282 de 2003, como item 2 e Projeto de Lei 4.203 de 2007, como item 3, renumerando-se os demais itens.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Vice-Líder do Governo é parte legítima, na condição de Deputado, para apresentar requerimento de inversão de pauta. Nossa posição contrária ao requerimento demonstra de forma clara que o Vice-Líder do Governo pode confabular com seus colegas da Câmara, com os partidos de oposição, a fim de, juntos, escolher uma pauta que agrade aos partidos e às demandas da população.

Sr. Presidente, o diálogo é sempre positivo. Quando as decisões são tomadas unilateralmente, há natural desconfiança de quem prefere o diálogo, necessário para o entendimento.

Vamos votar contra o requerimento por achar que o Deputado Beto Albuquerque, embora tenha, como Parlamentar, a prerrogativa de apresentá-lo, sempre que o faz age como Vice-Líder do Governo, uma vez que não consegue dissociar-se dessa condição.

Esperamos poder oportunamente conversar para estabelecer os interesses dos partidos de oposição.

Documento 52/111

023.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	05/03/2007-16:02
Publ.: DCD - 3/6/2007 - 8203		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Levanta questão de ordem sobre a anti-regimentalidade do exercício da Liderança do Governo pelo Vice-Líder Beto Albuquerque. Pondera sobre normas regimentais relativas à indicação de Líderes no início da Legislatura.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero discutir a questão à luz das palavras do Deputado Beto Albuquerque.

Encerrou-se uma Legislatura, Sr. Presidente, e iniciamos uma nova. Não houve indicação, pelo Presidência da República, de novo Líder do Governo nesta Casa. Se tivesse sido eleito outro Presidente, do mesmo partido do Presidente Lula, continuaria o Deputado Beto Albuquerque também reeleito Líder do Governo? Não. Teria de haver a chancela do novo Presidente.

Portanto, enquanto não houver indicação do novo Líder pelo Presidente da República, estaremos

atuando à margem do Regimento Interno.

Esta é a realidade. O reconhecimento disso é uma questão de bom senso, principalmente na interpretação do Regimento. Se há condescendência da Mesa no sentido de que a situação não deva ser considerada e para dar voz e vez ao Bloco da Maioria, nós o entendemos como ato unilateral da Presidência e não o que assegura o Regimento.

Não gostaríamos, Sr. Presidente, de entrar nessa discussão, porque a julgamos menor, como também acreditamos que não custaria nada ao Presidente da República confirmar, mesmo que interinamente, o Deputado Beto Albuquerque na Liderança do Governo, o que daria cobertura para que o Regimento abrigasse, toda vez que falar o Líder Beto Albuquerque, suas palavras como representante do Governo.

É outro Governo, é outra Legislatura.

Portanto, Sr. Presidente, minha questão de ordem é clara. A Mesa sabe disso, e, por isso, ainda não se manifestou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu poderia dizer que Deus é testemunha, mas prefiro dizer que V.Exa., Deputado Júlio Redecker, é testemunha de que a Presidência não se tem orientado pela condescendência.

Lerei o § 3º do art. 9º do Regimento Interno, referente aos Líderes:

"Art. 9º.....

§ 3º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação".

No caso, por analogia, estamos aplicando essa norma aos Vice-Líderes, porque ninguém nem tampouco o Deputado Beto Albuquerque se outorgou a condição de Líder. Em nenhum momento S.Exa. usou indevidamente prerrogativa exclusiva dos Líderes. Todas as vezes em que S.Exa. usou da palavra pela Liderança do Governo o fez na condição de Vice-Líder - cumprindo o Regimento Interno -, no exercício da Liderança.

Portanto, estamos em consonância com o Regimento Interno.

O SR. JÚLIO REDECKER - Permito-me discordar de V.Exa., Sr. Presidente, porque o Dr. Mozart Vianna, douto conhecedor do Regimento Interno, sabe muito mais do que nós que no mesmo art. 9º, § 2º, estabelece:

"Art. 9º.....

§ 2º A escolha do Líder será comunicada à Mesa, no início de cada Legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da representação".

Portanto, no início de cada Legislatura. Se é para fazer analogia, é clara a intenção do legislador quando elaborou o § 2º do art. 9º deste Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Mas vou ler ainda um terceiro complemento, para quem retém o parágrafo a que V.Exa. se referiu.

Dispõe o § 3º:

"Art. 9º.....

§ 3º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação".

Como não foi feita, não há Líder do Governo.

O SR. JÚLIO REDECKER - Os Líderes permanecerão - suas palavras são corretas, mas há uma vírgula - a cada Legislatura. Estamos numa nova Legislatura. Caso contrário, Sr. Presidente, houvesse algum problema na eleição para a Mesa Diretora da Casa, o Deputado Aldo Rebelo, reeleito, continuaria na Presidência. Não é assim. Trata-se de nova Legislatura. É preciso haver um novo Presidente escolhido pela Casa, mediante eleição.

Todas as Lideranças aqui presentes, com direito à voz no plenário, têm condições de manifestar-se como tal porque isso lhes foi outorgado por seus pares. V.Exa. é o Presidente da Casa no início desta Legislatura. Não há como a Legislatura anterior continuar na seguinte e acharmos isso correto.

Documento 53/111

023.1.53.O

Publ.: DCD - 3/6/2007 - 8205

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

05/03/2007-16:02

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Reiteração dos argumentos contrários ao exercício interino da Liderança do Governo por Vice-Líder indicado na Legislatura anterior.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para encerrar, não quero polemizar, mas o ilustre jurista, Deputado José Eduardo Cardozo, mais uma vez, merece atenção da Minoria.

O art. 105 do Regimento Interno diz:

"Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles".

E faz algumas ressalvas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas o que tem com a ver a proposição com o presente caso, Sr. Deputado?

O SR. JÚLIO REDECKER - Quero dizer que findou a Legislatura. Caso contrário, todas as proposições continuariam a tramitar nesta Casa. Mas se trata de outra Legislatura.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Uma coisa nada tem a ver com a outra.

O SR. JÚLIO REDECKER - Quer dizer que, se nenhum dos Vice-Líderes não tivesse sido reeleito, não haveria Liderança do Governo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Meu aplauso a V.Exa., Sr. Presidente. A decisão da Presidência é correta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou dar por encerrada essa discussão. Antes, porém, quero colocar a seguinte hipótese para a consideração dos Deputados Ronaldo Caiado e Júlio Redecker.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, antes que V.Exa. fale, eu quero respeitosamente recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Deputado Onyx Lorenzoni, a exemplo de outros Líderes, foi indicado Líder no dia 6 de fevereiro. E o Deputado Rodrigo Maia, Líder da bancada do PFL na Legislatura passada, antes de o Deputado Onyx Lorenzoni ter sido escolhido, foi quem indicou, entre outros, o candidato do PFL à Mesa, no primeiro dia da atual Legislatura.

Isso prova o quê? O Regimento diz que é no início da Legislatura, mas não diz que é no primeiro ou no segundo dia. Tampouco impede, como está provado pelos fatos, que o Líder da Legislatura passada, enquanto não for substituído, como dispõe o § 3º do art. 9º, continue no exercício da Liderança, como bem salientou o Deputado José Eduardo Cardozo.

Por analogia, portanto, não existem novos Vice-Líderes do Governo indicados. Continuam em exercício os da Legislatura passada.

Como o Líder anterior do Governo, alertado a tempo, renunciou a esse mandato, senão alguém poderia argüir que na condição de Líder não poderia disputar cargos da Mesa, e como não houve a indicação do novo Líder, neste momento não há Líder do Governo, mas há Vice-Líderes.

Vou agora passar ao encaminhamento da votação.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. RONALDO CAIADO - Antes, porém, Sr. Presidente, por analogia, como V.Exa. é um bom debatedor...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A palavra está com o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. RONALDO CAIADO - Dois segundos, por favor, Sr. Presidente. Por analogia, eu gostaria então que a reforma política já entrasse na pauta...

Documento 54/111

023.1.53.O

Publ.: DCD - 3/6/2007 - 8232

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

05/03/2007-16:02

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Importância da realização de investimentos governamentais na melhoria da infra-estrutura da área de segurança pública do País. Descaso do Governo Luiz Inácio Lula da Silva com o setor.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a pauta da Casa, pelo requerimento do Deputado Beto Albuquerque, trata da questão da segurança pública.

Entendo ser fundamental que o Brasil tenha boas leis, que sejam funcionais, que ajudem a conter a criminalidade em toda a sua extensão, em todas as suas manifestações. Agora, cabe a esta Casa fazer a sua parte.

As leis que já existem não são ruins - está aqui o Deputado João Campos, que preside a Comissão de Segurança da Casa. O que falta é infra-estrutura. Para que haja boas leis, deve haver a contraprestação, por parte dos órgãos governamentais, com o numerário necessário para fazer com que elas sejam cumpridas. É preciso que haja presídios em condições de funcionamento e que o Judiciário e o Ministério atuem plenamente para o cumprimento da lei.

O Presidente Lula costuma dizer que o Governo apóia a segurança pública. Se pegarmos o Fundo Nacional de Segurança Pública, vamos ver que, no ano passado, havia uma verba de 466 milhões de reais e foram executados apenas 126 milhões de reais, ou seja, 27%. Um Governo comprometido com a população e com a segurança pública certamente não realiza apenas 27% do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública. Isso é faltar com a verdade. A sociedade não é boba. Ela sabe que o Governo Lula deveria ter feito a sua parte e não o fez.

Em relação ao Fundo Penitenciário, este mesmo Governo colocou ali 364 milhões de reais, mas realizou apenas 119 milhões de reais, ou seja, 32%.

Onde está a responsabilidade do Governo do Presidente Lula, quando tem de destinar recursos para a segurança pública? Além de não destinar sua totalidade, faz com que o gasto chegue a índices não superiores a 27%, no caso do Fundo Nacional de Segurança, e a 32%, no caso do Fundo Penitenciário.

Para o ano de 2007, Sr. Presidente, há uma previsão no Fundo Nacional de Segurança Pública de 566 milhões de reais e no Fundo Penitenciário, de 211 milhões de reais. Deveria haver um orçamento impositivo para a segurança pública. Toda verba destinada à segurança pública deveria ser efetivamente realizada.

Estamos assistindo aqui a uma falta de verdade. Mentem para o Brasil, dizendo que apóiam a segurança pública, dando a infra-estrutura necessária para o cumprimento da lei. Mentem mais ainda no momento em que não cumprem a totalidade dos recursos.

Acredito que a sociedade brasileira deve dirigir seu olhar para o outro lado da rua, para o Palácio do Planalto, porque o Presidente Lula está faltando com a verdade.

Documento 55/111

024.1.53.O

Publ.: DCD - 3/7/2007 - 8514

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

06/03/2007-16:02

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Invasão de áreas de reflorestamento por mulheres do movimento Via Campesina, no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, foram invadidas áreas de reflorestamento de 3 empresas por 1.500 mulheres militantes da Via Campesina, em protesto contra o plantio de eucalipto. Em Eldorado do Sul foi invadido o reflorestamento da Aracruz Celulose; em Rosário do Sul, o reflorestamento da empresa Stora Enso; em São Francisco de Assis, a Fazenda Messias.

Todos sabem que, para evitar a devastação das nossas florestas, é preciso investir em reflorestamento, a fim de gerar celulose e madeira para a indústria moveleira, segmento importante da economia. Pode-se perceber que essas mulheres, com suas invasões, além de desestimular investimentos estrangeiros, fundamentais para se exportar celulose e promover o crescimento econômico, tornaram-se massa de manobra. Os manipuladores, os que se colocam contrariamente ao plantio de eucalipto no Rio Grande do Sul, alegando que equivale à formação de um "deserto verde", não enxergam a realidade econômica de muitas pequenas famílias do Estado, famílias que, nessa atividade, plantando eucalipto, pinus e acácia negra, encontram sua sobrevivência.

No passado, por ocasião da presença no País do líder sindical José Bové, destruiu-se, única e exclusivamente por questões políticas, tecnologia na área de mudas clonadas, desenvolvida ao longo de 20 anos pela empresa Aracruz Celulose.

Sr. Presidente, tenho certeza de que a Governadora Yeda Crusius não aceitará que mais uma vez

assistamos calados a investidas contrárias a atividades econômicas importantes que, além de gerar emprego e renda em todo o Rio Grande do Sul, contribuem para a preservação da natureza. Certamente esses a que chamo de manipuladores fariam muito melhor se fossem para as Regiões Norte e Nordeste, sobretudo para a Amazônia, zelar pela floresta, cuja devastação não tem sido controlada pelo Governo por falta de investimentos financeiros. O Ministério do Meio Ambiente, nas palavras da própria Ministra, não tem como controlar a devastação das florestas. Não obstante tal devastação, vemos pessoas se prestando a invasões, sem a mínima noção da realidade. Por isso, trago o protesto veemente daquelas pequenas famílias de agricultores, que têm 2, 3, 4, 5, 6 hectares plantados e que acabam tendo o seu produto desvalorizado, porque essas empresas deixam de comprar seus produtos e os preços ainda são desvalorizados para os demais pequenos produtores. Não é desta maneira que vamos colaborar com o desenvolvimento sustentável do País, acabando com o reflorestamento e afugentando os investimentos privados. Dessa forma o Brasil vai acabar não tendo condições de se desenvolver. Muito obrigado.

Documento 56/111

026.1.53.O

Publ.: DCD - 3/8/2007 - 8824

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

07/03/2007-16:04

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

LÍDER

DISCURSO

Sumário

Tentativa do Partido dos Trabalhadores de impedimento da instalação da CPI sobre a crise do setor aéreo brasileiro.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não consigo enxergar por que o Plenário está tão ansioso com a instalação de uma CPI. No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 34 CPIs foram instaladas e tiveram começo, meio e fim.

Vimos nesta Casa que o PT gostava muito de CPI no tempo que era Oposição. A partir do momento em que se transformou em governo, o PT não quer mais CPI, porque tem uma experiência negativa. Ele antes dizia que a CPI era um direito das Minorias, hoje é um direito das Maiorias, porque a Maioria diz "não" à CPI, mesmo quando ela defende o interesse público.

Não sei se os Deputados do PT e da base do Governo se perguntam se a questão aérea tem fato determinado. O fato determinado não é pontual, é continuado. Tivemos o maior desastre aéreo brasileiro por motivos ainda não resolvidos. Primeiro, acreditava-se que o *transponder* do jato Legacy, da EMBRAER, não estivesse funcionando, que talvez não tivesse havido a comunicação correta por parte dos controladores de vôos, que não houvesse equipamentos adequados para controlar o tráfego aéreo e para substituí-los quando não funcionassem.

Cento e cinquenta e quatro brasileiros morreram. Pais, mães, órfãos, famílias desesperadas. A crise aérea corresponde a vidas. Mas o PT não se importa com essas vidas.

Posteriormente, vimos a paralisação dos controladores de vôo, que dizem não ter condições de trabalho, que fazem horário dobrando e trouxeram o caos ao transporte aéreo, atrasando vôos.

Sr. Presidente, fico lembrando o caso daquele menino que precisava fazer um transplante de rim, mas, como o vôo não decolou, o rim não chegou a tempo e ele acabou morrendo. Mas não faz mal: o menino morreu. Não há crise, não há fato determinado. Sessões da Casa, como se lembrou muito bem, foram interrompidas ou não se realizaram porque não havia condições de chegar a Brasília.

Eu quero que a bancada do PT de São Paulo, onde fica a sede do partido, diga-me se as conexões, os vôos e as decolagens têm sido fáceis, se há infra-estrutura nos aeroportos, ou se realmente estamos diante de uma crise aérea que justifique uma CPI e o direito de a Minoria querer investigar não contra o Governo, mas a favor da população brasileira, que é muito maior que os interesses de eventuais governos - passados, presentes ou futuros.

Sei que o PT não gosta de CPI. Quando apertaram os sapatos, aconteceu de tudo, até mesmo o Supremo determinar ao Presidente do Senado que indicasse os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque o partido da base do Governo não queria fazê-lo. Na CPMI dos Correios, dos Sanguessugas, do Mensalão, começou a haver uma desestruturação nas verdades daquele partido que defendia a ética no País, aliás, seu único patrimônio. Começamos a perceber que havia mazelas no Executivo, com grandes nomes, com próceres, com Líderes desse partido, com mensalão, com sanguessugas, com favorecimento, com financiamento de campanha, com caixa 2.

Tudo isso atemoriza, mas eu quero tranquilizar a todos. Não posso acreditar que a CPI sobre a crise aérea traga novos episódios que novamente deixem em má situação o maior partido de sustentação do Governo na Casa, o PT. Claro que o PMDB tem o maior número, mas o PT é o maior partido. Tenho de cumprimentar o Presidente Arlindo Chinaglia, que acolheu a CPI. Espero, Presidente, que V.Exa. fique ao lado dos que são da Oposição, mas também dos que são da base aliada e que subscreveram o requerimento de CPI, porque não vamos parar aqui. Daremos entrada à mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, para fazer com que o povo brasileiro possa ter transparência, não só nesta Casa, no Executivo, mas também em qualquer lugar que for necessário desvendarmos as entranhas do poder e dos que dele se beneficiam. Queremos saber como são administradas as taxas aeroportuárias e os recursos destinados à infraestrutura. Há necessidade de modernizar os equipamentos de controle de voo. O PT não precisa mais levar para casa, na consciência, a vontade de não ter mais CPI na Casa, pelo mal, pela tristeza e pelas dificuldades que criou para muitos de seus Líderes, de fazer um simples ato, como caminhar na rua, não ter o reconhecimento público de que não cumpriu com o dever do mandato parlamentar, de carregar no Executivo suas responsabilidades. Por isso, Sr. Presidente, solicito aos Deputados desta Casa, embora haja uma base amplamente majoritária do Governo, que dêem oportunidade à investigação, ao direito de as Minorias buscarem a verdade, para que, transparentemente, se traspasse todos os segmentos políticos desta Casa, dando-nos a oportunidade de não termos a nossa voz calada, o nosso direito de investigar cerceado, porque o PT e a base aliada têm medo de que se possa repetir o que ocorreu em CPIs anteriores. Não acredito nisso. Creio que se trata de uma questão estrutural e também que V.Exa. estará ao nosso lado quando impetrarmos o mandado de segurança no Supremo para defender não só o direito da Minoria, mas também a verdade dos fatos nesse episódio que não é pontual, é continuado e custou a vida de muitos brasileiros. *(Palmas.)*

Documento 57/111

027.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	07/03/2007-21:38
Publ.: DCD - 3/8/2007 - 8867		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Obstrução da Minoria à votação do Requerimento de efeito suspensivo do Recurso 14 de 2007 (Recorre, com pedido de efeito suspensivo, da decisão da presidência, que indeferiu questão de ordem a respeito da instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as causas, consequências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907) e um jato Legacy, da América Excel Aire, com mais de uma centena de vítimas).

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria pede para acompanhar os partidos que compõem a base. Também vamos à obstrução.

Documento 58/111

028.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	08/03/2007-11:22
Publ.: DCD - 3/9/2007 - 9162		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questiona a redação do avulso do Recurso 14 de 2007 (Recorre, com pedido de efeito suspensivo, da decisão da presidência, que indeferiu questão de ordem a respeito da instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as causas, consequências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego brasileiro,

desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907) e um jato Legacy, da América Excel Aire, com mais de uma centena de vítimas), por antever efeito suspensivo antes de a Casa votá-lo t

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho em mão o Recurso nº 14, de 2007, no qual está escrito:

"Recorre, com pedido de efeito suspensivo, da decisão da Presidência, que indeferiu a questão de ordem (...)".

"Despacho

Submeta-se ao Plenário, após ter sido ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 95, § 8º, do Regimento Interno."

Como há esse despacho e esse recurso se ainda não foi votada a concessão do efeito suspensivo na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Por gentileza, V.Exa. poderia entregá-lo à Mesa, porque não foi possível entender. Peço que nos entregue para que possamos responder a V.Exa.

O SR. JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, a minha preocupação é uma só: como o avulso se antecipa a uma decisão da Casa? Essa é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Qual avulso?

O SR. JÚLIO REDECKER - Do próprio Recurso nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqui está claro, veja:

"Despacho

Submeta-se ao Plenário, após ter sido ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. (...)."

Esse é o efeito. Votaremos aqui não o recurso, pois ele irá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas a questão de ordem, onde se faz recurso ao Plenário quanto ao chamado efeito suspensivo. São duas coisas.

O SR. JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, como o recurso com efeito suspensivo já está publicado se ainda não foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A redação está errada. Aqui é com pedido de efeito suspensivo.

O SR. JÚLIO REDECKER - Então, a redação está errada. Aqui há a previsão de um resultado que não votamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Claro, V.Exa. tem razão.

O SR. JÚLIO REDECKER - Então, solicito que seja substituído. Enquanto não chegar o recurso substituído, não votaremos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Isso não impede a votação da matéria.

O SR. JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, vamos recorrer dessa decisão, porque induz a erro.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Espere um segundo, Líder.

Do ponto de vista da votação ou não do efeito suspensivo, se tivéssemos votado ontem, não teria sequer havido essa publicação com erro. Portanto, não tem nada a ver com essa publicação. A questão de ordem precede, tanto que vem da sessão anterior. Portanto, o efeito suspensivo precede. Será corrigido.

Cumprimento V.Exa. por ter levantado esse erro da publicação.

Na Ordem do Dia, há matéria sobre a mesa. O que vale é a Ordem do Dia: votação do requerimento de concessão do efeito suspensivo ao Recurso nº 14, de 2007, etc. O que vale é a Ordem do Dia.

Documento 59/111

028.1.53.O

Publ.: DCD - 3/9/2007 - 9166

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

ORDEM DO DIA

08/03/2007-11:22

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de recurso contra a decisão da Presidência sobre a criação da CPI do Tráfego Aéreo. Manobra do PT para impedimento da instalação da CPI.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, talvez estejamos tomando decisão extremamente importante que modifica as relações parlamentares dentro desta Casa, tirando o direito das minorias de exercer função delegada pelas urnas.

V.Exa. deferiu a instalação da CPI, num ato de competência exclusiva da Presidência desta Casa. Mesmo com questão de ordem, não caberia recurso a sua decisão, porque ela é irrecorrível. Quando V.Exa. decide comprar ou licitar qualquer coisa nesta Casa, V.Exa. não traz para o Plenário porque isso é de competência e responsabilidade exclusiva do Presidente da Casa. Na realidade, quando V.Exa. aceitou a CPI, ela deveria ter ido para publicação, porque esse é um ato irrecorrível do Presidente da Casa.

O precedente que vemos hoje aqui retira das minorias a possibilidade de exercer, democraticamente, o seu direito quanto à criação de CPIs, porque nós, com um terço, as instalamos nesta Casa, cumpridas as normas do Regimento da Câmara dos Deputados.

Não poderia V.Exa., Sr. Presidente, ter admitido recurso, porque sua decisão é irrecorrível. Com este precedente, estamos criando um segundo tempo para, de agora em diante, sepultar todas as CPIs. Quando V.Exa. deferir o pedido, ele tem que ir à publicação. No entanto, V.Exa., ao não deferir a continuidade da CPI encaminhando-a para publicação, porque deu ao Plenário sua manifestação, nos retira um direito, e jamais nesta Casa se agiu dessa maneira.

Entendo que essa não é a vontade de todo o Plenário. Ontem, caminhávamos para um acordo, por iniciativa de V.Exa. Porém, a base do Governo não está toda ela conforme com essa atitude que será tomada em plenário.

Quem está, isto sim, fazendo com que não se cumpram o Regimento Interno e a Constituição e dando a materialidade para o mandado de segurança junto ao Supremo é o PT. O PT não aceita, não quer a CPI. Não são o PMDB ou outros partidos da base; é o PT.

Perguntamos: por que o PT não quer uma CPI que vai tratar da crise aérea brasileira? Quando Deputados do PT entrarem nos aviões, o passageiro ao lado vai perguntar por que há atraso; por que houve acidente; por que a passagem é mais cara; por que a mercadoria que deve circular no território nacional ou ser exportada não anda; por que há mortes devido ao atraso no transporte dos órgãos destinados a transplantes; por que o tráfego aéreo brasileiro está conturbado.

Entrando em outras áreas, queremos saber se algo vinculado à decisão da não-instalação da CPI serve para proteger alguma coisa inominada, algo que não conhecemos e possa representar atos de corrupção, porque isso não sabemos.

Sr. Presidente, o que queremos é ter a possibilidade de colaborar com o usuário do transporte aéreo; melhorar a qualidade do atendimento e o fluxo das companhias aéreas para atender à demanda. Queremos saber quais são as condições do controle de tráfego aéreo: se os equipamentos estão em condições, se os investimentos foram feitos. É isso o que queremos.

Sr. Presidente, quando V.Exa. deferiu a CPI, não temos mais que discutir o mérito. O que estamos discutindo neste momento é se esta Casa vai sepultar o direito das minorias de instalar uma CPI na Casa.

Espero, Sr. Presidente, que não seja retirado este direito das minorias, porque, daí, sim, vamos assistir aqui ao fim das relações democráticas no funcionamento dos partidos políticos e dos representantes da população nesta Casa.

Documento 60/111

028.1.53.O
Publ.: DCD - 3/9/2007 - 9184

Sessão Extraordinária - CD

08/03/2007-11:22

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

QUESTÃO DE ORDEM
QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Levanta questão de ordem sobre a obrigatoriedade de encerramento da presente sessão extraordinária, em face da retirada das matérias da pauta da Ordem do Dia.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 67 do Regimento Interno diz que a sessão extraordinária, com duração de 4 horas, será destinada

exclusivamente à discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia. Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, a sessão tem de ser encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - V.Exa. tem razão.

Documento 61/111

028.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	08/03/2007-11:22
Publ.: DCD - 3/9/2007 - 9183		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação de uso da palavra, na condição de Líder da Minoria, para comentar discurso do Deputado Walter Pinheiro sobre a aprovação pelo Plenário do Requerimento de efeito suspensivo do Recurso 14 de 2007 (Recorre da decisão da presidência, que indeferiu questão de ordem a respeito da instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as causas, consequências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907) e um jato Legacy, da América Excel Aire, com mais de uma centena de vítimas).

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria requer tempo para responder ao Deputado Walter Pinheiro, que sem amparo em qualquer preceito regimental falou por quase 6 minutos.

Gostaria de responder ao Deputado Walter Pinheiro, em nome da Minoria, se é que ela terá a prerrogativa regimental de manifestar-se, que há pouco foi sufocada com esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há uma lista de inscritos e nem todos falaram. Eu não vou conceder a ninguém a palavra enquanto não decidir sobre a pauta desta sessão.

Portanto, novamente pergunto ao Plenário se concorda com a retirada de pauta dos itens restante ou se devemos continuar com o debate. *(Pausa.)*

Retiro, de ofício, os demais itens da pauta.

Uma vez que tenho compromisso externo, vou passar a Presidência ao Vice-Presidente. Os inscritos terão a palavra para se manifestar, na ordem.

Quanto à inscrição do Líder da Minoria - naturalmente, o Vice-Presidente saberá conduzir a sessão -, S.Exa. terá o tempo que merece, embora a Liderança já tenha usado a palavra.

Documento 62/111

031.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2007-16:00
Publ.: DCD - 3/14/2007 - 9754		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Razões da obstrução da Minoria à votação do Requerimento de inversão da pauta da Ordem do Dia, para priorizar a votação de proposições de interesse das mulheres.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição não está contra os projetos que hoje, na realidade, homenageariam as mulheres. No mérito, estamos de acordo. O que não se pode, e as ilustres Deputadas desta Casa devem entender, porque nesta Casa são minoria, mas lá fora são maioria, é restringir o direito da minoria.

Temos a convicção de que a instalação da CPI não é uma questão da Oposição, mas dos milhares de brasileiros que estão com medo de viajar de avião, daqueles que perderam o emprego, porque o turismo brasileiro não andou com esse imbróglio criado nos aeroportos com atrasos, com problemas, com falta de segurança nos vôos, das viúvas, dos maridos, dos pais, dos filhos, que acabaram ficando

sozinhos em razão daquele acidente da GOL.

Sr. Presidente, neste momento há obstrução porque esta Casa, por intermédio dos partidos do Governo, não teve o seu entendimento. Se V.Exa. fosse Ministro do Supremo, Relator, acolheria a CPI, como acolheu aqui, porque ela tem fato determinado.

Não entendemos o motivo pelo qual o Governo quer retirar uma garantia constitucional, quer retirar o direito das minorias de investigar a favor do povo brasileiro. Recorremos ao Supremo para garantir que aqui manobras regimentais não sufoquem o direito das minorias.

A obstrução não é contra os projetos de interesse da mulher; é contra o maniqueísmo praticado pelo Governo, por intermédio principalmente do PT, o partido do Presidente Lula, que quer dizer, sim: "*Não há direito das minorias*".

A obstrução é instrumento de resistência democrática. Não vamos sair da obstrução não porque somos contra ou a favor deste ou daquele projeto, mas porque somos a favor da Constituição brasileira e do Regimento Interno desta Casa para que se garanta o exercício do direito do povo brasileiro de ter condições de fiscalizar as atividades do Governo e de dar à Minoria a condição de fazê-lo.

Por isso, Sr. Presidente, estamos em obstrução, a favor do direito das minorias, que hoje somos nós, o PSDB, o PFL e o PPS, mas amanhã poderão ser outros partidos, e defenderemos o mesmo direito nesta Casa.

Pela obstrução, Sr. Presidente.

Documento 63/111

031.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	13/03/2007-16:00
Publ.: DCD - 3/14/2007 - 9779		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável da Minoria ao Requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei 4.125 de 2004 (Torna obrigatória a divulgação pelos estabelecimentos que especifica de material relativo à exploração sexual de crianças ou adolescentes). Obstrução dos partidos de Oposição às votações na Casa em protesto contra a violação do direito da Minoria de criar CPI destinada a investigar a crise no sistema de tráfego aéreo, submetida a recurso regimental.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança da Minoria encaminha o voto "sim" ao requerimento pelas razões aqui já listadas. A obstrução está sendo feita porque a Minoria não concorda com a manobra regimental realizada neste plenário contra o direito constitucional de instalação de CPI quando preenchidos os requisitos legais. Por isso, Sr. Presidente, no mérito, estamos acompanhando as matérias de interesse das mulheres brasileiras, mas também defendendo um direito que, tenho certeza, será resguardado quando do julgamento da liminar pelo Supremo Tribunal Federal. Nessas circunstâncias, não nos resta outro caminho senão o de demonstrar à sociedade brasileira que temos de não apenas respeitar o direito das minorias fora dos gabinetes e do plenário da Câmara, mas também respeitar o direito de as pessoas falarem, proporem pontos fundamentais ao exercício democrático. Votamos "sim", Sr. Presidente.

Documento 64/111

032.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	14/03/2007-16:00
Publ.: DCD - 3/15/2007 - 10095		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Matéria Sétima criança indígena desnutrida morre em Mato Grosso do Sul, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo.
Matéria sobre gastos excessivos da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA com canal próprio de televisão,
publicada pelo jornal Correio Braziliense. Imperiosidade da instalação da CPI do Apagão Aéreo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora o tema da instalação da CPI do Apagão Aéreo seja extremamente importante, não nos podemos descuidar de outros fatos que estão ocorrendo no Brasil, a exemplo do que nos noticia o jornal *Folha de S.Paulo*: *Sétima criança indígena desnutrida morre em Mato Grosso do Sul*. Diz a notícia:

"Índio de 1 ano e 2 meses tinha quadro de deficiência alimentar, vômito e diarreia.

A criança indígena caiuí Rogério Vilhalva, de um ano e dois meses, morreu na aldeia Bororó, em Dourados (MS), no fim de semana, após ser internada no hospital com quadro de desnutrição moderada, vômito e diarreia no último dia 6. (...)

O líder indígena caiuí Getúlio de Oliveira, 56, afirmou que 'a Funasa fala besteira para se defender'. Segundo ele, a mãe e a criança 'foram liberadas porque não tinha remédio no hospital'. Disse que 'na aldeia a família não tinha o que comer'. (...)

O atestado de óbito, segundo a Funasa, aponta que ele morreu de desidratação grave provocada por diarreia infecciosa".

Essa foi a morte de mais um índio pequeno desamparado. E esse desamparo diz respeito a verbas e à ação governamental.

Leio agora matéria do *Correio Braziliense* intitulada *A milionária TV da Funasa*:

"Presidente da fundação enfrenta auditoria interna sobre gastos com canal corporativo que está em implantação ao custo de R\$ 71 milhões. Segundo técnicos, esse dinheiro deveria ir para os índios. (...) Canal corporativo destinado a produzir oito horas diárias de programação, a TV Funasa é uma operação que corre à margem da estrutura administrativa do órgão (...). Sua concepção e operação foram entregues à produtora Digilab, empresa sediada em Florianópolis. Pelo contrato, firmado depois de concorrência pública, até 2011 a Digilab receberá R\$ 71 milhões para tocar o projeto. O conteúdo, porém, terá de ser produzido pelos técnicos da própria Funasa. Do total de R\$ 71 milhões, já foram pagos R\$ 6 milhões. (...)

Parte dos funcionários do órgão (...) reclama que a dotação orçamentária destinada ao canal corporativo de TV é um acinte quando comparada à penúria com que a atividade-fim da Funasa está lançada: segundo a página da instituição na internet, a fundação tem por missão 'promover a inclusão social por meio de ações de saneamento e é responsável pela promoção e proteção à saúde dos povos indígenas'.

Entre os anos de 2003 e 2006 o governo federal destinou (...) R\$ 5,6 milhões para o atendimento à saúde de 11 mil índios integrantes de sete etnias do Mato Grosso do Sul. É muito pouco. Nessas áreas" - V.Exa. que é médico sabe -, "a mortalidade infantil atinge 65 de cada grupo de mil crianças indígenas nascidas vivas. A média brasileira é de 24 mortes a cada mil nascimentos e a meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) é reduzir essa taxa a 12 óbitos a cada série de mil partos. (...)

A verba destinada à TV Funasa daria, por exemplo, para incrementar em quase 13 vezes o atendimento às etnias indígenas do Mato Grosso do Sul.

Já foi pago à empresa DIGILAB mais do que se investiu nesses anos para a proteção à saúde dos índios em Mato Grosso do Sul.

Ora, Sr. Presidente, desde quando a atividade-fim da FUNASA necessita de uma televisão com investimentos de 71 milhões de reais, retirando-se investimentos destinados ao atendimento à saúde dos povos indígenas? Daqui a pouco, vamos ver alguns programas exitosos, como o Programa Luz para Todos, ser copiados. No caso, em relação ao próximo Orçamento, a FUNASA lançaria o Televisores para Todos... O argumento da FUNASA para justificar a criação do canal de televisão é o de que será usado no processo educativo. Tenham a santa paciência! Daqui a pouco, não será apenas mais um contrato com mais uma empresa de comunicação, desviando-se a FUNASA de sua atividade-fim; daqui a pouco, vão querer destinar televisão para todos, vão comprar, quem sabe, 100 mil televisores.

Sr. Presidente, estamos aqui neste momento para dizer que é uma barbaridade jogar dinheiro público fora, no momento em que vemos crianças indígenas sem atendimento, morrendo de desnutrição, porque a FUNASA não prioriza a sua atividade-fim, ao contrário, prefere dar 6 milhões a uma empresa para promover a instalação da TV FUNASA - em 4 anos, destina menos do que isso para atender a 11 mil índios.

É revoltante ver a inanição do Governo no que diz respeito a atender os propósitos de sustentação à vida, em relação a que o Orçamento é pleno. Mas talvez esse não seja um assunto importante. É mais importante patrolar a Oposição, não permitindo que as minorias vejam instalada uma CPI para olhar o lado do transporte aeroviário no Brasil, que não oferece segurança nem condições para o País estabelecer, considerando-se o crescimento do turismo receptivo, transporte aéreo confiável. Nós Parlamentares usuários do transporte aéreo sabemos que isso é fundamental para o comércio, para a

indústria, para o setor de serviços. E essas preocupações fazem com que manobras regimentais desrespeitem a Lei Maior e não se dê o direito à Minoria. Confiamos na Justiça, confiamos no Supremo Tribunal Federal, o guardião da Constituição Federal, que vai repor os direitos das minorias e fará com que fiquem rubros muitos daqueles doutores em Direito desta Casa que, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, rasgam os livros com os quais se educaram nas faculdades de Direito.

Documento 65/111

033.1.53.O
Publ.: DCD - 3/16/2007 - 10334

Sessão Extraordinária - CD

15/03/2007-10:36

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Matéria do jornal Folha de Londrina sobre os expressivos contratos firmados pela empresa Renacar, de propriedade do ex-Deputado José Janene, com empresas públicas federais. Apresentação de requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério das Comunicações acerca dos procedimentos licitatórios realizados para a contratação dos serviços da empresa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna é uma manchete do jornal *Folha de Londrina* de hoje. Estamos assustados com a força política de alguns Parlamentares e ex-Parlamentares. O que a *Folha de Londrina* noticia hoje mostra que o Deputado aposentado José Janene não pode reclamar da vida, nem seu irmão, Assad Janene. Ele criou uma empresa de locação de veículos há pouco mais de 6 meses, chamada Renacar, com sede em Londrina. Senhores, como algumas pessoas com conexões no Governo têm sucesso em seus empreendimentos! Todo mundo sabe o que aconteceu aqui no Congresso no Governo passado, do Presidente Lula: os sanguessugas, o mensalão. Essa empresa, a Renacar, da família Janene, essa família poderosa, com ligações no Governo, consegue alugar, lá de Londrina, 200 carros para Furnas Centrais Elétricas. Essa é uma história de sucesso profissional, fórmula que deveríamos criar aqui na Casa; espalhar pelo Brasil cursos de empreendedorismo ministrados pelo Governo do Presidente Lula e pelos Parlamentares da base aliada. Afinal, alugam, de Londrina, não só 200 carros para Furnas, mas também 120 carros para os Correios no Estado de São Paulo. A matéria da *Folha de Londrina* me deixa assustado. O Sr. Assad Janene é um craque. Tem de dar curso de relações pessoais, de relações corporativas. Precisamos saber quem, no Governo, dá guarida para o prestígio dessa família, dona de uma empresa jovem, mas de sucesso, com *marketing*, com planejamento estratégico, com gente capacitada para competir com as melhores empresas brasileiras. Duzentos carros para Furnas mais 120 para os Correios! E a competência é tanta, que há mais 80 carros para administrações diretas de Prefeituras e do Governo do PT. Eu queria saber quais as relações que essa família, que essa empresa tem com os órgãos governamentais, com os Governos do PT, com as Prefeituras do PT, para colocar numa jovem empresa 200 carros, mais 120, mais 80, somando 400 carros, segundo a *Folha de Londrina*. Estou preocupado. Há dinheiro viajando em porta-malas de carro. Achamos que o Governo deveria fazer uma revisão da sua postura, para o bem do Brasil, mas está dando guarida para que esses mesmos que saíram pela porta dos fundos desta Casa estejam com sucesso profissional digno da inveja de qualquer grande empresário brasileiro, de qualquer empreendedor, mas também digno da vergonha do povo brasileiro, que paga imposto, que paga tributo, que tem dificuldade de botar um filho no colégio, que tem dificuldade de acesso a médico, que tem dificuldade de sair às ruas porque não tem segurança. Por isso, queremos pedir que o Governo se explique. Apresentaremos hoje ainda requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia. Vamos pedir também ao Ministério das Comunicações que nos explique como foram feitas essas concorrências públicas, como chegaram a ter prestígio suficiente para botar um número tão grande de carros locados com o irmão do ex-Deputado José Janene, emérito Deputado da base do Governo. Queria saber a resposta do Governo sobre a maravilhosa história de sucesso profissional dessa empresa Renacar. Quantos outros também conseguem esse mesmo sucesso nos seus empreendimentos com o Governo? Acho que o Governo Lula deve explicações à sociedade. Não desprende seus vínculos com aquelas fórmulas de votação nesta Casa. Pela importância do ex-Deputado e de seu irmão para conseguir contratos privilegiados, devem manter estreitas ligações nesta

Casa e com o Poder Executivo. Caso contrário, meus caros colegas, não conseguiriam 200 carros para Furnas, 120 para os Correios e mais 80 para administrações petistas.

Acho que o PT, por intermédio do seu Líder de bancada ou da Liderança do Governo, deveria nos esclarecer nesta Casa, porque não queremos fazer tábula rasa com o julgamento de que todos os petistas concordam com isso, todos os petistas avalizam a postura de privilegiar aqueles que têm influência e cuja trajetória nesta Casa é conhecida.

Pelo bem deste Parlamento e do País, queremos uma explicação convincente, a mesma que esperamos não deste Plenário, mas do Supremo Tribunal Federal, que é instalar a CPMI nesta Casa.

Documento 66/111

033.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	15/03/2007-10:36
Publ.: DCD - 3/16/2007 - 10351		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Razão da obstrução da pauta de votações pelos partidos oposicionistas. Posicionamento favorável da Minoria à Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei 4.125 de 2004 (Torna obrigatória a divulgação pelos estabelecimentos que especifica de material relativo à exploração sexual de crianças ou adolescentes), oriundo de CPMI, após ter sido atingido o quorum para aprovação da matéria, em votação nominal por força de verificação de votação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Minoria, desde o primeiro momento, disse claramente ao Plenário e pessoalmente à Deputada Maria do Rosário que, no mérito, éramos favoráveis à matéria. Todos sabem que a resistência da Oposição é em relação ao fato de não ter sido instalada a CPI do Apagão Aéreo. Com a decisão do Ministro Celso de Mello, indicando o caminho de que o Supremo Tribunal Federal recolherá as pretensões da Minoria e determinará a instalação da CPI, vamos mudar a orientação para "sim". Será a homenagem e o reconhecimento ao trabalho da bancada feminina desta Casa. Reconhecendo esse trabalho, estamos convictos de que a nossa luta aqui dentro terá resultado positivo, o que também ofereceremos à luta das mulheres. Desejo-lhes sucesso. Espero que esta Casa sempre reconheça, amplie e garanta os direitos das mulheres, porque sem elas não há país, não há nação, não há família.

Documento 67/111

042.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	21/03/2007-19:24
Publ.: DCD - 3/22/2007 - 11560		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inconformismo com manobras da base governista para impedimento da criação da CPI do Apagão Aéreo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, talvez o Brasil não se esqueça desta noite. Das longas noites que este Plenário vivenciou, ao longo dos anos em que aqui estou, não me lembro de nenhuma ocasião em que Deputados, com alegria e tranquilidade, pudessem encontrar na sua consciência o repouso, para contrariar um direito jamais usurpado das minorias desta Casa. Lembro-me de CPIs que os Presidentes da Casa não aceitaram; lembro-me de CPIs que não prosperaram porque não havia fato determinado; lembro-me de CPIs das quais os Deputados e as Deputadas retiravam assinaturas para que, não havendo número, não fossem instaladas. Como Parlamentares, minoria e partidos políticos, vamos ser derrotados esta noite. É uma morte anunciada, é um pouco da democracia que morre, um pouco da frente ativa de cada um de nós que falece, no momento em que vemos que o Presidente desta Casa aceitou a CPI, porque ela cumpria

todos os seus requisitos - tinha número suficiente; o Governo não conseguiu retirar as assinaturas; tinha fato determinado, como ainda o tem. O Presidente a acolheu.

Pela primeira vez nesta Casa um fato novo surge, sem respaldo no Regimento Interno, com precedente no Senado, sem jurisprudência, para permitir que o Governo, por meio do partido de seu Presidente, interpusse recursos sem guarida na legislação vigente, para não permitir, não hoje, mas jamais, a instalação de CPIs nesta Casa.

Os Deputados que estão hoje na base do Governo estiveram ontem no Governo Fernando Henrique Cardoso, em sua base, e têm de saber que não devemos servir ao Executivo para surrupiar direitos da Minoria, porque a Maioria hoje será Minoria amanhã. Fará falta ao contraditório desta Casa a possibilidade de mostrar ao povo brasileiro que o Governo tem de respeitar a Minoria na Casa, porque ela pode investigá-lo profundamente. Isso é uma garantia constitucional da lisura dos procedimentos de qualquer Governo.

O Governo investigado cresce e recebe da opinião pública solidariedade quando consegue demonstrar à sociedade que está correto no seu procedimento, quando defende seus postulados e permite a investigação. Quem não deve não teme. E esse talvez seja o grande medo do Governo.

Hoje muitos falavam do PAC: "*Temos de votar o PAC*"; "*A Oposição tem de ser responsável*". A Oposição não é irresponsável. Irresponsável é o Governo, que, pela Maioria, cassa autoritariamente o direito de instalarmos a CPI nesta Casa.

Sr. Presidente, quando propusemos que acabaríamos com a obstrução, votaríamos o PAC, suspenderíamos as atividades da Casa em relação à apreciação do pedido de CPI para esperar o resultado do Supremo, o Governo não concordou.

Por que a base do Governo não concordou? Porque ela teme muito mais o mal que a CPI possa fazer ao Governo. Isso pesa mais do que o bem que o PAC possa fazer à Nação. O Governo está demonstrando o seu medo e que não tem condições de se defender nos atos e nos fatos que, a partir do acidente da Gol, começaram a ser evidenciados à Nação.

Lamento que hoje vamos botar uma pá de terra em cima da democracia. Quero que no futuro, quando os historiadores escreverem a história sobre o triste período dessa noite, possamos ter, com o dedo no painel assinalando a votação, a responsabilidade daqueles que cassaram direitos nesta Casa.

Para nossa tristeza, não cassaram o direito dos outros, cassaram o direito de nós próprios. Mais uma vez, o grande derrotado neste País, neste momento, não é o Executivo nem o Judiciário, são os próprios Deputados que enterram seus direitos e se orgulham disso. Lamento, Presidente, mas continuamos não concordando e vamos gritar pela eternidade contra esse dia de hoje, porque esse dia envergonha o Parlamento e nos deixa a todos muito tristes. (*Palmas.*)

Documento 68/111

041.1.53.O

Publ.: DCD - 3/22/2007 - 11462

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

21/03/2007-16:04

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contingenciamento de recursos destinados à infra-estrutura dos aeroportos brasileiros. Relatório do Tribunal de Contas da União sobre a situação do sistema de controle do tráfego aéreo. Encaminhamento ao Governo Federal de documento do Departamento de Controle de Espaço Aéreo sobre a necessidade de investimentos nos aeroportos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu trago uma grave denúncia.

Sras. e Srs. Deputados, a queda do Boeing 737-800 da Gol, que vitimou 154 pessoas, não aconteceu no dia 29 de setembro do ano passado. Essa data, de fato, marca o dia em que o voo 1907, entre Manaus e Rio de Janeiro, com escala em Brasília, partiu em direção a uma tragédia que poderia ter sido evitada. A queda do Boeing se inicia no dia 28 de julho de 2005, na reunião entre os secretários-executivos dos membros do Conselho Nacional de Aviação Civil - CONAC e da Casa Civil da Presidência da República.

Naquele encontro, a Casa Civil sugeriu ao Ministério da Defesa que buscasse nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento a solução para a liberação dos recursos do seu orçamento. Mas a Casa Civil antecipou aos secretários do CONAC que "*a política de contingenciamento não prevê exceção*". E mais, disse que era "*uma posição definitiva do Governo*".

Essa revelação integra o relatório produzido pelo Tribunal de Contas da União a respeito da situação em que se encontra o controle do tráfego aéreo no Brasil. O documento já foi aprovado pelo Pleno do

TCU.

Entretanto, o CONAC foi à Casa Civil justamente apresentar a proposta de aplicação dos recursos provenientes das tarifas aeroportuárias e aeronáuticas, prevista no seu planejamento de melhoria da infra-estrutura dos aeroportos, incluindo os equipamentos.

Cabe destacar que, nesse trabalho em que o Departamento de Controle de Espaço Aéreo - DECEA buscou viabilizar seu orçamento, as autoridades do Governo, incluindo a Casa Civil da Presidência da República, foram, de forma recorrente, informadas sobre a relevância da necessidade desses recursos para a manutenção das instalações e equipamentos já existentes e também dos projetos previstos que garantiriam segurança no espaço aéreo brasileiro. Que informações eram essas? Era um verdadeiro alerta da situação que se avizinhava.

Na pré-proposta orçamentária de 2004, estava avisado:

"Caso tais recursos não sejam alocados na plenitude, a continuidade dos empreendimentos iniciados no exercício de 2002 ficarão prejudicados, com risco de não se corrigir a situação emergencial do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB".

Na pré-proposta de 2005, o alerta também era muito claro:

"A eventual insuficiência em 2005 gerará efeitos danosos ao progressivo aperfeiçoamento dos meios e das atividades inerentes ao controle do espaço aéreo brasileiro, situação contrastante, inclusive com as expressivas taxas de crescimento de tráfego aéreo no país, que nos últimos anos vêm apresentando um valor médio de cerca de 8%".

Continua o alerta:

"Sem dúvida, sensíveis prejuízos para o país serão gerados na ocorrência de retardos ou não execução de importantes projetos, os quais, em última análise, visam garantir a máxima segurança possível, para as atividades aéreas, civis e militares, desenvolvidas no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil".

Na proposta de 2006, a advertência era ainda mais incisiva e profética, dizendo-se que poderia acontecer um acidente aéreo. A Casa Civil e o Governo sabiam disso.

Vejam as consequências que o DECEA antevia no documento entregue ao Governo a respeito do não-cumprimento de seus pleitos: atrasos e congestionamentos nos principais aeroportos do País; maior tempo de espera entre pousos e decolagens em um mesmo aeroporto; aumento considerável do consumo de combustível de aviação, com reflexos nos acréscimos de preços das passagens aéreas. Sras. e Srs. Deputados, por que eu digo que a Casa Civil e o Governo têm responsabilidade nesse acidente? Porque o DECEA escreveu isto, está no relatório do Tribunal de Contas: *"Diminuição do grau de confiabilidade e oportunidade na prestação de informações aeronáuticas e meteorológicas às aeronaves domésticas e internacionais que cruzam o espaço aéreo brasileiro"*.

Vejam V.Exas. que a Aeronáutica, pelas informações aeronáuticas e meteorológicas, já dizia que corriam risco as aeronaves domésticas e internacionais. E quais foram os 2 aviões que colidiram no céu brasileiro, vitimando 154 pessoas, nesse desastre anunciado pelas autoridades que cuidam do assunto? Uma aeronave brasileira, da Gol, com 154 vítimas, e uma aeronave estrangeira de fabricação brasileira, que cruzava o céu do País.

V.Exas. estão vendo a coincidência dessas previsões e o quadro que estamos vivendo? Não são coincidências. O que estava escrito lá atrás aconteceu. O mais dramático disso tudo é que vidas poderiam ter sido salvas, e as famílias daqueles passageiros e tripulantes não estariam experimentando a dor e o sofrimento da perda de seus companheiros e parentes.

O que se constata é que os cortes orçamentários aconteceram. Prevaleceu a sentença proferida pela Casa Civil naquela reunião de julho de 2005, ou seja, a *"política de contingenciamento de recursos não prevê exceção"* - nem que seja para dar segurança ao transporte aéreo e salvar vidas.

Nos anos de 2004 e 2005, *"respectivamente, recursos da ordem de R\$750 milhões e R\$667 milhões para as ações de operação, manutenção, desenvolvimento e modernização do SICEAB, tendo sido consignados no orçamento as dotações de R\$468,73 milhões para 2004 e R\$495,05 milhões para 2005"*. A redução, nesses 2 períodos, foi de 35%, atestou o Tribunal.

Cabe esclarecer que a gestão orçamentária e financeira, constatou o TCU, destinada a operação, manutenção e desenvolvimento do espaço aéreo brasileiro é custeada quase que integralmente por receitas decorrentes de tarifas, não havendo aporte de recursos originários do Tesouro Nacional.

O que o Governo fez, na verdade, foi uma apropriação de recursos recolhidos junto aos passageiros e empresas que utilizam os serviços em aeroportos.

Três são as fontes de recursos do sistema e que compõem o Fundo Aeronáutico: tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea; tarifa de uso das comunicações e dos auxílios de rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo; e adicional de tarifa aeroportuária.

O dinheiro arrecadado dessas 3 fontes é distribuído entre a INFRAERO e o Comando da Aeronáutica. A auditoria do TCU encontrou *"discrepâncias entre a arrecadação, a repartição das receitas e as responsabilidades da Infraero e do Comando da Aeronáutica na segurança e no controle de tráfego no espaço aéreo"*.

"Constatou a equipe que a participação do comando da Aeronáutica no câmpulo das despesas e investimentos relativos à navegação, nos anos de 2004 e 2005, foi da ordem de 78,67%, enquanto a participação da Infraero compreendeu 21,33%, percentuais bastante diferentes do que foram definidos para participação das receitas."

A repartição deveria ser de 41% para o Fundo Aeronáutico e 59% para o Comando da Aeronáutica, conforme portaria de 1999.

Em consequência da sistemática de cortes nos orçamentos propostos, a Aeronáutica *"ficou impossibilitada de realizar com eficiência e efetividade os serviços de controle de tráfego aéreo, bem como..."* (O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Júlio Redecker, acabei de dizer ao Deputado Henrique Fontana que não toleraria 1 minuto a mais. Como V.Exa. representa a Minoria, e nessa condição merece o respeito de outros Líderes também, informo ao Plenário que esse privilégio só vou dar à Minoria neste momento, e não mais.

O SR. JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente, em consequência da sistemática de cortes nos orçamentos propostos, a Aeronáutica *"ficou impossibilitada de realizar com eficiência e efetividade os serviços de controle de tráfego aéreo, bem como de ampliar a capacidade operativa dos Cindactas, no sentido de permitir o fluxo de aviões adequado às demandas do tráfego aéreo"*, denuncia o TCU.

Voltamos a 2005. Nesse ano, *"apesar do alerta e das necessidades do sistema, não foi realizado concurso autorizado em 2005 pelo Ministério do Planejamento para a admissão de 64 controladores de tráfego aéreo civis do grupo de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - DACTA, evidenciando um nítido quadro de desarticulação entre os órgãos envolvidos, de falta de planificação e de ausência de uma política efetiva de formação e alocação de pessoal para fazer frente às dificuldades de recursos humanos por que passa o SISCEAB"*.

Essas contratações foram indicadas em função de um crescimento estimado pela Aeronáutica de 8% no volume do tráfego. Contudo, essa estimativa estava subestimada. O incremento real verificado foi de 13%, aumentando os problemas no setor.

O relatório do TCU conclui que as autoridades responsáveis pelo contingenciamento agiram de forma pouco diligente, visto que se trata de assunto relativo à segurança do transporte aéreo.

Eu diria, senhoras e senhores, que essas autoridades só olharam os números e não consideraram que vidas humanas estavam em risco.

Passados 6 meses daquela tragédia, a sociedade ainda aguarda por respostas do Governo, que insiste em não ver fato determinado para a instalação de uma CPI. Agora, cabe a esta Casa agir para que possamos voltar a voar com segurança, para que mais famílias não sofram a mesma dor e para que negócios e empregos possam ser retomados.

Documento 69/111

002.1.53.N	Sessão Extraordinária - CN	22/03/2007-00:00
Publ.: DCN - 3/23/2007 - 992		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à decisão da Câmara dos Deputados no sentido de impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, descumprindo os direitos da minoria. Expectativa de decisão judicial favorável à instalação da referida CPI, pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Osmar Serraglio, Sr^{as} e Srs. Congressistas, quero, em primeiro lugar, congratular-me com V. Ex^a, nosso colega na Câmara dos Deputados, que teve um grande desempenho nas CPIMs realizadas. A Câmara dos Deputados, reconhecendo o seu talento e a sua seriedade, elegeram-o 1º Secretário, e é uma honra vê-lo presidindo uma sessão do Congresso Nacional, tanto como Deputado ou como se Senador fosse, pois V. Ex^a tem todas as qualidades para isso.

Sr. Presidente, quero registrar, na condição de Líder da Minoria, episódio que aconteceu ontem, na Câmara dos Deputados, quando, por manobra regimental e sem apoio nos dispositivos legais, o direito da Minoria de instalar CPIs foi cassado. É lamentável que permitamos que o Congresso Nacional, especificamente a Câmara dos Deputados, viva momento tão triste quanto aquele, quando, mais uma vez, os próprios Parlamentares cassam prerrogativas da Casa.

O exercício eventual de Situação ou Oposição demanda que estabeleçamos regras de conduta e de obediência ao Regimento Interno. Foram, pois, preenchidos os requisitos legais e regimentais para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, tanto quanto ao número de assinaturas como quanto ao fato determinado. E, quando nos referimos ao fato determinado, no particular, à questão do transporte aéreo brasileiro, abordamos, Sr. Presidente, a segurança de todos nós e o desenvolvimento econômico de um país continental, que precisa da malha aeroviária para comunicar-se, para crescer e

para desenvolver-se. É inconcebível o patamar de investimento, por parte do Governo, não só no aprimoramento da qualidade e quantidade de controladores de vôos, mas também na qualidade dos equipamentos que fazem esse controle, o que traz, na realidade, a todos nós insegurança no ir e vir no espaço aéreo brasileiro.

Não gostaria de fazê-lo, mas lamento, mais uma vez, a morte dos 154 brasileiros naquele fatídico acidente da Gol. Queremos, Sr. Presidente, fazer da investigação a possibilidade de melhora da qualidade dos serviços e das condições aeroviárias, para que todos possamos ter segurança, quando voarmos em aviões brasileiros ou mesmo de companhias estrangeiras.

Com esse registro, Sr. Presidente, deposito minha esperança no Supremo. Sempre que houver discórdia na interpretação da legislação nesta Casa, aguardaremos, como já é costumeiro, a sabedoria dos homens e das mulheres que compõem o Supremo Tribunal Federal, embora, no caso corrente, não acreditemos que poderia ter havido os fatos e a submissão da decisão do acolhimento do próprio Presidente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em função de uma questão de ordem. Encerro, dizendo também, Sr. Presidente, que não acredito que servirá ao Supremo como pressão essa decisão da Câmara dos Deputados. Acredito que a independência e o conhecimento jurídico fazem com que possamos depositar nossa confiança naquela colenda Casa.

Congratulo-me com todas as Srs. e Srs. Congressistas e, especialmente, com o Deputado Osmar Serraglio, em quem reconhecemos todas as qualidades que um bom homem público ou uma boa mulher pública devem ter no exercício do mandato confiado pelas urnas.

Meus parabéns a V. Ex^a e que o Brasil possa seguir no seu crescimento, mas com respeito às leis e ao próximo.

Documento 70/111

048.1.53.O
Publ.: DCD - 3/27/2007 - 12546

Sessão Extraordinária - CD

26/03/2007-18:42

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Divulgação, pela imprensa, de denúncias de irregularidades no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO. Necessidade de instalação de CPI para investigação de denúncias contra a empresa. Confiança na decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à criação da CPI destinada à investigação da crise do sistema de controle do tráfego aéreo. Reportagens acerca de irregularidades na INFRAERO.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo mundo sabe que o caos aéreo continua. O fato determinado teima em se repetir. Parece que toda semana os incrédulos acabam assistindo a um reforço divino para dar argumentos para que o País deseje - embora o Governo não o queira - a CPI do Apagão Aéreo.

Já estou acreditando, Sr. Presidente, pelas manchetes dos jornais, das revistas semanais, que eu quero ler aqui, que as irregularidades encontradas na INFRAERO talvez sejam o fato mais determinado que qualquer CPI já tenha tido nesta Casa.

Vou ler algumas manchetes dos jornais e veículos de comunicação brasileiros. A *Folha de S.Paulo* de 25 de março diz: *CGU mira contas de dirigentes da INFRAERO*; O *Estado de S.Paulo* do dia 24 diz: *TCU averigua ligação de INFRAERO e firmas citadas em CPI*; o *Correio Braziliense* do dia 25 diz: *Consultorias na mira do TCU. Relatórios do Tribunal de Contas da União mostram que empresas contratadas pela INFRAERO para fazer estudos preliminares em aeroportos foram escolhidas para elaborar projetos dos mesmos empreendimentos*; também o *Correio Braziliense* do dia 26 diz: *Pregão suspenso e Sem controle na arrecadação, falhas no sistema da INFRAERO, que registra a cobrança de tarifa de empresas, colocam em dúvida os repasses da Aeronáutica*; a revista *Veja* diz: *A empresa responsável pela administração dos aeroportos é um antro de corrupção e desvio de dinheiro*; a revista *ISTOÉ* diz: *Por dentro da caixa-preta da INFRAERO. Como os Correios, a empresa foi loteada entre o PT e o PTB, e as suas falcaturas já descobertas somam 3 bi em apenas 8 aeroportos*; O *Estado de S.Paulo* do dia 26 diz: *Waldir Pires quer punições para o caos em Cumbica*; a *Folha online* diz: *Caos aéreo volta a dar as caras no final de semana*.

Sr. Presidente, aqui há uma seqüência de reportagens de vários veículos.

Por isso, venho à tribuna. Tem de haver uma CPI só da INFRAERO, porque são tantas as denúncias da imprensa que há fato determinado e ponto de partida.

Registro nos Anais da Casa que o ponto de partida para a CPI da INFRAERO são as reportagens, deste final de semana, de duas revistas nacionais, *Veja* e *ISTOÉ*.

Na matéria, Sr. Presidente, é tão determinante o descaso, a má gestão de verbas públicas, que ficamos surpresos com o grau de informação dos profissionais dessas duas revistas, reforçado pela mídia em geral.

Acreditamos que já há mais do que fato determinado. Há, sim, todas as condições para que a CPI do Apagão Aéreo possa investigar a INFRAERO ou a INFRAERO ser objeto de uma CPI nesta Casa. É inadmissível que depois de tantos relatos de corrupção, de favorecimento, de crimes praticados contra o Erário, não haja, por parte do Governo Federal, nenhuma manifestação, a não ser a do Ministro da Defesa dizendo que vai punir os responsáveis pelo caos em Cumbica neste final de semana.

A cada dia, Sr. Presidente, repetem-se os argumentos para a instalação da CPI do Apagão Aéreo.

Temos certeza de que o Supremo Tribunal Federal dirá que, embora a ditadura da Maioria não queira a democracia, não queira respeitar o Regimento Interno, o direito da Minoria na Casa será preservado.

Sr. Presidente, se os fatos levantados pela imprensa brasileira não são suficientes para determinar uma investigação da INFRAERO com uma CPI específica, temos certeza de que, instalada a CPI do Apagão Aéreo, haverá condições plenas de investigarmos todo o caos que envolve a falta de segurança para os passageiros e também a INFRAERO.

Peço a transcrição dessas matérias nos Anais da Casa, para que sirvam de base àqueles que ainda não conhecem o desmando em que estão a INFRAERO e o transporte aéreo brasileiro.

MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR

Documento 71/111

049.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	27/03/2007-16:02
Publ.: DCD - 3/28/2007 - 12868		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Legitimidade da abertura de processos disciplinares no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra Deputados denunciados durante o exercício de mandatos anteriores.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou fazer apreciações sobre a matéria, que parece pacífica.

Venho à tribuna preocupado com uma consulta formulada ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pelas Lideranças do PMDB, do PR, do PT e do PP.

Ao ler o documento, lembrei-me do programa *Big Brother Brasil*, que é popular não só aqui, mas no mundo, e no qual o julgamento popular suprime qualquer ato criminoso que possa ter sido praticado se o réu for absolvido pela vontade popular.

Se tomarmos por medida que todos os Parlamentares, que já desfrutaram de foro privilegiado, podem, quando eleitos novamente para esta Casa, ser absolvidos de todos os seus erros ou crimes praticados no passado, vamos mudar a legislação e passar um atestado que não nos cabe, porque o julgamento popular das urnas não é o julgamento especializado dos tribunais e dos conselhos, nos casos de conduta.

Sr. Presidente, passo a ler 2 trechos da consulta.

Em determinado momento, quanto a que Parlamentares possam ter seus casos reabertos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, argumenta-se o seguinte:

"No mais, submetido tais fatos ao crivo do Poder Judiciário, seria não só precipitação como violência aos postulados da presunção da inocência e da separação dos Poderes pretender mais um julgamento político além daquele vindo das urnas, sem se aguardar efetiva solução judicial."

Ora, é o mesmo que dizer que, se votarmos e elegermos qualquer cidadão como membro nesta Casa, ele estará está acima da lei! Nós que fazemos a lei não podemos pretender tal fato.

E mais adiante:

"Em suma, se o fato político já foi julgado pela vontade popular, parece ser extravagante" - notem a palavra: extravagante! - "que o Conselho de Ética, ignorando a decisão do povo, venha a pretender novo julgamento político, colocando-se assim como verdadeira corte de cassação da vontade exercida nas urnas."

Subtrairmos a responsabilidade da Casa de julgar Deputado reeleito que possa estar sob a mira do

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar por atos praticados na sua vida parlamentar pregressa é rasgarmos os postulados do Direito, o que vai dar a todos os que quiserem a liberdade de praticar quaisquer atos sem cominação legal, sem punição, sem responsabilização por uma Casa que faz esforço concentrado para melhorar a qualidade do Código de Processo Penal, do Código Penal e das leis, para dar exemplo ao País.

Esta Casa não pode dar mau exemplo. Ela tem de recuperar seu prestígio, demonstrando que faz cumprir-se a lei contra aqueles que não a respeitam, mas também contra aqueles que, sendo membros da Câmara dos Deputados, não a respeitam, pois esses vão encontrar punição por parte dela, se for o caso, com o devido julgamento e a decisão tomada por seus pares.

Por fim, faz-se outra pergunta:

"É admissível a instalação de procedimento disciplinar contra Parlamentar quando o fundamento da representação for baseado em ato ou procedimento supostamente ocorrido em mandato anterior a processo eleitoral que confirma novo mandato, ampla e suficientemente divulgado e debatido pelas autoridades competentes nos fóruns próprios e de conhecimento dos cidadãos à época do pleito?"

Isso significa desaforar a capacidade de julgamento da Casa, do seu Conselho de Ética, dos seus pares. A Câmara dos Deputados não tem o direito de abrir mão disso!

Outra pergunta:

"Tal hipótese não configuraria constrangimento ao exercício de mandato, em flagrante subversão dos preceitos constitucionais e da vontade expressa pelo povo nas urnas?"

Recordo o julgamento de Jesus Cristo, quando o povo decidiu entre Jesus Cristo e Barrabás - um julgamento supremo.

Nem sempre a técnica e o preparo dos profissionais do Direito, mesmo nesta Casa, no seu Conselho de Ética, podem ser suprimidos por vontade popular. É um desrespeito à Constituição.

A consulta prossegue:

"Essa mesma hipótese não encontraria óbice regimental no disposto do art. 2º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, na medida em que iria de encontro à vontade do eleitor e, conseqüentemente, à garantia do pleno exercício do mandato popular?"

Se valer esse preceito, Sr. Presidente, na Casa tudo será possível, porque ela estará fechando os olhos para a Justiça e para o exemplo que deveria dar para o País.

Documento 72/111

051.1.53.O

Sessão Extraordinária - CD

29/03/2007-10:34

Publ.: DCD - 3/30/2007 - 13620

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento à Presidência de abaixo-assinado destinado à criação de CPI para investigação da crise do sistema de tráfego aéreo. Pusilanidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na condução da crise do setor.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos em mãos assinaturas de brasileiros que utilizam o sistema de transporte aéreo. Poderia citar alguns nomes das milhares de pessoas que solicitam providências, que pedem que esta Casa seja o palco constitucional da CPI do Apagão Aéreo.

Peço aos meus colegas Onyx Lorenzoni, Líder do PFL, Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, e Fernando Coruja, Líder do PPS, que subam à tribuna e entreguem a V.Exa., Sr. Presidente, a lista com as assinaturas dessas pessoas. Elas representam a insatisfação do povo brasileiro com a inanição e a falta de gerenciamento - o resultado foi a perda de vidas neste País.

Sr. Presidente, receba a manifestação do povo brasileiro. Ele está vendo que o Brasil precisa organizar seu transporte aéreo e oferecer mais segurança.

O povo brasileiro assina o seu nome, registra endereço e CPF, para dizer que não está de acordo com esta Casa, que subtraiu o direito das minorias, preenchidos os requisitos legais, com anuência de V.Exa., de instalação da CPI do Apagão Aéreo.

Por isso, recorreremos ao Supremo Tribunal Federal. Aguardamos, junto com milhares de brasileiros, o momento de ver estabelecido nesta Casa o direito das minorias, para que se possa investigar profundamente não apenas o caos aéreo, mas a falta de ação do Governo.

Ontem, um dos canais de televisão mostrou a fala do Presidente Lula em 8 oportunidades diferentes em que tratou do assunto. S.Exa. pediu providências ontem, novamente. O mesmo canal exibiu o apelo que Lula fez há 3 meses para que o problema do transporte aéreo brasileiro fosse solucionado.

Ou o Presidente não tem capacidade de mando, não é ouvido, não é respeitado por seus auxiliares, ou a incompetência grassa na área governamental responsável pelo controle do espaço aéreo, por sua estrutura, pelos equipamentos, pelas pessoas que exercem algumas funções. Estamos verificando uma incapacidade gerencial jamais vista: o Presidente não é ouvido mesmo por aqueles que nomeou e que pode demitir.

É lamentável, Sr. Presidente, que esta Casa perca a oportunidade histórica de remeter o assunto ao Supremo Tribunal Federal para que ele venha dizer à Nação que nós necessitamos de CPI para aprofundar a investigação e encontrar soluções. A falta de comando do Presidente da República sobre o seu governo acaba gerando insegurança na utilização de um transporte que é concessão pública. Sr. Presidente, queremos entregar esse documento a V.Exa. Não precisamos convencê-lo nem a assessoria técnica desta Casa. V.Exa. acolheu o pedido de instalação da CPI e está tão convicto quanto nós de que ela é importante. Infelizmente, devido a manobra regimental, dirigida pelo partido do Governo, o PT, foi subtraído das minorias o direito líquido e certo de obter esclarecimentos acerca da segurança no ar e também das condições de crescimento econômico advindas do transporte aéreo, que leva e traz riquezas aos setores da indústria e do comércio e auxilia na prestação de serviços. Por isso, Sr. Presidente, receba dos Líderes da Oposição a nossa manifestação de intérpretes do anseio popular, daqueles que, como nós, não aceitamos o descaso, o desmando, a falta de capacidade gerencial do Governo para resolver um problema simples, que, agravado, afeta também a possibilidade de muitos brasileiros poderem estar no meio de nós neste momento.

É hora de escutarmos a voz das ruas. É hora de desmistificarmos o conceito de alguns governistas que consideram transporte aéreo coisa de rico. Transporte aéreo é integração nacional, é desenvolvimento econômico. Transporte aéreo seguro é responsabilidade do Governo Lula.

Por isso, mostramos a V.Exa. e a esta Casa que a CPI do Apagão Aéreo é uma necessidade.

Documento 73/111

052.1.53.O
Publ.: DCD - 3/30/2007 - 13736

Sessão Ordinária - CD

29/03/2007-18:33

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Decisão do Supremo Tribunal Federal pela instauração da CPI destinada à investigação da crise do setor de tráfego aéreo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o motivo que traz o Líder da Minoria à tribuna nesta quinta-feira, quase às 19h, é reconhecer que, na decisão do Supremo de criação da CPI do Apagão Aéreo aqui acolhida pela Presidência, pela primeira vez na história, uma manobra regimental nesta Casa impediu a instalação de CPI quando havia assinaturas necessárias e fato determinado.

A bem da verdade, não é fato determinado; é concorrência de fatos determinados, o que leva medo aos usuários do sistema e prejuízos a um país continental como o Brasil, que precisa de integração por meio do transporte aéreo.

A decisão recebida há pouco do Supremo Tribunal Federal restitui a decisão ao Presidente da Casa, anulando o requerimento, para que S.Exa. possa dar seguimento publicando e instalando a CPI, dando, assim, à Minoria, à Oposição, o sagrado direito de investigar.

É muito ruim, Sr. Presidente, brasileiros e brasileiras, ver que o Congresso Nacional se submete à vontade do Executivo de não investigar o apagão aéreo por medo do que possa ser encontrado naquela caixa-preta.

Esta Casa tem que ter respeito ao Regimento Interno, à Constituição, para não sermos desmentidos, corrigidos.

Em recurso claro, o Supremo Tribunal Federal restituiu o direito de cada Parlamentar da Oposição pedir a instalação de CPI. Essa decisão nos traz alegria porque estava se cometendo aqui mais um ato contra o Poder Legislativo. Estavam suprimindo direitos, retirando prerrogativas, enfim, tornando este Poder menor, avassalando a vontade do Governo do Presidente Lula.

Admira-me que Parlamentares experimentados, conhecedores profissionais do Direito, submetam-se à vontade do Poder Executivo, em detrimento das prerrogativas constitucionais desta Casa.

Em boa hora confiamos na Justiça, confiamos no bom Direito, confiamos na interpretação do Regimento e da Constituição e, ao lado do Presidente desta Casa, que acolheu a CPI, vemos agora revelada ao País que toda aquela manobra da grande base do Governo Lula serviu aos interesses da

Presidência da República ao mesmo tempo em que desserviui à Constituição e ao País. Agora sim vamos poder nos aprofundar nas mazelas do transporte aéreo nacional, que vitimou brasileiros no acidente da GOL, que infelicitou famílias, que inibe a geração de emprego e renda, que não consegue cumprir sua missão de integrar o território nacional, de transportar riquezas, homens e mulheres. Não estamos interessados na instalação da CPI apenas para investigar atos de corrupção que possam ter sido praticados na INFRAERO, por isso juntei ao meu discurso desta semana reportagens da revista *Veja*, da revista *ISTOÉ* e de vários jornais de circulação nacional que demonstram que naquela caixa-preta há muitos coelhos escondidos. Também será objetivo da Oposição fazer com que a investigação aconteça.

Para nossa alegria e contentamento, Sr. Presidente, a Presidência ou a Relatoria da Comissão terá de ser da Oposição, uma vez que, na constituição desta nova Legislatura, quando da formação dos blocos parlamentares, o segundo bloco ficou com a Oposição. Caberá ao bloco do PMDB, do PT e de outros partidos a Presidência ou a Relatoria.

Nós vamos investigar, doa a quem doer. É um dos deveres deste Parlamento não deixar o sol escondido pela peneira. Temos de prestar contas ao povo brasileiro, temos de dar à população conhecimento das verdades que têm sido camufladas pelo Governo, da sua incompetência gerencial, dos seus desmandos, da sua incapacidade de gerir um fluxo aéreo que, somados todos os vôos que sobem e descem neste País, ainda é menor do que todo o tráfego registrado no aeroporto de Atlanta, Estados Unidos.

Segurança nos vôos, dignidade na administração do dinheiro público, melhora na qualidade da despesa pública, economia do suado dinheiro confiscado do brasileiro por tributos abusivos, justiça e transparência é o que quer a Oposição, que nisso se regozija com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Paes Landim.

Documento 74/111

056.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	03/04/2007-16:02
Publ.: DCD - 4/4/2007 - 14548		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Imediatas providências do Governo Federal para recuperação da credibilidade da aviação comercial civil brasileira. Prejuízos causados à economia, ao turismo, a lojistas de aeroportos e aos usuários das companhias de aviação civil pela crise desencadeada pelos controladores de tráfego aéreo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvindo aqui o Líder do Governo, de forma respeitosa, democraticamente, devemos dizer que na questão específica da CPI fomos obrigados a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, pois a Maioria não respeitou o direito da Minoria - e não porque esta não tenha maioria, mas porque quiseram ser maiores do que as leis que regem esta Casa e a Constituição Federal.

Valho-me do Presidente desta Casa que acolheu a CPI, por ter objeto específico e contar com assinaturas suficientes. Vamos aguardar com calma a decisão do Supremo Tribunal Federal. Sempre que há divergências nesta Casa. Resta aos ofendidos a proteção daqueles que são os guardiões do bom direito.

As senhoras e os senhores que nos ouvem em suas casas, neste momento, não estão perguntando qual é a briga maior, se do Governo contra a CPI ou se da Oposição pela defesa de seus direitos. Nós, Oposição, queremos que o Governo aja para restituir a credibilidade ao sistema do controle do tráfego aéreo. Há vítimas. Há risco de novas vítimas. Precisamos encontrar saídas para garantir o retorno à normalidade no setor de transporte aéreo. Estamos acompanhando, como brasileiros e Parlamentares, uma sucessão de erros e a omissão de autoridades que deveriam definir logo essa questão, seja redirecionando o controle do tráfego aéreo, seja redistribuindo as grandes companhias aéreas, como a GOL e a TAM, muito concentradas em cidades como Rio, São Paulo e Brasília, seja restituindo as linhas da VARIG, que se concentravam no Rio de Janeiro, seja reposicionando as operações em São Paulo, a fim de dar condições de operacionalidade para a aviação comercial civil, por exemplo, fazendo com que jatinhos possam usar também o Campo de Marte, de onde o deslocamento por carro até a cidade de São Paulo não é tão demorado assim.

Sr. Presidente, não há como negar que vários preceitos democráticos foram quebrados, eis que o

Governo não foi capaz - desde aquela tragédia, ano passado, com o avião da GOL, que vitimou uma centena e meia de passageiros, até este momento, já decorridos 6 meses do infausto acontecimento - de resolver o problema da aviação comercial brasileira, cuja crise já tem reflexos econômicos, além de causar transtornos e prejuízos aos próprios usuários. Aliás, temos de reconhecer que também o restaurante, a loja, os serviços oferecidos nos aeroportos brasileiros estão sendo prejudicados, pois não há mais credibilidade para manutenção do fluxo turístico nacional e internacional. Já há quem receie viajar de avião ao nosso País. É inaceitável que os aeroportos se transformem em hotéis improvisados, que haja esse constrangimento entre passageiros e funcionários das companhias aéreas, todos desgastados por um problema que não lhes pertence.

Não são as companhias aéreas que estão com problemas de manutenção, não são os pilotos e as tripulações que não têm competência para desempenhar suas funções; é o Governo que não consegue restituir a credibilidade ao sistema de controle do tráfego aéreo!

Desejamos que o Presidente Lula, de uma vez por todas, defina se o transporte aéreo civil vai continuar sob o controle das nossas Forças Armadas, especificamente da Aeronáutica, ou se vai determinar sua transferência para a área civil.

Mas há um risco, Sr. Presidente. Não são apenas os controladores de voo que estão à frente dos monitores; são milhares de servidores da Aeronáutica que estão na Amazônia à frente dos radares, que estão em aviões aferindo a qualidade dos serviços, que estão nas torres de controle, nos serviços de rádio, que também têm direito a melhores salários e a condições específicas de trabalho, condições essas que estão sendo oferecidas pelo Presidente da República aos controladores de voo.

Primeiramente, o Presidente Lula tem de definir e assumir responsabilidades para, por meio de seus subordinados, de uma vez por todas colocar um ponto final nessa questão. Não será esta Casa a resolver o problema, mas a CPI permitirá que aprofundemos o estudo das distorções que hoje ocorrem no sistema de controle do tráfego aéreo para podermos então corrigi-las. Vamos nos valer de uma discussão transparente com a sociedade brasileira, a fim de vencermos esta crise. Do contrário, quem mais perde é o povo. *(Muito bem!)*

Documento 75/111

060.1.53.O

Sessão Ordinária - CD

09/04/2007-16:08

Publ.: DCD - 4/10/2007 - 15125

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Nocividade da sobrevalorização do real frente ao dólar norte-americano para as exportações brasileiras. Aumento do desemprego no setor calçadista do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em razão da crise do setor aéreo, alguns assuntos têm passado despercebidos na Casa, como a política econômica do Presidente Lula, que condena o exportador à morte com o dólar a 2 reais.

Hoje, temos que alertar o Governo sobre o risco que representa à economia brasileira a cotação do dólar a 2 reais ou abaixo desse valor. Não se faz desenvolvimento econômico com a moeda americana nesse patamar. Não teremos empresas, empregos ou divisas, se o Governo Lula der prosseguimento a esta política suicida de juros altos e câmbio baixo. Esse é um casamento que faz mal ao Brasil e é o mesmo que condenar à morte importantes setores da economia nacional, como o coureiro-calçadista, lá da minha terra.

Somente o setor coureiro-calçadista, Sr. Presidente, perdeu 35 mil postos de trabalho e 90 empresas fecharam suas portas desde o início desta política, em 2004, nos Vales dos Sinos, Paranhama e Taquari.

A economia mundial vive um momento excepcional pelo preço das *commodities*. Mas o Brasil perde esse período precioso com um câmbio depreciado, fruto de avaliação equivocada da equipe econômica, que privilegia juros altos em detrimento de crescimento econômico. De que o Presidente Lula tem medo? De que o País cresça? O País precisa de um gerente que o faça crescer, arrumar sua infra-estrutura e prestar serviços públicos de qualidade à população.

Dados mensais da Pesquisa de Emprego e Desemprego, o PED, da região metropolitana do Rio Grande do Sul, indicam que o setor de calçados foi responsável por 26% do número de pessoas ocupadas na indústria de transformação no ano passado. Já os indicadores do emprego industrial no Rio Grande do Sul, apurados pelo IBGE recentemente, apontam a retração sofrida pelo setor desde

meados de 2004. Na comparação dos números de 2006 em relação ao mesmo período de 2005, a queda do emprego na indústria calçadista é de quase 30%. Apenas no ano passado, o número de empregos no setor reduziu-se em 13% no Estado.

A realidade não é diferente em toda a cadeia exportadora. Se compararmos o quadro nos setores moveleiro, de confecções, fumageiro, metal-mecânico e no agronegócio, veremos que os índices negativos têm feito parte da vida dos exportadores desde então, com graves prejuízos ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

Sr. Presidente, gostaria que o Governo, pelos mecanismos que tem, desse uma olhada no Vale dos Sinos, desse uma olhada nos setores exportadores de manufaturados do Rio Grande do Sul, para dar atendimento de emergência em relação à competitividade. Entretanto, se o Governo não quer mexer nesta política, que ele equalize a carga tributária com a da Argentina, do México, da Coreia do Sul, competidores de nossos produtos na prateleira do consumidor internacional e nacional, porque, com este dólar, a indústria brasileira não consegue ser competitiva dentro do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, fizemos um chamamento aos Líderes do Governo, da base do Governo, para que não permitam que esta política cristalize e aumente o desemprego.

As notícias do setor exportador que vêm do Rio Grande do Sul são de crise sem solução, a não ser que o Governo, apesar da carga tributária, que retira a competitividade, dê uma solução para a política econômica, dissociando esse casamento de morte entre juros altos e câmbio baixo.

Muito obrigado.

Documento 76/111

061.1.53.O

Sessão Extraordinária - CD

10/04/2007-11:26

Publ.: DCD - 4/11/2007 - 15408

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Críticas ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva, em especial pelo baixo crescimento econômico e pela falta de capacidade de gerenciamento. Expectativa de decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à instalação da CPI do Apagão Aéreo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as matérias apreciadas nesta Casa preocupam a Oposição. Quando um Relator, acreditado pelo Governo em matéria importante como esta, acolhe emendas como fez com as Emendas nºs 188 e 189, não há autonomia, mesmo no acolhimento das propostas para fazer com que elas tenham valor nesta Casa.

O Governo Lula é um mau gerente administrativo do País, porque somos os campeões ao inverso. Na América Latina, na América do Sul, somos quem menos cresceu. Nesta Casa, a própria base do Governo, Deputadas e Deputados esforçados no mister de defender o Presidente em seu ato administrativo ficam batendo cabeça, porque não têm como confirmar os entendimentos aqui havidos.

A Oposição tem tentado colaborar com o País. Temos vergonha das medidas administrativas do Governo que fazem com que o País tenha o menor índice de crescimento da América do Sul.

O PAC, que virá a seguir com matérias importantes, demonstra a desorganização do Governo Lula, que não ouviu a sua base parlamentar. Há uma enxurrada de emendas que somam quase 61%, sendo que a Oposição tem 39%.

O Governo não consegue consenso dentro de sua casa, o Governo não consegue consenso junto à sua base, porque o Governo não conversa, o Governo não decide. Por isso o apagão aéreo está se alastrando pelos céus do Brasil. Hoje também estamos enfrentando o apagão rodoviário: 79 mortos em estradas federais neste final de semana.

Morre no trânsito um número de brasileiros equivalente a um Boeing lotado, e sabemos dos cuidados necessários que não são realizados pelo Governo. É uma barbaridade que morra tantos brasileiros quando tantos recursos são arrecadados pelo Governo. O apagão terrestre e rodoviário acaba aqui hoje não penalizando apenas com a morte boa parcela de brasileiros que usam as rodovias federais.

Pessoas ficam paraplégicas, tetraplégicas, com seqüelas irreversíveis junto de famílias sem poder aquisitivo para sustentá-las e manter a dignidade mínima de vida.

Por isso, Sr. Presidente, queremos fazer um apelo, com todo o respeito. O Governo tem de se organizar para poder gerenciar o futuro do País. Esse crescimento medíocre tem repercussão, sim, na geração de emprego, na geração de renda, na geração de oportunidades de brasileiros que vão para o Japão, para os Estados Unidos, inclusive medidas provisórias para dar dinheiro a brasileiros que estão na Bolívia, para poder terem recursos e desenvolver a sua atividade.

O Brasil tem de trabalhar para ter crescimento econômico. O Brasil tem de criar emprego e renda. O Brasil tem de se preocupar em dar educação de qualidade, saúde pública de qualidade, segurança. Hoje, o Governador do Rio lamentou que seu Estado precisa do apoio do Governo, que não executa a totalidade dos recursos do Fundo Penitenciário, que não executa a totalidade dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Ele executa, na média, 30% - 32% em um e 27% no outro. Presidente Lula, faça um cursinho de gerenciamento. Aprenda com gente do seu Governo como tem de tomar decisão! Tem de se antecipar aos problemas porque se isso tivesse sido realizado, nós não teríamos apagão aéreo, apagão rodoviário e todos os problemas de um Brasil que cresce como cauda de cavalo, para baixo. Se o Presidente fosse diretor de uma empresa qualquer, condenaria os acionistas ao prejuízo e os trabalhadores ao desemprego, porque o Brasil não gera emprego com essa política econômica em que o casamento do dólar baixo com o juro alto acaba segregando todos os filhos do País, para dizer-lhes que não aprendemos a fazer crescimento econômico. Esse comportamento aqui, com o atropelamento da Oposição relativamente à CPI, que será rediscutida e redefinida na decisão do Supremo, garantindo o direito das minorias, é uma demonstração clara de um Governo que não se encontra, que não tem gerenciamento e que não sabe fazer este País ir para frente.

Documento 77/111

062.1.53.O
Publ.: DCD - 4/11/2007 - 15528

Sessão Ordinária - CD

10/04/2007-16:22

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Comprometimento da receita dos Estados com a aprovação da proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa questão do FUNDEB, que vem à baila no plenário da Casa, traz prejuízos a todos os Estados brasileiros, não só aos maiores. Pode parecer que a Oposição esteja defendendo os Estados que representa através dos seus Governos, principalmente Minas Gerais, que tem uma perda de 130 milhões de reais, e São Paulo, com uma perda de 300 milhões de reais.

Mas não é só, Sr. Presidente. Para manter, em alguns Estados que não têm capacidade de investimento *per capita* na totalidade dos recursos destinados a cada aluno, o Governo complementar. Agora, esses recursos são muito pequenos, e os Estados não se beneficiarão, porque, na realidade, terão de pagar a diferença entre o valor dos 15% que estão na receita líquida e dos 20%. Esses 5% que estarão fora serão majorados e não serão recursos do Governo Federal.

O Governo Federal mete a mão no bolso dos Estados e faz a extensão dos recursos que não tem, os dos Estados, para atender à questão do FUNDEB. O Governo do Presidente Lula, quando toma medidas como essa do art. 42, em que faz um acordo e depois toma outro caminho, acaba dando a esta Casa um exemplo muito negativo: tira dos Estados condições de usar esses recursos, que serão majorados com o pagamento de juros, para investi-los na área social. O Governo Lula prejudica os Estados na sua vontade política de destinar recursos livremente.

Pior, quanto ao caixa dos Estados, que já têm tetos constitucionais para atender saúde, educação, investimentos com a folha de pagamento dos ativos e inativos, mais uma vez, o Governo retira dos Estados essas condições.

Para termos uma idéia, considerando como exemplo o Governo do Estado de São Paulo, o maior Estado brasileiro, a diferença dos 15%, que representam 6,75 bilhões de reais, aumentaria para 9 bilhões de reais no comprometimento com o FUNDEB, sem um tostão do Governo Federal. Somente por estar fora do critério, pagando juros, vai a 300 milhões de reais.

O Governo de Minas Gerais é afanado também em mais 130 milhões de reais, assim como grande parte dos Estados. Pensar que os Estados menores serão favorecidos também não é verdadeiro, porque terão gravados recursos até o limite que puderem complementar. Não podendo na totalidade do investimento *per capita*, o Estado o fará, mas com recursos mínimos, o que representará valores menores. Não sei se chega a 4 bilhões de reais o comprometimento por parte do Governo Federal.

O Governo Federal tem de melhorar a qualidade da despesa pública para diminuir a absurda carga tributária. O Governo Lula faz um gerenciamento negativo, para baixo: intervém na economia, retirando capacidade de investimento e de geração de empregos. É por isso que o crescimento está na ordem inversa neste País. Em vez de o Brasil liderar, está no fim da fila, perdendo para todos os países da

América do Sul. Este é o Governo Lula: faz benemerência com o bolso dos outros. Nós, aqui no Parlamento, vemos a vontade da maioria - que é essa base do Governo constituída através desse regime de concessões de recursos públicos, de cargos nas empresas públicas - fazer com que os Estados sangrem. Até os investimentos o Governo faz como se estivesse dando dinheiro para a educação básica, quando, na realidade, está comprometendo dinheiro de investimentos sociais dos Estados.

Sr. Presidente, gostaríamos que o Presidente Lula fizesse um curso de administração, de gestão pública para aprender que não é retirando capacidade de investimento dos Estados que vai melhorar a qualidade da educação. O Presidente Lula é um grande articulador político. Mas como gerente, como administrador da coisa pública, ele tem feito não só crescer os tributos no País, como também decrescer os índices de crescimento econômico em relação ao PIB, se comparado ao dos outros países da América do Sul.

Por isso, clamo à base do Governo que olhe para o País e não apenas para a vontade do Governo, submetendo-se a ela.

Documento 78/111

065.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	11/04/2007-20:14
Publ.: DCD - 4/12/2007 - 15980		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Descaso da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA com mortes de crianças indígenas por desnutrição em Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Artigo sobre a distribuição de pílulas anticoncepcionais e da realização de esterilização de mulheres indígenas pela FUNASA em aldeias do Estado de Mato Grosso do Sul, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Encaminhamento de representação ao Ministério Público sul-mato-grossense para apuração dos fatos. Nota do Conselho Indigenista Missionário sobre a gravidade do quadro de saúde pública da população indígena.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há menos de um mês, no dia 14 do mês passado, denunciemos da tribuna o descaso da Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, com a tragédia das mortes das crianças índias em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Maranhão e Pará.

As notícias sobre essas mortes de crianças índias por desnutrição se sucediam na imprensa e a FUNASA não apresentava explicações aceitáveis nem as providências que a gravidade do assunto exigia.

A morte dessas crianças nos causa perplexidade e seria motivo de uma ação emergencial de qualquer Governo sério. No entanto, o Presidente daquela instituição estava empenhado num projeto de implantação de uma rede de TV, ao custo de 71 milhões de reais.

Não se trata do tal projeto da TV estatal, que o Governo tenta inutilmente chamar de TV pública. Esta é uma TV que não tem essa finalidade. Ela é exclusiva da FUNASA. É uma TV corporativa. Não se sabe para que se destina.

Tudo vinha sendo feito com a urgência a que este Governo com frequência recorre para justificar a dispensa de licitações. Felizmente, o Tribunal de Contas da União interrompeu essa farsa mandando suspender a implantação da TV FUNASA.

Agora, somos surpreendidos por mais uma façanha da FUNASA. Reportagem da *Folha de S.Paulo* de ontem informa que essa instituição está distribuindo pílulas anticoncepcionais e realizando esterilização por laqueadura em mulheres de aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul. Planejamento familiar é o nome que a FUNASA deu a esse programa. O nome que os antropólogos dão é genocídio.

Esse programa, segundo notícia da *Folha de S.Paulo*, vem sendo implementado há 2 anos em aldeias de Mato Grosso do Sul, onde tem ocorrido a morte de crianças indígenas por desnutrição e falta de remédios. Em vez de alimentar as crianças, que estão morrendo de fome, e resolver os graves problemas dessas comunidades indígenas, que não estão tendo seus direitos humanos e constitucionais garantidos, o Governo Lula controla o nascimento dos índios para que não haja problemas.

Sr. Presidente, diante da gravidade da notícia, eu e o Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, estamos encaminhando representação ao Ministério Público para a apuração dos fatos e a

punição dos culpados.

Para que V.Exa. tenha conhecimento, no dia 16 de março de 2006, o Conselho Indigenista Missionário expediu a seguinte nota:

"Saúde Indígena: Uma Realidade de Abandono.

O Conselho Indigenista Missionário vem a público manifestar sua apreensão e preocupação com a realidade de abandono a que as comunidades indígenas estão submetidas, de modo especial no que se refere à política de assistência à saúde. (...)"

Em 2 de fevereiro de 2007, o mesmo Conselho disse que as mortes de crianças indígenas e doenças revelam falta de assistência governamental.

Segundo o relatório da Anistia Internacional, em 2003, de cada 5 índios que morriam, 1 não havia completado 12 meses. Foram 458 bebês, exatamente 21,9%.

Num universo maior, de crianças de até 5 anos, os números são ainda mais assustadores. Em três regiões - Sul, Centro-Oeste e Norte -, morrem mais crianças com menos de 5 anos do que índios adultos com mais de 65 anos.

Em 2004, a proporção caiu, mas, mesmo assim, se manteve em índices considerados muito altos: 47,7% dos bebês.

Sr. Presidente, essa representação visa demonstrar que a única minoria que preocupa o Governo é a Oposição, que pede a instalação da CPI.

Estamos vendo a morte de índios a rodo, enquanto verbas do Orçamento que deveriam ser destinadas para a saúde indígena são dirigidas à instalação de uma televisão da FUNASA, que custaria 71 milhões de reais. Só uma empresa de Florianópolis recebeu 6,4 milhões de reais, mais do que todos os valores empregados na saúde indígena.

Sr. Presidente, o Brasil não pode descuidar das suas minorias. O Governo tem de ter responsabilidade no trato dessas minorias. Não consigo entender como os partidos da base de apoio, principalmente o do mau gerente da coisa pública, que é o Presidente Lula, não dão importância às minorias, que, no passado recente, aqui nesta tribuna, era a preocupação recorrente dos seus Líderes e seguidores.

É uma vergonha constatar que estamos permitindo morrer diariamente brasileiros excluídos da atenção governamental porque os recursos são destinados para outros objetivos que não as finalidades fins. Por isso, estamos fazendo essa representação.

Documento 79/111

066.1.53.O

Publ.: DCD - 4/13/2007 - 16255

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

ORDEM DO DIA

12/04/2007-10:52

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Sugestão à Presidência para construção de acordo entre os Líderes para desobstrução da pauta. Necessidade de retomada dos debates sobre a segurança pública. Confiança na decisão favorável do Supremo Tribunal Federal à instalação da CPI do Apagão Aéreo. Apelo ao Governo Federal para aplicação integral dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que essa temática já está vencida. A preocupação de todos os brasileiros é conseguirmos aqui um grande acordo para o aumento da produtividade da Casa em direção não de uma agenda do Congresso, do Governo ou da Oposição, mas do povo brasileiro.

Faço um apelo ao Líder do Governo e ao Presidente da Casa, a Oposição entraria com sua contribuição, no sentido de que o Governo mobilize a Maioria, instrua seus Relatores para, na semana que vem, votarmos as medidas provisórias referentes ao PAC e, em seguida, analisarmos a agenda de interesse do povo brasileiro.

A discussão do tema segurança pública tem de ser retomada. O grito dado pelo Governador do Rio de Janeiro deve ser ouvido e avaliado por cada um de nós, já que o Governo Federal e os Governos Estaduais estão sem condições de enfrentar a criminalidade. O que não podemos é ficar presos a uma pauta em que não temos relatório, não votamos.

O Governo, que conta com o apoio de 370 Deputados nesta Casa, tem a direção da pauta e da votação. Por isso, depende dele fazer um esforço concentrado para votar imediatamente essas medidas provisórias, limpar a pauta e elaborar uma agenda que interesse à população.

Fico me perguntando, Sr. Presidente, como a população brasileira vê essa demora em votarmos matérias incompreensíveis para ela, que atropelam e trancam a pauta e que não vão ao encontro dos seus desejos.

É fundamental votarmos hoje matérias relacionadas à segurança pública, encaminhar uma agenda positiva de matérias consensuais, colocar em pauta a reforma política, que, como ficou decidido na reunião de Líderes, seguirá o relatório do Deputado Ronaldo Caiado, com uma nova numeração e com a assinatura de todos os Líderes, evitando, assim, que o Supremo Tribunal Federal e o TSE legissem na vacância dos nossos trabalhos, das nossas responsabilidades.

Espero, enfim, que possamos traçar os parâmetros para que o Brasil possa crescer, se organizar e para que o brasileiro possa se movimentar livremente.

Nós aguardamos também, Sr. Presidente, a decisão do Supremo. O Procurador-Geral da República disse que na terça-feira, no máximo, entregará ao Ministro Celso de Mello seu parecer em relação à CPI.

Acreditamos que, após a restituição do direito da Minoria de ver instalada essa CPI, já que V.Exa. acolheu o requerimento por considerar haver fato determinado e número de assinaturas suficientes, o Governo passará a respeitar os dispositivos regimentais e constitucionais e não mais atropelará nosso direito.

A Minoria, a Oposição, também quer o bem do Brasil, quer ver o País crescer. E não está satisfeita em constatar o crescimento econômico dos países da América do Sul e ver que o Brasil é o último colocado. A falta de gerenciamento que predomina no País reflete-se no transporte aéreo e leva ao caos em que hoje vivemos.

Ontem, na reunião conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e de Turismo e Desporto, as maiores autoridades responsáveis pela administração do espaço e do controle aéreo batiam cabeça. O Presidente da ANAC disse uma coisa nessa reunião, e, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, um diretor disse outra.

Gostaria que o Governo facilitasse o trabalho do Líder José Múcio Monteiro, para que ele pudesse concentrar toda sua capacidade de trabalho no esforço para que a agenda legislativa desta Casa caminhasse.

Por isso, apelo aos Relatores para que, neste final de semana, preparem seus pareceres, a fim de que as matérias possam vir a plenário e o Governo possa exercer a maioria que tem na Casa, com o objetivo de aprová-las. Isso feito, em seguida poderemos tratar da agenda da população, que quer segurança, mas, para isso, precisa que sejam reguladas por esta Casa matérias fundamentais, a fim de que possam ser seguidas pelas autoridades policiais as novas diretrizes.

Faço, agora, outro apelo ao Governo: que ele reveja a questão orçamentária, a fim de que possa fazer a execução plena do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Nacional dos Presídios. Espero ver, por parte do Governo, o cumprimento das suas responsabilidades.

A manifestação do Governador Sérgio Cabral traz-nos preocupações, porque a situação de S.Exa. é igual à de todos os Governadores, os quais vivem dificuldades relacionadas à segurança pública. Além disso, demonstra que a Força Nacional não atende às demandas da população, porque ela está no Rio de Janeiro, mas não está trazendo os resultados esperados. O Governo tem que investir mais, trabalhar mais. Ele tem que procurar aprofundar seu conhecimento, para realmente ser um gerente competente e preparado para atender às demandas da população.

Não importa para a população se o Presidente Lula gosta ou não das tarefas administrativas. Ela não pode arcar com escolhas desse tipo. O Presidente tem que escolher bem os Ministros, para que possam eles solucionar, por exemplo, a grave crise de segurança pública e de tráfego aéreo, além do "apagão terrestre" vivido no País, que diariamente vitima quase 200 pessoas - é como se um *boeing* caísse todos os dias, provocando a morte de todos os passageiros.

É responsabilidade do Governo promover a melhoria da vida dos brasileiros e das condições de segurança aérea e terrestre e assegurar a todos o direito de ir e vir, o qual vem sendo cerceado em razão da crescente criminalidade.

Queremos fazer nossa parte, não tenham dúvida disso. Vamos trabalhar e nos organizar, porque o Parlamento, tenho certeza, poderá cumprir sua parte e fazer o melhor para este País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 80/111

072.1.53.O
Publ.: DCD - 4/18/2007 - 17155
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

17/04/2007-16:10
JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelo Procurador-Geral da República, Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, de parecer favorável à instalação da CPI do Apagão Aéreo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora o tema em discussão seja importante, acredito que cabe ressaltar neste momento a emissão de parecer, pelo Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, favorável à instalação da CPI do Apagão Aéreo nesta Casa. Embora a Justiça esteja devolvendo as prestações as suas decisões quanto ao restabelecimento do direito das Minorias, creio ser didático que esta Casa não se aventure em contrariar o mandamento constitucional. Aqui há Comissão de Constituição e Justiça, aqui há Parlamentares com formação jurídica e aqui há reincidência em se decidir contrariamente ao bom senso e, o que é pior, contrariamente à lei.

V.Exa., quando acatou o requerimento de instalação da CPI, teve o discernimento de julgar que o direito da Minoria, cumpridos os requisitos legais, era líquido e certo. Entretanto, ao arguir, por meio de questão de ordem, a impossibilidade de instalação da CPI, incorreu o Governo, a sua base aliada e esta Casa em grave erro. Mas aos poucos é restituído o direito das Oposições.

Diz o Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal:

"(...) maior legitimidade à tese dos impetrantes de que a admissibilidade de impugnação, no âmbito da própria Casa Legislativa, contra ato de criação de CPI importa em desrespeitar o propósito do constituinte de privilegiar, para a provocação inicial da atuação fiscalizatória legislativa, a minoria parlamentar".

O Governo se equivocou no momento em que permitiu que sua base aliada tentasse encobrir, por meio de maioria parlamentar, fatos de conhecimento público em que a lei foi desrespeitada, no gerenciamento da coisa pública. Podemos verificar isso tanto no sistema de controle do tráfego aéreo quanto agora, com muito mais detalhes, na administração da INFRAERO.

Vai além o ilustre Procurador-Geral da República, quando cita os ensinamentos do Prof. Uadi Lammêgo Bulos:

"(...) que investigações parlamentares fiquem sujeitas aos caprichos da maioria, geralmente desinteressada em apurar certos fatos que possam colocar em risco a reputação e os interesses que representa".

Vejam bem, Sras. e Srs. Deputados, aqui está o cerne da questão: *"(...)da maioria, geralmente desinteressada em apurar certos fatos que possam colocar em risco a reputação e os interesses que representa".*

Cita ainda outros ilustres juristas:

"No expressivo comentário de José Nilo de Castro (1996, p. 41): 'porque a Constituição assegura à minoria - e é o único momento na vida parlamentar em que a minoria tem voto e vez - o privilégio de requerer a criação das CPIs - o Texto Constitucional diz 'serão criadas' e não 'poderão ser criadas' -, não seria admissível que seus trabalhos fossem suspensos e mesmo extintos pela vontade da maioria".

Sr. Presidente, não cabe aqui voltar à temática, fazer o histórico, mas cabe falar do grave erro cometido por esta Casa e pelos pares da Maioria, em desrespeitar este Parlamento, a sua história, o seu conhecimento jurídico, a sua capacidade de formular leis que não cumprem, para excluir a Minoria do objetivo de investigar, por meio de CPI, fatos que todos sabemos graves.

A imprensa pergunta como vai ser a instalação de uma CPI na Câmara, o que logo o STF vai autorizar, e uma CPI no Senado. Não nos cabe analisar isso. Quem tem de se preocupar com isso é o Governo, porque quem tem coisas a esconder, e não a Oposição.

Tanto faz, Sr. Presidente, pois, com a instalação da CPI, a preocupação é do Governo. Não há acordo. Vamos atuar no limite da lei, aprofundando a investigação para fazer com que a verdade contemple o povo brasileiro, que espera deste Parlamento e das Oposições, contrariamente à vontade do Governo, da sua base submissa, que aqui não se pratiquem atos democráticos, que fatos como esses sejam investigados.

A passos lentos, mas com didática, o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria-Geral da República têm demonstrado que custa caro e é mau exemplo a esta Casa desrespeitar a lei, pois ela será desrespeitada pela Constituição Federal, que não permite desvios. E mesmo um governo que não quer ver a investigação aprofundada terá de se submeter ao império da lei.

Reconhecemos o trabalho da Justiça brasileira, que sabe mediar e garantir os direitos aqui subtraídos, suplantados por decisão equivocada, desrespeitosa e que não faz jus aos nomes que esta Casa elegeu para preservar a lei e o Direito.

Aguardamos, Sr. Presidente, para daqui a poucos dias, que V.Exa. prolate a instalação de CPI que já acolheu, mas que certamente, por manobras regimentais, conseguiram postergar porque não queriam investigação.

Quem não deve, não teme. Mas este Governo deve muito e será investigado.

Documento 81/111

074.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	18/04/2007-16:06
Publ.: DCD - 4/19/2007 - 17546		JÚLIO REDECKER-PSDB-RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável da Minoria ao Requerimento de inversão da pauta da Ordem do Dia para priorizar a votação da Medida Provisória 352 de 2007 (Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados).

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria acompanha o voto "sim".

No entanto, quero deixar claro que a base do Governo tem que produzir e apresentar os pareceres, para que as matérias possam ser votadas. A Minoria também tem vergonha de o Brasil ser o lanterninha do crescimento em toda a América do Sul e está dando ao Governo a oportunidade de ter instrumentos para promover crescimento econômico.

Sr. Presidente, este requerimento de preferência foi apresentado em razão de as demais medidas provisórias não estarem prontas para ser votadas.

Por isso, encaminhamos o voto "sim".

Documento 82/111

077.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	19/04/2007-16:33
Publ.: DCD - 4/20/2007 - 18017		JÚLIO REDECKER-PSDB-RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio a declarações do Ministro da Justiça, Tarso Genro, sobre suposto envolvimento de Parlamentares com grupos controladores de jogos de azar. Encaminhamento de pedido de convocação do Ministro para prestação de esclarecimentos à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para lamentar as declarações do Ministro Tarso Genro recentemente publicadas pela imprensa. S.Exa. afirma, em reportagem da *Folha Online*, que não se surpreende com o possível elo entre Deputados e a máfia de jogos.

Sr. Presidente, esta Casa não pode ficar de joelhos perante a opinião pública brasileira. Se o Ministro da Justiça diz que não se surpreende com o possível elo entre Deputados e a máfia dos jogos, a primeira coisa que deveria dizer é quem são esses Parlamentares e se tem indícios disso. Se não os tem, encaminharei um requerimento à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para convocá-lo a se explicar à Casa.

É muito fácil para o Poder Executivo transferir sempre as mazelas patrocinadas pelo Governo do Presidente Lula a esta Casa. Parece que na Câmara dos Deputados só há culpados; parece que só há problemas; parece que há corruptos; se existem, que sejam punidos.

Quero saber se o olhar do Sr. Ministro também se dirige ao Poder Executivo, ao mensalão, aos sanguessugas e a todos aqueles que freqüentavam o Palácio do Planalto e patrocinavam Parlamentares para que votassem de acordo com o Governo.

Gostaria de saber se o Sr. Ministro pode dizer qual o custo de montar uma Maioria, quando acusa essa mesma Maioria ao dizer que não se surpreende com o elo entre a máfia dos jogos e os Deputados.

Deve o Ministro conhecer aqueles que aqui dentro oferecem facilidades, porque o Governo praticou o

mensalão nesta Casa. O Governo praticou atos sanguessugas com Parlamentares desta Casa, mas o fez através de representantes do Executivo. Não foram os Parlamentares que arrombaram a porta do Executivo; não foram os Parlamentares que foram lá assaltar às escondidas, à noite, os cofres do Governo. Houve leniência, permissão, participação de Ministros de Estado, de diretores de companhias do próprio Governo.

Esta Casa espera instalar CPIs, cujos pedidos estão sob a análise do Supremo Federal.

Diz o Sr. Ministro que há elos. Pois que diga os nomes. O Governo tem prática nisso, já estabeleceu uma correlação de subserviência aqui no mandato passado para que Deputados votassem de acordo com sua vontade. Que venha o Governo, por intermédio do Ministro da Justiça, afirmar isso.

Louvado seja o trabalho da Polícia Federal no Rio de Janeiro e em todos os recantos. Mas gostaria também de ver quebrado em São Paulo todos aqueles que participavam dos bingos, do jogo do bicho, da remessa de dólares. Milhares de dólares foram para o exterior para pagar o Sr. Duda Mendonça pelos serviços prestados à campanha que elegeu o Presidente Lula.

Gostaríamos, Sr. Presidente, que lá também fossem investigados os angolanos que têm participação nessa máfia que todos acompanharam nas CPIs.

Vamos passar o Brasil a limpo. Agora, queremos que o Sr. Ministro da Justiça diga mais uma vez onde estão as mazelas deste Parlamento, porque é muito fácil acusar o Legislativo, que é um poder indefeso, mas transparente. Aqui dialogamos com a sociedade abertamente e estamos à disposição da imprensa para dialogar, para explicar, para buscar a verdade, que nem sempre é bem-vinda nesta Casa, principalmente quando o Governo manobra sua base de apoio para impedir a instalação de CPIs.

O Supremo vai devolver o direito da Minoria a esta prestação. É um direito que deveria ser pago a vista.

Por isso, Sr. Ministro, por favor, para o conhecimento da população brasileira e desta Casa, esclareça o elo entre Deputados e a máfia dos jogos.

V.Exa. diz que não se surpreende. Também não me surpreendo com tudo que aconteceu nos episódios do mensalão e dos sanguessugas.

Não me surpreendo quando vejo a mão comprida do Governo estendida para esta Casa, querendo dizer que neste Parlamento se permitiu a negociação entre Parlamentares e membros do Governo que vinham buscar apoio para sua base mediante o oferecimento de vantagens, de dinheiro.

Aqueles que caminharam com dinheiro na cueca pelos aeroportos ainda não foram punidos. O Governo conhece bem essa gente.

Peço ao Ministro Tarso Genro que denuncie, que apresente os nomes, que esclareça esta Casa, a fim de não jogar abertamente sobre todos os Parlamentares denúncias como essa.

Se alguém desta Casa cometeu algo errado e for comprovado, que seja punido. Não estou defendendo erros, não estou defendendo aqueles que praticaram atos que não devem ser reconhecidos por esta Casa. Estou dizendo que não se podem atirar penas para cima porque depois não se recolhe.

Sr. Presidente, o Ministro virá a esta Casa porque vamos exigir que preste contas ao País, que diga a esta Casa qual é a ligação entre Deputados e a máfia dos jogos. Afinal, ele é o chefe da Polícia Federal.

Queremos que nos diga também como está a ligação dos mensaleiros com outros que servem ao seu Governo.

Muito obrigado.

Documento 83/111

085.1.53.O

Sessão Ordinária - CD

25/04/2007-16:06

Publ.: DCD - 4/26/2007 - 19297

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Regozijo com a decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à instalação da CPI do Apagão Aéreo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de tudo, quero dizer ao Deputado Luiz Sérgio que houve mesmo incompetência na Assembléia Legislativa de São Paulo durante os 2 anos em que o PT ajudou a comandá-la na 1ª Secretaria. E lá realmente não foi instalada, por não existir fato determinado, nenhuma CPI.

No caso presente, houve uma decisão histórica do Supremo Tribunal Federal, que, pela voz de um de seus Ministros, disse que não era possível esta Casa fraudar a Constituição. Por isso, o Supremo

Tribunal Federal definiu, por unanimidade, inclusive com o voto da sua Presidenta, a instalação da CPI nesta Casa.

Hoje, deve haver nesta Casa homens e mulheres com vergonha, porque levar a erro a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, unicamente, para servir a vontade do Governo é renunciar às suas convicções, é renunciar ao exercício da própria democracia. E este Plenário, não satisfeito com aqueles que vergonhosamente decidiram contra o direito líquido e certo, previsto na Constituição Federal, acabou referendando o ato, por medo de perder eventuais benesses negociadas com o Executivo e que retiram a legitimidade desta Casa.

A Câmara dos Deputados, hoje, se pôs de pé, não pelos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nem pela Maioria, mas pela decisão do Supremo Tribunal Federal. É lamentável que tenha sido assim, porque muitos não tiveram coragem, primeiro, de manter a assinatura a favor da instalação na CPI; depois, retirando-as, ainda deram curso ao discurso de que estavam arrependidos e iriam dar um voto de confiança ao Governo, contrariando todos os princípios e normas de Direito.

É por isso que, hoje, nós, da Oposição, e não apenas o PPS, o PSDB, o Democratas, mas também aqueles que apuseram a assinatura no requerimento para que se completasse o número necessário à criação da CPI merecem nossa homenagem - e o merecem porque tiveram coragem. E não foi só o PSOL, mas também outros partidos e Deputados sustentaram o legítimo direito de a Minoria investigar o Governo.

O Governo Lula quer acordo, o Governo Lula pede acordo, mas a Oposição não oferece acordo, porque nunca conversou sobre isso. Não há CPI mista, não há equilíbrio de forças. O que há é uma decisão do Supremo que restabelece direito aqui negado em razão de conveniências políticas, em detrimento da Constituição.

Sr. Presidente, queremos que funcione a CPI da Câmara e a do Senado. Quando nós, junto com o Líder Antonio Carlos Pannunzio, dissemos à bancada de Senadores do nosso partido para aguardar o julgamento do Supremo, não estávamos negociando a favor de ninguém, mas a favor deste Plenário. Não queríamos que o Supremo considerasse que, instalada a CPI no Senado, a da Câmara perdia o objeto, e, assim, não julgasse o que era muito mais importante do que a própria criação da CPI, isto é, a garantia do direito da Minoria.

Os governos autoritários começam suprimindo a voz das minorias. Depois, há a Lei do Audiovisual, que suprime a liberdade de opinião. E aí começa a elaboração do que, tenho certeza, constitui o desejo de muitos Parlamentares que votaram pelo parecer contrário à instalação da CPI.

A Oposição não está fazendo julgamentos individuais ou coletivos sobre aqueles que votaram contra a instalação da CPI, mas a Oposição está feliz pelo restabelecimento da legítima interpretação da norma constitucional, em cima da qual esta Casa sentou. A Maioria pegou a Constituição, fechou, botou numa cadeira, sentou em cima e cravou o voto contra ela, mas hoje o Supremo decidiu, pela voz de todos os seus Ministros, pela vigência do princípio constitucional.

Nesta Casa, e eu me incluo entre os que assim se manifestam, este é um dia de demonstrar alegria, mas também demonstrar sentimento da vergonha. Sentimento da vergonha, sim, porque esta Casa não agiu de acordo com o Regimento Interno, com a Constituição (*palmas*), e isso feriu a independência deste Poder, que parece estar começando a gostar de se curvar ao Executivo.

Mas eu tenho certeza de que muitos Parlamentares que hoje dão seu voto para o Governo, no decorrer da Legislatura, abrirão os olhos para ver que a democracia é um bem muito maior do que eventualmente participar de um Governo e a ele servir, dispensando sua consciência e dispensando fundamentalmente os eleitores que aqui os colocaram.

Por isso, Sr. Presidente, a decisão de acolher a questão de ordem levantada pelo Líder do PT foi correta, mas a de depois remetê-la à Comissão de Constituição e Justiça poderia ter sido evitada, para que nós hoje não tivéssemos, com a decisão do Supremo, a clara demonstração de que esta Casa falhou em todos os sentidos na interpretação da Constituição, tendo o Supremo Tribunal Federal de recuperar a imagem de alguns Parlamentares que não se dobram e que querem a garantia dos direitos individuais. (*Palmas*.)

Documento 84/111

088.1.53.O

Publ.: DCD - 4/27/2007 - 19545

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

PEQUENO EXPEDIENTE

26/04/2007-15:27

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apresentação de requerimento de informações ao Ministério do Turismo sobre convênios celebrados com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes nacional e congêneres estaduais, e gastos com diárias e passagens.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Líder da Minoria, tenho a responsabilidade de investigar os atos do Governo. Não estou expressando juízo de valor, mas encaminho à Mesa requerimento de informações à Sra. Ministra de Estado do Turismo sobre convênios celebrados com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL nacional e congêneres estaduais, e gastos com diárias e passagens. Ao verificar dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, durante a gestão do Sr. Walfrido dos Mares Guias na Pasta do Turismo - hoje ele ocupa a Pasta das Relações Institucionais -, vi que ele havia liberado recursos da ordem de 16 milhões, 289 mil e 925 reais, de 2004 até a presente data, para a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Não pretendo fazer juízo de valor sobre a legalidade ou não dessa atitude, mas quero saber como foram aplicados tais recursos, de valores astronômicos. O Ministério do Turismo liberou, em 2004, 3 milhões, 108 mil e 300 reais; em 2005, 3 milhões, 883 mil e 500 reais; em 2006, quando houve eleições no País, 7 milhões, 365 mil e 895 reais; este ano, 2 milhões, 131 mil e 250 reais.

Sr. Presidente, é necessário que o Congresso Nacional e o Brasil obtenham essas informações, visto que, nesse período, nenhum hospital brasileiro e nenhum colégio público de ensino de primeiro e segundo graus receberam tal soma para cuidar da saúde e da educação, respectivamente.

Não encontramos no meio da rua 16 milhões de reais, o que corresponde, ao câmbio de hoje, a 8 milhões de dólares. É muito dinheiro! Nos Estados Unidos, o critério para alguém atingir *status* de milionário é ter 1 milhão de dólares. Logo, no Brasil, 8 milionários abriram mão de seus recursos, destinando-os à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes.

Quero ver as cópias dos convênios e dos contratos, os respectivos relatórios parciais e finais e a prestação de contas, de 2004 até a presente data, entre o Ministério e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL nacional e congêneres estaduais, em especial daqueles que têm o objetivo de desenvolver o turismo com a melhoria do serviço em bares e em restaurantes e o estímulo à gastronomia brasileira - cito o Programa Qualidade na Mesa, entre outros.

Sr. Presidente, não estou fazendo juízo de valor quanto à licitude ou não do ato do Sr. Ministro, mas quero que o Governo explique a esta Casa por que foram liberados, de 2004 até a presente data, 16 milhões, 289 mil e 925 reais para a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, com sede na Capital do Estado do ilustre Ministro.

Nós, na Câmara dos Deputados, temos nobres missões. A primeira delas é legislar com qualidade; a segunda é fiscalizar com a mesma qualidade, quase que conjuntamente, sem sobrepor uma à outra. Tenho a obrigação de fiscalizar e saber em que lugar está o sagrado dinheiro público pago pela população brasileira, por meio de escorchantes carga tributária - o dobro da carga da Argentina, da Coréia do Sul, do México.

Pagamos por serviços que não nos são entregues. Faltam-nos educação, saúde, segurança pública, infra-estrutura de qualidade. Não podemos mais permitir o desperdício do dinheiro público, como foi o caso recente da Operação Tapa-Buracos, que jogou fora 500 milhões. Hoje, esses "buracos de boca aberta" querem mais dinheiro para repor a segurança nas estradas, que não existe.

Por isso, Sr. Presidente, aguardo manifestação do ex-Ministro do Turismo e da atual Ministra, dando explicações ao povo brasileiro. Queremos saber o que foi feito, desde 2004, com esse dinheiro liberado pelo Ministério do Turismo para a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. Desejo saber se, no Rio Grande do Sul, algum bar ou restaurante recebeu soma dessa envergadura.

Era o que tinha a dizer.

Documento 85/111

094.1.53.O

Publ.: DCD - 5/3/2007 - 20579

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

ORDEM DO DIA

02/05/2007-21:48

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apelo aos Parlamentares da base governista para rejeição de requerimento de retirada de pauta da proposta de emenda à Constituição sobre a recomposição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM em 1%.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, jamais imaginei que ocuparia esta tribuna para me solidarizar com os integrantes da base de sustentação do Governo. Jamais imaginei que isso pudesse acontecer porque enganados não foram os partidos de Oposição. Já estávamos acostumados a ver o Governo fazer promessas e não cumpri-las. É conversa antiga a votação do aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios. É reincidência.

O Governo enganou a própria base de apoio. Quero me solidarizar com o Líder e o Vice-Líder do Governo, com os Líderes da base governista, porque S.Exas. também foram enganados.

Para quem dobra a espinha neste plenário - como dobraram na questão da CPI do Apagão Aéreo, fraudando, segundo o Ministro Cezar Peluso, a própria Constituição -, o castigo não tarda. O castigo vem da desconsideração que o Presidente da República tem pela própria base de apoio aqui dentro. É o que acontece hoje. O Presidente da República, com o seu governo, desmoralizou a sua base de apoio no momento em que disse: *"Limpem a pauta porque vamos dar 1% de aumento ao FPM"*.

Os Prefeitos, inclusive do Rio Grande do Sul, amigos nossos, ouviram o discurso do Presidente Lula, que não foi humilde, mas taxativo: *"Dei ordem para que a base de apoio ao Governo aprove o aumento de 1% para o FPM"*.

Agora o Presidente da República deu ordem para que V.Exas. não votem!

Acho que há pouca gente com coragem para votar matéria que favorece os municípios e deixar que S.Exa., o Presidente da República, vete o projeto ou tente fazer com esta Casa o que está fazendo hoje no Senado.

A realidade é que este Parlamento está de joelhos, por intermédio da base deste Governo insensível, inclusive, à palavra de seus Líderes.

Não há recursos para as Prefeituras, mas promessas o Governo faz.

O Líder Antonio Carlos Pannunzio deixou a noiva no altar. A bancada do Governo estava preparada para a festa; o bolo, pronto; o cenário armado na igreja, e o Presidente Lula acabou com o casamento.

Agora a base de sustentação do Governo vai ter de votar pela retirada de pauta da matéria.

Quem entrega sua alma uma vez, fica credor e a entrega sempre. É o que a base governista está fazendo. Ou tem a possibilidade de dizer: *"Sr. Presidente, respeite-nos. Dê tratamento condigno a alguém que chegou a esta Casa pelo voto direto, que pediu voto, que não foi eleito pelo voto de V.Exa. e muito menos pelo seu Governo. Nesta base, há Parlamentares com independência porque foram eleitos pelos cidadãos brasileiros e não pelo Governo"*?

Ficar de joelhos neste momento é mostrar mais uma vez que este Poder está subjugado e fadada a aguardar as benesses do Governo sem reação. A pior coisa que pode acontecer em qualquer relacionamento é a completa submissão, a incapacidade de reação.

Gostaria, neste momento em que lhe empresto a minha solidariedade, de pedir à base de sustentação do Governo que não se entregue desta maneira, pois estará renunciando às suas convicções e dando guarida a alguém que não a respeitou.

A votação no painel eletrônico é importante para conhecermos o tamanho da coragem dos Parlamentares de renunciar à própria consciência, ao próprio julgamento, à própria atuação no mandato popular em que representa aqueles que os elegeram.

Por isso, caro Líder José Múcio Monteiro, que certamente deu a sua palavra, a exemplo de outros Líderes da Oposição, V.Exas. têm a nossa solidariedade! Jamais vi nesta Casa, em tão pouco tempo, a base governista ser enganada dessa maneira. Sras. e Srs. Deputados, base aliada traída perde confiança na relação! Nesse relacionamento, qualquer um pode trair: o Governo trai a base, e esta não pode ficar calada como o cônjuge que, mesmo vendo o ato praticado, renega-o.

Esta é a realidade! Um crime foi praticado hoje nesta Casa, contra aqueles que têm palavra e que a deram aos Prefeitos.

Sr. Presidente, desculpe-me se falo com emoção, mas tenho de dizer à base do Governo que não se envergonhe de reagir, de votar a favor dos Prefeitos e da distribuição do bolo tributário, porque nós da Oposição, do PSDB, junto com outros partidos, embora de posicionamentos diferentes, defenderemos também a distribuição dos recursos arrecadados com a CPMF: 20% para os Estados e 10% para os Municípios.

É hora de V.Exas. olharem para os Municípios, para os Prefeitos, para aqueles que têm a responsabilidade de cuidar das nossas cidades. Mas não se entreguem! Esta foi apenas a segunda vez. Talvez na terceira vez, se não for hoje, a base governista tenha coragem de reagir.

Enquanto isso, em nome da Liderança da Minoria, presto solidariedade àqueles que foram mais enganados do que os próprios Prefeitos, que não verão aprovado nesta Casa o aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios. (Palmas.)

Publ.: DCD - 5/10/2007 - 22312

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Relevância da instalação do Parlamento do MERCOSUL, em Montevidéu, Uruguai. Informação sobre as atividades da delegação parlamentar brasileira presente no evento.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uso a palavra como Líder da Minoria para retratar um dos momentos mais importantes que já vivi como Parlamentar.

Sou membro da Comissão do MERCOSUL desde o primeiro dia em que entrei nesta Casa. Lutamos pela integração dos países do cone sul, a fim de que houvesse um bloco econômico na América do Sul, para fazer frente a outros blocos no mundo globalizado.

Todo esse trabalho resultou, por parte deste Parlamento, na instalação do Parlamento do MERCOSUL, com a presença de delegação de Parlamentares do Uruguai, da Argentina, do Paraguai - 9 Deputados e 9 Senadores de cada país - e mais 9 Parlamentares da Venezuela, porque lá o regime é unicameral. Cheguei no domingo a Montevidéu. Saí de Porto Alegre. Fomos para o hotel. Chegou a delegação, com o Presidente desta Casa e outros Parlamentares. Ficamos no hotel. Acompanhei a delegação, juntamente com o Presidente. Todas as despesas, inclusive o almoço, foram custeadas pelos nossos recursos. Recordo-me de que no restaurante dividimos a conta entre os Parlamentares. Foram 53 reais para cada um. Ainda comentamos que o custo de vida no Uruguai é barato.

Mas o mais importante não foi isso. Estávamos lá para prestigiar a instalação de um Parlamento que é o sonho de integração de todos os países da América Latina. E foi o que conseguimos fazer, não só neste Parlamento, com esses membros da Comissão, mas também com os membros de outros governos, que ajudaram a consolidar esse sonho.

Por isso, quero aqui repor, na condição de Líder da Minoria, os fatos que aconteceram e que orgulham este Parlamentar, porque foi o momento maior desta Câmara dos Deputados e do Senado da República, pois lá também estava o Presidente do Senado com uma comitiva de Senadores - nós, com uma comitiva de Deputados Federais - para prestigiar o Parlamento do MERCOSUL, que se instalava no Uruguai.

Sr. Presidente, não preciso vir aqui prestar solidariedade a ninguém. Só quero dizer que participei daquele evento com a alegria de alguém que já foi Presidente da Comissão do MERCOSUL. Com certeza, aquele foi um momento único na história da integração dos povos latino-americanos. Era importantíssimo estarem lá os Presidentes da Câmara e do Senado. Lamentei não terem estado lá os Presidentes dos países membros daquele Parlamento. Foi uma pena. Deveriam ter estado lá para ver o ato de nascimento de um Parlamento que certamente dará à integração a maioria que esperamos. Era o que tinha a dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço a V.Exa. o informe.

Documento 87/111

102.1.53.O

Sessão Extraordinária - CD

09/05/2007-20:52

Publ.: DCD - 5/10/2007 - 22362

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Sugestão à Presidência de convocação de sessão extraordinária para amanhã, dia 10, com vistas à continuação da votação da PEC 58 de 2007(Aumenta a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios), do Executivo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acredito que seja possível chegar a um entendimento.

Seria interessante que V.Exa., de ofício, convocasse sessão extraordinária para amanhã, às 9h. O Governo terá a primeira parte da manhã, das 8h às 10h, para verificar se há realmente condição de dar seguimento à votação desta importante matéria.

Logicamente, o Governo vai ter de trazer ao plenário Parlamentares para aprovar a matéria de acordo com seu ponto de vista. A Oposição tem uma preocupação muito grande. Na nossa opinião, nós temos o dever de melhorar o que foi prometido pelo Governo e não foi entregue aos Prefeitos.

Sr. Presidente, sugerimos a V.Exa., consultados os Líderes do Governo, que convoque, de ofício, sessão extraordinária para amanhã às 9h. Se houver *quorum* às 10h é porque houve o entendimento do Governo de que há condição de votar a matéria. Se não houver *quorum*, fica convocada a sessão, valendo o *quorum* para a sessão da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O problema é exatamente esse, mencionado por V.Exa. na sua última frase. Depois das votações realizadas hoje - vou repetir -, se fizermos uma tentativa e, por disputa política legítima, não conseguirmos *quorum* pela manhã, temo a interpretação que pode ser dada em função dessa hipótese.

Pelo que ouvi da Liderança do PMDB e da assessoria da bancada do PT, há 2 bancadas grandes que preferem que não haja sessão extraordinária. Assim, corremos o risco a que me refiro.

A disputa pode ocorrer a partir da Ordem do Dia da sessão ordinária, não há nenhum problema. Qual é o meu temor? Vou ser bem claro. Temo que às 9h os Deputados registrem presença que sirva para o painel da tarde e resolvam ir embora. Não pretendo que isso ocorra amanhã.

Documento 88/111

102.1.53.O

Sessão Extraordinária - CD

09/05/2007-20:52

Publ.: DCD - 5/10/2007 - 22355

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Avaliação crítica do comportamento da base governista com relação à votação do aumento do percentual do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Críticas à ameaça de obstrução de partidos da base de apoio ao governo à votação de destaques à PEC 58 de 2007(Aumenta a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios), do Executivo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou surpreso com o que está ocorrendo. O campo democrático faz com que possamos ter divergências de idéias. Porém, o fundamental é que cumpramos com o que nos comprometemos.

Há poucos dias, na votação dessa matéria, a base do Governo entrou em obstrução. A base do Governo estava preparada para aprovar a concessão de mais 1% do FPM para os municípios. Recordo-me bem, Sr. Presidente, que, como por reflexo condicionado, obedeceram a ordem do Governo para que não o fizessem, sob o argumento de que não havia caixa para cumprir aquela promessa feita aos Prefeitos há 3 anos. A base do Governo recuou.

Hoje, para nossa surpresa, o Governo estava querendo votar, mas apenas sob suas condições. Tendo em visto o destaque que remete à data da publicação o início do repasse para as Prefeituras, os partidos da base do Governo - novamente contrariando os Líderes que queriam votar hoje - entram em obstrução.

Não há sinceridade nos propósitos do Governo de conceder aumento no de repasse de 1% no FPM para os municípios brasileiros, Sr. Presidente. Não entendemos se esse Governo vai ou vem, se ele quer ou não. O que o Governo vai fazer com as Prefeituras do Brasil? Ele vai ou não cumprir sua palavra?

Também não entendo os Líderes da base do Governo. Não consigo entender por que as Lideranças, pela segunda vez neste plenário, vão se declarar em obstrução. A Maioria ampla, disciplinada, obediente, não vai votar a favor dos Prefeitos e dos municípios? Não quero fazer juízo de valor, mas não consigo entender. A minha lógica não funciona porque, se o Governo quer votar, o Presidente Lula quer dar esse aumento, porque tudo se reverte no momento da votação no plenário?

Se esta matéria não for votada hoje, na próxima semana haverá 13 medidas provisórias trancando a pauta. O Governo não está confiando no taco dos seus Parlamentares. Se confiasse, os faria votar e aprovar o aumento. Essa é a grande realidade.

Nós, da Oposição, estamos aqui empenhados em aprovar esta matéria, como estavam também os Deputados do Governo até a semana passada. Não conseguimos entender o que aconteceu!

Gostaríamos que os Líderes dos partidos da base do Governo explicassem ao País por que estão

falando em obstrução.

Nós, da Oposição, queremos votar, queremos dar a boa notícia aos municípios. Queremos que os Prefeitos possam dizer às suas comunidades que a palavra do Presidente Lula será cumprida, embora isso possa demorar 1, 2 ou 3 anos. Mas não podemos aceitar a falta de convicção da base aliada para votar este benefício para os municípios brasileiros, que nada mais é do que justiça tributária.

Temos de dar aos municípios, para aliviar as penúrias em que vivem, um alento para suas economias, para que sejam aplicadas em favor do cidadão.

Por isso, faço um apelo aos Líderes da base do Governo para que tenham a coragem de trazer os seus liderados ao plenário e aprovelem as matérias nas quais acreditam e acham que são as melhores para o Governo. Com certeza nós, a Minoria, queremos o melhor para os municípios brasileiros. É por isso que apelamos para a Liderança do Governo para votemos ainda esta noite o aumento do repasse ao FPM; encerremos, de uma vez por todas, essa pendência, abrindo espaço para a apreciação de outras matérias importantes, como as relativas à segurança pública.

Documento 89/111

102.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	09/05/2007-20:52
Publ.: DCD - 5/10/2007 - 22363		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ponderação sobre a responsabilidade dos partidos políticos pelo quorum nas sessões, diante da apreensão manifestada pelo Presidente Arlindo Chinaglia com a possível falta de quorum em sessão extraordinária a ser convocada para amanhã, quinta-feira, para conclusão da votação da PEC 58 de 2007(Aumenta a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios), do Executivo. .

O SR. JULIO REDECKER (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também quero agradecer a V.Exa. Mas pondero que nós demos exemplo ao País, votando matérias às segundas-feiras, da mesma forma como votamos às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras. Amanhã é quinta-feira. Não é obrigação de V.Exa. fazer com que haja *quorum* na Casa. Quem tem de fazê-lo são os partidos políticos.

Jamais poderemos debitar para V.Exa. essa responsabilidade. A sua responsabilidade, V.Exa. sabe disso mais do que ninguém, é presidir esta Casa, mediar as votações; a dos partidos políticos é colocar os Parlamentares aqui.

Amanhã é quinta-feira. Os partidos políticos têm a obrigação de colocar seus Parlamentares aqui, se V.Exa. convocar sessão. Quem tem de dar explicações à opinião pública são os Parlamentares que não comparecerem à sessão e não V.Exa.

Devemos ter pauta cheia nas quintas-feiras e votar. Se há matérias a serem votadas e premência na sua votação, não consigo entender por que, numa quinta-feira pela manhã, não vai haver *quorum* nesta Casa.

Portanto, faço um apelo para que todos os Parlamentares dêem uma demonstração de responsabilidade, como deram às segundas-feiras, nas votações importantes.

O *quorum* é obrigação de cada Parlamentar e de seus partidos, não de V.Exa. Se for convocada sessão para amanhã de manhã, Sr. Presidente, tenho certeza de que os Parlamentares terão a responsabilidade de colocar seus nomes no painel para dizer à população brasileira que estão trabalhando pelo bem do Brasil e ajudando os Prefeitos a terem a sua parte no Fundo de Participação dos Municípios.

Documento 90/111

103.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	10/05/2007-16:10
Publ.: DCD - 5/11/2007 - 22653		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo Federal pelo atraso de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Críticas ao gerenciamento do setor energético pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna admitir que o Governo Lula evoluiu. Ele identificou e apontou um culpado dos atrasos do PAC dentro do próprio Governo: o IBAMA.

Afirmamos que o Governo evoluiu porque até outro dia o próprio Presidente da República afirmou que a culpa era da Oposição.

As medidas do PAC foram votadas aqui em tempo rápido e dão ao Governo os instrumentos necessários para fazer o crescimento econômico, já que o Brasil é o lanterninha da América do Sul. Agora é o IBAMA que não libera as licenças ambientais para as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira. O Governo interveio no IBAMA e editou medida provisória que divide o órgão em duas novas entidades.

Foi mais uma demonstração de insensibilidade do Governo tratar de um tema tão importante por medida provisória. Mas o que está por trás dessa atitude do Governo é mais uma impostura. Por quê? Porque foi o Governo Lula que desmontou o IBAMA, afastando a interlocução entre o seu corpo técnico e os empreendedores.

A afirmação é do próprio IBAMA, em estudo técnico encaminhado ao Presidente Lula. O estudo conclui que o problema é gerencial e não estrutural. Dentro do próprio Governo reconhecem que o maior problema é gerencial. Fala-se muito, faz-se pouco, enfim, gerencia muito mal o Governo.

Na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas informações revelam que o Governo Lula retrocedeu no tempo e agora tenta levar o Brasil para um retorno absurdo aos anos 70, quando o Governo militar aceitava o direito de poluir em nome do desenvolvimento.

Além de gerenciamento, falta também ao Governo Lula visão atualizada sobre o meio ambiente.

Estamos recuando até mesmo em relação à Conferência de Estocolmo.

Mas o que essa discussão falsamente emocional esconde é um grave erro do Governo em relação ao setor energético. O Governo Lula desconsiderou os projetos e as informações técnicas deixadas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e iniciou nova discussão que se estendeu por mais de 1 ano. Dessa discussão resultou proposta de marco regulatório que não oferece confiabilidade aos agentes econômicos. Adicionalmente, enfraqueceu a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o órgão regulador do setor, deslocando competências típicas da regulação para o âmbito do Ministério de Minas e Energia, onde as questões técnicas muitas vezes são submetidas a interesses políticos.

O chamado marco regulatório do Governo Lula se confunde com a sua falta de gerenciamento, pois não conseguiu, até o momento, aumentar a oferta de energia elétrica. Este, sim, é um grande problema. Lula paralisou o setor elétrico. Especialistas do setor acreditam que haverá crise de desabastecimento no ano de 2010.

O problema não é só do PAC, mas, sim, de toda a atividade econômica e de todos os consumidores brasileiros.

O Governo do Presidente Lula não realizou nenhum leilão nos anos de 2003, 2004 e 2005. Fez apenas 1 leilão em dezembro de 2005, reunindo 7 empreendimentos que totalizaram apenas 804 *megawatts*. Nada menos do que 40 empreendimentos, totalizando uma oferta de 6.284 *megawatts*, foram definidos no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no período de 1999 a 2002. Ou seja, o Governo Lula ofertou 6 vezes menos energia do que o Governo FHC, retraindo investimentos fortemente calcados em planejamentos de médio e longo prazos pelos grandes grupos do setor de geração.

Para agravar ainda mais o desinteresse dos investidores, o Governo estabeleceu preços irrealistas para a energia nova. A consequência de mais esse erro foi a ausência dos investidores privados nos leilões. Só as empresas estatais se manifestaram. É possível prever que mais adiante teremos de enfrentar medidas do tipo tarifaço, se Lula não quiser ser responsabilizado pela insolvência das empresas estatais de energia.

E agora a grande novidade do Governo para evitar a crise de abastecimento que os especialistas e os mercados estão prevendo para 2010: no próximo leilão de energia nova que o Governo vai lançar, em 24 de junho, mais de 30% do total de 24 *gigawatts* serão provenientes de fontes sujas, ou seja, óleo combustível, óleo *diesel* e até gasolina.

Vamos traduzir: o Governo Lula está remontando a chamada matriz energética do Brasil com usinas térmicas que o PT, nesta Casa, tanto criticou por ocasião da crise energética.

Vale lembrar que naquela época as térmicas foram utilizadas de forma provisória. Agora, em plena era da consciência global de preservação, o Presidente Lula vai oferecer energia suja aos brasileiros e poluir o meio ambiente, perigosa mistura de incompetência e falta de visão de S.Exa., o que compromete a geração de emprego e renda, além de cortar a oportunidade de milhares de brasileiros de terem vida melhor.

É a própria expressão do atraso!

Podemos entender muito bem por que o Brasil é o campeão do atraso, o País que menos cresce na

América do Sul. Se não tivermos energia para sustentar o crescimento econômico, que hoje não existe por falta de competência gerencial do Governo, estaremos condenados ao atraso, com o Brasil às escuras por falta de planejamento estratégico das áreas do Governo que deveriam prever que, para crescer, o País não pode confiar em taxas baixas de investimento em energia. Ao contrário, têm, sim, de acreditar que o Brasil vai crescer a taxas no mínimo iguais às médias praticadas nos países emergentes e que terá oferta de energia para a demanda.

Sr. Presidente, não faço apenas uma denúncia, mas também um alerta. Seguindo esse caminho na área de fornecimento de energia e da alocação de novos recursos para a produção, estaremos comprometendo o futuro do País. Aliás, gerenciamento negativo não é novidade no Brasil, já que estamos na vanguarda do atraso em relação ao crescimento da economia entre os países da América do Sul.

Muito obrigado.

Documento 91/111

106.1.53.O

Sessão Solene - CD

14/05/2007-10:21

Publ.: DCD - 5/15/2007 - 23079

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

HOMENAGEM

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 50º aniversário de fundação da Rádio Guaíba, instalada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Osmar Serraglio, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Marcelo Cavalcanti, que aqui representa a Governadora de todos nós gaúchos, Yeda Crusius; Sr. Alexandre Calderon, diretor da *Rádio Guaíba*, que aqui recebe esta homenagem, em nome de todos aqueles que construíram ao longo desses 50 anos a grandeza, a credibilidade e a respeitabilidade dessa emissora, não só do Estado do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil, emissora que se constituiu como a voz de todos os gaúchos de além-fronteiras e reverbera, via ondas de rádio, a vontade, a alegria e a determinação do povo do Rio Grande do Sul. Pelo pioneirismo que essa rádio representa em todas as suas atuações, queremos aqui registrar que 50 anos é um tempo precioso para consolidar idéias, construir o futuro, firmar posições e fazer com que tenhamos a certeza de que o caminho realizado valeu a pena.

Tal como ocorre em uma corrida na qual os corredores passam bastões uns para os outros, certamente, a *Rádio Guaíba* tem essa responsabilidade para com as gerações que se sucedem, desde as que a fundaram, no dia 30 de abril de 1957, ao meio-dia, no momento em que os microfones da ZYU-58, *Rádio Guaíba*, de Porto Alegre, foram abertos ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Já naquele ano os gaúchos foram surpreendidos. A *Rádio Guaíba* foi além das fronteiras do Rio Grande do Sul, não pensando apenas em nosso querido País, dirigiu-se ao Prata, ao Uruguai, à Argentina e a outros países de língua espanhola que a sintonizavam, transmitindo sinais emitidos do espaço pela nave espacial russa *Sputnik*, quando o homem ensaiava seus primeiros passos rumo ao desconhecido. Lembro-me, como ouvinte atento da *Rádio Guaíba*, das transmissões e das interpretações realizadas pelos seus profissionais, alicerçadas nos produtores, pesquisadores e profissionais do rádio, que faziam com que recebêssemos conhecimento, cultura e emoção ao ouvir programas extremamente interessantes. Foram tempos em que não havia televisão, imagem. Cada um de nós elaborava, em nossas mentes, a maravilha daqueles programas culturais transmitidos aos lares de todos os que sintonizavam suas ondas.

Falar da *Rádio Guaíba* é falar um pouco da história do Brasil; é falar dos seus profissionais; é falar da família Caldas Júnior; é falar de Breno Caldas e é falar da família Ribeiro, que reconstituiu a história de Caldas Júnior, da *Rádio Guaíba* e do *Correio do Povo*. Hoje, em novo passo, a *Rádio Guaíba* é dirigida por outros brasileiros, com as mesmas expectativas, com o mesmo patriotismo, agora sob os auspícios da *Rede Record*, aqui representada pelo Dr. Alexandre Calderon.

Certamente, toda a história que permeia o coração dos gaúchos estará representada na continuidade de uma rádio que retrata a realidade, com os comentários daqueles que têm preocupação com a grandeza, com o futuro deste País e com o caminho da humanidade.

Desde o início, a *Rádio Guaíba* sempre foi padrão em tudo. Recordo-me do primeiro programa - o que certamente deve ocorrer com o Presidente Osmar Serraglio, pois ainda estava nas encostas e nos limites geográficos do Rio Grande do Sul -, o *Correspondente Renner*, que era o padrão noticioso de toda uma época. As pessoas diziam: "*É verdade, deu no Correspondente Renner*". Aquela referência

era a afirmação da veracidade e da responsabilidade de editores, de profissionais e da direção daquela casa, pois faziam com que as notícias tivessem credibilidade pública.

A referência em radiojornalismo orgulha-nos a todos porque se tornou a *Rádio Guaíba* parâmetro nacional e internacional de qualidade no radiojornalismo brasileiro, assim como o rádio esportivo. Paixão de todos nós, o futebol arte, o futebol encanto, o futebol raça, teve, na engenhosidade dos engenheiros e dos profissionais da área técnica da *Rádio Guaíba* e na ousadia de seus demais profissionais, um momento pioneiro, em 1958, um ano apenas após sua fundação, quando transmitiu da Suécia o primeiro campeonato mundial de futebol conquistado pelo Brasil. No mundial em que brilhou, pela primeira vez, a estrela de Pelé - o maior de todos em todos os tempos -, a *Rádio Guaíba* trouxe ao Brasil a emoção do futebol na voz marcante do nosso ex-colega Parlamentar, grande radialista, Jorge Alberto Mendes Ribeiro.

Parecia que o campo de futebol, na Suécia, mesmo com as dificuldades de transmissão, estava ao nosso lado, porque ligados estávamos numa emoção em que o Brasil, pela primeira vez, conquistava o campeonato mundial, ocasião em que um jovem de 17 anos brilhou no campo com suas travessuras, assessorado por uma equipe de craques e por alguém que, responsável pela condução da bola, fazia com que ela chegasse ao destino final, o grande Garrincha. Eram tempos maravilhosos, que se tornaram conhecidos pelo pioneirismo dessa rádio.

Pelos estúdios da emissora passaram grandes profissionais. Poderia eu cometer o engano de esquecer alguns deles, mas vou ousar falar, de memória, daqueles de que mais me lembro. Lembro-me, por exemplo, pela história, pelo padrão moral e ético, pela condução de que jamais Guaíba se afastou, quando Arlindo Pasqualini, seu primeiro diretor, conduzia e firmava os padrões éticos pelos quais se conduziria a *Rádio Guaíba*.

Não posso me esquecer de Pedro Carneiro Pereira, grande narrador de futebol que pereceu durante uma corrida de automóveis, em Tarumã. Aqueles atos e fatos foram lamentados por todo o Brasil, em especial pelo Rio Grande do Sul, pela pessoa que era Pedro Carneiro Pereira, mas a rádio tinha no seu setor esportivo um Milton Ferretti Jung, um Armindo Antônio Ranzolin e tantos outros profissionais na área da narração que emprestavam brilho às jornadas esportivas, e tantos outros profissionais de campo, como Lasier Martins, Lauro Quadros, Ruy Carlos Ostermann, pessoas que faziam naqueles anos e fazem até hoje a grandeza do rádio esportivo da *Rádio Guaíba*, dirigido por Luiz Carlos Reche. Essas atitudes marcaram época e ditaram um padrão de qualidade nunca antes experimentado na imprensa brasileira. Hoje, as novas gerações, meu caro Calderon, estão com a responsabilidade de dar continuidade e melhorar ainda mais o padrão Guaíba de qualidade.

Lembro-me ainda de que há muitos talentosos e experientes profissionais atuando na *Rádio Guaíba*.

Não poderia deixar de citar Amir Domingues e Eron Domingues, que foi o repórter Esso e irmão de Amir; Flávio Alcaraz Gomes, uma lenda do rádio do Rio Grande do Sul; Joabel Pereira, que ainda lá se encontra em atividade, e tantos outros que, na área técnica, na área de produção, dão condições para que eles consigam emprestar o seu talento a novos projetos e desafios.

Quero destacar também o profissionalismo do jornalista Armando Burd, que honra as tradições da Casa e segue sendo um exemplo para as novas gerações por sua conduta ética e retidão no exercício da profissão. Nesses e em muitos outros momentos a história da Guaíba se mescla com a própria história do Rio Grande do Sul.

Tem a palavra Deputado Celso Maldaner, por Santa Catarina, irmão do querido ex-Governador Cacildo Maldaner.

O Sr. Celso Maldaner - Apesar de ser uma sessão solene, Deputado Júlio Redecker, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa. Alguém pode estranhar por eu ser de Santa Catarina, da pequena Maravilha. Sou de 1953, ingressei no seminário com 13 anos de idade, e me lembro que era pela *Rádio Guaíba* que sempre escutávamos os grenais Colorado e Grêmio. Nós, que moramos em Santa Catarina, ficamos mais perto de Porto Alegre, de Curitiba. Nossas ligações são com o Rio Grande do Sul, por causa dos nossos pais, que são gaúchos. Se me perguntarem sobre rádio de Florianópolis, ou me perguntarem sobre Avaí ou Figueirense, não sei dizer. A nossa tradição é Grêmio, é Colorado. Então, parabéns por esta justa homenagem, por esta sessão solene. Estamos vinculados a vida toda à *Rádio Guaíba*. O primeiro jornal que recebemos sempre é o *Correio do Povo*, o primeiro que chega à cidade. Parabéns por essa iniciativa.

O SR. JÚLIO REDECKER - Muito obrigado, Deputado Maldaner.

Concedo, com alegria, um aparte ao ilustre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Júlio Redecker, estava eu no meu gabinete quando se iniciava esta sessão e o Presidente Osmar Serraglio proferia as palavras como Presidente da Casa, numa retrospectiva do que há sido o trabalho da *Rádio Guaíba* ao longo do tempo. No curso da sua brilhante exposição, o Presidente em exercício da Casa, essa figura admirável de Parlamentar, mencionava que um dos nossos colegas, que já partiu em demanda da eternidade, Mendes Ribeiro, integrava a equipe da *Rádio Guaíba*. Se V.Exa. me permite nesses 30 segundos de aparte, gostaria de dizer que eu preferencialmente era o entrevistado dele todas as manhãs. Às 7h da manhã ele ligava para a residência oficial do Presidente do Senado. Eu era inquilino daquela Casa no momento. Então, ele procurava oferecer aos ouvintes daquela emissora os fatos emergentes que uma evidência momentânea me garantia transmitir a ele com absoluta autenticidade. Ao homenagear a *Rádio Guaíba*,

iniciativa de V.Exa., desejo lembrar aquele que tantas e seguidas vezes me colocou em contato com o povo gaúcho, cujas tradições de bravura todo o País admira. É a homenagem que presto, portanto, a V.Exa., autor da iniciativa, e àquele saudoso companheiro que tantas vezes me possibilitou o contato direto com o povo do Rio Grande do Sul. Meus cumprimentos a V.Exa. por essa festa cinquentenária.

O SR. JÚLIO REDECKER - Obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Prossigo, Sr. Presidente.

Em 1961, o Brasil viveu uma história inusitada. Todo mundo conhece a campanha da legalidade promovida no Rio Grande do Sul. Pois Leonel Brizola, então Governador do Estado, não teve dúvidas em requisitar a *Rádio Guaíba* para comandar a Rede da Legalidade. Dos porões do Palácio Piratini e pelas ondas da *Guaíba*, o então Governador conclamou os brasileiros a resistir.

Foram 10 dias de transmissões ininterruptas, em uma das mais importantes contribuições da imprensa à democracia neste País. Nesse espaço de tempo, a emissora torna-se a rádio mais ouvida da América do Sul, apesar de ter apenas 5 anos de atividades até então, como bem lembrou V.Exa.

Ao longo das últimas 5 décadas, a *Guaíba* contou e viveu os dias mais importantes desta Nação. Do início do período militar à volta dos exilados, passando pela redemocratização e pelas Diretas Já e pela Constituinte; da eleição do primeiro Presidente brasileiro após a ditadura até os dias atuais, passando pelo 11 de setembro, a *Guaíba* sempre esteve à frente dos principais acontecimentos, sendo a única emissora que cobriu todas as edições da Copa do Mundo. Tudo isso sem deixar de contar as vitórias de nossos campeonatos mundiais interclubes, conquistados por Grêmio e Inter, e por nossa Seleção. Até hoje, a *Rádio Guaíba* é - repito - a única emissora gaúcha presente em todas as conquistas brasileiras em Copas do Mundo, o que comprova seu espírito de vanguarda.

Pois esse espírito, senhoras e senhores, conquistou legiões de fãs em todo o território nacional: os guaibeiros, aqueles que não se afastam da sua *Rádio Guaíba* por nem um momento, pela confiabilidade de suas informações, pela credibilidade de seus profissionais e pela clareza e competência da sua direção. E é em nome de seus ouvintes fiéis que a emissora segue seu caminho, com os pés no Rio Grande e os olhos no Mundo, fazendo radiojornalismo com qualidade e isenção. É a essa emissora que, no dia de hoje, a Câmara dos Deputados quer prestar sua homenagem. A todos aqueles que, há 50 anos, fazem a grandeza da *Rádio Guaíba*, o reconhecimento desta Casa e deste Parlamentar.

Com certeza, o exercício do contraditório, os princípios democráticos estão alicerçados nessa rádio que dialoga com a sociedade diariamente para encontrar os caminhos que, nós queremos, consolide um país justo, um país que cresça, que pratique democracia econômica e inclusão social.

Parabéns Guaíba! Parabéns a todos os profissionais que fizeram com que essa rádio tenha, nesses 50 anos, o reconhecimento de toda a sociedade brasileira. Parabéns pela história construída, pela história retratada e pelas muitas outras que irá contar no futuro!

Parabéns! (*Palmas.*)

Documento 92/111

106.1.53.O

Sessão Solene -
CD

14/05/2007-11:24

Publ.: DCD - 5/15/2007 -
23087

JÚLIO REDECKER (PRESIDENTE)-PSDB -RS

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

HOMENAGEM

FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA
PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares e convidados presentes. Congratulações aos funcionários do Sistema Guaíba/Correio do Povo.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Redecker) - Agradecemos a presença a todos os Parlamentares, jornalistas, funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aqui presentes e a todos os que prestigiam esta sessão solene tão importante para a radiocomunicação brasileira, por ser a *Rádio Guaíba* pioneira em tantos fatos importantes da vida nacional.

Gostaria de pedir ao Sr. Alexandre Calderon, em nome da Câmara dos Deputados, particularmente do Presidente Arlindo Chinaglia, que leve nossos agradecimentos a todos os que trabalham diuturnamente na confecção do *Correio do Povo*, nos sinais da *Rádio* e da *TV Guaíba*, que é costume chegarem aos lares dos gaúchos e dos brasileiros, para que a boa informação reforce a crença de que este é um

grande país, um país que tem futuro, por sua gente, por seu esforço, por seu trabalho. Acreditamos que a imprensa livre, democrática e soberana saberá manter sempre este País, de acordo com os anseios da sua população, no caminho democrático, do respeito e no exercício do contraditório, para que possamos fazer deste o país dos nossos sonhos, deixando esse legado aos nossos filhos e às futuras gerações.

Está de parabéns o Rio Grande do Sul. Estão de parabéns os profissionais da *Rádio Guaíba*, do mais importante membro da sua direção ao mais humilde funcionário, que todas as manhãs faz chegar os jornais do Sistema Guaíba/Correio do Povo à casa de milhares de gaúchos. Estão de parabéns aqueles que põem essa rádio no ar, cuidando dos transmissores, tratando da parte técnica e do mais simples ao mais difícil afazer, para que ela continue sendo a grande rádio de todos os brasileiros, que nos orgulha pela sua trajetória, e para que possa ela continuar trilhando nesse caminho de uma rádio que é motivo de orgulho não só para os gaúchos, mas para todos os brasileiros, para todos aqueles que acreditam que o rádio é o meio mais eficaz de comunicação entre todos.

Eu me lembro de que, caminhando pelas ruas durante uma campanha, chegamos a um canteiro de obras e lá estava um trabalhador com seu rádio ligado, informando-se. O rádio é um companheiro que em todos os momentos consegue estar presente na vida de homens e mulheres. Oferece a informação simples e democrática. Tanto aquele que pode se considerar o mais culto entre os cultos, como o que muitas vezes ainda não tem a clareza das letras, a luz da educação, pode receber essas informações.

Sr. Alexandre Calderon, leve o abraço da Câmara dos Deputados, neste dia tão especial, em que tivemos a honra de homenagear não apenas a *Rádio Guaíba* pelo transcurso dos seus 50 anos de fundação, mas todos aqueles profissionais, homens e mulheres, que fizeram sua grandeza e certamente legam a V.Sa. a responsabilidade, junto com o grupo da *Rede Record*, de fazê-la continuar sendo a grande rádio que é motivo de orgulho para todos nós.

Documento 93/111

107.1.53.O	Sessão Ordinária - CD	14/05/2007-15:18
Publ.: DCD - 5/15/2007 - 23103		JÚLIO REDECKER-PSDB-RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Considerações sobre a atuação dos partidos oposicionistas no Congresso Nacional. Autoritarismo do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo sobre a crise do sistema de tráfego aéreo. Críticas à base governista pela criação de obstáculos à instalação da CPI destinada à investigação da crise do sistema de tráfego aéreo. Edição excessiva de medidas provisórias Compromisso do PSDB com a defesa do regime democrático.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito se tem falado nesta Casa sobre as missões da Oposição. A Oposição não tem missões especificamente nesta Casa, mas sim onde existe o regime democrático e o princípio do contraditório, fundamental para que possamos encaminhar os acertos tão necessários ao País. O mesmo voto direto, universal e secreto que elegeu os membros da Maioria na Casa elegeu a nós da Oposição. É o voto, expressão da vontade do eleitor, que delimita os espaços de atuação parlamentar nas democracias: os majoritários governam; os minoritários fazem críticas e fiscalizam o governo. A Constituição e as leis ditam as regras que possibilitam a convivência pacífica entre Maioria e Minoria e sua ação conjunta em benefício do País. Somos Oposição, por delegação de parcela expressiva do povo brasileiro, com todos os requisitos que essa função nos impõe. Assim o declaramos sem receios nem jactância. Da Maioria e do Governo que ela apóia esperamos nada mais, nada menos do que a justa compreensão do nosso papel oposicionista: acolhimento da crítica como alerta que permite corrigir rumos; aceitação da fiscalização como contrapeso indispensável ao bom exercício do poder. O sentido oposto desse procedimento é a arrogância, prima caolha do autoritarismo. Como pode querer cercar a Oposição um governo cujo partido se formou e se consolidou na trincheira oposicionista?

Não é a Oposição que põe em risco o Governo, nem é o seu exercício que vai provocar o apagão legislativo, como às vezes parece supor o Presidente Lula. Ao contrário, são as tentativas de cercar o

legítimo exercício da Oposição que podem paralisar o Congresso.

Pior: essas tentativas revelam fraqueza por trás da força aparente. Revelam medo por trás da arrogância. Medo do desmonte da falsificação, no caso da crítica, ou da revelação de irregularidades e delitos, no caso da fiscalização.

A maioria governista gostaria que atuássemos de forma mais construtiva, obviamente conforme o entendimento que fazem desse qualificativo.

Nossos eleitores cobram mais oposição, não menos. Nossa opção é clara: atuamos como pedem os eleitores.

Temos um Presidente que adora ouvir a própria voz e tenta ignorar, desqualificar e, às vezes, calar as vozes discordantes da sociedade. Não deveria. Primeiro, porque as vozes discordantes não são poucas. Segundo, porque elas têm razões para discordar de seu governo.

Discordamos do Presidente Lula e de seu governo porque não têm rumo nem propostas para o Brasil. Em vez de propostas, ele faz promessas. Promessas para todos os gostos, uma para cada tipo de público, uma para cada setor da sociedade e de acordo com a platéia.

Se elas são incompatíveis entre si e com a realidade, não importa. Com a mesma facilidade com que faz promessas, o Presidente Lula as esquece.

Quem se lembra do Fome Zero, do Sistema Único de Segurança Pública, das penitenciárias federais para isolar os chefões do crime organizado, da reforma agrária modelo, do Primeiro Emprego, do espetáculo do crescimento?

O Sr. Chico Lopes - Deputado, no decorrer do seu discurso, se V.Exa. puder me conceder um aparte, ficarei muito feliz.

O SR. JÚLIO REDECKER - Mais tarde lhe concederei.

Se o Presidente Lula esquece, quem vai lembrar de tantos *slogans* e frases de efeito? Seu destino é a mesma vala comum onde foi parar outra promessa esquecida: a da ética no Governo.

O Presidente não lembra as próprias promessas nem aprende com os próprios erros, nem de seus companheiros. Pior, parece achar que o erro compensa, se servir para se agarrar ao poder. Sobretudo se o erro servir para lançá-lo na história, e pouco importa se de carona com outras personalidades, de preferência o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem usurpou o Plano Real, os programas sociais e até mesmo os benefícios da privatização que tanto hostilizou durante a última campanha. Sim, Sras. e Srs. Deputados, usurpar é um verbo aplicável a este Governo. Senão, como devemos nominar a apropriação que o Presidente Lula faz, rotineiramente, dos fundamentos econômicos conquistados no Governo Fernando Henrique, os quais S.Exa. atribui a si mesmo? Como devemos nominar a apropriação do Programa de Saúde Bucal, rebatizado de Brasil Sorridente? E o Programa Luz no Campo, em que os marqueteiros de Lula colocaram a fantasia de Luz para Todos? E o Bolsa-Família?

São muitos os exemplos de apropriação, como também são muitos os retrocessos. Um deles, talvez o mais ilustrativo da falta de visão do Presidente Lula, é o crescimento vertiginoso das despesas do Governo Central. Elas correspondiam a 17% do PIB em 2004, saltaram para 18,15% em 2005 e chegaram a 19,20% em 2006. Esse valor equivale a 40 bilhões de reais ao ano. Parte significativa dessas despesas são de natureza continuada, como é o caso dos gastos com a folha de pagamentos. O mais dramático é que o crescimento econômico médio de 2,5% ao ano, no mesmo período do aumento das despesas, ficou abaixo da média de 5% ao ano dos países da América Latina. Curioso, porém compreensível, é verificar que o Presidente Lula cultiva o estranho hábito de se comparar a Fernando Henrique, mas jamais menciona que o Plano Real estancou a inflação e construiu os fundamentos econômicos num período em que o mundo foi sacudido por 4 crises econômicas que restringiram de forma muito forte o volume de investimentos e as transações comerciais entre os países.

Lula, ao contrário, encontrou a economia brasileira saneada, a Lei de Responsabilidade Fiscal em pleno vigor - apesar do combate duro do seu partido aqui dentro contra ela -, as contas dos municípios, dos Estados e da própria União em condições de sustentabilidade e transparência, um programa de políticas sociais estruturado em andamento e a economia internacional num dinamismo como não se verificava há mais de 30 anos.

A dificuldade que se interpunha naquele momento da transição política, que provocou uma desarrumação episódica na curva inflacionária que vinha sob absoluto controle, tinha um nome e faz parte da crônica e de textos técnicos relativos àquele período: o risco PT. Mas contra ele o próprio Lula aplicou o único antídoto de que dispunha: esquecer as promessas históricas de seu partido. Repito: esquecer as promessas históricas de seu partido.

Há muito a criticar neste Governo e há muito a fiscalizar. Os temas e as ocasiões estão expressos na indignação das pessoas e em denúncias que os meios de comunicação difundem a cada dia.

Hoje se impõe a necessidade de resgatarmos o passado recente para não perdermos o sentido de nossa luta. Podemos afirmar que participamos de algumas vitórias contra tentativas do Governo Lula de limitar a liberdade de expressão. Até este momento, para nós é inteiramente incompreensível que tais coisas tenham acontecido. Mas são fato. Elas aconteceram e fazem parte da memória desta Casa. Há registros delas no acervo que guarda os debates transcorridos neste plenário.

Eu não tenho dúvida de que em breve estarão no porão da história, provavelmente como exemplos de

um autoritarismo tardio e extravagante. Por isso temos de lembrar sempre, temos de insistir na consolidação desses registros. Embora sejam fatos recentes, parece que o Governo os considera ultrapassados e esquecidos. Não estão, absolutamente. Ao contrário, estão muito bem claros em nossa memória, e vamos torná-los vívidos, porque prenunciam maus presságios.

A primeira batalha deste Governo contra a imprensa livre foi o trabalho metódico e calculado do então Ministro Luiz Gushiken à frente da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Quem não se lembra da centralização que operou nos regulamentos das verbas de publicidade de todo o Governo? Entre suas iniciativas de controle total do setor, foi editado um decreto que submeteu todas as áreas de comunicação, inclusive das empresas estatais, ao seu comando e supervisão.

Seguiram-se as batalhas frontais, no ambiente que se criou no Governo de aversão a críticas. Na primeira tentativa, o Governo propôs a criação de um conselho autárquico, que seria mais uma entidade corporativa com seus cargos de direção e muitas vagas para a nomeação de companheiros, bem ao gosto do aparelhamento do Estado. O pretexto desse projeto era fiscalizar o exercício da profissão jornalística e teria a prerrogativa de intervir na concessão dos registros profissionais e no funcionamento da mídia.

Não há na história democrática do Brasil tamanha ousadia praticada por governo. Isso não ocorreu em nenhum país, na história recente ou na mais longínqua.

Quem precisa de imprensa controlada? O que pretendia o Governo Lula com aquele aparato que restringia a liberdade de expressão? Facilitar a expulsão de jornalistas estrangeiros seria um desses propósitos? Até hoje o Governo não ofereceu explicação aceitável, limitando-se a atribuir a responsabilidade da iniciativa à Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ que, de forma estranha, consentiu. Caso tenha sido mesmo sua iniciativa, o Governo não a rejeitou. Quem não rejeita concorda. O Governo aceitou, deu encaminhamento a ela.

O alívio que experimentamos por aquela derrota do Governo durou pouco. Logo veio a proposta de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual. Dessa vez, a razão alegada para o novo organismo estatal foi estimular a produção cultural nacional, mas a real intenção, descoberta e denunciada pelos artistas e profissionais do setor, era bem outra. Gritaram em protesto contra o que descobriram nas entrelinhas do regulamento. Ou seja, lá estavam, disfarçados, instrumentos velados de censura.

Por que existir censura num governo que se diz democrático e que, durante todo o período em que esteve na trincheira da oposição, no exercício da oposição, gritava por mais democracia? Era a palavra contrariando a prática.

A aversão do Governo à crítica é ilimitada. Uma nova batalha contra a imprensa entra agora no terceiro tempo, com esse projeto de tevê estatal, que o Governo quer chamar de tevê pública? Pública nada. Se aprovada, vai ser instrumento de propaganda do Governo, ao custo de, pelo menos, 300 milhões de reais - dinheiro público - e da cessão de empregos a companheiros, que ocuparão cargos de direção e de elaboração de conteúdos. É uma estratégia que se amplia em forma e mentalidade.

A Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, por mim aqui denunciada, também está montando sua rede de tevê. Vai custar 71 milhões de reais. Certamente será divulgada por essa rede a versão oficial para a morte de crianças índias por falta de alimentos e remédios.

O aparelhamento de instituições públicas, que ficou evidenciado durante os trabalhos da CPMI dos Correios e assombrou o País pela extensão do problema e pela ousadia do PT, partido do Presidente Lula, de instalar e manobrar recursos públicos em benefício próprio, faz parte de uma estratégia de incontáveis tentáculos.

No momento, o que veio a se tornar visível foi o aparelhamento da INFRAERO. E não se culpe a Oposição ou a imprensa pelo desvendamento de mais esse escândalo.

Esses fatos vieram a conhecimento público com a queda do avião da Gol, que levou à morte 154 pessoas. Uma tragédia que poderia ter sido evitada, pois foi anunciada em todas as proposta orçamentárias encaminhadas ao Governo desde 2004, com advertências sobre a necessidade de investimentos na segurança de vôos.

Reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 15 de abril revela que a gênese da crise do setor aéreo foi o loteamento político da INFRAERO. Quem fez o alerta foi o Brigadeiro Edilberto Sirotheau, em carta de abril de 2005, com que se demitiu da chefia da Superintendência de Segurança Aeroportuária daquela estatal. Diz a matéria que o Brigadeiro denunciou a obsessiva prioridade destinada às obras que proporcionam visibilidade, em detrimento das necessidades operacionais.

Concedo, com prazer, aparte ao nobre Deputado Chico Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Esta Presidência, pedindo licença aos Srs. Parlamentares, informa ao Plenário que, dos 25 minutos de que dispunha o orador, como começamos o período destinado ao Grande Expediente com certo atraso, só registramos 15 minutos. De ofício, esta Presidência lhe concede, por ser S.Exa. Líder da Minoria, os 5 minutos que lhe cabem no exercício da Liderança.

O Sr. Chico Lopes - Deputado Júlio Redecker, serei rápido. Sempre fui oposição, porque sou comunista. Fui contra o regime militar. Sei como foi o governo do partido de V.Exa. Não saí de casa para ser contra ou a favor de governo. Saí com princípios. O Deputado Alcení Guerra fez agora excelente discurso, muito bonito, reconhecendo que seu partido se tornou um partido rural e faz

oposição ao nosso Governo. V.Exa. parece que não encontra nada positivo em nosso Governo, como a reforma universitária, que levou grande quantidade de pessoas às universidades. V.Exa. não se lembra da vergonha que este País passou no Governo do seu partido, quando foram abertas as contas, escancarando-as toda semana, e da subalternidade do Governo do seu partido ao poderio norte-americano. Algumas coisas que V.Exa. diz são verdades. Mas qual é sua contribuição em matérias de interesse da população brasileira? V.Exa. não ajuda. Acha fácil fazer toda essa crítica, mas não aponta soluções. É só ver pela imprensa a maneira pela qual conduziram este País.

O SR. JÚLIO REDECKER - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

Ouçõ V.Exa., Deputado Professor Ruy Pauletti, a quem gostaria de pedir brevidade, porque desejo concluir o discurso.

O Sr. Professor Ruy Pauletti - Vou ser bem rápido. Apesar da pouca experiência que tenho como Deputado Federal, acho que o papel mais importante nesta Casa cabe à Oposição e não à Situação, ainda mais quando o Legislativo, por decisão da Situação, tornou-se um apêndice do Executivo. Isso leva a uma louvação às atitudes do Governo. Não digo isso como uma crítica, mas como uma constatação. Ora, o Governo não precisa de louvação! O Governo precisa de análise de fatos que venham a beneficiar ou não a população brasileira. Não entendo como os Parlamentares do meu Estado - conheço as idéias de muitos deles, pois convivemos juntos - não ficam sequer ruborizados ao votarem contra suas próprias idéias, mesmo quando vêm que seu Estado, o Rio Grande do Sul, está sendo massacrado pelo Governo Federal. Isso não é Situação! Isso não ajuda o Governo! A Situação neste País não se dá conta do que representa a exploração dos bancos brasileiros. Só um deles lucra mais de 6 bilhões por ano, o que representa o orçamento de muitos Estados. Onde esse banco faz aplicação? A quem interessa esse lucro? A quem interessa essa exploração? Esses bancos e os próprios bancos estatais mantêm os juros lá em cima, por decisão do Banco Central. Isso não beneficia a população. Cabe a nós e ao Líder da Minoria ser mais enfáticos. Como a Situação admite a criação de 37 Ministérios em um país pobre? Como permite a distribuição dos recursos brasileiros pelo mundo afora, perdendo dívidas, sendo subserviente a outros países como a Venezuela e a Bolívia? Cabe a nós a responsabilidade de nos opor a tudo isso. Por isso, critico mais a Oposição do que a Situação. Enfim, Deputado Júlio Redecker, admiro V.Exa. por apresentar muitos dados que precisam ser refletidos. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO REDECKER - Já passo a palavra aos demais aparteantes. Só quero rapidamente tentar concluir o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brigadeiro Edilberto tem credenciais e conhecimento técnico para falar a respeito de segurança de vôo, e o fez movido pelo cumprimento do dever. Na mesma carta previu "*ocorrências graves em futuro próximo*". Como diz a matéria, "*a profecia do brigadeiro se cumpriu 17 meses depois*", com a tragédia do dia 29 de setembro do ano passado.

O Governo Lula nutre também uma estranha aversão ao Poder Legislativo. Há pouco tivemos de recorrer à arbitragem do Supremo Tribunal Federal no caso da utilização enviesada do Regimento Interno desta Câmara, tanto no plenário quanto na Comissão de Constituição e Justiça, na decisão sobre a instalação da CPI do Apagão Aéreo.

No meio dos debates em torno da instalação da referida CPI, a base do Governo fez uma consulta ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, por meio de um documento cujo objetivo e argumentação nos causaram espanto. Ficamos sem saber o que é mais assustador nesse pleito: se o caráter profano e astucioso dos argumentos ou a intenção dos signatários ao defenderem a imunidade para os Parlamentares que não foram julgados em mandato passado porque renunciaram para fugir da cassação.

Posso assegurar que jamais de deparei com maior ousadia no uso dos termos "soberania popular", "crivo das urnas", "vontade popular" de forma tão obliqua e incerta como nesse documento. Trata-se verdadeiramente de um elogio à insensatez, de natureza tão obscura que o melhor seria ignorá-lo em respeito à boa-fé dos eleitores nele evocados e em benefício dos próprios autores desse documento. Mas a prudência nos recomenda que devemos, ao contrário, preservá-lo como referencial de um período passageiro em que passamos pelo risco do retrocesso político.

Porém, a demonstração mais eloqüente da aversão do Governo Lula ao Poder Legislativo é o uso de medidas provisórias. Meu entendimento é de que essa aversão deriva da índole autoritária do Governo que a Oposição denuncia e vai continuar a denunciar. O número de medidas provisórias há muito já desfigurou o recurso da obstrução, que é, por definição institucional, prerrogativa clássica da Minoria e vem sendo usurpada pelo travamento da pauta de votação da Câmara em razão dos prazos constitucionais previstos para apreciação e votação.

Hoje mesmo, estamos diante dessa situação. De forma calculada e abusada, o Governo controla a pauta do Congresso Nacional, em especial desta Casa. Nem se consideram mais os princípios constitucionais de urgência e relevância, tantas são as situações e as matérias tratadas por meio desse instrumento de excepcionalidade, e sim a mordaça que estabelecem nos trabalhos das 2 Casas do Congresso, a ponto de já ameaçarem o equilíbrio entre os Poderes.

Qualquer necessidade é travestida de urgência, como se viu aqui no caso do crédito para a reforma agrária do Governo boliviano, da criação de cargos comissionados, da abertura de créditos extraordinários para Ministérios. Qualquer texto de medida provisória vira simulacro de relevância.

Trata-se de um abuso explícito que, na opinião do Prof. Goffredo da Silva Telles Júnior, "é o maior exemplo do desrespeito à ordem constitucional e a marca mais clara da intromissão de um Poder no outro".

Os números tornam o Governo Lula campeão absoluto. No seu primeiro mandato, o Presidente Lula editou 240 medidas provisórias - 5 por mês. O Governo petista acumula a média de 5,09 medidas provisórias por mês contra a média mensal de 3,8 dos 8 anos de gestão Fernando Henrique Cardoso. O despudor do Governo de se nomear legislador inquestionável sugere que o Brasil encontra-se em estado permanente de emergência ou mesmo em guerra. Nada mais falso e enganador. Nem mesmo o cenário externo nos últimos 4 anos do primeiro mandato do Presidente Lula suscitou qualquer possibilidade de turbulência. Nem nesses primeiros meses de 2007. Mas o número excessivo de medidas provisórias que aniquilou os trabalhos legislativos nesse período está produzindo um conjunto de matérias legais cuja qualidade técnico-jurídica escapou ao crivo do contraditório e pode, por isso, criar dificuldades imprevisíveis para o País, até mesmo trazer embaraços e prejuízos tanto para os cidadãos e empresas como também para a própria União.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são casas de idéias, nelas não cabe o pensamento único. A vontade nas 2 Casas do Congresso Nacional, que se traduz na elaboração, discussão e aprovação de leis, é a demonstração genuína do culto ao contraditório, ao pluralismo e, portanto, à própria democracia.

No Governo ou na Oposição, o PSDB tem compromisso programático contra qualquer tipo de autoritarismo. A origem do PSDB tem laços inalienáveis com as lutas contra o regime militar e cultua essa herança contra qualquer modalidade de intolerância.

A experiência do PSDB nessas lutas não permite a seus afiliados se iludirem com as aparências de ocasião. O PSDB nasceu aprendendo que democracia não se relativiza nem se adjetiva. O poder delegado que o eleitor conferiu a nós Parlamentares foi para defender o Brasil e os brasileiros e não a interesses corporativos supostamente disfarçados de projetos ideológicos.

Somos oposição a este Governo e vamos continuar a criticar suas ações e procedimentos, sempre de acordo com a correção e responsabilidade que nos orientam. Já demonstramos neste plenário que sabemos distinguir matérias de interesse dos brasileiros e as aprovamos, de forma diversa do que fez o partido do Governo, o PT. A campanha *Fora, FHC* e a montagem do dossiê contra a campanha do Governador José Serra são atos identificadores dessa índole autoritária que vemos transposta nas tentativas citadas do Governo Lula contra a liberdade de imprensa. As votações contra os projetos do Plano Real e da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujos registros integram os Anais desta Casa, fazem parte da mesmíssima lógica de atuação do PT: o poder e o medo de perder o poder.

Peço a compreensão de V.Exa., Sr. Presidente. Não gostaria de encerrar o meu pronunciamento sem permitir que os Deputados Domingos Dutra e Bruno Araújo façam aparte.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Esta Mesa quer esclarecer ao Plenário que, aparentemente, pode ter-se manifestado magnânima na medida em que foi acrescentando minutos, mas quer deixar bem claro que o orador dispunha de 25 minutos e registramos 15. Depois, concedemos mais 5 minutos, porque se trata de Líder da Minoria. Foram 20 minutos mais 4 ou 5 que concedemos. Portanto, Deputado, V.Exa. ainda estaria no limite do seu tempo. Dessa forma, dispõe ainda de 2 minutos.

O Sr. Bruno Araújo - Sr. Presidente, Deputado Osmar Serraglio, serei muito breve. Meus cumprimentos, Deputado Júlio Redecker, por ter conseguido compilar tudo o que a Oposição vivenciou e viu. Mas preocupa e salta aos olhos, na relação entre Governo e Oposição, o papel que vínhamos cumprindo na posição em que as urnas nos colocaram. Talvez eu tenha optado por falar ao microfone da bancada do PT para ser mais bem ouvido pela Maioria. Poucas vezes, na história desta República, um Presidente teve base de apoio tão grande, tão consistente nesta Casa. A Oposição está reduzida a pouco mais de 100 Deputados firmes nesse posicionamento, e não vemos por parte da Presidência da República regime presidencialista forte com condições de pautar o Congresso Nacional, enfrentar reformas importantes. Podemos ser derrotados neste plenário, derrotados nas idéias, derrotados nas posições, mas na defesa do que é vital para o País. Falta à Presidência da República coragem para enfrentar temas relevantes como a reforma trabalhista, essencial para fortalecer a relação entre empregado e empregador e gerar mais empregos, e a reforma tributária. Parece-me que o Palácio não gosta de enfrentar ondas, quer viver nas marolas do Lago Paranoá, longe das ondas de um oceano, ondas essas que precisam ser enfrentadas para ajudar o País a crescer. A Oposição está cumprindo seu papel e espera que o Governo traga, além da retórica do PAC, temas que possam ajudar a reestruturar e a reformar pontos importantes para o País. Parabéns a V.Exa.

O SR. JÚLIO REDECKER - Obrigado, Deputado Bruno Araújo.

Ouçó o aparte do Deputado Domingos Dutra.

O Sr. Domingos Dutra - Deputado Júlio Redecker, obrigado pela oportunidade de apartear-lo. Nesses 90 dias que estamos convivendo, tenho observado suas intervenções desta tribuna. Confesso que respeito e admiro as intervenções claras e fortes de V.Exa. No entanto, V.Exa. está sendo bastante injusto com o Governo. Não tenho visto ambiente mais aberto e democrático como o que vivemos. O Congresso funciona sem nenhuma pressão do Executivo; o Poder Judiciário toma suas decisões sem qualquer interferência; o Ministério Público investiga insistentemente atos do Governo; a Polícia Federal, órgão do Executivo, age livremente, prendendo pessoas de todo tipo de posição social e de

função pública; as centrais sindicais manifestam-se livremente, assim como os partidos. Portanto, não vejo o caráter autoritário que V.Exa. menciona dessa tribuna. Por outro lado, a tevê pública, necessária, não é estatal, nem é do Governo, é do povo, com programação cultural que dá vazão à cidadania. Num país democrático como o nosso, as empresas privadas têm liberdade de organizar seus canais de tevê e rádio. Não vejo o caráter autoritário de se organizar uma tevê pública. Aqui mesmo nesta Casa vemos um exemplo de democracia. Embora sendo estatal, o programa *A Voz do Brasil* divulga, sem nenhuma censura, tudo o que falamos. A *TV Câmara* possibilita a milhões de brasileiros uma programação sem violências, o que nem sempre temos visto nas tevês privadas. Discordando de V.Exa., não vejo nenhum caráter autoritário na tevê pública no País, pois ela dá vazão à cidadania, com uma programação cultural diversificada, sem nenhum tipo de ofensa ou cerceamento aos canais privados, que hoje funcionam livremente. Agradeço a V.Exa. a oportunidade de apartear-lo.

O SR. JÚLIO REDECKER - Agradeço a todos os Deputados os apartes. É uma grande alegria ouvir principalmente aqueles que concordam conosco, mas também aqueles que de nós discordam, porque, a partir do contraditório, poderemos melhorar as instituições e as relações pessoais entre a Oposição e o Governo, sempre objetivando o melhor para o nosso País.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a tolerância. Pretendo voltar à tribuna para tratar do modelo de governo que penso ser melhor e das responsabilidades que o PSDB tem para com este País e seu futuro. Em outra oportunidade aqui estarei não só para declarar aquilo com que não concordamos em relação ao atual Governo, mas, principalmente, também para dizer como poderemos fazer melhor aquilo que o atual Governo vem realizando. No momento, toda a América Latina cresce mais que o Brasil, gera mais emprego e renda. Infelizmente, nós Deputados da Oposição sentimos a mesma vergonha que os Deputados do Governo sentem pelo fato de sermos os lanternas do crescimento, apesar de este País contar com tantas virtudes, com homens e mulheres capazes e muitas riquezas naturais.

Muito obrigado.

Documento 94/111

108.1.53.O

Publ.: DCD - 5/16/2007 - 23393

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

15/05/2007-16:16

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Equívocos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva na aplicação dos recursos públicos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, em sua segunda entrevista coletiva, o Presidente Lula fez uma afirmação sobre a qual cabe tecer alguns comentários. S.Exa. disse: *"Estou quase atingindo a perfeição, e posso chegar lá"*. Parece que o Presidente se atribui o poder de elevar-se à divindade, talvez influenciado pela recente visita papal - mas a verdade é que já havia dito, no Rio Grande do Sul, que a saúde pública está à beira da perfeição. A criação da TV estatal, que consumirá inicialmente R\$250 milhões de reais, e R\$400 milhões até a finalização do processo de implantação, certamente é mais uma etapa dessa caminhada rumo à perfeição.

O Presidente está bem guardado no seu mandato, no seu cargo, com o seu salário e a sua estrutura. Mas será que a perfeição do Presidente, com sua política de juros altos e dólar baixo, é a mesma do trabalhador da indústria do calçado, que está sem emprego porque as empresas não conseguem competir no mercado internacional e perdem oportunidades no mercado interno, uma vez que a China consegue vender aqui seus produtos a preços mais vantajosos? Será que a estatal que vai transmitir a opinião do Governo a um custo de R\$400 milhões é importante para a democracia?

A TV estatal será, isto sim, um órgão oficial, chapa-branca, do Governo. Ninguém consegue demover-me das minhas convicções. Lembro-me da primeira batalha do Governo contra a imprensa livre; foi um trabalho meticuloso e calculado, do então Ministro Luiz Gushiken, à frente da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Quem não se lembra da centralização operada nos regulamentos das verbas de publicidade de todo o Governo? Após essas iniciativas de controle total do setor, quando foi editado o decreto que submeteu todas as áreas de comunicação, inclusive das empresas estatais, ao comando e à supervisão da SECOM, seguiram-se as batalhas frontais do Governo contra as críticas, às quais ele tem aversão.

Talvez tenha sido por isso que, na primeira tentativa de televisão estatal, o Governo propôs a criação

de um conselho autárquico, que seria mais uma entidade corporativa, com a nomeação de companheiros para cargos de direção, bem ao gosto do aparelhamento do Estado. O pretexto desse projeto era fiscalizar o exercício da profissão jornalística e intervir na concessão dos registros profissionais e no funcionamento da mídia.

Quem precisa de imprensa controlada? O que pretendia o Governo Lula com aquele aparato que restringia a liberdade de expressão? Facilitar a expulsão de jornalistas estrangeiros seria um desses propósitos? Até hoje o Governo não deu uma explicação aceitável, limitando-se a atribuir a responsabilidade da iniciativa à Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, que, de forma estranha, consentiu. Bem, se foi mesmo iniciativa da FENAJ, o Governo não a rejeitou. Aceitou-a e deu-lhe o devido encaminhamento.

O alívio que experimentamos por aquela derrota do Governo durou pouco. Logo veio a proposta de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual. Dessa vez a razão alegada para o novo organismo estatal foi a de "estimular a produção cultural nacional". Mas a real intenção, descoberta e denunciada pelos artistas e profissionais do setor, era bem outra; eles gritaram em protesto contra o que descobriram nas entrelinhas do regulamento: estavam lá, disfarçados, velados, vários instrumentos de censura.

A aversão do Governo à crítica é ilimitada. Uma nova batalha contra a imprensa entra agora no terceiro tempo, com esse projeto da TV estatal, que o Governo quer chamar de TV pública. Pública nada! Se aprovada, será um instrumento de propaganda do Governo ao custo, como já foi dito, de R\$400 milhões, dinheiro público, para dar emprego a companheiros!

Trata-se de uma estratégia que se amplia em forma e em mentalidade. A Fundação Nacional da Saúde - FUNASA também está montando sua rede de TV, que vai custar R\$71 milhões, como já denunciei. Certamente será divulgada nessa rede de TV a versão oficial para a morte de crianças índias por falta de alimentos e remédios.

É uma barbaridade, Sr. Presidente, essa manifestação do Presidente, colocando-se próximo à divindade, chegando à perfeição, como se Deus fosse. Estamos assistindo boquiabertos, mais uma vez, a essa tentativa do Governo de construir sua propaganda alicerçada numa TV estatal.

O Presidente pode até ser bom de propaganda, mas é ruim de gestão. A própria TV da FUNASA já está sendo investigada pelo Tribunal de Contas, porque uma só empresa não pode receber ambas as responsabilidades, a de estabelecer o conteúdo dessa TV e a de colocá-la em funcionamento.

Sr. Presidente, há preocupações maiores: os desempregados do Vale dos Sinos, do setor coureiro-calçadista, do setor moveleiro, do setor metal-mecânico, do setor de confecções. Se o Presidente está chegando à perfeição, muito longe dela estão os chefes de família que hoje experimentam o desemprego por causa daquele que outrora representou os trabalhadores, mas deles se esqueceu. Mas o Presidente entende que mais importante do que ajudá-los a recuperar o trabalho e a dignidade é fazer propaganda explícita gastando R\$400 milhões numa TV que mais uma vez divulgará atos que o Governo não praticou em favor do povo brasileiro.

Sr. Presidente, isso é demais. Se somarmos os R\$400 milhões da TV pública aos R\$71 milhões da TV FUNASA, teremos quase meio bilhão de reais. O que esse dinheiro produziria, se injetado na economia para gerar emprego e renda? Será que gerar propaganda de fatos nem sempre verdadeiros é o melhor? É o caso do PAC, programa a cuja aprovação nós da Oposição não apresentamos obstáculos, para que o Presidente pudesse ter os instrumentos necessários para promover o crescimento econômico. Entretanto, S.Exa. prefere fazer demagogia barata criando uma TV que repetirá à exaustão verdades que não existem, mas que de tanto se repetirem poderão tornar-se verdades no inconsciente coletivo.

Dessa forma, Sr. Presidente, a Oposição denuncia todos esses atos que não vêm em favor do povo brasileiro e que mostram que o Governo não gerencia adequadamente os recursos desta Nação.

Documento 95/111

003.1.53.N

Sessão Extraordinária - CN

16/05/2007-00:00

Publ.: DCN - 5/17/2007 - 1075

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CONGRESSO NACIONAL

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da Emenda 18, destacada, ao Projeto de Lei 01 de 2007-CN (Altera os arts. 2º e 3º da Lei 11.439 de 2006, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 - LDO), que trata de repasse aos Estados de percentagem dos recursos do superávit primário para aplicação na área de

segurança pública. Ponderações sobre a crise na segurança pública e a falta de empenho do Governo para solucionar a questão.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB - RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, quer-me parecer, Presidente - e acredito que com a concordância de V. Ex^a -, que, aqui, neste plenário, e também naquela Casa, no Senado, temos ouvido falar em segurança pública. Talvez alguns Estados brasileiros não tenham como prioridade atender à segurança pública, mas não acredito nisso. Segurança pública, hoje, é preocupação de todos os governantes e de homens e mulheres que moram neste País.

Quando o Governo Federal apresenta um PAC, perguntamos: "E os recursos para atender aos esforços desta Casa e do Senado, do Congresso Nacional, no sentido de promover votações de projetos que aprimorem o exercício da segurança pública por meio do aparelho do Estado"?

Dizemos que estamos trabalhando nessa direção. Quando vemos que o Governo Federal alimenta na população a esperança de inclusive criar um PAC para a segurança pública, ele comete o mesmo erro que cometeu no PAC atual: não consultou os governadores.

Não há nenhuma atuação conjunta com os Estados para dar organicidade a esse programa, que visa a acelerar o crescimento econômico e a retirar o Brasil da posição vergonhosa de "lanterninha", entre todos os países da América do Sul em processo de crescimento econômico.

O País que menos cresce, o qual está sob a gerência do Presidente Lula, infelizmente, é o Brasil!

Por isso, Sr. Presidente, queremos ver recursos destinados para a segurança pública. Daí por que, nesta Emenda nº 18, destacamos 25% desses recursos para a infra-estrutura e também para a segurança pública, recursos que serão administrados pelos Estados.

Sr. Presidente, é inconcebível que o Fundo Nacional de Segurança Pública, que o Fundo Nacional do Sistema Penitenciário tenham executado do Orçamento anterior apenas 30% na média! Os recursos executados pelo Governo Federal - o Presidente Lula e a sua base têm de se explicar aqui - não servem para resolver os problemas criados no sistema penitenciário no Estado de Rondônia na questão do Urso Branco. Caso tenha de se criar vagas para aqueles que já estão condenados, os recursos desses dois programas serão insuficientes para atender o Estado de Rondônia.

Cabe também aqui falar dos demais Estados. Há pouco falávamos da falta de recurso para o Estado de Alagoas comprar sequer um helicóptero para atender à segurança pública. Não dá mais para o Governo continuar dizendo "que segurança pública é prioridade", quando ele não dá prioridade à segurança pública. E, na Oposição, ficamos reféns do desvirtuamento de muitos acordos aqui firmados.

O Governo diz que vai discutir - quero dizer que acredito na boa vontade política do Presidente Renan Calheiros, na boa vontade política da Senadora Roseana Sarney, na boa vontade política do Ministro Francisco Dornelles, mas quero saber quais serão os recursos destinados para que possa haver um combate à criminalidade no Brasil, dando condições plenas para que os órgãos de segurança, aparelhados nos Estados e na própria União, tenham condições de responder às demandas da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, queremos votar. Queremos que o Governo diga se algum Parlamentar do Governo, da sua base, tem condições de indicar quais são os recursos previstos para investimentos na segurança, e não na força nacional, que está no Rio de Janeiro, e em nada melhorou a qualidade da segurança pública, tendo em vista os poucos recursos humanos e financeiros.

Essa é a realidade.

O Governo deveria, Sr. Presidente, hoje, aqui debater conosco também e dizer qual é a sua vontade para atuar na defesa da integridade física de todos os brasileiros; qual o espaço econômico no Orçamento, com um superávit R\$40 bilhões renunciado para este ano, que o Governo apresenta à sociedade com o fim de dizer que ele, Governo, não tem apenas boas intenções, mas que é um Governo de realizações, de verdades, de recursos otimizados e colocados a favor da sociedade brasileira para cumprir com suas responsabilidades?

Daí por que, Sr. Presidente, peço aos nobres colegas Congressistas - Senadores e Deputados - que votem, favoravelmente, à emenda, porque teremos condições de compensar, no PAC, as obras atrasadas, as que estão em andamento nesse momento, por meio do superávit que será realizado até o final do ano e que até agora já chegam a quase R\$12 bilhões.

Sr. Presidente, assim sendo, fomos movidos a apresentar essa emenda, para que o Governo possa dizer, verdadeiramente, à sociedade brasileira que segurança não é apenas discurso neste Plenário, ou nas palavras do Presidente, mas que segurança é também uma necessidade, e que a temos de demonstrar com o Estado oferecendo condições necessárias para a sua realização.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Descumprimento pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da promessa de duplicação do valor do salário mínimo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando a questão é salário mínimo, lembro-me de que o Deputado Paulo Renato disse há pouco que o Governo é muito conservador. Além de ser conservador, é esquecido, porque promete, se esquece e não cumpre.

O Presidente Lula prometeu - uma de suas tantas promessas -, na campanha eleitoral de 2002, dobrar em termos reais o valor do salário mínimo em seu mandato. Cremos, Sr. Presidente, que essa promessa deveria ter sido concretizada até 2006. Isso significaria dar reajustes acima da inflação medida pelo INPC, dobrando-se o valor do salário mínimo naquele momento. Em outras palavras, o salário mínimo deveria ter saído do patamar de 200 e ido para o de 400 reais. Seria dobrado o valor nominal. A partir daí, seria atualizado pela inflação observada no período.

No primeiro mandato, de 2003 a 2006, a inflação medida pelo INPC ficou em 39,4%. Com efeito, o salário mínimo deveria ser, para atender à promessa do Presidente Lula, de 560 reais no fim do seu mandato. Ora, a que valor chegou no final do mandato do Presidente? Trezentos e cinquenta reais. Com esse salário mínimo de apenas 350 reais no final do mandato e considerando-se a inflação de 2006 - 3,34%, pelo INPC -, certamente a recuperação do valor real no período foi de 25,52%, ou seja, o Presidente faltou com a verdade perante seus eleitores e o País em 75% da sua palavra. O Presidente, portanto, não tem palavra quando se trata do reajuste do salário mínimo, não cumpriu as promessas feitas no primeiro e no segundo mandato.

Vejam V.Exas. que, com efeito, a título de aumentos reais a serem concedidos ao salário mínimo em 2008, em fevereiro de 2009, em janeiro de 2010 e em janeiro de 2011, será utilizada a taxa de variação real do PIB de 2006, 2007, 2008 e 2009, ou seja, referente a 2 anos anteriores àquele em que se dará o reajuste. Com esse ridículo aumento real do PIB, que põe o País na lanterna do crescimento na América Latina - o Brasil é o país que menos cresce -, o Presidente está condenando aqueles que recebem salário mínimo a receber vergonhosos reajustes.

Temos visto um péssimo desempenho da economia, apesar do cenário de céu de brigadeiro - que, aliás, não é aquele que estamos vendo na CPI do Apagão Aéreo - em que o Governo Lula tem atuado. Sr. Presidente, necessário se faz observar que, caso as taxas esperadas para o crescimento do PIB não sejam alcançadas e a variação do crescimento da economia brasileira seja menor do que a prevista nas metas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o aumento do valor real do salário mínimo será inferior ao esperado, e ele não chegará aos 530 reais projetados.

Ademais, tomando-se ainda como base a promessa feita na campanha de 2002, a de dobrar o poder de compra do salário mínimo, ele deveria ser fixado, em 2007, não em 380 reais, mas em 572 reais. A questão é que a base do Governo não está preocupada em cumprir promessas. Para que cumprir promessas? Cumprir promessa para quê? O importante não é honrar a palavra!

Se o Presidente cumprir sua palavra e conceder os reajustes contidos no PAC, o salário mínimo chegará a 530 reais, valor menor do que o que deveria ter sido pago no último ano do primeiro mandato do Presidente Lula.

É lógico que o Presidente Lula prometeu. Mas não cumpre!

Além disso, para que o salário mínimo recupere 100% do seu poder de compra, no final do Governo Lula, em 2011, ele terá que ser de R\$666,56.

Lamento que o Presidente da República tenha faltado com a verdade perante a Nação ao prometer que dobraria, ainda no seu primeiro mandato, o valor do salário mínimo, o que não fez, e neste momento atrele o reajuste ao medíocre desempenho da economia.

Documento 97/111

117.1.53.O

Sessão Ordinária - CD

22/05/2007-16:14

Publ.: DCD - 5/23/2007 - 25539

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Defesa de transparência da Casa e de aprofundamento das investigações relativas à Operação Navalha, realizada pela Polícia Federal. Expectativa de esclarecimento de denúncias de irregularidades relacionadas ao PT. Apoio ao pedido da Presidência de cópia dos autos concernentes ao tema para ciência, pela Casa, de acusações contra Parlamentares em decorrência da Operação Navalha.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna nada tem a ver com a medida provisória ora em apreciação. O que me traz aqui são as ações da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, todas louváveis no sentido de esclarecer, de aprofundar a investigação sobre as mazelas da corrupção que permeiam o aparelho do Estado.

Agora o Brasil inteiro vê a Operação Navalha, que tem de cortar para fora e para dentro. E esta Casa, mais uma vez citada, tem de fazer com que a transparência possa proteger todos os Parlamentares e a reputação do Parlamento.

Quando a Polícia noticia o envolvimento de empresários, de políticos, de Ministros, de Parlamentares, acreditamos que este Poder, como bem V.Exa. sabe, Sr. Presidente, só se protegerá com a transparência completa e o aprofundamento das investigações.

Na semana passada, em um telejornal, o Ministro Tarso Genro dizia que é importante a operação, mas, ironicamente, complementava afirmando que, assim, haveria mais dinheiro para o PAC.

Penso que é fundamental haver recursos para o PAC, mas temos de saber onde foi parar o dinheiro, por exemplo, que o partido do Ministro, no Rio Grande do Sul, recebeu: 1,2 milhão de reais - 900 mil foram transportados por ônibus, e outra quantia foi apreendida no aeroporto. Queremos saber se esse dinheiro, destinado a pagar campanhas do seu partido, também voltará para o PAC?

Quero saber se o dinheiro que pagou a conta milionária em favor do Sr. Duda Mendonça, marqueteiro da campanha do Presidente, também vai voltar para o PAC.

Sr. Presidente, há também o dinheiro - ninguém sabe de onde veio - destinado ao pagamento do dossiê dos aloprados contra José Serra, em São Paulo. De onde veio esse dinheiro?

A nossa competente Polícia Técnica certamente pode ajudar a saber onde estão esses valores.

Agora um Governador de Estado e uma Ministra aparecem passeando, na Baía de Todos os Santos, no iate do dono da Construtora Gautama, empresário Zuleido Veras. Eu não sabia que entre seus negócios estava também o de aluguel de iates! Não conheço nenhum empreiteiro que alugue iate! E a Ministra, inadvertidamente (não sabendo, ou sabendo, não faço juízo de valor), acabou dando um passeio com o Governador (também não sabia, alugou, depois não alugou) no iate desse grande empreiteiro.

Aqui, Sr. Presidente, vários Parlamentares, à boca pequena, estão sendo nominados participantes ou beneficiários. Muitos precisam defender a honra, porque nada têm a ver com isso, e outros talvez até tenham. Agora, para defender a Casa, não podemos permitir que a cada dia se vaze o nome de um ou de outro, temos de tomar providências para que aqueles que devem paguem a conta, e não importa o partido a que estejam filiados.

A Oposição é favorável à instalação da CPI. Assinei o requerimento para sua instauração, e o assinarei novamente se necessário for. Todos os mecanismos de investigação não podem, neste momento, deixar de ter o apoio desta Casa, para aprofundarmos as investigações e limparmos a honra daqueles que nada devem e nada temem. Não se pode ficar na bruma de acusações sem fundamento, sem endereço certo, sem CPF definido.

Sr. Presidente, V.Exa. certamente toma atitude correta quando pede cópia dos autos da Polícia Federal em relação a esse assunto, a fim de que esta Casa deles tome conhecimento, por meio de comissão de alto nível. Digo isso porque não se pode falar deste Parlamento sem que ele conheça a verdade dos fatos.

Tenho fé na Justiça, no Ministério Público, nos homens e nas mulheres corretas desta Casa. Teremos condições de passar a limpo, mais uma vez, este Poder. Todos os outros Poderes também devem ser investigados profundamente, porque a corrupção não tem origem neste Parlamento. Não é o Legislativo que libera os recursos que irrigam obras utilizadas para pagar propina.

A autoridade que permite a liberação de recursos não está aqui, mas no Executivo, o qual tem sua parcela de culpa e deve assumi-la.

Somente com transparência poderemos separar o joio do trigo. É isso que o povo brasileiro deseja de nós, a quem cabe defender este Parlamento acima de tudo.

Sumário

Imediata votação da proposta de recomposição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM em 1%.
Descumprimento pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da promessa de campanha eleitoral sobre o reajuste do salário mínimo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para ajudar o Presidente Lula a cumprir suas promessas. Uma delas, feita aos Prefeitos, era a de que iria aprovar, ou melhor, mandar este Poder aprovar a concessão de 1% de reajuste do FPM - e como estamos tentando ajudá-lo a cumprir seus compromissos, queremos votar esta noite também a medida provisória que trata da matéria.

Estamos discutindo agora o salário mínimo - objeto de outra promessa do Presidente.

Sr. Presidente, o salário mínimo, que era, à época em que Lula assumiu, de 200 reais, se tivesse sido reajustado de acordo com o valor de compra mais a inflação, teria duplicado, mas hoje é de apenas 380 reais. E, com a pretendida modificação dos critérios de reajuste, os trabalhadores que dependem de salário mínimo terão mais perda.

Segundo a atual sistemática, o Congresso Nacional conseguiu, nesse período, acrescentar 52 reais ao salário proposto pelo Executivo - e apenas por isso ele é hoje de 380 reais, do contrário, seria menor -, para permitir que o Presidente Lula cumpra a sua palavra e duplique o valor real do salário mínimo.

Agora, o Programa de Aceleração do Crescimento muda a sistemática do reajuste do salário mínimo.

Veja V.Exa. que, se essa sistemática tivesse sido aplicada desde o início do Governo, hoje o salário mínimo seria equivalente a 295 reais.

Sr. Presidente, Líderes da base do Governo afirmam que o reajuste do salário mínimo já está acertado com as centrais sindicais, aqui representadas por homens e mulheres. Será que eles virão ao microfone para dizer que apóiam esse mecanismo de redução do ganho real do salário mínimo e que, além de tudo, jamais ajudará o Presidente Lula a cumprir a promessa feita ainda em seu primeiro mandato de duplicar o valor real do salário mínimo?

Parlamentares da base fazem um comparativo com o salário mínimo de abril de 2002, que valia 200 reais, e dizem que o Governo duplicou não o seu valor, mas sua capacidade de compra de cestas básicas. No entanto, se convertermos 200 reais pelo valor da cesta básica nominal, que era de 116 reais e 23 centavos, o salário mínimo seria equivalente a 1 real e 72 centavos. Hoje, em maio de 2007, com o valor nominal da cesta básica em 166 reais e 3 centavos e o salário mínimo em 380 reais, a matemática não funciona, porque o valor encontrado para o mínimo é de apenas 2 reais e 29 centavos. Se o Presidente Lula tivesse cumprido a sua promessa e hoje o salário mínimo fosse de 571 reais e 37 centavos, que é a duplicação do seu valor real mais a inflação do período, em relação à cesta básica, corresponderia a 3 reais e 44 centavos. Ou seja, aí sim, o Governo teria dobrado o valor de compra do salário mínimo.

Mas, agora, vem aqui a base do Governo e diz que tudo já está acertado com as centrais sindicais.

Quero, com todo o respeito, dizer que as centrais sindicais - se esse é o posicionamento delas - não representam aqueles que dependem do salário mínimo, porque elas estão aprovando a retirada do poder de compra do salário mínimo do trabalhador.

Aqueles que falam em nome dos trabalhadores, mas lhes sonegam um salário digno, um salário que permita ao Presidente da República cumprir a sua palavra precisam vir a esta tribuna defender essa barbaridade que retira dinheiro do sustento do trabalhador.

A base de apoio deste Governo tem de aceitar o convite da Oposição, porque nós queremos ajudar o Governo. Nós, a Oposição, repito, queremos ajudar o Presidente Lula a dobrar o valor do salário mínimo. E o Presidente deve cumprir a sua palavra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 99/111

119.1.53.O

Publ.: DCD - 5/24/2007 - 26160

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD

ORDEM DO DIA

23/05/2007-20:30

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Considerações sobre a reunião de Líderes realizada pela Presidência para debate da repercussão na Casa dos sucessivos escândalos de corrupção envolvendo agentes políticos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as manifestações aqui feitas talvez demonstrem a força que todo o povo brasileiro tem ao resistir diariamente às agruras de suas vidas, a força da sua luta para vencer as dificuldades e a esperança que deposita em seus irmãos e na nacionalidade.

Disse a V.Exa. e aos colegas do Colegiado de Líderes hoje pela manhã ser fundamental que esta Casa exerça as funções que nem o Poder Executivo nem o Poder Judiciário têm condições, que é fazer leis que ponham um freio de arrumação nessa situação que envergonha a todos nós.

Não há nesta Casa espírito de corpo que produza cumplicidade de uns com outros que não sabem respeitar as leis nem seus colegas. Temos o compromisso, a partir de hoje, no início desta Legislatura, de colocar nossas vontades e as forças da Oposição e do Governo para demonstrar que neste Poder o Brasil encontrará as respostas para corrigir o rumo.

Sr. Presidente, não falamos de coisas agradáveis. O tratamento que deve ser dedicado aos corruptos e aos corruptores deve ser grave. Aqueles que praticaram atos de corrupção para ganhar contratos públicos devem ser execrados de qualquer licitação quando comprovado o ilícito. Aqueles outros que enriquecem ilicitamente, em detrimento daquele que espera serviços públicos, daquele que espera correção das suas autoridades, deve ser penalizado no seu patrimônio.

Dizia a V.Exa. que essa será não uma operação de mãos limpas, mas uma operação de coragem desta Casa. Disse também, com todo respeito, que V.Exa., sozinho, não teria forças para empreender esse trabalho, em nome do Poder Legislativo. Mas tenho a certeza de que a força de cada um dos 513 homens e mulheres que compõem este Parlamento lhe darão a necessária energia para, juntos, empreendermos não uma caminhada moralizadora, mas que reporá ao Brasil a confiança no Legislativo.

Este Poder é a representação da nacionalidade. Este Poder tem que se pôr de pé. Este Poder tem que responder à sociedade que começa a desacreditar em tudo e em todos. Por isso, talvez, V.Exa. falou na catarse. Aliás, aquele foi um dos melhores momentos que vivi na minha vida parlamentar, porque ali não me senti na briga diária de Governo e Oposição, do certo e do errado, de quem tem ou não razão. Aqueles que têm razão são todos os brasileiros que esperam de nós uma reação à altura das suas expectativas.

V.Exa. tem a sorte de neste momento estar sentado nesta cadeira, mas também a coragem de, junto com esta Casa, começar a corrigir os erros da nossa Instituição. Nós temos de dar o exemplo. A Câmara dos Deputados não pode deixar de usar a tão falada navalha para cortar na sua própria carne e demonstrar que aqui a transparência é a única arma de defesa do caráter e da moral de todos os homens e mulheres que aqui fazem vida pública por opção, porque têm orgulho de representar o seu eleitorado, a sua região, o seu Estado.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que este será o grande momento da Câmara dos Deputados. Esta Casa reviverá, em tantos nomes que aqui orgulharam a todos nós na sua história e ao povo brasileiro, a reedição de um momento que teremos muito orgulho de contar aos nossos filhos que, muitas vezes, sentem-se envergonhados ao ver a inanição deste Poder. *(Palmas.)*

Documento 100/111

126.1.53.O
Publ.: DCD - 5/30/2007 - 27186
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD
ORDEM DO DIA

29/05/2007-16:08
JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Pedido à base governista de votação da proposta de emenda à Constituição sobre a recomposição do Fundo de Participação dos Municípios em 1%. Repúdio ao fechamento da Rádio Caracas Televisão pelo Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Defesa de não inclusão da Venezuela como membro pleno do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez assomo esta tribuna para ajudar a base do Governo. O Presidente Lula prometeu aos Prefeitos a transferência de 1% do FPM. Além dessa importante matéria, que é a

Emenda nº 7, que ajuda economicamente Estados e municípios, não podemos esquecer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por mais de uma vez, prometeu aos Srs. Prefeitos - homens e mulheres de bem, que esperam que o Presidente da República cumpra o que disse na reunião com os Prefeitos - que iria ordenar à base aliada votar a recomposição do FPM. Aliás, eu quero saber quem são os rebelados contra o Presidente Lula que não permitem que S.Exa. cumpra com sua palavra. Mas a Oposição quer ajudar o Presidente Lula a cumprir sua palavra. Um Presidente não pode ser desmentido, não pode faltar com a sua palavra, não pode fazer com que a sua base não respeite a sua vontade e a palavra empenhada.

Presidente Lula, chame a sua base e a convença de que é necessário que se vote a recomposição do FPM em 1%. Certamente as entidades representativas dos municípios devem estar apavoradas, aliás, todo o Brasil, com um Presidente que não consegue realizar sua vontade por rebeldia da sua base.

Portanto, peço à base aliada que ajude o Presidente Lula a cumprir a sua palavra.

Por outro lado, tenho que falar um pouco da minha insatisfação. Não vejo nenhum daqueles Democratas, que bradavam da tribuna desta Casa contra qualquer atitude contrária à democracia, se manifestarem. Hoje eles se calam diante da decisão do Presidente Hugo Chávez de fechar a TV *Radio Caracas Televisión* -RCTV, com 53 anos de existência, a única que permitia o contraditório, impedindo qualquer oposição de se comunicar com a sociedade.

Onde estão o Presidente Lula e seus seguidores que não defendem aqui o exercício democrático, o direito ao contraditório, a oportunidade de expressarem idéias diferentes?

A Venezuela, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está esperando a votação nesta Casa para ser admitida como membro pleno do MERCOSUL. Até o momento, somente o Uruguai aprovou a integração da Venezuela ao MERCOSUL; Argentina, Paraguai e Brasil ainda não.

Quero pedir aos colegas Parlamentares, enquanto a Venezuela não respeitar as diferenças, o contraditório, a voz das ruas, a oposição, que não aproveamos nesta Casa nenhuma medida de integração da Venezuela ao MERCOSUL, porque isso é dar o braço à ditadura, ao totalitarismo, à inversão dos valores democráticos. Aliás, não acredito que o PT tenha esquecido, e muito menos a base de apoio do Presidente Lula, de tudo isso.

Vemos que hoje tem gente que idolatra um Presidente da República que amassa a opinião contrária, que não permite o jogo democrático e usa sua influência para tentar pregar que essa é a revolução bolivariana da integração, da não segregação, da inclusão, em que não há respeito à opinião alheia.

Por isso, Sr. Presidente, considero fundamental que estejamos atentos a não permitir que se aprove a inclusão plena da Venezuela no MERCOSUL, enquanto não estiver cumprida uma das exigências básicas do acordo do MERCOSUL, que é a cláusula democrática. Nós sabemos, é só fazer uma breve análise, que na Venezuela não há democracia.

Se a Venezuela não respeita a democracia, a opinião diversa, o contraditório, ela não pode ser membro pleno do MERCOSUL, porque a cláusula democrática exige que tenhamos plena democracia e também o exercício do contraditório.

Por isso, Sr. Presidente, assumo esta tribuna pela segunda vez, como Líder da Oposição, para colaborar com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É muito feio o Presidente de uma nação do tamanho do Brasil, com a aprovação popular que teve na eleição presidencial, não cumprir sua palavra, porque a base não o obedece, ou porque sua fraqueza está demonstrada por não saber governar. Já sabíamos que o Presidente é mau gerente das coisas de Estado. Politicamente, isso é uma vergonha para todos nós.

Documento 101/111

127.1.53.O

Sessão Ordinária - CD

30/05/2007-16:12

Publ.: DCD - 5/31/2007 - 27439

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Ponderações sobre os termos do acordo de procedimento para votação da reforma política. Pedido à Presidência de votação de projetos sobre a reforma política observado o cronograma estabelecido. Conveniência de votação de propostas de emendas à Constituição sobre a recomposição do Fundo de Participação dos Municípios em 1% e sobre a extinção do voto secreto nas deliberações do Poder Legislativo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em breves palavras, embora V.Exa. já tenha se referido ao acordo realizado pelas Lideranças na sua casa, nas 2 reuniões e anteriormente também na Presidência, foi encontrada a

maneira mais democrática de fazer com que a possível reforma política nesta Casa seja decidida com a participação de todos os Parlamentares.

Quando da rejeição das matérias em tramitação e a renumeração do parecer do Deputado Ronaldo Caiado, foi acordado que daríamos prazo. E em muito bom tempo, V.Exa. estabelece que, a partir de agora, inclusive na semana seguinte, haverá prazo para que os Deputados se manifestem por intermédio de suas bancadas. Inclusive aquelas que não têm número para promover as emendas poderão fazê-lo com o apoio dos partidos maiores.

A questão fundamental, Sr. Presidente, é que a decisão do Colégio de Líderes, suportado por V.Exa., traz a esta Casa a democratização do tema, para que cada um de nós possa, livremente, votar o mérito de acordo com suas crenças, com o que é melhor para os próximos episódios eleitorais.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que votemos esses projetos que envolvem a reforma política dentro do cronograma estabelecido e agora lembrado por V.Exa., porque, se as Lideranças dos partidos deram suas palavras representando suas bancadas, já houve a conversa interna para que elas tivessem a possibilidade de, representando seus representados, lá empenhassem a palavra, a fim de que democratizássemos a decisão com os Parlamentares que não participaram da Legislatura passada, da Comissão e das decisões que formularam o parecer do Deputado Ronaldo Caiado.

Por isso, Sr. Presidente, além desses temas de fundamental importância, e, na minha opinião, prioritários, se sobrar oportunidade e a Liderança do Governo achar que tem número para votar, porque essa talvez tenha sido a preocupação da Liderança do Governo, podemos tratar também da transferência de 1% ao FPM.

Sr. Presidente, lembro conversa que mantive com o Líder Chico Alencar para também apreciarmos o voto aberto, já há muito tempo de conhecimento desta Casa e que se encontra na pauta.

É fundamental que, na sequência, desempenhemos essa responsabilidade.

Cumprimento V.Exa., porque tenho certeza de que, sem a decisão e a força de vontade da Presidência desta Casa, jamais teríamos a reforma política, a mãe de todas as reformas do ponto de vista do Poder Legislativo.

Documento 102/111

128.1.53.O

Sessão Extraordinária - CD

30/05/2007-18:46

Publ.: DCD - 5/31/2007 - 27476

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Caráter insustentável da permanência do Senador Renan Calheiros na Presidência do Senado Federal, em razão de acusações de envolvimento em irregularidades com empreiteiras investigadas pela Polícia Federal.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço um apelo em defesa da nossa instituição. Nada tem a ver com questões políticas, pessoais ou partidárias.

Os escândalos do mensalão e dos sanguessugas contribuíram para classificar a Legislatura antecedente como a pior desde a Proclamação da República.

A edição da revista *Veja* que circulou no último final de semana mostrou o envolvimento do Senador Renan Calheiros no topo dos Parlamentares citados nas investigações da Polícia Federal e ainda denunciou o seu relacionamento com representante de uma empreiteira que estaria pagando parte de suas contas pessoais.

O Senador Renan Calheiros é Presidente do Senado Federal, preside as sessões do Congresso Nacional, e esta condição o coloca como o terceiro homem na linha sucessória da Presidência da República. Trata-se de cargo estratégico e carregado de simbolismo no arranjo do Poder em País, razão por que, segundo entendo, não pode pairar sobre S.Exa. qualquer suspeita.

No discurso que proferiu nesta segunda-feira, o Senador expôs parte de sua vida pessoal no conjunto de explicações com que se defendeu da principal acusação da reportagem da revista *Veja*. Foi uma demonstração de coragem que comoveu muitos dos seus colegas, companheiros de partido e familiares presentes.

Todos torcemos para que o Senador Renan Calheiros ultrapasse essa tormenta que o atingiu à frente do mais alto posto do Senado Federal e um dos mais importantes da República.

Porém, Sr. Presidente, permanece a incerteza sobre os elementos de sua defesa diante da sucessão de novas informações que surgem, ora originárias das investigações da Polícia Federal, ora de reportagens em que são fontes seus próprios familiares.

Mais inquietante é a declaração do próprio Presidente do Senado, de que não dispõe de provas, conforme informam hoje vários jornais, a respeito desse episódio.

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*, o Senador não tem como desmentir que a empreiteira Mendes Júnior pagou as despesas realizadas nos anos de 2004 e 2005, referidas pela revista *Veja*.

Sr. Presidente, é meu entendimento que todos concordam que o Senador é inocente até que se prove o contrário. Mas é também o meu entendimento e a minha convicção de que a singularidade do cargo que S.Exa. ocupa exige ritualística compatível com os requisitos institucionais que inspiraram e sustentam os fundamentos da democracia e do princípio primeiro da representatividade popular. É por essa razão que faço apelo para que o Senador Renan Calheiros se afaste do cargo de Presidente do Senado Federal até que se concluem os trabalhos de investigação. Compete ao próprio Senador essa decisão, que terá o reconhecimento de todos e, com certeza, vai reforçar ainda mais a sua imagem de homem público destemido e coerente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito que a coragem demonstrada pelo Senador, em seu discurso de segunda-feira, terá a ressonância devida na sociedade e será balizamento fundamental nos trabalhos dos Srs. Senadores até que tudo se esclareça.

A minha motivação, Sr. Presidente, é uma só: preservar o Congresso Nacional. Em momentos de tensão, como o que atravessamos, é fundamental que coloquemos os interesses das instituições acima dos nossos valores pessoais.

Por isso devemos, nesta Casa, no Congresso Nacional, reagir às generalizações que tentam igualar todos nós, Parlamentares, na mesma vala comum da suspeição. Não devemos permitir que esta Casa seja confundida com eventuais ilicitudes praticadas por alguns de seus membros. A transparência é a melhor defesa, e talvez a única, do Poder Legislativo.

Defendo igualmente, Sr. Presidente, que a Polícia Federal convoque os seus melhores quadros e aplique todos os recursos técnicos de que dispõe e concentre os seus esforços nessa investigação, porque perante a Casa e seus membros não pode pairar nenhuma dúvida.

A sociedade brasileira precisa ser informada o mais brevemente possível dos resultados, de modo a eliminar qualquer dúvida ou suspeição quanto aos episódios vividos pelo País neste momento.

Não basta, Sr. Presidente, o juramento que aqui fizemos no dia da nossa posse. Temos de demonstrar com iniciativas e ações concretas que repudiamos as generalizações. Não devemos e não temos compromisso com ilicitudes. O nosso compromisso é com a verdade, com a justiça, com a transparência e com todos as brasileiras e os brasileiros que acreditam na democracia e em suas instituições, maiores do que aquelas e aqueles que eventualmente os representem.

Documento 103/111

133.1.53.O

Sessão Ordinária - CD

05/06/2007-16:08

Publ.: DCD - 6/6/2007 - 28476

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Matéria publicada pelo jornal Valor Econômico sobre processo em curso de reforma trabalhista por meio de medidas provisórias. Edição abusiva de medidas provisórias no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Defesa do fortalecimento do processo legislativo na Casa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, a imprensa *publicou uma matéria, muito bem escrita, na revista Valor Econômico*, dizendo que a reforma trabalhista virá para esta Casa fatiada em medidas provisórias. Retirar desta Casa a possibilidade de um projeto de lei para fazer a reforma é uma barbaridade.

Quanto à reforma trabalhista, Sr. Presidente, se o Governo tem pressa ou as Centrais querem se esconder atrás das medidas provisórias poderiam pedir aqui, através de projeto de lei, medida de urgência para que esta Casa cumpra suas funções e debata essa questão com profundidade, com a participação de toda a sociedade brasileira, que para cá mandou homens e mulheres com mandato parlamentar para debater essa questão.

O Presidente Lula já está com o hábito da boca torta pelo uso do cachimbo. S.Exa. gosta de medidas provisórias, de medidas excepcionais, como essas que são usadas em matérias de menor importância. Não é o caso da reforma trabalhista; mas também não é o caso de mandá-la para cá por medida provisória, que é uma medida de exceção que não cumpre nem com os pressupostos de relevância e urgência.

A demonstração mais eloqüente da aversão do Governo Lula ao Poder Legislativo está justamente em que essas medidas provisórias tratam de matérias que deveriam antes passar pelo crivo desta Casa. E meu entendimento é de que essa aversão deriva da índole autoritária do Governo, o que a Oposição denuncia e vai continuar fazendo. O número de medidas provisórias há muito já desfigurou o recurso da obstrução, que é, por definição institucional, prerrogativa clássica da Minoria e vem sendo usurpada pelo travamento da pauta de votação da Câmara em razão dos prazos constitucionais previstos para apreciação e votação, como os das matérias que analisamos agora.

Hoje estamos diante dessa situação. De forma calculada e abusada, o Governo controla a pauta do Congresso Nacional, em especial da Câmara dos Deputados. Nem se consideram mais os princípios constitucionais de urgência e relevância, tantas são as situações e as matérias tratadas por meio desse instrumento de excepcionalidade, que se torna sim em mordida aos trabalhos das 2 Casas do Congresso Nacional, a ponto de já ameaçar o equilíbrio entre os Poderes.

Qualquer necessidade, Sr. Presidente, é travestida de urgência, como se viu aqui no caso dos créditos para a reforma agrária a ser promovida pelo Governo boliviano, criação de cargos comissionados, abertura de créditos extraordinários para Ministérios etc. Qualquer texto de medida provisória vira simulacro de relevância. Trata-se de abuso explícito, que, na opinião do Prof. Goffredo da Silva Telles Júnior, "é o maior exemplo de desrespeito à ordem constitucional e a marca mais clara da intromissão de um Poder em outro".

Os números tornam o Governo Lula campeão absoluto em medidas provisórias. No seu primeiro mandato, o Presidente editou 240 MPs, numa média de 5 por mês. Agora, no segundo mandato, o Governo petista já acumula média de 5,9 MPs por mês.

O despudor do Governo de se autonear legislador inquestionável sugere que o Brasil se encontra em estado permanente de emergência ou mesmo em guerra. Nada mais falso e enganador!

Nem mesmo o cenário externo dos últimos 4 anos, ao longo do primeiro mandato do Presidente Lula, suscitou qualquer possibilidade de turbulência. Nem nestes primeiros meses de 2007. Mas o número excessivo de medidas provisórias, que aniquilou os trabalhos legislativos desta Casa nesse período, com a concordância da maioria dos Parlamentares, está produzindo um conjunto de matérias legais cuja qualidade técnico-jurídica escapa ao crivo do contraditório e pode, por isso, criar dificuldades imprevisíveis para o País e até mesmo trazer embaraços e prejuízos tanto para cidadãos quanto para empresas, e até para a própria União.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são Casas de idéias; nelas não cabe o pensamento único. A vontade nas 2 Casas do Congresso, que se traduz na elaboração, discussão e aprovação de leis, é a demonstração genuína do culto ao contraditório, ao pluralismo e, portanto, à democracia.

No Governo ou na Oposição, o PSDB tem compromisso programático contra qualquer tipo de autoritarismo. A origem do PSDB tem laços inalienáveis com as lutas contra o regime militar, e o partido cultua essa herança contra qualquer modalidade de intolerância.

A experiência do PSDB nessas lutas não permite que seus afiliados se iludam com as aparências de ocasião. O PSDB nasceu aprendendo que democracia não se relativiza nem se adjetiva. O poder delegado que o eleitor conferiu a nós, Parlamentares, foi para defender o Brasil e os brasileiros, e não para defender interesses corporativos supostamente disfarçados de projetos ideológicos, graças aos quais são aqui utilizadas medidas provisórias para proteger interesses que deveriam vir a esta Casa para o debate.

Por isso, Sr. Presidente, nós pedimos a esta Casa que reaja às medidas provisórias, para restabelecer o seu poder de legislar.

Documento 104/111

150.1.53.O

Sessão Ordinária - CD

19/06/2007-16:04

Publ.: DCD - 6/20/2007 - 30874

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Incoerência da indicação do Prof. Roberto Mangabeira Unger para o cargo de Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, em face das críticas incisivas proferidas pelo filósofo contra o Governo petista em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as afirmações a seguir foram feitas pelo hoje Ministro Mangabeira Unger, em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 15 de novembro de 2005:

"Afirmando que o governo Lula é o mais corrupto de nossa história nacional."

Corrupção tanto mais nefasta por servir à compra de congressistas, à politização da Polícia Federal e das agências reguladoras, ao achincalhamento dos partidos políticos e à tentativa de dobrar qualquer instituição do Estado capaz de se contrapor aos seus desmandos.

Desde o primeiro dia de seu mandato o presidente desrespeitou as instituições republicanas. Imiscuiu-se e deixou que seus mais próximos se imiscuissem, em disputas e negócios privados.

E comandou, com um olho fechado e outro aberto, um aparato político que trocou dinheiro por poder e poder por dinheiro e que depois tentou comprar, com a liberação de recursos orçamentários, apoio para interromper a investigação de seus abusos.

Afirmo que o governo Lula fraudou a vontade dos brasileiros ao radicalizar o projeto que foi eleito para substituir, ameaçando a democracia com o veneno do cinismo. Ao transformar o Brasil no país continental em desenvolvimento que menos cresce, esse projeto impôs mediocridade aos que querem pujança.

Afirmo que as bases sociais do governo Lula são os rentistas, a quem se transfere os recursos pilhados do trabalho e da produção, e os desesperados, de quem se aproveitam, cruelmente, a subjugação econômica e a desinformação política. E que seu inimigo principal são as classes médias, de cuja capacidade para esclarecer a massa popular depende, mais do que nunca, o futuro da República.

No regime republicano a lealdade às leis sobrepõe-se à lealdade aos homens.

Afirmo que o presidente, avesso ao trabalho e ao estudo, desatento aos negócios do Estado, fugidio de tudo o que lhe traga dificuldade ou dissabor e orgulhoso de sua própria ignorância, mostrou-se inapto para o cargo sagrado que o povo brasileiro lhe confiou.

Afirmo que descumpriam seu juramento constitucional e demonstrariam deslealdade para com a República os mandatários que, em nome de lealdade ao presidente, deixassem de exigir seu impedimento".

Sr. Presidente, a Liderança do Governo e os partidos da base governista devem se manifestar perante essas palavras ofensivas, é verdade, mas publicadas no jornal *Folha de S.Paulo* em 15 de novembro de 2005, pelo hoje Ministro da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo Mangabeira Unger.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as palavras que acabei de ler são de autoria do hoje Ministro de Estado do Governo Lula. A Oposição não ouviu ninguém da base do Governo ou do seu partido pronunciar uma palavra contra esse Ministro que disse tudo isso de seu Presidente. Talvez a base do Governo e seu partido estejam passando-lhe um recibo e dizendo que tudo é verdade. Mas a verdade passa quando não é levada em conta e quando os resultados eleitorais a superam, porque essa é a realidade das palavras do hoje Ministro Mangabeira Unger.

A capacidade do povo brasileiro de perdoar não é menor do que a do Presidente Lula, porque alguém disse de S.Exa. o seguinte:

"Desde o primeiro dia de seu mandato o presidente desrespeitou as instituições republicanas. Imiscuiu-se e deixou que seus mais próximos se imiscuissem, em disputas e negócios privados".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não consigo entender a passividade da base governista, do partido do Presidente da República, ao permitir que um homem assuma o cargo de Ministro tendo de esconder as suas convicções para servir a este Governo.

S.Exa. escreveu essas palavras e agora as assume na condição de Ministro deste Governo? S.Exa. não é melhor nem pior do que o Presidente Lula e do que o Governo que aqui critica; é igual. Esse é o Ministro que assumiu a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

Há homens que não se dobram, que têm idéias e as defendem; e há homens que rasgam inclusive as suas idéias porque preferem não escrevê-las. Mas esse certamente vai ter de usar um mata-borrão.

Hoje S.Exa. é Ministro do Governo que criticou. *(Muito bem. Palmas)*

Documento 105/111

151.1.53.O

Publ.: DCD - 6/21/2007 - 31089

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Solene - CD

HOMENAGEM

20/06/2007-11:15

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 70º aniversário do Grupo Bandeirantes de Comunicação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros dirigentes da Rede Bandeirantes, ilustres familiares do Dr. João Saad, de cuja obra

temos no Rio Grande do Sul grata memória, principalmente pela oportunidade do contraditório sempre oferecida, em todo o Brasil - falo particularmente do Sul porque sou vinculado àquela terra.

Sr. Presidente Arlindo Chinaglia, 2 transmissões da *Bandeirantes* me marcaram muito, além da notícia, da cobertura esportiva, do entretenimento. Uma foi a das Diretas Já. Recordo-me das imagens pioneiras do movimento Diretas Já que a *Bandeirantes* colocou no ar, em todo o Brasil, fazendo com que as aspirações por democracia fossem vistas por todos os brasileiros, essa mesma democracia por que temos hoje de zelar tanto, corroída que está pela impunidade retratada diariamente na imprensa. Não posso esquecer que essa emissora assumiu riscos na transmissão do movimento das Diretas Já, e nos conquistou a todos com as imagens emocionantes das multidões que se formaram em todos os municípios que marcaram aquele momento extraordinário da vida política brasileira. Estão ainda vivas na minha memória as imagens daqueles momentos de comunhão cívica em que o povo saiu às ruas se unindo em torno de um objetivo poucas vezes registrados em nossa história.

A outra transmissão que me marcou foi a primeira em cores que a *Bandeirantes* fez no Rio Grande do Sul: a transmissão da Festa da Uva, em Caxias do Sul. Aquile foi um acontecimento espetacular para os gaúchos. Imaginem pessoas acostumados com o rádio verem a tevê em preto-e-branco evoluir para a colorida. Pois nós vimos a Festa da Uva na imagem gerada pela *Bandeirantes*. O Rio Grande do Sul se orgulhou naquele momento, e certamente a televisão *Bandeirantes* também.

Esses 2 acontecimentos fazem parte do meu repertório de memória e por isso sou grato à TV *Bandeirantes* por essas contribuições, que cultivo com muito carinho.

Registro também a realização do primeiro debate eleitoral que vi pela televisão, em 1989. São marcos definitivos na história da televisão brasileira e para a minha formação, em particular.

Só posso me congratular com o seu fundador, João Sayad, e com todos que integraram e integram a equipe responsável pela realização das transmissões a que referi e pelos trabalhos que hoje contribuem para a consolidação dessa emissora.

Aproveitando o início das transmissões, ontem, da *BandNews* em Brasília, eu diria que o foco da notícia na *BandNews* é que tudo pode mudar em 20 minutos. O mundo globalizado é tão presente em nossas vidas, que somente o rádio pode garantir a instantaneidade das notícias. É muito difícil interromper a grade de programação de uma emissora de televisão para dar a informação direta, como faz o rádio. A mídia impressa também requer tempo. Talvez só a Internet ofereça a mesma facilidade.

Dirijo-me especialmente aos diretores da Rede Bandeirantes. O Brasil deposita muita esperança nos responsáveis pela continuidade dessa imprensa livre, investigativa, séria. Contamos não apenas com a responsabilidade dos homens e mulheres públicos. Cada brasileiro é responsável por preencher as expectativas de vida desta Nação. Nada melhor do que a imprensa livre, dirigida por homens e mulheres de bem, para nos dar a crença de que este País tem jeito. Quando falha a Justiça, quando falha este Congresso, quando erram o Executivo e o Judiciário, a imprensa continua cumprindo um dever que muitas vezes é nosso.

Sr. Presidente, eis aqui algumas informações gerais sobre o Grupo Bandeirantes.

A Rede Bandeirantes foi fundada em 13 de maio de 1967. Pertence ao Grupo Bandeirantes de Comunicação. Seu *slogan*: *Prazer em ver*. Sedes principais: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Salvador. Principais programas: *Jornal da Band*, *Jogo Aberto*, *Programa Raul Gil* e *Paixões Proibidas*.

A Rede Bandeirantes de Televisão, também conhecida como *Band*, é uma rede de emissoras de televisão brasileira pertencente ao Grupo Bandeirantes de Comunicação. A TV Bandeirantes de São Paulo - canal 13 - entrou no ar no dia 13 de maio de 1967. Seu fundador foi João Saad, que contou com a ajuda do sogro, o político Adhemar de Barros, que era dono da *Rádio Bandeirantes*. Atualmente, a emissora é presidida por Johnny Saad, filho de João Saad.

Em 1967, dias depois da inauguração, entrava no ar a primeira novela da Rede Bandeirantes, a novela era *Os Miseráveis*.

Em 1969 a emissora sofreu um grande incêndio que destruiu suas instalações, grande parte dos seus arquivos se perderam, e o *slogan* da época era: *A Bandeirantes não vai parar*.

A primeira transmissão em cores da emissora foi em 1972 com a exibição da Festa da Uva, o que foi um marco na televisão brasileira.

Em 1975, a *Bandeirantes* começa a se tornar uma rede nacional de televisão com a compra da TV *Vila Rica* que se transformou na TV *Bandeirantes* de Minas Gerais. No dia 7 de julho de 1977, às 19h, a TV *Bandeirantes* chega ao Rio de Janeiro, no canal 7. Até 1980 a TV *Bandeirantes* já tinha 24 emissoras espalhadas pelo Brasil.

Bandeirantes, o canal do Esporte.

Em 1970 a *Bandeirantes* transmitiu a Copa do Mundo do México, a primeira copa transmitida ao vivo no Brasil.

Em 1983 entrava no ar o *Show do Esporte* que foi considerado o programa de TV mais longo do mundo. Com o sucesso do programa, a emissora se tornou o Canal do esporte.

A TV *Bandeirantes* foi a primeira a transmitir a NBA e a Fórmula Indy.

A emissora transmitiu as Olimpíadas de 1984, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004, sempre com coberturas que fizeram história.

Jornalismo.

O primeiro jornalístico da *Band* foi o *Titulares da Notícia*, em 1969, que era um correspondente do tradicional programa da *Rádio Bandeirantes*.
Na década de 80 a *TV Bandeirantes* colocava no ar o *Canal Livre* cuja história se confundiu com a abertura política que acontecia naquela época. A emissora tinha a missão nesse programa de entrevistas mostrar um jornalismo mais crítico.
Em 1984 a *TV Bandeirantes* começava a se destacar na cobertura das Diretas Já, movimento que pedia a volta das eleições diretas no País.
A *Bandeirantes* promoveu o primeiro debate eleitoral do País, cobriu as eleições de 1989 e mostrou desde o começo a CPI do Caso Collor.
Uma TV para todos os públicos.
A partir dos anos 90, a *Bandeirantes* passou a adotar uma programação mais voltada ao público feminino e à família. Atualmente, a emissora possui nomes como Raul Gil, Joelmir Beting, Mauro Beting, Roberto Avallone, Fernando Mitre, Gilberto Barros, Leão Lobo, Fernando Vieira de Mello, José Paulo de Andrade, Ricardo Boechat, José Luiz Datena, Otávio Mesquita, Nivaldo Prieto, Roberto Cabrini, Goulart de Andrade, Márcia Goldschmidt, Luciano do Valle, Silvio Luiz, Mariana Ferrão, Daniel Bork, Renata Fan, Guilherme Arruda, Luíze Altenhofen, Neto, Müller, Júnior, Nadja Haddad e Fábio Pannunzio. O slogan da *TV Bandeirantes* em uso hoje é: *Prazer em ver*.
A *Bandeirantes* é a única rede de televisão do mundo a possuir uma alcunha, *Band*, utilizada desde o início da década de 1990. Essa alcunha foi inventada pelo jornalista José Luiz Datena, quando integrava a equipe de esportes do canal.
Parabéns Bandeirantes!
Muito obrigado.

Documento 106/111

160.1.53.O
Publ.: DCD - 6/27/2007 - 31997

Sessão Extraordinária - CD

26/06/2007-16:34

JÚLIO REDECKER-PSDB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Medida Provisória nº 369, de 2007, sobre a criação da Secretaria Especial de Portos. Açodamento na apreciação de medidas provisórias para início da votação das proposições relativas à reforma política.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa está tentando limpar a pauta para votar a reforma política - que certamente é a reforma que estamos antevendo para as eleições municipais, talvez açodadamente, porque a Casa tem que preparar as eleições também de 2010, aprofundar a discussão e construí-la aqui dentro dos partidos, para que possamos aprová-la.

A Medida Provisória nº 369, que cria a Secretaria de Portos, é mais uma manifestação autoritária do Executivo, na tentativa de criar mais cargos, mais atribuições, mais despesas para o Erário e menos eficiência no gerenciamento das coisas que o Brasil precisa para crescer.

A medida provisória propõe a criação de 111 cargos. Há poucos dias aqui, durante a votação da medida provisória que criou a Secretaria de Comunicação Social, alegava o Governo que não haveria aumento de despesa. Na mesma medida provisória de criação da Secretaria dos Portos há a instituição de mais cargos para a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

O Governo do Presidente Lula tem-se especializado em gerar empregos internamente para os cargos de confiança, mas não tem sido competente para gerar crescimento econômico e abrigar os milhares de brasileiros que batem diariamente às portas das agências de emprego e das empresas para ter uma possibilidade de trabalho.

Quando vejo o Governo, por medida provisória, legislar criando a Secretária Especial de Portos, pergunto: Onde está o Ministério dos Transportes, que através de um departamento cuidava dessa questão? Onde está a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, criada para que as agências reguladoras pudessem perpassar o período administrativo de uma gestão, para dar tranquilidade aos investidores, para trazer para o Brasil as Parcerias Público Privadas e os investimentos privados, oferecendo oportunidade para que este País, dispondo do capital abundante existente hoje no mundo, pudesse fazer os investimentos que gerassem emprego, renda e tributos para

os cofres públicos.

Mais uma vez, esta Casa está premida por medidas provisórias. Parece até que temos que correr numa desenfreada e louca disparada em direção a uma solução que aprove a medida provisória, para que esta Casa possa, de joelhos, pedir favor ao Governo e votar as matérias de interesse desta Nação.

Parece que esta Casa não tem o direito de ter tempo para discutir as matérias de interesse da população brasileira. É uma medida provisória depois da outra. O Governo Federal volta a extrapolar o poder que tem, fazendo com que esta Casa perca a iniciativa legislativa e não vote projetos de iniciativa dos Deputados. Açodadamente, temos que votar uma reforma política para dar resposta a uma sociedade que não sei se espera essa reforma que estamos gestando dentro do Parlamento. Será que essa é a reforma que agrada à sociedade brasileira? A sociedade brasileira espera uma reforma política que atenda a interesses pessoais episódicos ou aos interesses da nacionalidade, para construir não só a solidificação da democracia como também as suas regras de funcionamento?

É por isso que, cada vez que subimos à tribuna, temos a discussão renovada deste Poder, que se ajoelha ao calendário do Poder Executivo, que, remetendo medidas provisórias, uma atrás da outra, torna esta Casa refém da vontade do Executivo, tira a autonomia que a tripartição dos Poderes concede ao Legislativo.

É lamentável, Sr. Presidente, que tenhamos de assistir diariamente, nas votações, a uma Câmara dos Deputados empurrada contra a parede, a uma Câmara dos Deputados que perdeu a sua autodeterminação de escolher as matérias que devem ser votadas para atender às expectativas de uma população que quer eficiência e também tranquilidade para que possa escolher o melhor caminho para esta Nação.

Não às medidas provisórias! Sim à tarefa legislativa desta Casa, que não aguenta mais essa situação!

Documento 107/111

164.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	27/06/2007-19:58
Publ.: DCD - 6/28/2007 - 33030		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Liberação da da Minoria para votação dos artigos do Substitutivo ao Projeto de Lei 1.210 de 2007 (Dispõe sobre as pesquisas eleitorais, o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, a instituição de federações partidárias, o funcionamento parlamentar a propaganda eleitoral, o financiamento de campanhas e as coligações partidárias, alterando a Lei 4.737 de 1965 - Código Eleitoral, a Lei 9.096 de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, e a Lei 9.504 de 1997 - Lei das Eleições - Reforma Política), que tratam da lista fechada.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança da Minoria logicamente libera a bancada, pela posição divergente que possui. Queremos oferecer a oportunidade para toda a Casa rediscutir a reforma política, na direção do voto distrital misto, defendido pela bancada do PSDB, no sentido de que possamos ter realmente uma reforma política, com espaço para construir para o futuro, não apenas para uma única eleição, como se fosse um *test drive*, sabendo se vamos ter lista fechada ou aberta, financiamento público ou privado. Quero cumprimentar V.Exa., porque esta Casa, sempre que tiver temas polêmicos, não deve sair pela porta dos fundos. Tem de enfrentá-los no voto. E esta, hoje, é a posição que V.Exa. está afirmando com sua condução.

Tentar obstruir e recorrer a artifícios para que não enfrentemos a realidade daqueles que aqui representam a população brasileira não encontra guarida na condução de V.Exa.

Por isso, cumprimentamos V.Exa. pelo trabalho. A Câmara vive uma noite da verdade, porque os Parlamentares, por meio do voto secreto, livre e soberano, demonstrarão suas posições à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Governo libera. *(Pausa.)*

Documento 108/111

164.1.53.O	Sessão Extraordinária - CD	27/06/2007-19:58
Publ.: DCD - 6/28/2007 - 33017		JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa da votação do Projeto de Lei 1.210 de 2007 (Dispõe sobre as pesquisas eleitorais, o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, a instituição de federações partidárias, o funcionamento parlamentar a propaganda eleitoral, o financiamento de campanhas e as coligações partidárias, alterando a Lei 4.737 de 1965 - Código Eleitoral, a Lei 9.096 de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, e a Lei 9.504 de 1997 - Lei das Eleições - Reforma Política), na presente sessão.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a reforma política contraria interesses e tem de se render à vontade do Plenário.

O acordo na Casa é de que votaríamos no painel a reforma política, começando pela escolha - votado o requerimento - de voltarmos à lista.

É hora de a Câmara assumir suas responsabilidades e votar a reforma política hoje. Cada Deputado deve assumir sua responsabilidade, de acordo com a orientação de bancada. O Brasil não pode mais postergar essa decisão, para que amanhã não sejamos surpreendidos por outra emenda aglutinativa esquizofrênica, misturando financiamento público e privado.

Vamos votar, Sr. Presidente. É o que desejamos. Pedimos a V.Exa. que conduza os trabalhos de forma segura nessa direção, acima da vontade dos partidos. É hora de votar.

Documento 109/111

163.1.53.O

Publ.: DCD - 6/28/2007 - 32910

Sessão Extraordinária - CD

27/06/2007-16:50

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à adoção das listas fechadas nas eleições legislativas e ao financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Líder da Minoria, dadas as palavras dos membros da Oposição que me antecederam, registro que decidimos pela liberação dos votos dos membros da Oposição. Entretanto, como Líder da Minoria, não posso deixar de expressar, desta tribuna, minha opinião.

Aqui se vendem idéias que certamente repercutirão na sociedade brasileira e que, não cumpridas, aumentarão o tamanho da decepção com os poderes instituídos e com esta Casa.

Afirmar da tribuna, como muitos oradores o fizeram, que esta lei representará igualdade entre os candidatos, evitará a corrupção, tornará o processo eleitoral mais limpo é afirmar que, readequando o dispositivo penal brasileiro, acabaremos com os criminosos ou diminuiremos drasticamente o crime.

A lei aqui relatada pelo Deputado Ronaldo Caiado - uma obra de boa vontade, de conhecimento - não retrata, na realidade, a compreensão e a capacidade dos homens e das mulheres desta Casa de fazer mais e melhor pelo processo eleitoral brasileiro.

Se a Casa acha que esse é o máximo que podemos atingir em termos de legislação para regulamentar o processo eleitoral, certamente nos decepcionaremos todos, porque somos capazes de mais e melhor.

Pergunto: a sociedade está colocando a faca no peito dos Parlamentares desta Casa para que saia uma reforma? Não. A sociedade quer uma reforma que moralize toda a política brasileira e não apenas esta Casa, haja vista o processo deturpado da ação de alguns homens públicos, de agentes políticos, bem como a prática de corrupção, o desvirtuamento e o desrespeito à lei.

Com todo respeito às senhoras e aos senhores que defendem o financiamento público, poderemos ser levados ao cadafalso da desmoralização. Na primeira eleição com financiamento público que houver caixa 2, dirão: "Apropriaram-se do dinheiro da corrupção, do caixa 2 e agora também do dinheiro público."

Todos aqui sabem que financiamento público de campanha sem lista fechada é uma aberração do processo político.

O voto distrital misto deve ser construído para evitarmos as deformidades do sistema. Aqui estamos

hoje dando uma resposta a nós mesmos, mas o Brasil não se cinge à abóbada desta Câmara dos Deputados. O Brasil quer, definitivamente, uma estrutura legal que dê a todos confiança. Aqueles que se elegerão, independentemente do processo eleitoral, se comportarão adequadamente no exercício do seu mandato.

Não acredito que a lei, por mais draconiana e efetiva que seja, enquadre todos para que não haja mais desvios de conduta. Malversação do dinheiro público diz respeito à lei e às regras eleitorais. É muito para este País acreditar que esta reforma política - com todo respeito àqueles que construíram e elaboraram suas diretrizes - traga a representação da capacidade de consenso desta Casa de construir algo melhor, mas muito melhor. Esta Casa é muito melhor do que esta reforma que estamos aqui apresentando à Nação.

É impossível acreditar que homens e mulheres experimentados e juristas preparados apresentarão à Nação o troféu de uma reforma política que muito pouco reforma e tudo transforma para demonstrar que agora temos independência. Mas independência de quê? Com financiamento público de campanha não podemos ser independentes nas nossas crenças. Temos de ter coerência ao preço dessa reforma política, por pior que seja, até que haja uma definitiva. Este sistema que aí está ainda se sustenta. Somos melhores e capazes de fazer mais do que estamos fazendo. (Palmas.)

Documento 110/111

179.1.53.O

Publ.: DCD - 7/11/2007 - 35495

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD

ORDEM DO DIA

10/07/2007-16:46

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Edição abusiva de medidas provisórias. Inconstitucionalidade de medidas provisórias sobre a abertura de créditos extraordinários. Incompetência administrativa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna novamente para chamar a atenção da Casa não especificamente sobre o mérito do que está sendo apreciado, mas, sim, porque mais uma vez na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados estamos pautados por matéria de iniciativa do Poder Executivo. Segundo reportagem publicada hoje pelos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Correio Braziliense*, de cada 4 propostas que a Câmara vota 3 têm origem no Executivo. Das votações relevantes que realizamos este ano, 76,8% foram destinadas a apreciar matérias oriundas do Executivo e apenas 23,2% matérias desta Casa.

A sessão de hoje segue o mesmo cardápio. São 7 medidas provisórias na pauta. Uma delas, a de nº 376, de 2007, abre crédito extraordinário, em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica.

Na última sexta-feira, dia 6 de julho, foi publicada a Medida Provisória nº 381, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$6.334.721.758,00.

Esta última é um verdadeiro insulto à Constituição Federal e uma afronta ao Congresso Nacional. O Governo criou a figura do crédito extraordinário genérico. Numa única canetada, o Presidente Lula distribuiu mais de R\$6,3 bilhões a uma lista de Ministérios e órgãos. Precisou de 2 anexos para detalhar os beneficiários.

No art. 167, § 3º, a Constituição Federal estabelece que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Entendo que despesas imprevisíveis são aquelas que estão acima da capacidade humana de prever. Ao qualificar tais despesas, o texto constitucional não deixa dúvida: despesas imprevisíveis são como as decorrentes de guerra, comoção interna e calamidade pública.

Em qual desses órgãos da República estão configuradas a imprevisibilidade e a urgência previstas pela Constituição como condição para abertura de crédito extraordinário?

Tivemos o cuidado de analisar a execução de alguns créditos extraordinários criados pelo Governo Lula este ano e constatamos que não existe urgência nenhuma, muito menos calamidade.

Vou citar apenas 2 exemplos. No dia 5 de janeiro de 2007, o Governo editou a Medida Provisória nº 344, que abre crédito extraordinário de R\$181,2 milhões; no final do mês de junho, só havia empenhado R\$97 milhões desse dinheiro, pouco mais da metade. No dia 22 de janeiro de 2007, a Medida Provisória nº 346 abre crédito extraordinário de R\$450,18 milhões; no final de junho, só havia

empenhado R\$73,48 milhões, ou seja, apenas 16,2% desse valor.

Se de fato houvesse uma situação de emergência, esses créditos teriam que ser executados de imediato. Haveria uma fila de gestores esperando no caixa para cobrir as tais despesas urgentes. Mas não, 6 meses depois o dinheiro nem foi empenhado. Quem sabe esse dinheiro será executado, no ano que vem, na forma de Restos a Pagar.

Essa falta de cerimônia do Governo está muito bem representada na progressão do uso desse artifício de créditos encaminhados a esta Casa com justificativas descoladas da realidade. No meu entendimento, essa prática revela a incapacidade deste Governo de planejar e gerenciar.

O total de créditos extraordinários somou 2,6 bilhões de reais em 2003 e saltou para 29,79 bilhões de reais em 2006. Nesse primeiro semestre deste ano, chegou a 31,11 bilhões de reais. Aonde vamos parar?

O Governo precisa explicar melhor essa imprevisibilidade porque o crédito criado em janeiro sequer foi empenhado no final de junho. Por que no final do primeiro semestre foi ultrapassada a soma de todo o crédito extraordinário de 2006?

É uma vergonha esta Casa aprovar indiscriminadamente medidas provisórias que abrem créditos extraordinários sem que eles sejam realizados pelo Governo. Isso é zombar desse instrumento, é desprezar a Constituição, é atrapalhar os trabalhos legislativos, é não respeitar o Poder Legislativo. E esta Casa, de joelhos, compromete 75% do seu a tempo para tratar desses temas, enquanto há outros mais relevantes para a Nação a serem tratados aqui.

Sr. Presidente, trago esses comentários para que o Poder Legislativo faça uma reflexão a respeito e assuma suas responsabilidades. Não podemos continuar assim.

Documento 111/111

181.1.53.O
Publ.: DCD - 7/12/2007 - 35978

Sessão Extraordinária - CD

11/07/2007-14:00

JÚLIO REDECKER-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO RELATOR
DISCURSO

Sumário

Desempenho da Câmara dos Deputados no primeiro semestre de 2007. Importância da realização da reforma política.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna neste momento é uma reflexão sobre o que esta Casa produziu no primeiro semestre, especificamente sobre a reforma política.

O Colégio de Líderes tem a responsabilidade de pautar as matérias junto com o Sr. Presidente e discuti-las, mas precisa respeitar a vontade soberana da maioria dos Deputados e das Deputadas. Eu não poderia, na condição de Líder da Minoria, deixar de reconhecer o trabalho feito pela Oposição para envidar todos os esforços necessários a que esta importantíssima matéria, a reforma política, fosse votada no plenário e decidida pela vontade da maioria desta Casa.

Tenho que reconhecer o trabalho do nosso Líder, Deputado Antonio Carlos Pannunzio; do Líder do PPS, Deputado Fernando Coruja; e do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni, cuja atuação dentro da sua bancada também merece reconhecimento, pois, democraticamente, soube respeitar a coerência do Deputado Ronaldo Caiado, que cresceu perante os seus colegas defendendo aquilo em que acreditava e lutou em todos os momentos para que fosse aprovada a lista fechada com financiamento público.

Por isso, a Oposição tem a sensação do dever cumprido, no momento em que dá ao Brasil, juntamente com a base do Governo, a oportunidade de conhecer não uma reforma política que vise aos interesses pessoais ou partidários, mas a reforma política que visa aos interesses do País, fazendo com que nesta terra se respeite o contraditório, se realize um processo eleitoral transparente e se dê condições para que todos possam, livremente, respeitadas as condições legais, disputar os pleitos e buscar a representação e a voz daqueles que muitas vezes não têm voz, mas no Parlamento encontram eco.

Sr. Presidente, é fundamental repetir aquilo que já disse no Colégio de Líderes: qual o motivo da pressa? Para quem devemos dar demonstrações de que temos de votar uma reforma política com apodamento?

Temos de votar uma reforma política que não seja endereçada única e exclusivamente para as eleições municipais, mas que possa regulamentar o futuro do País, de modo a que todas as eleições tenham normas perenes, para que o povo e os eleitos saibam onde elas estão, como elas são e como devem ser respeitadas, para que nossa capacidade de legislar não seja substituída pelas interpretações dos

Tribunais Superiores. Que possamos afirmar que a democracia tem no Poder Legislativo o representante da população e que, além de legislar, tarefa que desempenha com capacidade, competência e precaução, exerce a função de fiscalizador.

Sr. Presidente, acreditamos que aproveitamos bem esta oportunidade, que não deverá ser esquecida, pela produtividade do primeiro semestre, pelo trabalho realizado e pelas divergências que foram sendo resolvidas democraticamente pelo voto do Plenário.

Passou o tempo em que havia a ditadura dos Líderes, em que os Líderes decidiam a vontade da maioria das Sras. e dos Srs. Deputados, fazendo-lhes engolir a seco as decisões. O Parlamento brasileiro, especificamente a Câmara dos Deputados, exige hoje que os representantes de todos os recantos do Brasil digam o que pensam e como desejam o Brasil do futuro.

Esse sentimento de responsabilidade de cada Parlamentar não pode ser transferido, não pode ser exercido por procuração, deve ser respeitado na solidão da consciência de cada um dos senhores e das senhoras, no momento de apertar o botão eletrônico e dizer qual o rumo, o caminho, o destino que quer para o País.

Não existem na Casa superdotados, Parlamentares mais preparados ou mais inteligentes, que tenham mais vez do que os demais. Somos todos iguais, porque o voto soberano do povo brasileiro nos fez assim: o menor, o maior, o mais votado, o menos votado, cada um tem a sua responsabilidade. E esta responsabilidade, Sr. Presidente, está sendo exercida neste primeiro semestre por toda a Casa. (Palmas.)

7. DOCUMENTOS DE AUTORIA DO DEPUTADO DISPONÍVEIS NO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Documento 1 de 8

Tipo mat: Folheto

No.sist: 000734419

Autor: Redecker, Júlio.

Título: Vereador: abc do mandato / Júlio Redecker. --

Imprenta: Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

Descr.: 117 p. --

Série: (Série separatas de discursos, pareceres e projetos ; n. 188/2004)

Notas: Manual destinados a subsidiar os vereadores sobre os diversos aspectos de sua atuação.

Assuntos:

Administração municipal, Brasil.

Vereador, manual, Brasil.

Vereador, competência, Brasil.

Nota OPAC:

CAM F 328(81)(042) REDEC-J VERA

Tipo mat: Livro

No.sist: 000716313

Autor: Redecker, Júlio.

Título: Atuação parlamentar / Júlio Redecker. --

Imprenta: Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

Descr.: 68 p. --

Série: (Série separatas de discursos, pareceres e projetos ; n. 201/2003)

Assuntos:

Redecker, Júlio, atuação parlamentar.

Discurso parlamentar, Brasil.

Nota OPAC:

CAM F 328(81)(042) REDEC-J ATUAÇ

Tipo mat: Folheto

No.sist: 000646933

Autor: Redecker, Júlio.

Título: Projeto de Lei Complementar nº 98/2000, Lei Única do Comércio Exterior : projeto de lei complementar nº 98, de 2000, que dispõe sobre o comércio exterior, de autoria do Deputado Júlio Redecker. Edição: 2. ed. --

Imprensa: Brasília Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

Descr.: 40 p. --

Série: (Série separatas de discursos, pareceres e projetos; n. 110/2002)

Assuntos:

Redecker, Júlio, atuação parlamentar.

Comércio exterior.

Link: njur('LCP-000098') LCP-000098 (1999).

Nota OPAC:

CAM F 328(81)(042) REDEC-J PROJE 2.ED.

Tipo mat: Livro

No.sist: 000591957

Autor: Redecker, Júlio

Título: Atuação parlamentar : artigos, pronunciamentos e projetos apresentados pelo Deputado Júlio Redecker

Imprensa: Brasília Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações 2000

Descr.: 87 p.

Série: Série separatas de discursos, pareceres e projetos n. 194/2000

C_Parcial: Perspectivas de um direito comunitário no Mercosul -- O Mercosul não é um fracasso, Cavallo sim -- Parlamentares do Mercosul condenam protecionismo europeu na agricultura

Assuntos:

Redecker, Júlio atuação parlamentar

Redecker, Júlio discursos etc

Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Comércio exterior, Brasil.

Nota OPAC:

CAM F 328(81)(042) REDEC-J ATUAÇ

Tipo mat: Livro

No.sist: 000569152

Autor: Redecker, Júlio

Título: Trabalho parlamentar 1999 Júlio Redecker

Imprensa: Brasília Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações 2000

Descr.: 59 p

Série: Série separatas de discursos, pareceres e projetos n. 209/99

Notas: Atuação parlamentar do Deputado Federal Júlio Redecker na Câmara dos Deputados

Assuntos:

Redecker, Júlio atuação parlamentar

Deputado federal, atuação parlamentar, Brasil.

Nota OPAC:

CAM F 328(81)(042) REDEC-J TRABA

Tipo mat: Artigo de revista

No.sist: 000605068

Título: Dossier : éxodo de empresas o derecho de establecimiento en el Mercosur?

Em: Revista de direito do Mercosul, v. 4, n. 2, p. 23-33, abr. 2000.

Secund: Fraquelli, Antonio Carlos

Secund: Fracaro, Plínio.

Secund: Teixeira, Alessandro Golombiewski.

Secund: Redecker, Julio.

Secund: Wurcel, Gabriela. entrev.

Notas: Entrevistas concedidas a Gabriela Wurcel.

C_Parcial: El problema de las exportaciones argentinas es Brasil / Antonio Fraquelli -- Brasil puede ser el principal centro de distribución para el Mercosur / Plinio Facaro -- La guerra fiscal podría detenerse con voluntad política / Alessandro Golombiewski Teixeira -- Argentina tiene que solucionar su falta de competitividad / Julio Redecker.

Assuntos:

Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Comércio exterior, Brasil, Argentina.

Política fiscal, Brasil.

Política aduaneira, Brasil.

Empresa estrangeira, Brasil.

Competitividade, Argentina.

Nota OPAC:
SEN
CAM 572
MJU
TST

Tipo mat: Livro
No.sist: 000181622
Autor: Brasil.
Leis etc.

Título: Legislação eleitoral : Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995 : Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995 : calendário eleitoral. --

Imprenta: Brasília : Câmara dos Deputados, 1995.

Descr.: 73 p.

Secund: Redecker, Julio.

Notas: Na Capa: Julio Redecker.

Assuntos:

Eleição municipal, legislação, Brasil, 1996.

Partido político, legislação, Brasil.

Secund: Brasil. Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995.

Secund: Brasil. Lei Orgânica dos Partidos Políticos (1995).

Link: njur('LEI-009096') LEI-009096 (1995).

Bibliog: 341.28 / Direito Eleitoral / BBD 1997

Nota OPAC:

CAM F F 328(81)(042) REDEC J LEGIS

Tipo mat: Livro
No.sist: 000166890

Autor: Seminario de Comercio Exterior Brasileiro (1. 1995 Brasilia).

Título: Memoria do 1. seminario de comercio exterior brasileiro a globalização encarada de frente
Coordenação Deputado Federal Julio Redecker

Imprenta: Brasília Camara dos Deputados, Coordenação de Publicações 1995

Descr.: 68 p.

Série: serie ação parlamentar n. 57

Secund: Redecker, Julio.

N_temp: SENADO I97

Assuntos:

Comercio Exterior, Congresso, Brasil.

Globalização da economia, Brasil.

Nota OPAC:

SEN F 382.0981 S471 MSC

CAM 339.5(81)(061.3) SEMIN-CE MEMOR

Fonte: Catálogo da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

Data da pesquisa: 17/8/2017